

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

GIOVANE ANTONIO SCHERER

**O CALEIDOSCÓPIO DA (IN)SEGURANÇA:
os reflexos da dialética da (des)proteção social nas juventudes**

Porto Alegre

2015

GIOVANE ANTONIO SCHERER

**O CALEIDOSCÓPIO DA (IN)SEGURANÇA:
os reflexos da dialética da (des)proteção social nas juventudes**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Beatriz Gershenson

Porto Alegre

2015

GIOVANE ANTONIO SCHERER

**O CALEIDOSCÓPIO DA (IN)SEGURANÇA:
os reflexos da dialética da (des)proteção social nas juventudes**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Berenice Rojas Couto

Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva

Prof.^a Dr.^a Mirian Pires Correa Lacerda

Prof.^a Dr.^a Beatriz Gershenson
(Orientadora)

Porto Alegre
2015

Dedico esta tese a todas as juventudes, que lutam e resistem em uma conjuntura de (in)segurança.

A TRANSPARÊNCIA DOS AGRADECIMENTOS...

Olho nos olhos do Mondego¹ que se mostra como um espelho vivo, a correr com rapidez e refletir tranquilidade a qualquer sujeito que faz seu caminho, deixando um pouco de si em suas margens. As mesmas águas que foram testemunhas da sabedoria de D. Dinis, da santidade de D. Isabel, do sangue de Inês e das lágrimas do seu infante, servem de minha companhia na escrita dessas linhas que perseguem a possibilidade do impossível: materializar em palavras sentimentos de gratidão...

Agradecer é um ato de reconhecimento. Reconhecer a nós mesmos e aos outros que fazem parte de nós. E para isso, faz-se necessário o movimento de deixar as armaduras que nos tornam opacos, para nos tornarmos *transparentes* perante aqueles que reverenciamos. Para fazer isso, rasgo com minhas próprias palavras o véu que me cobre por inteiro, a fim de encontrar o meu eu, e nesse encontro, onde me percebo transparente, descubro que o meu eu são muitos. Muitos em mim. Que acabam por compor uma síntese dialética de quem realmente sou. E neste ato de rasgar o véu, transparecer e olhar para dentro de mim, percebo uma multidão de pessoas que me compõem, fazendo de mim uma sinfonia inacabada... Percebo-me uma totalidade composta de várias partes, em profundo movimento, onde as diversas pessoas que passaram por minha vida acabaram compondo uma orquestra que faz parte de quem sou...

Nessa sinfonia, um dos primeiros sons que fez parte de mim, partiu de um clássico violino. Não um violino qualquer, mas um raro Estradivários, com uma aparência forte e bruta, mas que soava a mais doce das melodias. O violino em minha vida foi uma pessoa que acompanhou os meus passos desde os primeiros anos, e apesar de sua música discreta, se fez de fundamental importância para a construção da sinfonia que eu sou. Meu pai, Rudy Scherer, tu foste meu Estradivários que, discretamente, fez nascer em mim diversos sentimentos e posturas, que se refletiram na forma que sou e busco ser... Continuas a ser meu exemplo, e neste momento agradeço a ti por tudo que fostes, fizeste e és para mim... Este violino silenciou cedo demais, deixando uma lacuna em minha partitura, um silêncio que não terá mais fim, porém tuas melodias serão eternas a soar dentro de mim. Teu silêncio ecoa no vazio da saudade.

¹ Rio que banha a cidade de Coimbra, região em que o autor realizou o seu estágio doutoral. Ressalta-se que tais agradecimentos foram escritos durante a realização do estágio doutoral em Coimbra/Portugal.

Além do Estradivários, a Celesta mostra-se como outro instrumento bastante presente na construção de minha sinfonia. A Celesta é um instrumento complexo, de som forte, feita com um teclado de lâminas de metal, suspensa sobre um corpo de madeira. Seu som, mesmo um tanto enigmático, se destaca na orquestra, assim como em minha trajetória a existência de minha mãe marca quem eu sou... Agradeço a minha mãe, Ivone Scherer, por todo apoio dado na minha sinfonia. A sensação de “voltar para casa” e receber todo o teu carinho, sendo aconchegado pelas tuas mãos, foram, são e serão um doce bálsamo diante do amarelado cotidiano. Certamente teus atos, palavras e formas de ser marcam profundamente a maneira que sou e percebo ser.

O maestro de minha sinfonia foi muito generoso ao colocar na orquestra do meu viver dois instrumentos muito especiais, que me acompanham desde os primeiros acordes. Tais instrumentos possuem um papel muito importante, tanto nos momentos graves, como agudos em minha sinfonia: a flauta doce e a harpa. A flauta doce traz leveza, doçura e marca profundamente a orquestra que hoje sou... Seu som, extremamente presente, se confunde, muitas vezes, com as notas da Celesta, sua marca é presença única e constante fez toda a diferença em minha composição. Minha irmã Berenice, a impossibilidade de expressar com palavras toda a gratidão que sinto por ti me toma neste momento, sendo que palavras não serão suficientes para dizer o quanto és importante para mim. Obrigado por todo o carinho, compreensão e companheirismo... Além da flauta doce, a harpa tem uma presença fundamental em todos os momentos da minha partitura, tendo um som forte e encantador, leve e marcante... Minha irmã Patricia, tu és harpa que soa em minha vida, marcando a tua presença desde os passos na pré-escola, até mesmo nos caminhos percorridos no doutorado, sendo minha companheira de profissão e de vida. Obrigado por tudo que és para mim... Flauta e Harpa, minha partitura estaria partida sem a presença de vocês, os laços de sangue e de amizade são pontes que ligam para sempre nossas melodias.

O oboé é um instrumento fundamental em qualquer orquestra, sendo ricamente harmonioso, é utilizado para afinar a filarmônica, dando ritmo e alegria ao som que é tocado. Marco Saraçol tu és o Oboé que há anos marca presença em todos os dias da minha vida, dando mais luz a cada um dos acordes de minha trajetória. Teu carinho deixa mais leve e alegre os sons orquestrados na sucessão dos dias ao teu lado. Obrigado pela contínua dedicação, companheirismo e imensa paciência. Certamente teu som afina a orquestra do meu viver e dá ritmo às melodias em meu cotidiano, sendo impossível imaginar a sinfonia de minha vida sem a tua presença.

Outro instrumento de grande importância em minha composição é o Xilofone, o qual consta de uma sequência ordenada de várias placas de madeira tendo sob elas um tubo de alumínio que dá corpo ao som. Cada placa possui um som diferente, que dá harmonia ao contexto de toda a orquestra. Assim, como em minha vida diversos amigos, em diversos momentos, tiveram presença e marcaram a minha composição. Agradeço em especial à Daiane Klein, Michelle Closs, Rubia Goetz, Lorenzo Felin, Ana Patricia Dutra, Diego Bennemann e Thaise Costa e todos aqueles que torceram por esta trajetória, e compreenderam minhas ausências nesses anos. Agradeço, especialmente, à Wilian Pedroni, que na minha infância me presenteou com um caleidoscópio artesanal, sendo que esse “brinquedo de criança” me inspirou na escrita da metáfora que acompanha esta tese.

Minha partitura não seria a mesma sem a presença alegre e vivaz de um Clarinete, que infelizmente teve que se retirar desta orquestra para tocar em outros palcos. Meu querido tio Seno Cornely, que fez nascer em mim a vontade de ser Assistente Social, me mostrando os caminhos da profissão que hoje tenho muito orgulho em exercer. Obrigado por todos os ensinamentos que me marcaram para sempre. Assim como o Clarinete, a Viola mostra-se fundamental em minha vida, tanto nos acordes tocados no âmbito do Serviço Social, como em minha vida pessoal. Minha querida orientadora e amiga Beatriz Gershenson, sua melodia foi fundamental para compor esse trabalho, bem como, para me compor pessoal e profissionalmente. Agradeço profundamente todo o conhecimento e debate construído ao longo desta tese, e ao longo destes anos de caminhada ao seu lado. Será para sempre minha amada (des)orientadora, e inspiração profissional.

Na composição da vida, diversos outros instrumentos foram se somando e me compondo, assim como sons de tambores com suas melodias acentuadas marcam qualquer sinfonia, em minha vida a presença de diversos colegas de trabalho, alunos e funcionários da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, puderam marcar minha trajetória e me levar a muitas reflexões. Nesse sentido, agradeço à Faculdade de Serviço Social da PUCRS por todo apoio nessa composição, tanto pelos meus queridos alunos e alunas (que com seus questionamentos me levaram a aprofundar muitos debates presentes nas linhas que seguem), colegas professores (que me ensinam a cada dia a difícil e adorável tarefa de ser pesquisador e professor) e demais funcionários (toda a equipe de secretaria pelo apoio cotidiano) dessa instituição que tenho o orgulho de fazer parte. Agradeço, em especial, ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos – GEPEDH e toda a equipe do Observatório Juventudes PUCRS, pelas contribuições nesta pesquisa e questionamentos que me auxiliaram nesta composição.

Não poderia deixar de agradecer aos outros instrumentos que, assim como sinos nas orquestras são significativos na beleza da percussão, foram de fundamental importância no desenvolvimento desta tese: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, por oportunizar a realização do Doutorado sanduíche na Universidade de Coimbra; o Centro de Estudos Sociais desta universidade, pela acolhida e os conhecimentos construídos durante o período de realização do estágio doutoral em Portugal. Agradeço aos professores do centro, em especial ao Dr. Elísio Estanque e Dr. João Pedroso, por todo o apoio dado na construção desse trabalho; e ao professor Dr. José Machado Pais, do Observatório Permanente da Juventude da Universidade de Lisboa, pelas contribuições nesta construção.

Fatos e acontecimentos deram a melodia e a intensidade da música que compõe quem sou, porém sem tais instrumentos seria impossível existir qualquer composição... Obrigado por todos, em especial, agradeço ao Maestro Eterno pela regência de minha orquestra e por colocar em minha sinfonia todos estes instrumentos.

Eu sou o que escrevo e escrevo o que sou, e, assim, misturo-me com as linhas que seguem. Não seria eu sem a presença constante de todas as pessoas que me compuseram. Com a participação de todos vocês, a música continuará até o dia em que os acordes se silenciarem, um ponto final marcará o fim desta melodia, e o resto será só silêncio...

O que eu consigo ver é só um terço do problema
É o Sistema que tem que mudar
Não se pode parar de lutar
Senão não muda [...]
Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado a sério.

(Não é Sério – Charlie Brown Jr.)

RESUMO

Nesta tese considera-se segurança como sinônimo de proteção, compreendendo o contexto de (in)segurança como um reflexo da produção e reprodução do valor na sociabilidade capitalista. Por meio do método dialético-crítico, o presente estudo visa analisar como vem se constituindo a proteção social em relação às juventudes brasileiras, a fim de contribuir para a qualificação de tais políticas para este segmento social. O sistema de (des)proteção social, em sua relação com as juventudes na sociabilidade capitalista contemporânea, é investigado a partir de pesquisa documental envolvendo o levantamento e a análise de documentos internacionais referentes às juventudes, dos quais o Brasil é signatário, bem como, os documentos provenientes de programas e projetos vinculados à Política Nacional de Juventude, sendo intencionalmente incluídos os programas e projetos de abrangência nacional, vinculados ao governo federal, destinados às juventudes. Ainda, realiza-se uma análise dos textos-base e demais documentos produzidos nas Conferências Nacionais da Juventude, ocorridas em 2008 e em 2011 em Brasília, e dos dados secundários de investigações sobre juventudes nos principais institutos de pesquisa nacionais e internacionais, por meio de pesquisa bibliográfica. Para a análise de tais dados utiliza-se a técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados apontam para conformação das diversas manifestações da (in)segurança, as quais aparecem por meio de múltiplos fragmentos que ocultam a sua raiz comum: a relação estrutural de produção e reprodução de valor na sociabilidade capitalista. Todos os segmentos sociais são impactados por este processo, sendo que especialmente as juventudes sofrem as refrações deste movimento, demandando proteção social. Nesse contexto, as Políticas Sociais, devido ao sociometabolismo do capital, sob sua feição neodesenvolvimentista, acarretam um processo contínuo de (des)proteção social que, dialeticamente, movimenta o fetiche das juventudes como instrumento de desenvolvimento social.

Palavras-chave: Juventudes. (In)Segurança. Políticas Públicas. (Des)Proteção Social.

ABSTRACT

In this thesis, we consider security like a synonymous of safety protection, including the context of (in)security as a reflection of production and reproduction of value in the capitalist sociability. Through the dialectic method-critical, the present study aims to examine whether and how are the manifestations of security in the context of public policies intended to Brazilian youth, in order to contribute to the qualification of such policies for this social segment. The system of social (un)protection, in its relationship with the youths in contemporary capitalist sociability, is investigated from desk research involving the collection and analysis of international documents, of which Brazil is a signatory, relating to youths; and the documents from programs and projects linked to the National Youth Policy, being intentionally included programs and nationwide projects linked to the federal government, aimed at youths. Still, it carried out an analysis of the background papers and other documents produced in the National Youth Conference, which took place in 2008 and in 2011 in Brasilia and secondary research data on youths in major national and international research institutes, through research literature. For the analysis of such data is used the content analysis technique. The results point to conformation in many manifestations of (in) security, which appear through multiple fragments concealing their common root: the structural relationship of production and reproduction of value in the capitalist sociability. This process affects all social segments, and especially the youths suffer the refractions of this movement, demanding social protection. In this context, the Social Policies, due to social metabolism the capital, under its new developmental feature, entails a continuous process of social (un)protection, dialectically, moves the fetish of youth as a social development tool.

Keywords: Youths. (In)Security. Public Policy. Social (Un)protection.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Evolução do Número de jovens de 15 a 29 anos no Brasil de 1980 a 2050	88
Gráfico 2 - Taxa de desemprego Juvenil no Brasil	90
Tabela 1 - Renda Mensal Domiciliar Per Capita por Macrorregiões.....	98
Gráfico 3 - Participação % das Causas de Mortalidade na População Jovem e Não Jovem no Brasil em 2011	104
Quadro 1 - Síntese das Propostas Finais das Conferências Nacionais de Juventude.....	118
Figura 1 - Organograma - Política Nacional de Juventude	1599
Quadro 2 - Programas e Projetos Voltados para as Juventudes divididos em Políticas Setoriais.....	160

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO – A CONSTRUÇÃO DOS ESPELHOS: (IN)SEGURANÇA E JUVENTUDES COMO OBJETOS DE ESTUDO.....	15
2 O CALEIDOSCÓPIO DA (IN)SEGURANÇA: REFLEXOS DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA	29
2.1 O FETICHE DA (IN)SEGURANÇA NO SOLO SÓCIO-HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO ...	30
2.2 A (IN)SEGURANÇA COMO REFLEXO DA SOCIABILIDADE DO CAPITAL.....	45
2.3 A SEGURANÇA COMO DIREITO HUMANO: PARA ALÉM DOS ESPELHOS QUEBRADOS	58
3 O TRANSLÚCIDO E O OPACO: AS IMAGENS DAS JUVENTUDES NO CONTEXTO DE (IN)SEGURANÇA	71
3.1 ENTRE FRAGMENTOS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS JUVENTUDES NA SOCIEDADE DOS FETICHES	72
3.2 PARA ALÉM DO JOGO DE ESPELHOS: AS MANIFESTAÇÕES DA (IN)SEGURANÇA REFLETIDAS PARA AS JUVENTUDES.....	85
3.2.1 Dados demográficos das juventudes	85
3.2.2 Juventudes e mundo do trabalho.....	88
3.2.3 Juventudes e educação.....	95
3.2.4 Juventudes e condições socioeconômicas	98
3.2.5 Juventudes, crime e sistema prisional	100
3.2.6 Mortalidade juvenil no Brasil	103
3.3 AS JUVENTUDES DE FRENTE PARA O ESPELHO: A VOCALIZAÇÃO DAS DEMANDAS POR SEGURANÇA NO CONTEXTO JUVENIL	106
3.3.1 Vem pra rua, vem! As demandas por segurança nas manifestações de junho de 2013	107
3.3.2 A voz do coletivo: as Conferências Nacionais de Juventude	115
4 A DIALÉTICA DA (DES)PROTEÇÃO SOCIAL E AS JUVENTUDES: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ERA NEODESENVOLVIMENTISTA	135
4.1 ESPELHO CONVEXO, CÔNCAVO E PLANO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENÁRIO NEODESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO.....	135
4.2 A COMPOSIÇÃO DAS IMAGENS DE SUJEITOS DE DIREITOS: A AMPLIAÇÃO DA PERSPECTIVA DE SEGURANÇA PARA AS JUVENTUDES	146
4.3 A (DES)PROTEÇÃO SOCIAL NO CLARO-ESCURO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES: UMA ANÁLISE FRENTE AO CONTEXTO DE (IN)SEGURANÇA	157

4.3.1 O feixe das políticas de educação e juventudes.....	161
4.3.2 O feixe das políticas de trabalho e juventudes.....	165
4.3.3 O feixe das políticas de segurança pública e juventudes.....	170
4.3.4 O feixe das políticas de igualdade racial e juventudes	174
4.3.5 O feixe das políticas de cultura e esporte para as juventudes	175
4.3.6 O feixe das políticas de saúde e juventudes.....	177
4.3.7 O feixe das políticas de assistência social e juventudes.....	179
4.3.8 O feixe das políticas de meio ambiente e desenvolvimento agrário	181
4.3.9 O feixe dos direitos humanos nas políticas de juventudes	184
4.3.10 O fetiche das juventudes como instrumento de desenvolvimento social: a (des)proteção social como reflexo do sociometabolismo do capital	185
5 CONCLUSÃO – ROMPENDO COM O CALEIDOSCÓPIO	197
REFERÊNCIAS	208
APÊNDICE A – Roteiro para análise dos acordos internacionais	228
APÊNDICE B – Roteiro para análise dos programas e projetos voltados para as juventudes brasileiras.....	230
APÊNDICE C – Prioridades apontadas a partir das propostas finais da 1ª Conferência Nacional de Juventude 2007	232
APÊNDICE D – Prioridades apontadas a partir das propostas finais da 2ª Conferência Nacional de Juventude 2011	236
APÊNDICE E – Síntese dos principais documentos internacionais que fazem alusão às juventudes como sujeitos de direitos	240
APÊNDICE F - Síntese dos principais marcos históricos na composição da Política Nacional de Juventude.....	244
APÊNDICE G – Sistematização dos programas e projetos voltados à garantia da segurança para as juventudes no ano de 2014	246

1 INTRODUÇÃO – A CONSTRUÇÃO DOS ESPELHOS: (IN)SEGURANÇA E JUVENTUDES COMO OBJETOS DE ESTUDO

Construir uma tese constitui um grande desafio, no momento em que se persegue o objetivo de compreender o real em seu movimento, na busca pelo rompimento com os fetiches que aceleram processos de reificação e alienação, fomentados em uma conjuntura impactada pelo metabolismo social do capital. Tal desafio é tomado pelo autor nesta Tese de Doutorado como um reflexo do processo de construção pessoal e profissional, materializando uma síntese dialética de suas vivências e trajetórias. Assim como um espelho tem a função de refletir determinadas imagens que são colocadas à sua frente, uma tese apresenta-se como um reflexo de escolhas teóricas, processos metodológicos, projetos societários, projetos profissionais e trajetória de quem a escreve.

Dessa forma, a presente tese não é algo neutro, ao contrário, está implicada diretamente com a atuação do autor como Assistente Social em experiências profissionais junto às juventudes. Tais experiências motivaram sua inserção no Mestrado, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS, em 2008, no qual desenvolveu um estudo com o objetivo de investigar as possíveis contribuições do teatro para a vocalização por reconhecimento de Direitos Humanos para as juventudes, visando colaborar com processos sociais emancipatórios². Naquela pesquisa, ao mergulhar com maior densidade na realidade de alguns grupos juvenis, o pesquisador pôde ampliar o debate para o contexto de (in)segurança vivenciado por esses sujeitos, despertando o interesse em aprofundar seus estudos a respeito desta temática, com a perspectiva de analisar as respostas oferecidas pelas políticas públicas para as demandas por segurança das juventudes. Além deste aspecto, o envolvimento do autor com a temática se amplia por pertencer ao segmento social que estuda e por fazer parte das juventudes; o estudo ora apresentado também materializa o interesse por participar da luta pela garantia de direitos de todos os jovens.

Com esta perspectiva, o estudo visa perceber como se manifesta a (in)segurança para as juventudes, analisando as respostas dadas pelas Políticas Públicas. Nesse sentido, o debate sobre (in)segurança consiste em elemento central na análise realizada a respeito do contexto contemporâneo, uma vez que, ao analisar a atual conjuntura, é possível perceber um “clamor

² O estudo intitulado “Abrindo as cortinas: a arte e o teatro no reconhecimento de direitos humanos para as juventudes”, realizado entre 2008 e 2010, sob a orientação da Profa. Dra. Beatriz Gershenson, posteriormente foi publicado pela Editora Cortez com o título: “Serviço social e arte: juventudes e direitos humanos em cena”.

por justiça e segurança”, diante do que muitos chamam de “onda de violência” que assola a sociedade. Tal clamor, na maioria das vezes, esconde por trás do discurso da “paz”, o apelo por ações de segurança de ordem repressiva por parte do Estado, a fim de estancar as violências como processos cada vez mais latentes e que impactam a todos os sujeitos. Este ideário repressivo e controlador, clamado pela sociedade, em muitos contextos, é reproduzido pelo Estado, que, apesar dos avanços dos últimos anos no tocante às Políticas Públicas, amplia condutas violadoras de direitos da população, (des)protegendo sujeitos que vivem em contextos que necessitam de proteção em nome do discurso da “ordem”.

A demanda por “segurança” é reivindicada por toda a sociedade, exigindo respostas mais eficazes para estancar um fenômeno tão presente no cotidiano de todas as pessoas, porém, ainda persiste uma grande interrogação ao analisar este fenômeno: como incidir neste processo cada vez mais presente em todos os contextos?

A resposta aparece de diversas formas, revelando uma conjuntura de disputas ideológicas na compreensão desta realidade. Nesse sentido, na análise desse contexto, aquilo que aparece ao mesmo tempo esconde uma série de elementos que, dialeticamente, por meio de suas intensas contradições, acabam por formar um intenso movimento do real, o qual é capturado por vezes de modo fragmentado, isto é, como parte de um fenômeno que não se revela por inteiro, pelo contrário, se mostra parcelar, com contornos ideológicos, tendo por finalidade “guiar” a compreensão do real como algo estático e fragmentado. A análise da (in)segurança é um exemplo claro desta forma de compreensão ideológica do real, que acaba por esfumçar as raízes da produção de (in)segurança, a fim de criar uma análise simplista, na busca da formação ideológica de dualidade: entre o bem e o mal. Dessa forma, tal compreensão dilui a luta de classes, enquanto elemento central na produção e redução das múltiplas manifestações da (in)segurança.

Nessa condição, a presente tese visa analisar a (in)segurança como um fenômeno múltiplo e plural manifestado de diversas formas, porém mantendo uma raiz comum assentada na produção e na reprodução do capital. O termo (in)segurança refere-se à ausência de proteção sob todas as suas configurações, ampliada por meio da dinâmica do modo de produção capitalista que, sob a perspectiva atual, gera um contexto de (des)proteção atingindo a todos os sujeitos. Tal processo se expressa de múltiplas formas e configurações, sendo materializado na insegurança urbana, insegurança alimentar e insegurança em relação ao mundo do trabalho, dentre outras; possui distintas características, mas uma única raiz comum: a sociabilidade capitalista.

A grafia expressa no termo, com o prefixo “in” entre parênteses, aponta para a dinâmica da sociedade capitalista, onde segurança e insegurança são processos simultâneos que dialeticamente se ocultam e se revelam no real.

No centro deste debate encontram-se as juventudes, enquanto um dos segmentos sociais mais expostos à (in)segurança. Tal conjuntura de (in)segurança vivenciada pelas juventudes pode ser compreendida por meio de diversos dados de realidade, em especial pelo alto índice de mortalidade juvenil no Brasil³.

No ano de 2013, o incêndio na boate Kiss chocou o país com a morte de 242 pessoas, dentre elas a maioria jovens; porém, se forem somadas todas as mortes por homicídio no país, a cada dia morrem cerca de 150 jovens, segundo dados do mapa da violência 2014. Isso significa afirmar que a cada dois dias no Brasil morrem mais jovens por homicídio do que aqueles mortos no incêndio na boate, porém, na maioria das vezes, tais dados ficam (in)visibilizados, ocultados pela banalização das violações de direitos humanos, cotidianamente naturalizados.

Ressalta-se que as juventudes recentemente vêm sendo reconhecidas como sujeitos de direitos que necessitam de proteção especial, ou seja, de ações específicas de atendimento as suas necessidades. Dessa forma, o debate sobre as juventudes, geralmente, é feito de forma simplista e distanciada de sua base conceitual, ocultando toda a complexidade de um segmento social marcado por intensa heterogeneidade.

Compreende-se “juventudes” no plural como forma de indicar a multiplicidade presente neste segmento social, constituído como distinto da adolescência (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2009; DAYRELL, 2003; CORDEIRO, 2009; SCHERER, 2013) que, apesar de ser reconhecido como sujeito que está na faixa etária entre 15 a 29 anos (SJN, 2013), não pode ser reduzido a somente um período etário, levando em consideração as diversas dimensões no âmbito da vivência juvenil.

A análise a respeito do contexto das juventudes mostra-se bastante recente no campo do Serviço Social, com poucas produções que promovam reflexão sobre as juventudes, uma vez que, conforme Spósito (2009)⁴, a produção acadêmica do Serviço Social vem concentrando sua produção em adolescentes afetados por processos de exclusão, analisando limites e vicissitudes contidas na implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente após a

³ O debate de dados que demonstram o contexto de (in)segurança juvenil será realizado no capítulo 3 desta tese.

⁴ *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, com autoria de Marília Pontes Spósito, publicado em 2009, revela a escassa produção teórica do Serviço Social sobre juventudes para além do recorte adolescência.

sua promulgação, em 1990, com poucas produções sobre juventudes para além da adolescência.

Sendo assim, observa-se uma importante lacuna na produção acadêmica do Serviço Social⁵, posto que as juventudes vêm sofrendo de forma ímpar os impactos estruturais do capital nas últimas décadas, necessitando de investigações que possam dar visibilidade para sua realidade e demandas contemporâneas.

Diante desse contexto, o presente estudo visa contribuir para a construção do conhecimento a respeito da materialização do direito à segurança, no âmbito das políticas públicas destinadas às juventudes brasileiras, com o objetivo de analisar como o fenômeno da (in)segurança vem sendo compreendido no atual solo sócio-histórico, na perspectiva de dar visibilidade para as principais tendências na análise desta realidade, bem como de desvendar o contexto que cerca as juventudes e suas demandas por segurança.

À luz de uma análise crítica, por meio da teoria marxista, apresenta-se o resultado da pesquisa de doutorado que tem como objetivo:

- *Analisar* como vem se constituindo a proteção social, entendida como segurança, em relação às juventudes brasileiras, a fim de contribuir para a qualificação de tais políticas para este segmento.

Para alcançar este objetivo geral, há os seguintes objetivos específicos:

- a) *investigar* como vem se constituindo a realidade das juventudes brasileiras no que se refere às diversas manifestações da (in)segurança;
- b) *mapear* e analisar os tratados internacionais nos quais o Brasil é signatário, que se refiram à garantia de direitos humanos para as juventudes; e
- c) *analisar* a Política Nacional de Juventude e as suas possíveis intersecções com as demais Políticas Públicas, no que se refere ao recorte juventudes e segurança.

Com estes objetivos busca-se responder ao seguinte problema de pesquisa: “Como vem se constituindo a proteção social, entendida como segurança, em relação às juventudes brasileiras?” A resposta a este problema de pesquisa, no alcance dos objetivos, está calcada na premissa de que o real mostra-se somente de forma parcelada, fragmentada, sendo necessário

⁵ Recentemente, em 3 de janeiro de 2014, o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS lançou o *CFESS Manifesta: em defesa das juventudes brasileiras*, constituindo um importante documento de reconhecimento da necessidade de defesa dos direitos das juventudes pelos Assistentes Sociais, uma vez que essa publicação dá visibilidade para os principais posicionamentos políticos do Conselho Federal sobre diversas temáticas ligadas ao trabalho de Assistentes Sociais. Mostra-se como um importante marco, constituindo um documento público que relaciona a necessidade de pensar em mecanismos de proteção social para esses sujeitos, relacionando com os compromissos éticos da profissão. Observa-se que na produção do presente documento, sua fundamentação teórica está calcada em produções de áreas como Educação e Ciências Sociais, o que corrobora a escassa produção teórica do Serviço Social sobre a temática.

romper com sua pseudoconcreticidade e perceber como se configura a essência do fenômeno que se pretende conhecer (KOSIK, 2002).

Compreender como se estabelece a (des)proteção social nas políticas públicas para as juventudes mostra-se como um importante desafio, uma vez que por meio do discurso presente nestas políticas é possível perceber as diversas perspectivas e projetos societários em disputa, na medida em que os discursos têm o poder refletir concepções ideológicas. O discurso é carregado de ideologia, portanto traz um conteúdo simbólico, sendo necessário decifrar suas concepções e suas lacunas para perceber seu conteúdo.

Para Gramsci (1978), a ideologia é uma concepção de mundo que se expressa em todas as manifestações de vida, individuais e coletivas, sendo assim o discurso presente na formulação de políticas públicas para as juventudes consiste em um construto carregado de concepções, e, portanto, carente de análise. Com base nesta perspectiva, compreende-se que o discurso se caracteriza como uma prática política e ideológica, sendo necessário verificar de que maneira se constituem os discursos presentes na realidade, no intuito de identificar as relações entre os sujeitos com os sentidos e com o mundo (AGUINSKY, 2003).

Nesse sentido, para compreender os discursos, a fim de analisar a conjuntura de (des)proteção social presente nas políticas públicas para as juventudes, é essencial estar impregnado por um método que visa iluminar os caminhos que o pesquisador trilhou, na perspectiva da observância e captura do real em movimento. A utilização deste método na pesquisa fundamenta-se no fato de que através dele torna-se possível penetrar o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade (MARCONI; LAKATOS, 2003).

O método utilizado na construção desta pesquisa é o *dialético-crítico* que se fundamenta no *materialismo histórico-dialético*. Iluminado por este método pretende-se penetrar profundamente na análise dos fenômenos sociais em foco, a partir da apreensão do real que se apresenta de forma móvel, múltipla, diversa e contraditória (LEFEBVRE, 1991). A escolha deste método de pesquisa se deu por conter a concepção que melhor corresponde ao caráter do estudo e à visão do pesquisador. O materialismo histórico-dialético é uma concepção científica da realidade, enriquecida com a prática social da humanidade, tendo como ideia principal ressaltar, na teoria do conhecimento, a importância da prática social como critério de verdade (TRIVIÑOS, 1995).

Ao pensar no método dialético-crítico não deve contentar-se em somente olhar ou mesmo em observar as coisas, é preciso penetrar ativamente nelas, do mesmo modo que se deve tentar captar o fenômeno característico, essencial (LEFEBVRE, 1991). Através do

método torna-se possível a inserção no mundo dos fenômenos através da sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. (MARCONI; LAKATOS, 2003). Porém, para que seja possível analisar todo o momento do real, desvendando a realidade na busca pela construção do conhecimento, a fim de analisar como se constroem os discursos sobre segurança, no âmbito das políticas públicas destinadas às juventudes, foram adotadas as *Categorias Teóricas do Método*, sendo as principais categorias: a *Contradição*, a *Totalidade* e a *Historicidade*.

Além das categorias do método dialético-crítico, as categorias explicativas da realidade estão presentes nesse estudo, são elas: *(in)segurança, juventudes e políticas públicas*, sendo problematizadas ao longo do texto. As categorias pertencentes ao método dialético-crítico são transversais a todo o processo de pesquisa e iluminam todas as etapas deste processo. Nesse sentido, segundo Triviños:

Categorias são formas de conscientização nos conceitos dos modos universais da relação do homem com o mundo, que refletem as propriedades e leis mais gerais e essenciais da natureza, a sociedade e o pensamento. Para o marxismo, as categorias se formaram no desenvolvimento histórico do conhecimento e na prática social. Esta última afirmação é fundamental. Ela significa que o sistema de categorias surgiu como resultado da unidade do histórico e do lógico, e ‘o movimento do abstrato ao concreto, do exterior ao interior, do fenômeno à essência (TRIVIÑOS, 1987, p. 36).

Segundo Lefebvre (1995), tudo é contraditório, todo o pensamento avança graças às contradições que contém, examina e supera. Devido a isso, a categoria *contradição* tem centralidade no método, uma vez que possibilita a ampliação da visão da realidade e seu movimento intenso. Nesse sentido, Lefebvre (1995) afirma que se tudo é contraditório, o pensamento deve ser consciente à contradição. A contradição não é apenas entendida como categoria interpretativa do real, mas também como sendo ela própria existente no movimento do real, como motor interno do movimento, já que se refere ao curso do desenvolvimento da realidade. Sendo assim, a contradição faz parte da realidade, da mesma maneira que o processo dialético, visto que o “eu” existe em relação ao “outro” na sua determinação ou negação (CURY, 2000). Compreender as juventudes, a (in)segurança e as políticas públicas na análise aqui realizada, pressupõe analisar a constituição destes elementos e as suas relações por meio de intensas contradições que marcam a sua composição, pois se pretende romper com homogeneidades e linearidades presentes em muitos debates, os quais colocam tais termos como fenômenos isolados e uniformes. A *contradição* marca o movimento o qual demonstra que a (in)segurança possui em seu cerne segurança e insegurança, enquanto fenômenos dialeticamente presentes que se revelam e se ocultam no real, demandando

políticas públicas como formas de materializar direitos, ao mesmo tempo encontram-se limitados na sociedade regida pelo capital. Em meio a esse processo, as juventudes conformam-se como segmento social que demanda e necessita de proteção, representando, ao mesmo tempo, uma categoria múltipla e plural, porém com singularidades que a caracterizam.

Além da contradição, a categoria *totalidade* encontra-se presente na análise desta realidade. Para Kosik (1976), a *totalidade* não significa todos os fatos, mas sim a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido. Compreender a *totalidade* no presente debate demanda ampliar o olhar para as relações estruturais existentes na conexão entre (in)segurança, juventudes e políticas públicas, uma vez que tais elementos encontram-se conectados, possuindo uma raiz estrutural na sua constituição posta por meio de um movimento histórico contínuo.

Nesse sentido, ver a totalidade dos fenômenos é fundamental para a compreensão da realidade, porém estes fenômenos multifacetados estão em constante movimento, não são estáveis, congelados, mas estão dentro de um processo histórico, por isso entender a realidade através da categoria *historicidade* torna-se fundamental para descortiná-la. Kosik (1976) afirma que a história só é possível quando o homem não começa sempre de novo e do princípio, mas se liga ao trabalho e aos resultados obtidos pelas gerações precedentes.

A análise do movimento histórico mostra-se como aspecto indispensável na compreensão da (in)segurança, juventudes e políticas públicas, uma vez que tais processos não são elementos estáticos presentes do real, mas construídos por um intenso movimento que se realiza através de uma construção histórica.

Com essa perspectiva, a fim de desvendar os discursos sobre segurança presente nas políticas públicas relacionadas às juventudes, foi desenvolvida uma pesquisa de *Natureza Qualitativa*. Segundo Martinelli (1999), a pesquisa de natureza qualitativa abre possibilidades de buscar mais do que índices e medidas, mas descrições e interpretações acerca da realidade. Minayo (1994) refere que a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Conforme Flick (2009), o termo “pesquisa qualitativa” foi usado por muito tempo de forma diferenciada para descrever uma alternativa de pesquisa “quantitativa”, e foi cunhado no contexto de crítica à segunda, especialmente em seus desdobramentos nos anos 1960 e 1970. Porém, o presente estudo, mesmo possuindo um caráter qualitativo, não nega a presença de elementos quantitativos, uma vez que qualidade e quantidade revelam-se inseparáveis como dois aspectos da existência concretamente determinados, fazendo parte da

mesma realidade (LEFEVBRE,1995). Dessa forma, ao perceber qualidade e quantidade como elementos presentes no real, mostra-se a observância do princípio da *totalidade*, sendo que não só as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (LEFEVBRE,1995).

Com base nesses pressupostos, foi desenvolvida, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, na linha de pesquisa “Serviço Social e Políticas Sociais”, a presente investigação. Para a sua construção foi necessário pensar em um processo metodológico, de construção e estruturação da pesquisa, assim como um espelho composto por diversos processos como: o polimento de uma superfície de metal, a aplicação de uma camada escura por trás da superfície, a aplicação de uma camada de vidro em frente à superfície e, por fim, a aplicação de uma fina camada de prata associada com produtos químicos, esta pesquisa também foi desenvolvida por diversas etapas, em um constante processo de construção.

Tal movimento de construção do estudo se deu por meio de uma investigação de caráter documental. Segundo Markoni e Lakatos (2010), a pesquisa documental consiste em levantamento e análise de dados advindos de documentos de fontes primárias, ou seja, todos os materiais ainda não elaborados, escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica.

Na pesquisa apresentada busca-se, pois, realizar o levantamento e a análise de documentos internacionais referentes às juventudes, com especial destaque para os documentos produzidos pela Organização das Nações Unidas-ONU e Organização Ibero-Americana de Juventude-IOJ. A análise de tais documentos se mostra importante, pois possibilita verificar como vem se constituindo, em nível internacional, o processo de construção histórica de direitos das juventudes. Tais acordos internacionais integram movimentos que buscam apontar para elementos de fundamental importância, na perspectiva de materializar direitos para as juventudes.

Como afirma Sales (2007), movimentos contínuos de luta são fundamentais para que os Direitos Humanos sejam efetivos em uma ordem prática, para que não se convertam em letra morta. Para a realização do estudo, tais documentos foram coletados a partir de um levantamento de dados em sites de instituições internacionais, tabulados conforme o Roteiro para Análise dos Acordos Internacionais (Apêndice A), desenvolvido pelo autor, que foram posteriormente analisados.

Nesta pesquisa, além dos acordos internacionais, foram analisados documentos provenientes de programas e projetos vinculados à Política Nacional de Juventude, sendo

intencionalmente incluídos os programas e projetos de abrangência nacional, destinados às juventudes, tendo por finalidade analisar como se apresentam as respostas dadas em nível federal para as demandas por segurança das juventudes no Brasil. Para tanto, utiliza-se como critérios de inclusão os documentos referentes aos programas e projetos vinculados ao governo federal e voltados especificamente para as juventudes, bem como projetos não específicos, mas que tenham as juventudes como um dos seus públicos prioritários. Destaca-se que a Política Nacional de Juventudes, nascida em 2005, está vinculada à Secretaria Nacional de Juventude que, por sua vez, busca formular, coordenar e articular políticas públicas, além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais voltados para as juventudes (SNJ, 2005).

Dessa forma, a Política Nacional de Juventude tem a intenção de articular-se com as demais secretarias e ministérios, a fim de desenvolver as suas ações na perspectiva da intersetorialidade, possibilitando a garantia dos direitos às juventudes. Ao possuir como norte de análise a Política Nacional de Juventude foi possível verificar as intersecções entre demais políticas públicas, com foco no recorte “juventudes e segurança”. Porém, ressalta-se que até o momento não existe nenhum mapeamento de programas e projetos para juventudes realizado pela Secretaria Nacional de Juventudes ou algum órgão vinculado. Para a realização do mapeamento de tais programas e projetos, foi necessário o acesso ao site, tanto da Secretaria Nacional de Juventude, como das demais secretarias e ministérios governamentais, buscando realizar um levantamento por meio da leitura e análise de documentos governamentais de todas as ações voltadas para as juventudes no Brasil. O mapeamento desenvolvido pelo autor, dos programas e projetos voltados para as juventudes no Brasil, foi realizado entre janeiro de 2013 e dezembro de 2014, sendo coletados os dados com base no roteiro de análise de programas e projetos (Apêndice B).

Além das fontes citadas, com a perspectiva de problematizar a realidade deste segmento social, foi realizada uma análise dos textos-base e demais documentos⁶ produzidos nas Conferências Nacionais da Juventude⁷. A 1ª Conferência Nacional de Juventude foi realizada entre os dias 27 e 30 de abril de 2008, e a 2ª Conferência entre os dias 9 e 12 de dezembro de 2011, ambas em Brasília. A análise de tais documentos objetivou construir um panorama nacional das principais demandas por políticas públicas produzidas pelas

⁶ Como o 1º e 2º Pacto pela Juventude que foram construídos com base nos debates no âmbito das conferências.

⁷ Tais conferências constituem espaços de debate a respeito da realidade das juventudes em âmbito nacional, a fim de subsidiar políticas públicas para as juventudes e serão discutidas no capítulo 3 desta tese.

juventudes, bem como as ideologias que permeiam tais demandas, em especial no recorte que busca investigar esta pesquisa: a relação entre juventudes e segurança.

Na compreensão sobre a garantia de direitos humanos para as juventudes, analisando a realidade das juventudes brasileiras no que se refere às diversas manifestações da (in)segurança, buscou-se realizar uma análise de dados secundários, por meio de investigação bibliográfica⁸, nos principais institutos de pesquisa do Brasil, em especial o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, dentre outros institutos e órgãos nacionais e internacionais, como: Secretaria Nacional de Juventude, Organização Ibero-Americana de Juventude, Organização Internacional do Trabalho – OIT. A análise de tais dados remete a um panorama da realidade das juventudes brasileiras no que tange à conjuntura de (in)segurança, materializada pela precarização do mundo do trabalho, dificuldade de acesso a direitos sociais, alto índice de mortalidade, dentre outros aspectos que serão apresentados ao longo desse estudo.

Desta forma, o corpus⁹ da pesquisa foi formado por 10 tratados internacionais sobre juventudes que o Brasil é signatário, 32 documentos provenientes de programas e projetos vinculados a Política Nacional de Juventude, 5 documentos produzidos durante a Primeira e a Segunda Conferência Nacional de Juventude e 20 pesquisas de institutos nacionais e internacionais que tinham as juventudes como público-alvo do estudo; totalizando assim 67 documentos e materiais bibliográficos. Foram analisados os documentos e materiais bibliográficos produzidos entre 2005 e 2014, sendo que o ano de 2005 foi escolhido por ser o momento histórico em que se inicia no Brasil a Política Nacional de Juventude.

Ressalta-se que, embora o conjunto da tese faça referência a outras sociedades, a análise do presente estudo centra-se no contexto de (des)proteção social vivenciado pelas juventudes brasileiras, sendo que tal conjuntura possui relação intrínseca com a formação social do Brasil enquanto país capitalista hipertardio, dependente de extração colonial-escravista, o que impacta diretamente na (des)proteção social vivenciado pelas juventudes e pelos demais segmentos sociais

⁸ Para Gil (1995), a pesquisa bibliográfica é um trabalho de natureza exploratória, que propicia bases teóricas ao pesquisador para auxiliar no exercício reflexivo e crítico sobre o tema em estudo; se diferencia da pesquisa documental, uma vez que, enquanto a pesquisa documental se vale de documentos que ainda não receberam tratamento analítico, a pesquisa bibliográfica constitui dados que já foram analisados.

⁹ Para Bardin (1977) o corpus da pesquisa representa o conjunto de documentos selecionados para serem submetidos aos procedimentos analíticos. Após a composição do corpus da pesquisa foi realizada a etapa de exploração do material, onde os dados que formam o corpus da pesquisa foram organizados em dados ou tabelas, e classificados a partir das categorias Teóricas do Método e Explicativas da Realidade. Feito isso, foi dado início ao tratamento de dados onde foi realizada a descrição analítica dos dados coletados, sendo guiado a partir das categorias e questões que norteiam o presente estudo, realizando um aprofundamento teórico, a partir de conexões feitas entre os referenciais escolhidos e os dados coletados (BARDIN, 1977).

Assim, o intuito é desvendar a realidade que permeia o fenômeno das juventudes e segurança, compreendendo o movimento do real e os diversos processos de garantias e violações de direitos vivenciados pelas juventudes. Porém, para compreender tal realidade, torna-se fundamental o uso de técnicas de análises de dados, então a presente pesquisa utiliza a técnica de *Análise de Conteúdo* para interpretar os dados coletados. Esta técnica é definida como:

[...] um conjunto de técnicas de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

A análise de conteúdo mostra-se uma técnica fundamental no processo de pesquisa, uma vez que visa sistematizar as informações colhidas na realidade. Esta técnica, segundo Triviños, (1995) pode ser utilizada para desvendar ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes, que à simples vista não se apresentam com a devida clareza.

Este caminho trilhado para o desenvolvimento da presente investigação pôde ser enriquecido com a realização do Doutorado sanduíche, junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2015, sob orientação do Dr. José Manuel Mendes. Tal experiência foi de extrema riqueza no momento em que foi possível dialogar com diversos pesquisadores a respeito da temática segurança e juventudes, bem como realizar debates públicos junto ao centro onde se desenvolveu o estágio doutoral e a Faculdade de Serviço Social da Universidade de Coimbra. O diálogo com diversos pesquisadores, o acesso à literatura internacional e a participação nas atividades junto a universidades europeias serviram para aprofundar os debates contidos nesta tese, assim como reafirmar o posicionamento vinculado a uma perspectiva crítica e marxista.

Ressalta-se que a produção teórica europeia possui muita influência no âmbito das Ciências Sociais no Brasil, no que se refere às temáticas segurança e juventudes, sendo que é possível observar nessas produções a predominância do pensamento pós-moderno, que acarreta análises fragmentadas, fetichizadas e conversadoras da realidade. O conservadorismo também está presente em muitas produções teóricas brasileiras sobre juventudes e segurança, onde se verifica uma clara vinculação com correntes teóricas europeias, cujo movimento analítico está calcado na efemeridade pós-moderna.

Nesse sentido, aponta-se para a importância de produções vinculadas à perspectiva crítica, contrapondo o pensamento pós-moderno, contemporaneamente predominante na

análise de tais temáticas. O momento do Doutorado sanduíche constituiu uma reafirmação da importância do pensamento crítico na fundamentação do objeto de estudo, corroborando com o posicionamento do Serviço Social Brasileiro no que se refere à opção epistemológica hegemônica da categoria profissional vinculada ao pensamento crítico.

Por meio deste caminho metodológico, da análise dos dados, enriquecido com diversos debates realizados ao longo da construção desse estudo foi possível a construção da afirmação da seguinte tese:

- A (in)segurança aparece de diversas formas, em muitos contextos, expressa-se por meio de seus múltiplos fragmentos que ocultam a sua raiz comum: a relação estrutural de produção e reprodução de valor na sociabilidade capitalista. Todos os segmentos sociais são impactados por este processo, sendo que especialmente as juventudes vêm sofrendo as refrações deste movimento e demandando proteção social. Nessa conjuntura, as Políticas Sociais, devido ao sociometabolismo do capital, sob sua feição neodesenvolvimentista, acarretam um processo contínuo de (des)proteção social que, dialeticamente, movimenta o fetiche das juventudes como instrumento de desenvolvimento social.

Para demonstrar a tese acima, o presente texto estrutura-se em cinco capítulos, que buscam debater os elementos principais que dão visibilidade para os achados da pesquisa. Tal construção é atravessada por uma linguagem metafórica¹⁰, relacionando questões ligadas aos espelhos, pois, como refere Clarice Lispector, “quem olha um espelho, quem consegue vê-lo sem se ver, quem entende que a sua profundidade consiste em ele ser vazio percebeu o seu mistério de coisa”¹¹. Dessa forma, a imagem do espelho, e tudo que a ele se relaciona, se torna uma potente metáfora para ilustrar diversas manifestações dos fetiches presentes na sociedade capitalista, relacionados aos reflexos¹² da (in)segurança em sua análise atual, bem como as concepções ideológicas relacionadas ao debate sobre juventudes.

Sendo assim, espelhos, caleidoscópios, reflexos, hologramas serão elementos utilizados para demonstrar a forma pela qual o real vem sendo capturado na

¹⁰ Harvey (1992), ao analisar uma série de oposições estilísticas, pelas quais o pós-modernismo poderia ser retratado como uma reação à modernidade se baseia na obra de Hassan (1985) para afirmar que a metáfora constitui uma construção da modernidade em contrapartida à metonímia, como uma construção típica pós-moderna. Apesar desta observação, o autor afirma a necessidade de tomar cuidado com a descrição de relações complexas como simples polarizações, no que se refere às diferenciações entre estas duas concepções teóricas. Nesse sentido, as metáforas utilizadas na presente tese constituem linguagens figuradas para ilustrar as construções teóricas presentes no texto, sendo que a presente construção textual tem no método dialético-crítico sua concepção epistemológica de leitura de realidade.

¹¹ LISPECTOR, Clarice. *Os espelhos*. Disponível em: <http://claricelispector.blogspot.com.br/2008/02/os-espelhos.html>. Acesso em: ago. 2014.

¹² O termo reflexo utilizado nessa tese não se relaciona a simples projeção mecânica de algo, mas está relacionado à percepção de um complexo social que se configura a partir das relações de exploração na sociabilidade capitalista.

contemporaneidade, para construções de lutas emancipatórias e alienantes presentes neste contexto.

Nesse sentido, o título da tese “*O caleidoscópio da (in)segurança: os reflexos da dialética da (des)proteção social nas juventudes*” faz alusão à análise do contexto de (in)segurança na sociedade atual que, como em um caleidoscópio, ao olhar somente para fragmentos em movimento, há a ilusão de compreensão da totalidade, mas fica oculta a raiz estrutural da produção de (in)segurança na sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, o título se refere ao movimento dialético de (des)proteção social produzido pelo sociometabolismo do capital sob sua feição neodesenvolvimentista, que acaba por impactar as juventudes dentre outros segmentos sociais. Desse modo, a metáfora do caleidoscópico, que atravessa o texto, faz uma crítica à lógica fragmentada e pós-moderna, que busca a análise dos fragmentos em movimento e nega a totalidade dos fenômenos.

Portanto, no presente estudo, objetiva-se perceber o real para além das suas aparências, analisando os reflexos desta forma de compreendê-lo por meio dos fetiches presentes nos fragmentos de realidade. Para realizar este movimento, o primeiro capítulo compreende o texto em tela, apresentando o objeto de estudo e a metodologia da pesquisa. No segundo capítulo, intitulado “O caleidoscópio da (in)segurança: reflexos da sociabilidade capitalista”, realiza-se um debate acerca da análise da (in)segurança na realidade atual, procurando demonstrar as raízes de produção e reprodução da (in)segurança na órbita do capital. Neste capítulo também se reflete a respeito da construção histórica da segurança na perspectiva dos direitos humanos, assinalando as dimensões contraditórias.

O terceiro capítulo, com o título “O translúcido e o opaco: as imagens das juventudes no contexto de (in)segurança”, desenvolve-se um debate sobre as principais tendências na análise das juventudes na contemporaneidade, apontando para questões conceituais na compreensão deste segmento social. Neste capítulo apresenta-se uma série de dados secundários, provenientes de pesquisas sobre as juventudes no Brasil e no mundo, que buscam ilustrar a conjuntura de (in)segurança a que estes sujeitos estão expostos. Apresentam-se, ainda, as demandas por segurança vocalizadas por meio das manifestações de junho de 2013, e das duas Conferências Nacionais de Juventude.

No quarto capítulo, “A dialética da (des)proteção social e as juventudes: uma análise das políticas públicas na era neodesenvolvimentista”, há o debate a respeito do contexto das políticas públicas no modo de produção capitalista, em especial sob a influência do modelo neodesenvolvimentista. Neste debate, apresenta-se a trajetória histórica de construção das juventudes como sujeitos de direitos, por meio da análise dos documentos internacionais

sobre os direitos juvenis e sua influência na construção da Política Nacional de Juventude. Ainda, neste capítulo apresenta-se a análise dos programas e projetos voltados para as juventudes, demonstrando os movimentos dialéticos e contraditórios presentes no desenvolvimento das ações para o público juvenil. Por fim, o quinto capítulo contempla as conclusões do estudo e, a seguir, as referências bibliográficas que nortearam a construção da presente Tese de Doutorado.

2 O CALEIDOSCÓPIO DA (IN)SEGURANÇA: REFLEXOS DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

A sociedade contemporânea se caracteriza pelos avanços tecnológicos, demarcando a era da comunicação, da conectividade, da diminuição das distâncias; porém, paradoxalmente, o contexto atual aponta para uma ampliação da desigualdade social, um aumento significativo das violências, e, como consequência, a ampliação dos processos de (in)segurança. Nessa conjuntura, o contexto de (in)segurança impacta diretamente na vida de todos os sujeitos, independentemente de sua classe social. Tal afirmação não significa negar a luta de classes, pelo contrário, pois, como refere Engels (2008, p. 204) “todas as lutas históricas, quer se desenvolvam no terreno político, no religioso, no filosófico ou noutra terreno ideológico qualquer, não são, na realidade, mais do que a expressão mais ou menos clara de lutas de classes sociais”.

Dessa forma, reconhece-se que a lógica da exploração de uma classe sobre a outra, na produção e reprodução de valor na sociabilidade capitalista, gera efeitos para todos os sujeitos, especialmente, mas não exclusivamente, para os mais vulnerabilizados diante deste processo. Assim, a (in)segurança tende a impactar todos os sujeitos, por meio de suas múltiplas manifestações, mantendo sua raiz comum: a produção e a reprodução do capital.

Diante desse cenário, em muitos debates são ocultadas as raízes produtoras dos principais processos de (in)segurança vivenciados na cotidianidade. Torna-se fundamental, então, compreender como se constitui a (in)segurança na sociabilidade contemporânea, buscando analisar as relações estruturais que impactam diretamente nas relações sociais produtoras deste fenômeno. Com esta perspectiva, no presente capítulo busca-se debater os reflexos da sociabilidade capitalista no fenômeno da (in)segurança, procurando desocultar os fetiches presentes neste debate.

Assim, o primeiro item deste capítulo, intitulado “O fetiche da (in)segurança no solo sócio-histórico contemporâneo”, visa refletir como é compreendido o fenômeno da (in)segurança na sociabilidade atual, resultante de um processo caleidoscópico de apreender este fenômeno. Nesse sentido, procura-se analisar como que a (in)segurança vem sendo percebida na contemporaneidade, especialmente por teorias pós-modernas, que acarretam na valorização do fragmento, ocultando a totalidade dos fenômenos. Faz-se uma análise das principais obras de Zygmunt Bauman e Ulrich Back, autores referência no debate contemporâneo sobre (in)segurança, com a finalidade de demonstrar os limites de tais concepções teóricas que acarretam uma visão caleidoscópica do real, isto é, uma imagem

feticizada que oculta a totalidade dos fenômenos, valorizando o efêmero e o fragmento, resultando na manutenção e fortalecimento da ideologia capitalista no cenário contemporâneo.

No segundo item deste capítulo, “A (in)segurança como reflexo da sociabilidade do capital”, se desenvolve um debate acerca das raízes da produção de (in)segurança, compreendendo as relações estruturais na análise da sociedade atual. Então, busca-se remeter à luta de classe como solo sócio-histórico da produção de (in)segurança. Com isso, tem-se a perspectiva de romper com a visão caleidoscópica de valorização do fragmento e ocultação da totalidade. Por fim, no item denominado “A segurança como direito humano: para além dos fragmentos de espelhos” desenvolve-se o debate da segurança compreendida como direito humano, percebendo seus limites, possibilidades e contradições no âmbito da sociabilidade capitalista.

2.1 O FETICHE DA (IN)SEGURANÇA NO SOLO SÓCIO-HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO

A insegurança é um dos fenômenos mais presentes na contemporaneidade. Tal processo aparece¹³ em quase todas as ações que os sujeitos realizam em suas vidas: na forma com que se comunicam, andam pelas ruas, trabalham, se divertem; enfim, o contexto do medo e de insegurança altera significativamente a maneira como as pessoas se relacionam com o mundo. Devido a todo este contexto efervescente de insegurança, surgem diversas explicações para compreender este fenômeno. Alguns autores, especialmente vinculados ao debate pós-moderno, afirmam que estamos vivenciando a “sociedade do medo”, em função da realidade repleta de incertezas, de “fluidez de bases sólidas”. Bauman (2006, p.08) é um dos principais expoentes neste debate, afirmando que o medo é “o nome que damos a nossas incertezas, a nossa ignorância da ameaça do que deve ser feito”.

O autor refere que vivemos em uma “modernidade líquida”, ou seja, uma sociedade pós-moderna que não mantém sua forma com facilidade, por ser “líquida” ou “fluida”, está constantemente propensa às mudanças, sendo esta a sociedade da incerteza, e, conseqüentemente, do medo. Nesse contexto, de negação de bases “sólidas”, ocorre o desmoronamento de ideologias fortes, de certezas, dando lugar a uma sociedade onde o dinamismo e a rapidez com que ocorrem os processos sociais são as suas principais marcas,

¹³ A palavra “aparece” aqui é usada nos termos de Marx, para indicar que uma coisa diferente acontece na aparência superficial do fenômeno (HARVEY, 2013).

pois “a vida líquida é uma vida precária, vivida em condições de incertezas constantes” (BAUMAN, 2006, p.8).

Para Cugini (2008), o contexto atual aponta para um mundo em contínuo movimento, extremamente rápido, que deixa qualquer pessoa na constante preocupação de manter o ritmo das mudanças. Esta vida precária, sem nenhum tipo de segurança, obriga as pessoas a mudarem continuamente de situações, sendo este o novo estilo de vida da sociedade líquida, demarcando a negação de todo o tipo de “eternidade”. Sendo assim, o dinamismo atual nega todas as formas de “verdades eternas”, colocando em cheque todas as estruturas antes conhecidas.

A vida líquida, abordada por esta concepção, é a vida da globalização, da interconexão, da tecnologia e da constante insegurança marcada por diversos perigos que assolam os sujeitos. Bauman (2006) afirma que o contexto de insegurança se calca no medo, materializado especialmente em três tipos de perigos presentes em nossas trajetórias:

Alguns ameaçam o corpo e as propriedades. Outros são de natureza mais geral ameaçando a durabilidade da ordem social e a confiabilidade nela, da qual depende a segurança do sustento (renda, emprego) ou mesmo da sobrevivência no caso de invalidez ou velhice. Depois vêm os perigosos que ameaçam as pessoas no mundo – a posição na hierarquia social, a identidade (de classe, de gênero, étnica, religiosa) e, de modo mais geral, a imunidade à degradação e a exclusões sociais (BAUMAN, 2006, p. 10).

No reconhecimento destes medos, fontes de insegurança, Castro (2009), ao considerar a análise de Bauman, afirma que é necessária uma terapia contra o medo crescente, que começa com a sua compreensão profunda, analisando seu surgimento a fim de pensar seu enfrentamento. Nesse sentido, para esta concepção de matriz pós-moderna, os medos e os perigos são praticamente reflexos naturais de uma vida líquida marcada por incertezas, uma vez que a insegurança marca presença em função da ausência do sentimento de comunidade.

Dessa forma, segundo Bauman (2003), a comunidade é um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante, onde nos sentimos pertencentes, onde nos sentimos seguros; mas, em função do contexto competitivo e adverso da atual sociedade, este “tipo de mundo idealizado” não está ao nosso alcance. A comunidade, como representação da solidariedade e da confiança, é um conceito de difícil alcance, como um paraíso perdido ou ainda não conquistado (BAUMAN, 2003).

Diante desta impossibilidade de constituir uma comunidade, nos termos de Bauman (2003), o autor coloca a tensão entre segurança e liberdade, ou entre comunidade e individualidade: para viver em comunidade o sujeito terá que abrir mão da sua liberdade, visto

que comunidade pressupõe a vivência no coletivo e isso implica a diminuição do direito à “autoafirmação” ou à autonomia. Dessa forma, congrega segurança e liberdade revela uma equação que não é possível nos termos da sociedade pós-moderna.

Apesar das idealizações e problemas na tensão entre a liberdade e a segurança, no que tange ao sentimento de comunidade, o desejo humano ainda permanece na eterna busca por liberdade e sentimento de segurança. Diante deste dilema, Bauman (2003) afirma que não seremos humanos sem segurança ou sem liberdade, mas é impossível ter as duas coisas ao mesmo tempo. Assim, há a necessidade de constante procura pela tentativa de obter segurança com liberdade, mesmo compreendendo a impossibilidade de haver a plenitude destes dois conceitos, porém sua busca é fundamental. Esta constante busca, segundo Bauman (2003), não deve ser somente individual, mas sim coletiva, a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de seres humanos e igual capacidade de agir em defesa destes direitos.

Sendo assim, este é o grande desafio a ser enfrentado na busca pela construção do sentimento de comunidade: reconhecer as igualdades e as diferenças neste mundo multicultural e globalizado. Para tal concepção, a raiz da insegurança centra-se na percepção dos sujeitos quanto à diversidade, onde o reconhecimento entre os iguais torna-se cada vez mais escasso, a solidez de conceitos e concepções torna-se líquida, há uma ampliação da insegurança, uma vez que, para Bauman (2006), o medo é resultado de incertezas e do desconhecimento quanto àquilo que nos ameaça.

À medida que a multidão urbana se torna cada vez mais diversificada, a chance de encontrar os equivalentes modernos da marca a fogo também aumenta; e também aumenta a suspeita de que podemos ser muito lentos ou ineptos para ler as mensagens contidas nas figuras pouco familiares. Assim, temos razões para ter medo, e então só falta um passo para projetar nosso medo nos estranhos que os provocaram, e para condenar a vida urbana por ser perigosa: perigosa por causa de sua diversidade (BAUMAN, 2003, p. 132).

Nesta compreensão, o medo e a insegurança surgem nos indivíduos no não reconhecimento das suas diversidades, das suas incertezas quanto ao futuro, na ausência do conceito de proteção comunitário, em meio a um mundo de rápidas transformações. Então, a ideia de proteção da comunidade neste mundo diverso, multicultural e globalizado, se funda na promessa da simplificação, que só pode ser atingida pela separação das diferenças, em uma unidade comunitária que se funda na divisão, na segregação, o que torna impossível em um mundo onde todos são interdependentes devido à globalização (BAUMAN, 2003).

Nesse contexto, onde todos os problemas relevantes são globais, não se admitem soluções locais. Diante disso, Bauman (2003) afirma que a responsabilidade por criar respostas para o enfrentamento da insegurança presente no contexto atual deve ser global, porém, esperar que o Estado faça algo palpável para mitigar a insegurança parece uma fantasia irrealizável; para o autor, em um mundo cada vez mais individualizado e privatizado, a segurança é uma tarefa de cada indivíduo.

Esperar que o Estado, se chamado ou pressionado adequadamente, fará algo palpável para mitigar a insegurança da existência não é muito mais realista do que esperar o fim da seca por meio de uma dança da chuva. Parece cada vez mais claro que o conforto de uma existência segura precisa ser procurado por outros meios. A segurança, como todos os outros aspectos da vida humana num mundo inexoravelmente individualizado e privatizado, é uma tarefa que toca a cada indivíduo (BAUMAN, 2003, p.103).

Evidencia-se, então, em Bauman, ao mesmo tempo, um apelo por pensar em soluções globais e uma valorização ao individual, na busca por uma solução abstrata para a problemática da insegurança. Sua forma de compreensão da segurança na sociedade atual está intimamente relacionada à perspectiva da *sociedade do risco*, de Ulrich Beck. Nessa perspectiva, Beck (1995) refere que os acontecimentos das últimas décadas, como a queda do muro de Berlin, a crise ambiental, as descobertas genéticas e tecnológicas provocaram profundas transformações na sociedade industrial, onde se proliferam incertezas de toda ordem, então, este processo acarretou uma ruptura dentro da modernidade, que fez surgir a sociedade do risco no lugar da sociedade industrial.

Nessa ótica, o autor afirma que assim como no século XIX a modernização dissolveu a sociedade agrária estamental, a modernidade surge com outra configuração social, a da sociedade do risco, onde os elementos constitutivos de uma tradicionalidade industrial imanente (classe social, família, trabalho assalariado) são incorporados, seus fundamentos fragilizados e suspensos pela modernização reflexiva¹⁴ (BECK, 2011).

Nesse sentido, Beck refere que a sociedade do risco é a sociedade onde se desfaz certezas sólidas, onde a segurança não é possível pela nova forma como a realidade ou a modernidade se consolida, especialmente pelos riscos ambientais e nucleares que podem atingir a todas as pessoas que vivem nesta sociedade. Para Beck (2011), os riscos constituem

¹⁴ O termo refere-se a uma modernização ampla, solta e modificadora da estrutura, onde se produzem insegurança de toda uma sociedade, difíceis de dimensionar (BECK, 1995). A modernização, neste sentido, significa o “salto tecnológico da racionalização e da transformação do trabalho e da organização, englobando, além disso, muito mais: a mudança dos caracteres sociais e das biografias-padrão, dos estilos e formas de vida, das estruturas de poder e controle, da forma política de opressão e participação, das concepções de realidade e das normas cognitivas” (BECK, 2011, p. 23).

uma invenção moderna, uma vez que deixam de ser riscos pessoais e passam a ser sociais, pois a dinâmica da sociedade moderna coloca em risco a sociedade como um todo, por exemplo, com o acúmulo de lixo nuclear ou com o desmatamento. Conforme o autor:

Os riscos de desenvolvimento industrial são certamente tão antigos quanto ele mesmo. A pauperização de grande parte da população – “o risco da pobreza” – prendeu inspiração no século XIX. “Risco de qualificação” e “risco à saúde” já são há muito tempo temas de processos de racionalização e de conflitos sociais [...] Mesmo assim, os riscos [...] que há alguns anos inquietam o público correspondem a *uma nova característica*. No que diz respeito à comoção que produzem eles *já não estão vinculados ao lugar que foram gerados – a fábrica*. De acordo com o seu feitiço, eles ameaçam a vida no planeta, sob todas as formas. Comparados com isso, os *riscos profissionais da industrialização primária parecem de outra era*. Os perigos das forças produtivas químicas e atômicas altamente desenvolvidas suspendem os fundamentos e categorias nos quais nos apoiávamos até então para pensar e agir (BECK, 2011, p. 27- grifamos).

Com isso, Beck (2011) defende a tese de que os riscos não devem mais ser pensados como gerados na estrutura de produção do capital, que atinge somente uma parcela da população: o proletariado. A ideia de risco apresentada por Beck (2011) se refere à concepção de um risco que ultrapassa a ideia de classes, como ele mesmo refere: “a fome pode ser saciada, necessidades podem ser satisfeitas, mas os riscos civilizatórios são um barril de necessidades sem fundo” (BECK, 2011, p. 27).

Nesse sentido, nesta sociedade há um efeito bumerangue no que se refere à produção de riscos, uma vez que, embora alguns segmentos mais vulnerabilizados são mais rapidamente atingidos pelos riscos, cedo ou tarde tais riscos alcançam inclusive aqueles que os produziram e lucraram com ele (BECK, 2011). Com base nestes pressupostos, em função da generalização dos riscos da modernidade, o autor afirma que há um novo tipo de conflito social que não pode mais ser compreendido através da luta de classes.

[...] no lugar de estamentos já não entram mais a classe social; no lugar de classes sociais, já não entram o quadro referencial estável da família. [...] tanto dentro como fora da família, os indivíduos convertem-se em agentes que asseguram essencialmente sua mediação pelo mercado e a organização e o planejamento biográficos com ele relacionados (BECK, 2011, p. 111).

Dessa forma, a essência fundamental desta perspectiva teórica se calca na ideia de que as situações de risco não são situações de classe, pois refere que a modernidade desencadeia uma dinâmica social que não pode ser mais abarcada e concebida em termos de classe. Tais riscos produzidos na modernidade não possuem um nexo causal, visto que tudo pode se relacionar com tudo, o essencial é que, mesmo em meio à imensa profusão de possibilidades interpretativas, estas são invariavelmente condições isoladas que são relacionadas umas às

outras (BECK, 2011). Tal afirmação do autor refere que os riscos não possuem um elemento específico de produção, sendo elementos causados por múltiplos processos que estão conectados, de algum modo, e atingem a todos.

Tal forma de compreender o real, em especial a relação com a produção de risco que acarreta processos de (in)segurança na sociedade contemporânea, tanto na perspectiva líquida de Bauman, como na análise da sociedade de riscos de Beck, possuem a marca do pensamento pós-moderno que vem influenciando diversas análises no âmbito das ciências sociais e sociais aplicadas. As ideias de Bauman e Beck ilustradas até aqui, em suas principais obras que abordam temas relacionados à insegurança¹⁵, demonstram como o fenômeno é abordado, especialmente por concepções pós-modernas.

Nesse passo, Harvey (1992) refere que a pós-modernidade surge no âmbito das grandes transformações ocorridas no final dos anos 60 e início dos 70, onde a experiência do tempo e do espaço se transformou profundamente, bem como houve grandes transformações nas artes, economia e na própria gestão do Estado. Esta época é marcada com profundas mudanças nas empresas capitalistas, com ascensão dos modelos de acumulação flexível¹⁶, bem como o surgimento de ideologias neoliberais¹⁷.

No pensamento pós-moderno, a efemeridade e a fragmentação assumem precedência sobre verdades eternas e sobre política unificada, as explicações deixam o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômicos e passam para a condição de práticas políticas e culturais autônomas (HARVEY, 1992). Nesse sentido, Yazbek (2009) afirma que as teorias pós-modernas, ao proporem a recusa de análises de abrangência mais totalizadoras e ontológicas, buscando a valorização do microssocial em si mesmo, não possibilitam que os sujeitos históricos encarnem processos sociais, expressem visões de mundo e tenham suas identidades sociais construídas na tessitura de relações sociais mais amplas. Então, ao abortarem de suas análises a dimensão estrutural, tais teorias movimentam particularidades, mas não conseguem desvendar a essência dos fenômenos que buscam analisar.

¹⁵ No que se refere à Bauman, principalmente as obras que abordam o tema insegurança “*Medo líquido, vida líquida e comunidade*: a busca por segurança no mundo atual”. Já a perspectiva de Beck, em sua obra: “*Sociedade do risco*: em busca de uma nova modernidade e modernidade reflexiva”, que foi escrita conjuntamente com Anthony Giddens e Scott Lash.

¹⁶ Termo utilizado por Harvey (1992) para determinar uma série de práticas a fim de quebrar a rigidez fordista, na busca de novas formas de gestão, com maior aproveitamento do tempo de trabalho que o trabalhador vende as empresas capitalistas, tendo como único objetivo aumentar os ganhos do capital.

¹⁷ O ideário neoliberal afirma a necessidade de enxugamento dos gastos sociais, tanto no âmbito do Estado (e assim redefinindo o papel do Estado não mais como interventor, e sim como regulador); quanto no âmbito das empresas, fomentando o processo de maior exploração com menos mão-de-obra (HOUTAR; POLET, 2002).

Conforme Kosik (2002), o fenômeno se manifesta de imediato, primeiro e com maior frequência; mas a essência, mesmo ligada ao fenômeno, não se revela de imediato, deve ser desvendada. Ao considerar as particularidades em movimentos, não é possível capturar a essência do real, mas é possível se deixar levar pela aparência do fenômeno, desconsiderando a sua essência. Nesse sentido, ao analisar o fenômeno da insegurança, é fundamental a sua análise, percebida em um prisma mais amplo, em um contexto de produção e reprodução de relações sociais.

O olhar para os fragmentos da realidade em movimento assemelha-se à sensação que temos ao tentar compreender o real por meio de um grande caleidoscópio. O caleidoscópio é um aparelho óptico, formado por meio de um tubo com um conjunto de espelhos e fragmentos de vidros coloridos que quando movimentados os vários pedaços de vidros produzem diversos efeitos visuais, dando a impressão de que existe uma infinidade de fragmentos formando imagens diferentes a cada olhar. Muitas vezes, a análise e a compreensão do real em movimento, por meio de teorias que buscam negar o caráter estrutural presente na realidade, podem ser comparadas com um grande caleidoscópio: ao considerar somente o fragmento em seus movimentos, tem-se a impressão de compreender o fenômeno em sua totalidade, quando há somente a projeção desfocada de alguns elementos do real compreendidos em sua aparência fenomênica.

Compreender como se constituem as diversas manifestações da insegurança é um desafio fundamental, a fim de pensar formas de enfrentamento a uma realidade que não pode ser naturalizada e encoberta pelo caráter globalizado da sociedade atual. São inegáveis as diversas transformações societárias das últimas décadas, como Bauman e Beck apontam tanto na teoria dos fluidos como na teoria da sociedade do risco, e considerá-las é fundamental na compreensão dos fenômenos, isto é: a categoria *historicidade* é um movimento essencial para mergulhar na essência dos fenômenos. Conforme Lefebvre (1995), o pensamento se afirma como movimento de pensamento, ao mesmo tempo como pensamento em movimento, ou seja, conhecimento do movimento objetivo. Compreender este movimento é analisar as suas intensas e contraditórias relações, evitando petrificações e verdades absolutas, mas buscando, a partir da análise histórica, compreender o real em seu movimento.

Nesse sentido, são inegáveis as grandes transformações ocorridas nas últimas décadas, pensando o movimento da história, porém, apesar das grandes transformações e das crises estruturais, a estrutura do capital resta intacta, na perspectiva de produção e reprodução de desigualdades e também de riscos que acarretam a (in)segurança para todos os sujeitos. Sendo assim, a historicidade é movimento e este movimento só é possível quando o homem não

começa sempre de novo e do princípio, mas se liga ao trabalho e aos resultados obtidos pelas gerações precedentes (KOSIK, 2002). Dessa forma, tem-se o humano, enquanto sujeito que transforma a natureza e dialeticamente se transforma ao transformar esta natureza.

A dimensão da produção fabril se transformou nas últimas décadas, especialmente a partir da década de 70 do século XX, onde se verificam profundas mudanças nas formas de produção e gestão do trabalho perante as exigências do mercado mundial, sob o comando do capital financeiro que altera profundamente as relações entre estado e sociedade civil (IAMAMOTO, 2007). Porém, assegurar que estamos vivendo em outra sociedade onde se torna impossível pensar em lutas de classes, como refere Beck, mostra-se como um movimento que considera somente a aparência dos fenômenos. Desse modo, os autores referidos são levados, em suas análises, a uma visão que conduz para o “mundo das aparências”, onde o fragmento da realidade em movimento é tido como uma totalidade.

Beck ao fragmentar os riscos pessoais (referente à pauperização e à falta de saúde) dos riscos sociais (provenientes do desmatamento, das contaminações da água e do lixo nuclear), afirma que estes últimos são uma invenção moderna, não percebendo que tanto o que ele chama de risco social como os pessoais são dimensões de um mesmo risco, produzido e reproduzido na lógica do capital, isto é: um risco produzido pela estrutura do capital que não está “suspensa pela modernidade”, mas extremamente presente e muitas vezes oculta pela lógica da fetichização. Nesse sentido, os autores, ao negar as bases estruturais da produção de risco, negam a essência do fenômeno, o que fica evidente na afirmação de Beck quando refere que não há nexos causal na produção de riscos, tudo se relaciona e afeta. É exatamente este movimento caleidoscópico que é produzido pelo pensamento pós-moderno, que analisa fragmentos em movimentos desconsiderando a totalidade do fenômeno.

A questão ambiental e os riscos dela provenientes, sendo estes os argumentos utilizados por Beck para denominar um “novo risco”, são produzidos pela lógica do capital, isto é, em razão da manutenção do sistema que produz impactos ambientais, sociais e políticos por meio da sua própria dinâmica de reprodução. Como refere Mézáros (2011) ao afirmar que as forças da natureza, por meio da intervenção do capital, são postas em movimento de forma cega e fatalmente autodestrutivas, sobretudo, em virtude do modo predominante alienado e reificado de intercâmbio e controle humano.

Evidentemente, na atualidade, há um processo de ampliação da destruição da natureza em razão dos interesses econômicos, bem como a produção do capital é alterada, no que diz respeito a sua gestão e suas formas de reprodução, porém, o seu cerne de exploração do trabalho para a produção de riqueza não se altera. A produção do risco ambiental e do risco da

fome é produzida pela mesma lógica, insaciável e incontrolável de lucro do capital; negar esta realidade é abdicar da totalidade dos fenômenos, caindo do fetiche da aparência.

Dessa forma, torna-se impossível pensar nesta totalidade sem perceber a luta de classes existente, sendo esta, na maioria das vezes, encoberta pela dinâmica fetichizada do real. O chamado efeito bumerangue, referido por Beck, de que todas as pessoas são afetadas pelos riscos sociais, já é referido por Marx (1996) quando afirma em *O capital* que: “a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo social ao minar, simultaneamente, as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 1996, p. 133). Como pode se perceber, Marx (1996) mostra de modo claro a forma destrutiva com que o capital age contra a humanidade. Marx demonstra que o modo como o capital se produz e reproduz constitui a sua própria destruição, isto é, a destruição de toda a humanidade. Este debate também é apontado por Mézáros (2012)¹⁸, ao referir que a verdadeira relação ontológica entre humanidade e natureza é totalmente deturpada, com consequências potencialmente devastadoras a serviço da eternização do capital. Uma vez que a exploração é elemento central para este modo de produção, gera antagonismos internos que se materializam pela lógica devastadora, tanto da questão ambiental, quanto da vida humana, compreendida como constituinte da natureza. Tal análise não oculta a luta de classes, mas revela a sua dinâmica contraditória, que no cerne da sua manutenção reina a destruição.

Nessa esteira, torna-se premissa fundamental compreender a relação de reprodução da vida humana, para desvendar o fenômeno da (in)segurança que aparece de diversas formas no contexto atual. Ao negar a totalidade do fenômeno, levando em consideração o movimento dos fragmentos, dentro do caleidoscópio da análise do real, sem levar em consideração dimensões estruturais, se pode cair nas armadilhas de corroborar com lógicas que se sustentam em perspectivas neoliberais, desresponsabilizando o papel do Estado frente ao fenômeno da (in)segurança e corroborando com as relações de exploração presentes na sociedade capitalista.

Tal movimento fica evidente na análise de Bauman, sobre a concepção de Estado, reforçando a lógica da minimização estatal, e, conseqüentemente, reforçando a lógica neoliberal, ao compreender que o enfrentamento da (in)segurança deve ser tarefa individual. Nessa concepção, o autor se vale de uma noção de Estado, como um ente fora da sociedade, pois, para Pereira (2009), o Estado não pode ser considerado uma entidade desgarrada da

¹⁸ István Mézáros representa um expoente no debate quanto à lógica destrutiva do capital. Cf. *Produção destrutiva e estado capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1989; e *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

sociedade civil, a única força organizada e autossuficiente, nem como um instrumento exclusivo da classe dominante.

São inegáveis as transformações, no âmbito dos papéis do Estado, que, influenciado pelas ideologias neoliberais, buscam a redução de suas ações, especialmente no campo social, porém, desconsiderar a responsabilidade estatal no trato da Questão Social é um impulso ideológico fundamental para fortalecer as bases dominantes.

Pensar no conceito de Estado exige compreender sua concepção ampliada, onde a sociedade civil participa da sua construção, na constituição de hegemonias e contra-hegemonias (SIMIONATO, 2003). Nesse mesmo sentido, Pereira (2009) refere que pensar no conceito de Estado impõe entender que:

[...] ele é uma instituição construída e dividida por interesses diversos, tendo como principal tarefa administrar esses interesses, mas sem neutralidade. [...] uma condenação de forças materializadas em um bloco no poder ou um pacto de dominação que exerce o seu domínio por meio de um aparato institucional (burocrático, jurídico, policial e ideológico) sobre a sociedade, embora seja influenciado por esta (PEREIRA, 2009, p. 292).

Compreender o Estado como parte integrante da sociedade e como bloco de poder e de influência por esta mesma sociedade é premissa fundamental para pensar as possibilidades de construção de movimentos contra-hegemônicos no seio da sociedade, na perspectiva da materialização e da ampliação da segurança. Dessa maneira, a Constituição Federal de 1988 traz em seu preâmbulo a palavra “segurança”, demarcando-a como uma prioridade do Estado brasileiro, assim como se mostrando uma preocupação de todos os Estados, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Conforme o preâmbulo da CF/88:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

A segurança mostra-se como um direito do cidadão e responsabilidade do Estado, sendo que o contexto de redução de Políticas Sociais deve ser compreendido como uma estratégia, a fim de ampliar as raízes do modo de produção capitalista, e não como um efeito natural de uma sociedade pós-moderna. Neste mesmo sentido, a ausência de segurança pode estar relacionada à falta de comunidade, compreendida como espaço de proteção, porém, esta

ausência se calca, em grande parte, não simplesmente pela presença de um contexto multicultural, mas possui suas raízes assentadas na lógica da reprodução do modo de produção capitalista.

Nessa perspectiva, o individualismo é marca da sociedade em seu atual estágio, o que diminui ainda mais a possibilidade de busca por um “sentido comunitário”. Segundo Acanda (2006), o individualismo foi um princípio fundamental para a consolidação do modo de produção capitalista, e é um elemento-chave para a sua conservação e ampliação. Assim, no momento em que não se desconsidera a ideia de classe, movimentos sociais ou lutas coletivas se tem a potencialização de princípios que se relacionam ao individualismo, sendo este o elemento central para o desenvolvimento e a manutenção do modo de produção capitalista e sua produção de (in)segurança.

Dessa forma, Beck (1996) afirma a necessidade da não compreensão da sociedade por meio de classes sociais, defendendo a lógica individual, como pode ser observado nas palavras do autor:

Na imagem da sociedade industrial clássica, as maneiras coletivas de viver são compreendidas de uma forma que se assemelha às bonecas russas que se encaixam uma dentro da outra [...]. A “individualização” significa a desintegração das certezas da sociedade industrial, assim como a compulsão para encontrar e inventar novas certezas [...]. Pode-se injetar o bem comum nos corações das pessoas como uma vacina obrigatória. Esta ladainha da comunidade perdida permanece dualista e moralmente ambivalente, enquanto a mecânica da individualização permanece intacta (BECK, 1996, p. 28).

Certamente, o contexto atual aponta para a potencialização da individualização, sendo um reflexo da manipulação ideológica presente no modo de produção capitalista, porém, compreender que este individualismo resultará em um bem comum é cair em uma armadilha composta de ilusões irreais que, por fim, resultam no fortalecimento da hegemonia dominante. Beck (1996, p. 62) ressalta que “o ramo executivo da revolução genética, cultural e social do futuro é a decisão individual do indivíduo particular”. Diante deste contexto, novamente é possível perceber que se ocultam as raízes da produção de riscos e (in)segurança, olhando o real por meio de seus fragmentos caleidoscópicos, originando o fortalecimento do ideário liberal.

Nesse contexto, compreender as raízes da (in)segurança no contexto atual exige pensar este fenômeno em um movimento que busca partir da aparência superficial e descer até os fetichismos para descobrir um aparato teórico conceitual, capaz de capturar o movimento subjacente aos processos sociais; para que, passo a passo, esse aparato teórico possa ser

trazido de volta à superfície, para interpretar a dinâmica da vida cotidiana sob uma nova luz (HARVEY, 2013). Este é o momento em que, segundo Harvey (2013), é realizado por Marx e considerado por ele como o único materialismo histórico e, portanto, científico.

Conforme Marx (2008), a estrutura econômica da sociedade é base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência. Compreender a realidade por meio desta concepção não significa aprisionar conceito por meio de determinismo, mas compreender o real por meio de um movimento dialético. Segundo Harvey (2013), este argumento de Marx não pode ser considerado determinista ou mesmo causal, uma vez que demonstra o movimento dialético de construção da realidade, pois, ao ser dialético, nega todo o movimento mecânico na construção de argumentações, identificando os elementos profundos que explicam porque certas coisas acontecem de determinada forma em nossa sociedade.

Considerar o movimento analítico da realidade, por meio do materialismo histórico, significa quebrar o caleidoscópio de imagens irreais e desfocadas da realidade, não levando em consideração somente o movimento de particularidades, mas compreender a totalidade que se apresenta por meio do fenômeno da (in)segurança. Esta (in)segurança vivenciada não constitui apenas uma sensação, mas se materializa por meio de uma realidade concreta, um fenômeno presente que se materializa, por exemplo, por um aumento do número de homicídios na sociedade Brasileira¹⁹.

Esta (in)segurança se materializa por meio da violência urbana, do desemprego, da falta de acesso a políticas públicas, de diversas formas de vulnerabilidades, entre outros. Dessa forma, a (in)segurança social vivenciada na atualidade remete a um conjunto de manifestações que se relacionam diretamente à violência estrutural, cada vez mais acirrada no contexto atual. A violência estrutural constitui o “pano de fundo” das demais formas de violência, caracterizando-se pela desigualdade, pela exploração, pelas relações de poder, pela precariedade e condições do capitalismo moderno (LEAL; CÉSAR, 1998).

Nesse cenário, a violência estrutural se materializa envolvendo, ao mesmo tempo, a base econômica na qual é organizado o modelo societário e sua sustentação ideológica, formada por um conjunto de ações que se produzem e se reproduzem na esfera da vida cotidiana (SILVA, 2004).

Dessa forma, não se nega a ausência de um sentimento de comunidade como um dos resultados da (in)segurança, porém este é apenas um dos aspectos relacionados ao contexto de

¹⁹ No capítulo 3 serão debatidos alguns dados secundários de pesquisas que buscam demonstrar a captura das juventudes pelo fenômeno da (in)segurança.

(in)segurança, que possui suas raízes assentadas na violência estrutural que vitimiza todos os sujeitos inseridos em uma sociedade sobre a égide do capital. Nessa ótica, Adorno e Lamin (2006) apontam a existência de um discurso alarmista no contexto contemporâneo, que contamina fomentando a “venda do medo”, constituindo uma “mitologia da violência” e contribuindo para a comercialização dos diversos produtos que têm por finalidade “proporcionar segurança”, sendo que a segurança, atualmente, também constitui uma mercadoria.

Harvey (2013) refere que a mercadoria é algo que satisfaz uma carência, uma necessidade e um desejo humano, visto que através da circulação e realização de mercadorias é possível gerar mais valor²⁰. Então, a (in)segurança é um aspecto real, presente e vivo no interior da sociedade capitalista que ameaçam milhões de vidas, porém, ao mesmo tempo, conforma um sentimento fomentado ideologicamente a fim de impulsionar o mercado da segurança privada.

No contexto atual, a (in)segurança é um sentimento comum a todos os sujeitos, sendo que estar seguro não significa estar totalmente protegido contra os diversos riscos que afetam a todos os sujeitos, bem como o sentido de (in)segurança não demarca, necessariamente, um contexto de risco eminente; muitas vezes, a segurança demarca, também, um contexto de (in)segurança.

A realidade se mostra e se oculta em um movimento dialético que marca a forma com que as relações são tecidas na sociedade capitalista; o que é seguro, ao mesmo tempo, também é inseguro; a (in)segurança é marca dos tempos atuais, não a consequência natural de uma sociedade complexa e globalizada, mas sim constituída por uma estrutura cujas raízes são vinculadas à lógica do capital.

O termo *(in)segurança* destaca a dinâmica existente no contexto atual, onde segurança e insegurança são elementos dialeticamente presentes na sociabilidade capitalista. Dessa forma, a segurança é compreendida no sentido da proteção, palavra advinda do latim *protectione*, diz respeito a tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração, contendo um caráter de preservação da vida, guarda, socorro, amparo (SPOSATI, 2009); assim, a (in)segurança mostra-se como sua antítese, ou seja, a ausência de proteção, exposição à destruição e a diversos riscos. A (in)segurança, apesar de se manifestar de diversas formas, possui uma raiz comum sendo o movimento de produção e reprodução

²⁰ Segundo Harvey (2013, p. 125) o mais valor “resulta do valor da diferença entre o valor que o trabalho incorpora na mercadoria numa jornada de trabalho e o valor que o trabalhador recebe para entregá-lo ao capitalista a força de trabalho como uma mercadoria”.

ampliado do capital.

Nessas condições, os reflexos da (in)segurança na sociedade capitalista são capturados de diversas formas, normalmente pela via de um caleidoscópio que leva em consideração as particularidades do fenômeno em movimento. Portanto, nessas análises são descoladas concepções estruturais relacionadas à realidade da (in)segurança, sendo, também, solo fértil para concepções moralizantes que acarretam a culpabilização dos sujeitos.

Aguinsky, Fernandes e Tejedas (2009) apontam para a necessidade de refletir a respeito de quanto a concepção de risco, ligada à ideia de (in)segurança, vem sendo utilizada em processos moralizantes de culpabilização de sujeitos pelos próprios infortúnios.

Nesse sentido, esta concepção na forma de compreensão do risco e da (in)segurança dele geradas, se calca no conservadorismo, enquanto elemento que se funda na valorização da autoridade, baseada na hierarquia e na ordem, compreendendo a questão social como problema moral (BARROCO, 2009). Fundado no pensamento da ordem, a pela via da moralização, ao analisar o “problema da insegurança”, alguns segmentos sociais são responsabilizados por promoverem “desordem”, sendo pertencentes a “classes perigosas”.

Brisola (2012) afirma que a formação sócio-histórica brasileira aprofunda a criminalização das consideradas “classes perigosas”, resultando em um processo de “guetização” dos pobres, extermínio de jovens e da população de rua, com claro viés étnico-racial. O pensamento calcado na perspectiva moralizadora, ao analisar a realidade da (in)segurança, fomenta pré-concepções e processos de culpabilização dos sujeitos, sendo um reflexo distorcido da realidade.

Na maioria das análises, a (in)segurança “aparece” como sentimento comum a todos em meio a diversos perigos, porém, na maioria das análises, ao relevar os fragmentos da realidade, são levados em consideração somente os fetiches presentes neste processo. O fetiche constitui mera ilusão, uma construção artificial que disfarça as relações sociais constituídas por meio do processo de exploração intrínseca ao modo de produção capitalista (HARVEY, 2013). Para Barroco (2009), o fetiche passa a dominar todas as esferas da vida social, penetrando a totalidade das atividades e dimensões sociais, subjetivas e objetivas.

A (in)segurança, ao ser analisada sem uma compreensão estrutural, acaba por ocultar o real processo que a produz, sendo esta a violência estrutural provocada pela dinâmica do capital em seu atual estágio, jogando sobre os sujeitos a responsabilidade pela sua produção e superação. O fetichismo pode ser considerado um recurso ideológico liberal, a fim de ocultar as bases que assentam a produção e a reprodução de desigualdades e (in)segurança. Ao levar

em consideração somente o que “aparece”, por meio da análise do fragmento, não é possível uma análise mais ampla, compreendendo somente imagens desfocadas do real.

A (in)segurança constitui um recurso ideológico liberal e ao ocultar as relações de exploração revela um contexto de barbárie, compreendida como um elemento “provocado” por alguns sujeitos. Nesse sentido, o caleidoscópio da (in)segurança oculta a relação entre capital e trabalho ao revelar particularidades em movimento, levando a um contexto de manipulação ideológica.

Diante desta realidade, a categoria ideologia mostra-se como um elemento fundamental para compreender a reprodução de fetiches no contexto atual. Para Chauí (2011) a ideologia não é um reflexo do real na cabeça dos homens, mas um modo ilusório pelo qual representa o aparecer social, como se tal aparecer fosse realidade social, isto é: a ideologia é o resultado da prática social que nasce da atividade social dos homens, no momento em que estes representam para si mesmos essa atividade (CHAUI, 2011).

Alves (2013) refere que a ideologia é tudo aquilo que exerce um efeito sobre a subjetividade do homem, sendo que a sociedade do capitalismo tardio constitui a sociedade do poder da ideologia onde se disseminam os valores-fetiches, sonhos, expectativas e valores de mercado.

A esse respeito, Mézáros (2012) refere que o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores, que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que somos levados a aceitar, sem questionamentos, um determinado conjunto de valores.

A todo o momento somos influenciados pelos discursos ideológicos dominantes que, por meio dos diversos fetiches, ocultam as raízes da produção de (in)segurança, esfumando a condição histórica de produção de desigualdades no seio da sociabilidade capitalista. Para pensar formas de enfrentamento as diversas manifestações da (in)segurança, há a necessidade de romper com o caleidoscópio de análise do real, pensar a (in)segurança como um reflexo do modo de produção capitalista, na perspectiva de desocultar o fetiche deste recurso ideológico que busca, por meio de estratégias de manipulação, conduzir a nossa percepção para o fragmento e acarretando na culpabilização de sujeitos, reforçando a lógica dualista e ilusória do “bandido” e do “mocinho” nas cenas contemporâneas.

Dessa forma, o modo de produção capitalista deve ser compreendido não somente como um sistema econômico produtor de mercadorias, mas como reprodutor de diversas ideologias que obstruem a compreensão da realidade atual, em função da manutenção dos interesses presentes em um contexto de lutas de classes, entre o capital e o trabalho.

Nesse sentido, a categoria ideologia é chave heurística para desvendar as concepções que surgem como reflexos desfocados da realidade atual, mostrando que o real cerne da (in)segurança não surge como efeitos naturais de uma sociedade “complexa”, mas possui raízes assentadas na lógica da exploração, reproduzida pelo conflito entre capital e trabalho.

O uso do termo “Caleidoscópio da (in)segurança” propõe indagar a forma pela qual o fenômeno da (in)segurança é capturado no contexto atual: ou pela via do senso-comum, ou pela compreensão das teorias pós-modernas, que, ao focarem somente no fragmento em movimento, anulam a análise do contexto estrutural, podendo resultar no fortalecimento de ideologias liberais.

Assim, torna-se fundamental a análise dos reflexos da sociabilidade capitalista na produção de (in)segurança, problematização a ser realizada no próximo subitem.

2.2 A (IN)SEGURANÇA COMO REFLEXO DA SOCIABILIDADE DO CAPITAL

Os reflexos da (in)segurança podem ser observados em diversos contextos, como um reflexo que obscurece, amedronta e potencializa processos de individualização e medo. Segundo Baiertl (2004), o medo se configura como um sentimento natural, intrínseco aos seres humanos, que no contexto atual ganha nova configuração na forma de “medo social”.

O medo social afeta as pessoas em sua existência, dando novos ritmos e sentidos ao seu cotidiano, alternando a arquitetura de suas casas, mudando trajetos e formas de ocupar a cidade e seus territórios, se expressando de forma diversa nos diferentes segmentos de classe, visto que a (in)segurança se manifesta diferentemente nos grupos sociais e pessoas. As respostas e reações a estes medos também são distintas (BAIERL, 2004).

Sendo assim, os reflexos da (in)segurança que provocam o medo estão estampados nas faces dos sujeitos, nas páginas dos jornais e nas trajetórias de vida de muitos que tiveram seu direito violado pela ausência de proteção. Porém, mais do que uma “sensação” ou uma construção social que alimenta o mercado da segurança, a (in)segurança é um processo real provada pelas múltiplas formas de vitimização presente na sociabilidade capitalista.

Um exemplo, dentre tantos que se fazem presente em nosso cotidiano, diz respeito ao ocorrido na Estrada Antônio José Santana, no Bairro Agronomia em Porto Alegre/RS, na noite de terça-feira, dia 05 de junho de 2012, onde um jovem de 20 anos foi encontrado morto em um ponto de venda de drogas²¹. Este acontecimento é apenas um exemplo que demonstra

²¹ Reportagem vinculada no Jornal Zero Hora em 06.06.2012.

que a (in)segurança revela um contexto de (des)proteção social²², e nesta conjuntura o fenômeno da naturalização da violação dos direitos humanos emerge como mais um sintoma da barbárie vivenciada cotidianamente, anunciada e quase automaticamente esquecida nas páginas policiais dos jornais. Esta realidade, a sensação de segurança, fragiliza-se em meio à diversidade de tragédias anunciadas – e vendidas como mercadorias pelos meios de comunicação –, emergindo todo o contexto de (in)segurança que se desenha na conjuntura atual.

Diante de uma realidade onde a valorização do fragmento, em um olhar caleidoscópico no qual o contexto de (in)segurança se amplia, há a necessidade de desenvolver uma mediação com uma racionalidade crítica, que visa ver além da aparência dos fenômenos, buscando sua essência, uma vez que a realidade é construída em meio ao mundo das representações comuns, sendo projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens (KOSIK, 2002).

Faz-se necessário, a fim de compreender a conjuntura que marca os fenômenos inerentes à (in)segurança, pensar na relação como a estrutura que impacta nas relações em sociedade; isto é, analisar como vem se constituindo, no contexto atual, as relações econômicas, políticas e sociais enquanto elementos que impactam na produção e reprodução do fenômeno da (in)segurança em uma sociedade guiada pela égide do capital. Em outros termos, para romper com a concepção caleidoscópica da apreensão do fenômeno da (in)segurança emerge a necessidade de compreender como se configuram as relações como modo de produção capitalista.

A realidade atual aponta para uma conjuntura de instabilidade que se potencializa, na medida em que se torna mais perversa a forma de produção e reprodução que o modo de produção capitalista vem materializando nas últimas décadas. Desemprego, subemprego, pobreza, aumento das taxas de violência são apenas alguns efeitos dos processos ampliados de produção e reprodução da mais valia, que vem impactando de modo significativo no fenômeno da (in)segurança.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender a centralidade da categoria trabalho, a fim de analisar do contexto pelo qual se configura a sociabilidade capitalista, enquanto mediação que potencializa os processos de violência e, conseqüentemente, de (in)segurança. Há de se compreender o trabalho como “um processo entre o homem e a

²² Quanto ao debate de (des)proteção social será realizado no capítulo 4.

natureza, um processo em que o homem, em sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1996, p.297).

Dessa forma, pode-se perceber o trabalho enquanto elemento transformador da realidade, enquanto força que move as grandes mudanças da humanidade, uma vez que é por meio da intervenção dos homens que se constrói a história. Diante desse contexto, é importante assinalar que, conforme apontam Marx e Engels (2010), apesar de os homens fazerem a sua história, esta não é feita em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas sim em circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado.

Nessa esteira, no momento histórico em que o Modo de Produção Capitalista se constitui, enquanto forma de sociabilidade hegemônica²³ no contexto mundial, impulsionado pelas grandes revoluções da humanidade²⁴ ocorridas no século XVIII, a força de trabalho ganha cada vez mais evidência, uma vez que adquire um caráter de mercadoria, podendo ser permutado na lógica da compra e venda que impulsiona este modo de produção. Como mercadoria entende-se tudo o que tenha alguma utilidade e que se manifesta sob o aspecto de valor (MARX, 2008). Nesse sentido, a mercadoria só se constitui enquanto forma de valor por sua relação direta com a força de trabalho (KAMMER, 1998).

Sendo assim, é através da mão-de-obra vendida enquanto mercadoria, trabalho abstrato²⁵ que se geram excedentes para o capitalista, sendo que este excedente só é gerado quando há o processo de exploração. Então, o trabalhador que não possui os meios de produção vende a sua força de trabalho e recebe como pagamento por esta venda o seu salário. Nesse sentido, conforme Marx (2006), ao mesmo tempo o trabalhador produz mercadorias que contém um determinado valor e vende a sua mercadoria – força de trabalho, assim é possível gerar riquezas através da exploração do trabalho, por meio do excedente que é retirado desta atividade, isto é, através da mais-valia²⁶. Ressalta-se que toda a lógica que permeia o modo de produção capitalista é a lógica da exploração, pois somente através da exploração da força de trabalho é possível a produção de excedentes e geração de riquezas neste modo de produção.

Percebe-se, assim, o trabalho abstrato enquanto elemento fundamental na produção de valores na sociedade capitalista, porém é preciso compreender as diversas transformações que

²³ Hegemonia é entendida por Gramsci como a direção ideológica da sociedade civil e a combinação e consenso para obter o controle social (ACANDA, 2006).

²⁴ Refere-se à Revolução Francesa, à Revolução Gloriosa e à Revolução Industrial, que ocorreram na Europa no século XVIII.

²⁵ Compreende-se, conforme Marx(2006), o trabalho abstrato como a forma do trabalho que é vendida na lógica do modo de produção capitalista.

²⁶ Mais-valia é a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador, o que constitui a base de exploração no sistema capitalista.

trouxeram roupagens diferentes para as relações de trabalho nesta forma de sociabilidade. Das grandes máquinas de tear a vapor do século XVIII até os supercomputadores que cabem na palma da mão do século XXI, muitas transformações ocorreram e impactaram diretamente aqueles que vendem a sua força de trabalho no mercado capitalista.

Harvey (1989) afirma que, especialmente a partir da década de 1970 vêm ocorrendo diversas alterações no âmbito da sociedade capitalista, tais mudanças, de ordem econômica exigem transformações nos discursos que dão sustentação à natureza ideológica do trabalho. Dessa forma, tais transformações impactam diretamente na maneira de experimentar o tempo e o espaço, sendo estas compreendidas dentro da organização do capitalismo, caracterizadas pela busca do crescimento econômico, por uma ampliação da exploração do trabalho e a uma nova dinâmica tecnológica e organizacional, congregando o tempo atual como um período de fluidez e incertezas (HARVEY, 1989).

Sendo assim, tais transformações são embaladas por revoluções tecnológicas, compreendidas como um poderoso e visível conjunto de tecnologias, produtos e indústrias novas e dinâmicas, capazes de sacudir as bases da economia e de impulsionar uma onda de desenvolvimento econômico em longo prazo (PEREZ, 2004). Diversas revoluções tecnológicas²⁷ impulsionaram o modo de produção capitalista desde a primeira revolução industrial na Inglaterra, em 1771, acompanhado de um processo de globalização da economia em nível mundial. Este processo de globalização constitui um dos estágios de notável aceleração e ampliação do processo de expansão capitalista, que vem se desenvolvendo há séculos e está se manifestando neste momento histórico específico, com características que lhe são particulares, como o seu caráter de amplitude no sentido geográfico, e a sua natureza intensa na dimensão sociopolítica (SUKEL, 2001).

Alves (2013) refere que o desenvolvimento tecnológico e da gestão do capital altera, além da forma de produção, as diversas dimensões da vida do sujeito, e, neste âmbito, a maquinofatura constitui nova forma de produção do capital, produto do desenvolvimento da manufatura e da grande indústria, surgindo como determinação da base técnica do sistema de produção de mercadorias, colocando a gestão como nexos essenciais da produção do capital e revolucionando a relação homem-máquina.

Sendo assim, este processo de maquinofatura é uma nova transformação técnica da

²⁷ Perez (2004) refere cinco revoluções tecnológicas: a Revolução Industrial, no cenário da Inglaterra em 1771; a Era do Vapor e dos Trens ocorridas na Inglaterra e se expandindo pela Europa e para os EUA em 1829; a Era do Aço, da Eletricidade e da Engenharia pesada iniciada nos EUA, Alemanha e Inglaterra em 1885; a Era do Petróleo, do automóvel e da produção em massa na Alemanha e nos EUA em 1908 e a Era da Informação iniciada nos EUA e difundindo-se pela Europa e Ásia a partir de 1971.

produção da vida social que alterou, nas condições da dominação da forma-capital, o controle do metabolismo social. Porém, diante deste contexto, é importante assinalar que a base técnica não produz estranhamento social, mas sim a forma-capital e as relações sociais de produção capitalista, mediadas pela luta de classes, que fazem com que a base técnica informacional da maquinofatura passe a constituir a forma organizacional adequada da produção social (ALVES, 2013).

Com isso, as transformações tecnológicas, que mundializam a concorrência entre grandes empresas, mudam radicalmente as relações de trabalho que são estabelecidas no modo de produção capitalista, porém não mudam a lógica da exploração que alimenta este sistema. Diante destas revoluções tecnológicas, observa-se uma série de metamorfoses no mundo do trabalho, expressas tanto pela dinâmica das revoluções tecnológicas em um mercado global, como pelas transformações nos padrões organizacionais nas empresas, que buscam a administração da sua produção através de modelos mais flexíveis de produção (HARVEY, 1989), que alteram, de forma significativa, toda reprodução da vida do trabalhador. A esse propósito, refere Pochmann:

[...] em curso desde o último quartel do século passado, o processo de reestruturação capitalista tem sido associado à difusão de novas formas de organização do trabalho. Com isso, o antigo padrão taylorista/fordista de uso e de remuneração da força de trabalho estaria dando lugar à recomposição de forças menos rígidas, sustentadas por um regime de produção em rede de múltiplas transnacionalidades e de tecnologia mutável e ainda com desempenho econômico dominado pelo controle de altas finanças internacionais (POCHMANN, 2005, p.13).

Todos esses processos impactam diretamente o trabalhador, que neste contexto deve se adaptar ao novo padrão tecnológico e organizacional das grandes empresas capitalistas, as quais agora competem em um mercado globalizado. O cronômetro e a produção em série e de massa são substituídos pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado (ANTUNES, 2009).

Surge nesse contexto, um processo de horizontalidade da produção nas indústrias, articulando empresas terceirizadas e subcontratadas, com a finalidade de redução de custos, a fim de maior concorrência em nível mundial no âmbito da satisfação do mercado, a fim de atender as exigências mais individualizadas, no melhor tempo e com melhor qualidade. A produção se sustenta num processo produtivo flexível, que permite a um operário manejar várias máquinas, rompendo com a relação um homem/uma máquina (ANTUNES, 2009). Todas as transformações demandam um trabalhador polivalente, com conhecimentos e

habilidades para esta nova conjuntura do mundo do trabalho que se constitui na atualidade, dessa forma, valorizando a informação e a qualificação deste trabalho. Nesse sentido, “o revolucionamento do modo de produção implica, *cada vez mais*, o revolucionamento do *modo de vida*, isto é, o revolucionamento de todas as relações sociais” (ALVES, 2013, p. 237). (Grifos do autor)

Nesse cenário, é fundamental assinalar que todo o processo de reestruturação produtiva ganha espaço em meio a uma das crises do capital ocorrida em 1970, onde inicia um processo de pressão política em favor da redução e desmantelamento do Estado, o que abriu caminho para o ideário neoliberal (SUKEL, 2001). Especialmente a partir de 1974, grande parte dos países capitalistas desenvolvidos entra em profunda recessão, combinando taxa de crescimento baixa e taxa alta de inflação (*stagflation*) (HOUTAR; POLET, 2002).

Diante dessa realidade, ganha terreno o ideário neoliberal que afirma a necessidade de enxugamento dos gastos sociais, tanto no âmbito do Estado (e assim redefinindo o papel do Estado não mais como interventor, e sim como regulador), quanto no âmbito das empresas, fomentando o processo de maior exploração com menos mão-de-obra, tendo a avançada tecnologia como apoio para o desenvolvimento deste processo.

No cenário de transformações no mundo do trabalho – concorrência em nível global, reestruturação produtiva, revoluções tecnológicas, entre outros –, a lógica atual do processo do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca pela produtividade em um processo que tem gerado imensa precarização do trabalho e aumento monumental do número de desempregados (ANTUNES, 2009). Desse modo, todas estas transformações no mundo do trabalho demandam um “novo perfil de trabalhador”, que é caracterizado por sua capacidade de atuar multidimensionalmente no interior das atividades laborais, acompanhado de remunerações vinculadas à variabilidade das metas de produção e vendas (POCHMANN, 2005).

Nesse sentido, grande parte dos trabalhadores deve ser dotada de conhecimentos para poder se adequar a esta lógica, pois aquele que não possui as qualidades adequadas tem grande dificuldade de se inserir nas competitivas empresas capitalistas. Alves (2013) refere a esse respeito que:

[...] precarização do trabalho significou a corrosão do estatuto salarial regulado, “retornando” à forma originária de exploração, onde vigorava a primeira geração da precarização do trabalho em sua forma de precariedade salarial extrema. Ao utilizarmos o termo “retorno”, utilizamo-lo apenas no sentido figurado, porque a rigor não é um retorno. A precariedade salarial extrema nas condições do capitalismo desenvolvido possui um sentido mais degradante que as primeiras

modalidades históricas de exploração do trabalho, tendo em vista o patamar de desenvolvimento civilizatório e o alto grau de desenvolvimento da força produtiva social do trabalho. O estranhamento tornou-se mais agudo e profundo com a precarização salarial nas condições do capitalismo mais desenvolvido, ou capitalismo da alta produtividade do trabalho (ALVES, 2013, p. 245).

Para este autor, todo o contexto de transformação do mundo do trabalho, aliado à conjuntura de crises estruturais do modo de produção capitalista, vem acentuando a captura da subjetividade do trabalhador²⁸, ampliando os processos de precarização, sendo que o trabalho precário tornou-se o trabalho informal, sem direitos, considerado atípico e degradante. Para poder competir no mercado global, a empresa busca o enxugamento do seu quadro de funcionários, apostando em novas tecnologias e na superexploração dos seus empregados com salários cada vez mais baixos, em função da concorrência acelerada pela grande oferta de emprego. Observa-se, neste contexto, um aumento geral da taxa de desemprego em âmbito mundial, especialmente, como referido anteriormente, em função da crise da década de 1970 e o impacto das reformas embaladas pela ideologia neoliberal.

O desemprego, na Europa Ocidental, subiu de 1,5%, na década de 1960 para 4,2% na década de 1970, e para 9,2% na década de 1980, ampliando o quadro de pobreza e miséria, uma vez que nestas décadas muitos países ricos e desenvolvidos se viram, outra vez, acostumados com a visão diária da pobreza (HOBSBAWM, 2012). A classe trabalhadora, isto é, o conjunto de pessoas que vendem sua força de trabalho em troca do salário, tem cada vez mais dificuldade de conseguir um emprego formal com todas as garantias legais asseguradas; porém, ao mesmo tempo, tal categoria possui necessidades reais de sobrevivência²⁹. Diante desta conjuntura, quem não detém os meios de produção e possui tais dificuldades utiliza-se de diversas estratégias de sobrevivência na sociedade capitalista, como sua venda por meio da informalidade.

O conceito de trabalho informal mostra-se bastante heterogêneo no contexto atual, pois remete a uma gama de formas distintas de estratégias de sobrevivência, não podendo ser visto como fenômeno uniforme, objetivo e mensurável (NORONHA, 2006). Dessa forma,

²⁸ Para Alves (2013) a vida “capturada” é a vida manipulada intensa e extensivamente nas mais diversas esferas da vida social, sendo que a propaganda e o marketing, as imagens do desejo que permeiam os meios de comunicação de massa, as interpelações linguísticas que plantam novos conceitos no universo locucional, visam “capturar” a subjetividade do homem-que-trabalha.

²⁹ Necessidades humanas como alimentação, vestuário, diversão que constituem mercadorias dentro da lógica do modo de produção capitalista. Ressalta-se que em tempos de capital globalizado, novas necessidades de consumo são criadas impulsionadas especialmente pela mídia. Ver SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Souza (Orgs.). *Mídia, questão social e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2009.

neste ambiente heterogêneo, o trabalho informal³⁰ é compreendido como “todo tipo de trabalho exercido à margem das legislações vigentes ou no vazio institucional criado pelas mudanças socioeconômicas em curso” (KREIN; PRONI, 2010, p. 15).

Apesar da grande dificuldade de levantar dados sobre o trabalho informal, a partir da década de 1970 vem crescendo o interesse de organizações e pesquisadores no intuito de desvendar esta realidade. Nesse sentido, em 1972, a Organização Internacional do Trabalho – OIT publicou o primeiro estudo que abordou esta temática, intitulado: *Employment, incomes and equity: a strategy for increasing productive employment in Kenya*; a partir desta publicação foram surgindo diversos estudos e debates tendo o trabalho informal como categoria fundamental, tanto no âmbito na Organização Internacional do Trabalho – OIT, quanto da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL.

Em 2011, a OIT divulgou o Panorama Laboral que realiza uma análise das principais transformações do mundo do trabalho nos países da América Latina e Caribe na década de 2000. Neste documento, a OIT refere que em 16 países³¹ da América Latina e Caribe, com informações disponíveis, havia, em 2010, cerca de 93 milhões de pessoas sobrevivendo na informalidade (OIT, 2011).

No que se refere à realidade brasileira, observa-se um crescimento contínuo do trabalho informal nas últimas décadas, o percentual de trabalhadores informais no Brasil em 1980 era de 24% da População Economicamente Ativa, contra 28,8% em 1990 (SINGER; POCHMANN, 1996). Este aumento da informalidade nos anos 1990 está associado com dois fatores principais: o ambiente econômico de baixo e instável crescimento e as transformações mais gerais ocorridas no capitalismo contemporâneo (KREIN; PRONI, 2010). No contexto atual, 57% dos pobres brasileiros estão em famílias chefiadas por trabalhadores informais, contra 54% chefes de família desempregados, o que aponta que a informalidade está mais presente na pobreza brasileira que o próprio desemprego (NERI, 2006).

Diante deste cenário, o trabalho informal constitui a forma de sobrevivência de uma população que não consegue ingressar no mercado de trabalho formal (regularizado e com direitos sociais assegurados legalmente), buscando formas diversificadas de venda de sua força de trabalho. No contexto das últimas décadas, o trabalho informal vem se mostrando

³⁰ É fundamental compreender o debate que existe para além do foco no trabalho informal, mas as diversas categorias que permeiam este conceito, como economias formal e informal, e setor formal e informal. Ver publicações produzidas pela Organização Internacional do Trabalho – OIT.

³¹ Segundo a OIT, o recorte nos 16 países se deu em função da inexistência de dados uniformes para todos os países.

como um “colchão” que alivia choques trabalhistas adversos daqueles que não conseguem buscar uma ocupação mais qualificada (NERI, 2006).

Nesse sentido, para compreender o contexto do trabalho informal, há de se considerar a conjuntura diversificada que compõe esta forma de trabalho, uma vez que existem diversas estratégias utilizadas pelos sujeitos para se constituírem trabalhadores informais, com níveis de precarização diversificados: o feirante, o camelô, o coletor de resíduos recicláveis, dentre outros, são todos considerados trabalhadores informais, mas com formas de venda de força de trabalho diversificadas dentro do mercado.

Dentre as diversas estratégias, no conjunto heterogêneo do trabalho informal, um segmento vem se evidenciando cada vez mais na conjuntura atual, e que muitas vezes não é associado aos debates a respeito do trabalho informal por constituir um trabalho *informal não legal*, ou seja, a forma de inserção vinculada à contravenção. Esta estratégia de inserção se manifesta através de ações ilegais que buscam acesso ao capital, através das mais variadas formas, por exemplo, através do roubo, sequestro mediante pagamento de resgate, encomenda de mortes recompensadas e um mercado que vem crescendo cada vez mais: o tráfico de drogas.

Tais estratégias, que constituem trabalhos informais e ilegais, são também seculares, mas se potencializam em uma conjuntura na qual é dificultado o acesso ao mercado de trabalho formal, e mesmo quando este acesso é garantido, em função das transformações no mundo do trabalho, sua remuneração se torna extremamente baixa para suprir todas as demandas de consumo instigadas na sociedade capitalista. Nesse contexto, muitas vezes, este mercado informal não legal configura uma forma muito mais atrativa, em função dos altos ganhos que movimenta.

Nas últimas décadas observa-se cada vez mais a organização deste mercado ilegal, através de facções e milícias, que, especialmente em grandes centros urbanos, possuem grande poder, controlando diversas esferas da vida social dos sujeitos. Dessa forma, uma das características dos segmentos pertencentes a este mercado informal não legal é a forma violenta como estabelecem suas relações. O termo violência surge em proximidade com a palavra violação, contendo em si a perspectiva da dilaceração, despedaçamento, ruptura e ultrapassagem de um limite, transgressão (ALBORNOZ, 2000).

Diante da heterogeneidade de segmentos existentes, no âmbito desta economia informal não legal, destaca-se o lucrativo mercado do narcotráfico. Dada a complexidade do fenômeno e a sua natureza ilícita, torna-se difícil o acesso a dados precisos quanto a sua realidade, porém uma estimativa feita pela ONU, no final do milênio, apontou que este

mercado movimenta anualmente cerca de 400 bilhões de dólares, cifra equivalente à cerca do dobro da renda da indústria farmacêutica mundial (ONU, 1998).

Segundo levantamento realizado pela Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, com base nos dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENS, os totais de ocorrências quanto ao tráfico de drogas no Brasil, em 2004, foram de 31.368; em 2005 de 35.110; em 2006, 40.941 e 47.747 em 2007, o que demonstra um aumento nas ocorrências de crimes de tráfico de drogas ilícitas no período avaliado.

O narcotráfico, compreendido enquanto mercado de drogas ilícitas, apresenta-se como uma atividade econômica inscrita na era da globalização e em termos de mercado mundial movimenta milhões e atua através de estratégias pensadas não no âmbito regional, mas global. Sendo assim, o narcotráfico pode ser comparado a uma gigantesca empresa transnacional, dedicada ao tráfico de drogas ilegais, que não paga impostos diretamente e gera grandes lucros (SANTANA, 1999).

O fenômeno do narcotráfico incide em diversos âmbitos da sociedade, trazendo consequências econômicas, políticas e sociais de grandes proporções. Nesse contexto, a venda da força de trabalho junto ao mercado do tráfico de drogas pode representar uma oportunidade de altos rendimentos e *status* em determinados espaços, para uma série de pessoas que, devido ao contexto do mercado capitalista atual, tem dificuldades de inserção no mercado de trabalho de forma qualificada. O narcotráfico é o segmento vinculado à economia informal não legal que mais cresce no país. Em uma sociedade sob a égide do capital, a droga é mercadoria, e o narcotráfico se organiza como uma empresa que visa o lucro (JANSEN, 2007).

A realidade demonstra um crescente aumento no número de pessoas aliciadas pelo tráfico de drogas, cujas atividades são submetidas a um processo de organização hierárquica, produtiva e comercial, com delimitação de mercado baseada na força e na violência entre grupos (FARIAS; BARROS, 2001). Nesse sentido, além da exploração presente em toda a venda de força de trabalho, a inserção neste mercado mostra-se extremamente perigosa pelo caráter violento que este mercado apresenta.

Este caráter violento se dá em função da sua organização interna, uma vez que o tráfico de drogas possui normas de conduta que visam garantir o controle e poder, sendo que tais normas, ao serem desrespeitadas, poderão gerar sanções executadas pela própria organização do narcotráfico; dentre estas sanções, a execução é a mais comum (FARIAS; BARROS, 2001). O caráter violento também poderá se dar no conflito entre o Estado, devido às políticas de combate e repressão a este mercado, uma vez que a política do Estado adotou a lógica da “guerra às drogas” como paradigma de intervenção, resultando em confrontos

bélicos e aumento significativo do número de mortes, seja de pessoas envolvidas com o tráfico, policiais, ou ainda de moradores das comunidades, que passaram a sofrer diretamente os efeitos deste confronto (SILVA; FERNANDES; BRAGA, 2008). O resultado desta combinação, intitulada de “guerra do tráfico”, indica um aumento significativo de homicídios e conseqüentemente da (in)segurança vivenciada pelos diversos sujeitos.

Nesse sentido, Baierl (2004) afirma que o tráfico de drogas ocupa o vazio deixado pela ausência de políticas públicas, gerando empregos no campo da ilegalidade na medida em que arrebanha um exército de pessoas nas mais diferentes funções, sendo organizado de forma cada vez mais empresarial, criando redes, códigos e leis próprias tecidas no cotidiano. O tráfico se legitima com base no medo, potencializando um ambiente de extrema (in)segurança, em um contexto que viola direitos e provoca medo, em uma conjuntura onde os aparelhos do Estado não se efetivam ou se efetivam de forma precária.

O tráfico de drogas é somente um exemplo que ilustra que as transformações ocorridas no mundo do trabalho, nas últimas décadas, têm contribuído diretamente para ampliar a lógica da (in)segurança vivenciada por todos os sujeitos; tal (in)segurança provocadas em função da sua ligação direta com as formas precárias de venda da força de trabalho (e as suas conseqüências como desemprego, subempregos, contratos temporários); bem como devido às conseqüências causadas por esta precarização nas relações de trabalho, fomentando processos de violência na atual conjuntura. Tais processos de violência consistem em formas de resistência à crise estrutural do capital, que, por sua vez, constituem violações de direitos humanos, na medida em que se materializam em homicídios, mortes encomendadas, roubos, sequestros, entre outros.

A violência, nesse sentido, para Minayo e Sousa (1998), consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que causam a morte de outros seres humanos ou afetam a integridade física, moral, mental ou espiritual. Diante da conjuntura atual, segundo Silva (2006), são inúmeras as análises cotidianas sobre violência, materializadas em “tipos de violência” e frequentemente vistas como pontuais, restritas às circunscritas no núcleo familiar, no espaço doméstico ou em determinados grupos, sendo ressaltadas situações que vão do indivíduo até a complexa violência urbana, potencializando, em muitos casos, velhas fórmulas baseadas no eixo repressão-higienização, bem como alternativas baseadas na penalização e na criminalização dos pobres. Nesse sentido, para Silva:

O problema não está em reconhecer as diversas formas de objetivação e particularização da violência (aliás, reais e nada desprezíveis), mas na incapacidade de lidar com esta categoria em sua totalidade, ou seja, como um fenômeno universal

que se particulariza sob dadas condições e se expressa inteiramente na singularidade (ainda que não se revele, jamais, na sua complexidade, imediatamente). [...] Instaura-se desta forma o reino do relativismo composto por “verdades” compreendidas a partir de múltiplos e fragmentados marcos teóricos explicativos (sob o espectro da pós-modernidade) ou por simples senso-comum (SILVA, 2006, p.35).

A análise da violência na sociedade atual se calca nesta valorização pelo fragmento, na lógica caleidoscópica que não se conecta a uma totalidade que possibilita perceber o real para além dos seus fetiches. A mesma lógica da percepção pelo fragmento não permite perceber as relações estruturais presentes em todas as manifestações da violência, que impactam no contexto de (in)segurança vivenciado pelos sujeitos em sua vida cotidiana.

Nesse sentido, se reconhece a dimensão estrutural presente nas relações de violência, e consequentemente de (in)segurança presente no contexto atual. O termo “estrutural” se refere ao conjunto de relações de produção em que baseia a sociedade capitalista, fruto de uma sociedade que se calca na exploração humana para se realizar. Nos termos de Marx:

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual (MARX, 1982, p. 25).

A base econômica, por meio do movimento de valorização do capital, produz a invisibilidade do trabalho e a banalização do humano, condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e valores de uso (IAMAMOTO, 2007). Sendo assim, a lógica da acumulação capitalista potencializa e amplia processos de violência estrutural, isto é, uma forma de violência produzida e reproduzida no âmbito das relações entre capital e trabalho presentes na sociabilidade capitalista. Os processos de reprodução do capital, as múltiplas formas de violência, as diversas manifestações da (in)segurança estão inscritas em um arcabouço cujos elementos estão reunidos em intensa inter-relação, sendo que cada um é internamente dinâmico, uma vez que se desenvolvem de modo aberto, dialeticamente (HARVEY, 2013).

Nessa perspectiva, a (in)segurança, enquanto fruto da violência estrutural, é compreendida como uma expressão da questão social, sendo apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a

apropriação dos seus frutos permanece privada, o que condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes, em tempos de capital fetiche (IAMAMOTO, 2007).

Sendo assim, compreender a (in)segurança, como anverso da lógica caleidoscópica, significa compreender este processo como expressão da questão social, como fruto de uma sociedade capitalista em seu estágio atual.

Torna-se fundamental compreender que a (in)segurança é um dos reflexos da violência estrutural vivenciada por todos os sujeitos. Isso significa afirmar que, apesar de compreender que nem todas as formas de violência derivam desta ordem societária, a ordem do capital oferece terreno sócio-histórico e condições objetivas para a materialização de todo e qualquer processo violento, por mais pontual que pareça, pois as condições atuais de reprodução do capital desencadeiam e alimentam muitos processos sociais violentos, bem como temperam as relações humano-mercadológicas entre os seres sociais, potencializando e enriquecendo as ações dos indivíduos sociais (SILVA, 2006).

A (in)segurança presente na sociedade capitalista não se constitui somente por uma sensação ou, apenas, por uma construção social, mas é vivenciada diariamente por meio dos mais variados processos de violência que impactam os sujeitos em sua cotidianidade. Tal (in)segurança é potencializada diante das transformações no modo de produção capitalista, onde a lógica dos direitos torna-se flexibilizada pela via neoliberal, o desemprego e os empregos informais ganham terreno, gerando processos de violência em que a (in)segurança se mostra uma constante.

Nesse sentido, as manifestações da (in)segurança se nutrem e crescem pela forma como a violência se espalha, pela ausência ou impotência do Estado de assumir o seu papel de garantia de direitos (BAIERL, 2004).

Assim, muitas manifestações da (in)segurança estão intimamente relacionadas à vulnerabilidade social, uma vez que, quando falamos de vulnerabilidade social, referimo-nos à predisposição que um dado grupo tem de ser afetado em termos físicos, econômicos, políticos ou sociais (MENDES; TAVARES; FREIRIA, 2011) a uma série de riscos produzidos pela dinâmica do capital. Todo o contexto de violência estrutural tem impacto na vida de todos os sujeitos, ampliando contextos vulneráveis em escala global. Segundo Mendes, Tavares e Freiria (2011) o conceito de vulnerabilidade social está associado ao grau de exposição aos perigos e aos acontecimentos extremos, devendo ser avaliada a totalidade das inter-relações que implicam a ideia de que as manifestações da (in)segurança são sempre

sociais e não produto de condições naturais específicas. As populações vulneráveis são aquelas que se encontram em risco, não simplesmente porque estão expostas aos perigos (MENDES; TAVARES; FREIRIA, 2011), mas como resultado de um processo sócio-histórico excludente diante da dinâmica de produção e reprodução do capital.

Nessa concepção, Mendes (2014) afirma que a vulnerabilidade social não se resume a simples consequência da exposição aos perigos, mas sim ao resultado de condições de desigualdade social. A lógica de um modo de produção que estratifica os sujeitos em classes sociais, por meio de processos de exploração de uma classe sobre a outra, constitui elemento catalizador, produtor dos mais diversos riscos que atingem toda a população, mas em especial aqueles que não possuem os meios de produção, sendo explorados das mais diversas formas pela dinâmica do capital, ou, de forma reificada, descartados desta dinâmica.

Dessa forma, em meio a um processo potencializado de múltiplas precarizações, a palavra segurança emerge constituindo uma demanda em comum para todas as pessoas, devendo se tornar um debate em questão. Compreender as manifestações da (in) segurança produzidas, inscritas no âmbito dos processos de reprodução da sociedade burguesa, isto é, produzidas por meio de um contexto de violência estrutural, catalisadora dos mais diversos processos de violência contidas na sociedade contemporânea, significa pensar neste conceito, não apenas em suas fragmentações, na forma de segurança pública, segurança social, segurança de renda, entre outros; mas compreendendo a segurança como um conceito ampliado, que se relaciona à lógica da proteção social de forma ampla, em todas as suas dimensões.

Assim, trata-se de compreender a segurança como direito humano, conquistados por meio de lutas históricas, que possui em sua estrutura a marca da contradição constitutiva do real. O próximo item debate a segurança compreendida como direito humano, devendo estar acessível a todos os sujeitos.

2.3 A SEGURANÇA COMO DIREITO HUMANO: PARA ALÉM DOS ESPELHOS QUEBRADOS

A segurança como direito humano deve ser compreendida como uma conquista histórica, desenvolvida no âmago de um processo contraditório de diversas lutas sociais. Como refere Piovesan (2005), os direitos humanos não nascem todos de uma vez, mas se conformam em um constante processo de construção e reconstrução, compondo um

constructo axiológico, fruto da história, do passado e do presente, fundamentado em um espaço simbólico de luta e ação social, na medida em que abrem processos de consolidação pela dignidade da pessoa humana.

Este processo de consolidação dos direitos humanos passa por um longo caminho trilhado entre diversos interesses. Sendo assim, o campo dos Direitos Humanos não constitui um terreno homogêneo, nem mesmo de conquistas que por si só garantam o seu reconhecimento. Segundo Trindade (2011), a luta histórica no que se refere à constituição de Direitos Humanos tem sua origem na Grécia antiga, em pensadores romanos dos séculos III e II antes de Cristo, e no pensamento de São Tomás de Aquino que encetou o esforço de conciliar a fé cristã com o direito natural, predominantemente, laico dos antigos. Porém, durante este período tão longo, os direitos humanos se configuravam como ideias isoladas, sem correspondência na realidade social, pois tanto a antiguidade greco-romana quanto o feudalismo medieval europeu eram modos de produção e organização da sociedade fundados no *status* social da desigualdade e na inexistência de liberdade universal (TRINDADE, 2011).

Nesse sentido, a concepção atual de direitos humanos tem suas raízes no processo histórico de constituição do modo de produção capitalista, ou seja: no cenário do século XVIII, após diversas revoluções que, ao instaurar uma nova forma de sociabilidade, abre campo para o debate dos direitos humanos em sua forma universal. Este movimento se deu devido às lutas travadas no questionamento do pensamento feudal, no âmago do pensamento iluminista, que buscava centrar-se na razão humana, contrapondo-se aos privilégios monárquicos, sendo este um dos principais argumentos para a tomada de poder burguês (FORTI; MARCONSIN; FORTE, 2011).

Neste processo histórico, ao longo de diversas revoluções lideradas pela burguesia, foi sendo consolidada a concepção de direitos, com ênfase, como refere Tonet (2012), na ideia de igualdade natural que constituía um poderoso instrumento na luta contra a ideia da desigualdade natural que fundamentava a ordem social feudal.

Diante deste contexto de lutas e consolidações da hegemonia burguesa, nasce a ideia de Estado Moderno, apoiado especialmente em duas categorias conceituais: o *jus naturalismo*, com seus conceitos sobre direitos inatos, estado de natureza e contrato social, reivindicando respeito por parte da autoridade política aos direitos inerentes ao homem; e o *contratualismo* ao defender que o fundamento do poder político reside no contrato, assinalando o fim do estado natural e o início do estado social (MEDEIROS, 2003).

Desse modo, a concepção de direitos, especialmente na Declaração do Homem e do Cidadão de 1789³², construída com base no cenário da Revolução Francesa, expressava os direitos civis e políticos, sendo consolidada a partir de uma matriz liberal oitocentista, configurando direitos civis e políticos e, mesmo assim, limitados por restrições censitário-econômicas ao exercício do sufrágio universal, além da interdição completa do direito ao voto de mulheres (TRINDADE, 2011).

Assim, a concepção de direitos historicamente é marcada por uma concepção restrita de direitos, que visa apoiar o crescimento da filosofia burguesa centrado em concepções de fortalecimento das bases para o mercado capitalista. Nesse sentido, Marx tece as suas críticas à concepção de direitos do homem, como se pode observar:

Desta forma, nenhum dos possíveis direitos do homem vai além do homem egoísta, do homem como membro da sociedade civil, ou seja, como indivíduo destacado da comunidade, limitado a si próprio, ao seu interesse privado e capricho pessoal. Em todos os direitos do homem, ele mesmo está longe de ser considerado como um ser genérico; ao contrário, a própria vida genérica – a sociedade – surge como um sistema que é externo ao indivíduo, como restrição da sua independência original. Praticamente o laço que os une é a necessidade natural, a necessidade e o interesse privado, a preservação da sua propriedade e das pessoas egoístas (MARX, 2008, p. 33).

Conforme esta concepção, a constituição de direitos neste cenário histórico representa, ao mesmo tempo, um avanço no cenário das lutas travadas no âmbito das revoluções burguesas e uma forma de assegurar a defesa da propriedade privada, como elemento básico de constituição de um novo padrão de sociabilidade, isto é, do modo de produção capitalista. Nesse contexto, no 2º artigo da Declaração do Homem e do Cidadão, a segurança aparece como um dos direitos naturais e imprescritíveis ao homem junto com a propriedade, a liberdade e a resistência à opressão.

Assim, a segurança é compreendida como o supremo conceito da sociedade civil, o conceito de polícia que existe para a preservação das pessoas, dos direitos e da propriedade, sendo que o conceito de segurança não vem para alcançar a sociedade civil acima do próprio egoísmo (MARX, 2008). Então, o conceito de segurança presente na Declaração do Homem e do Cidadão se restringe à proteção da propriedade privada como elemento central que necessita ser assegurado, na perspectiva da consolidação do modo de produção capitalista.

³² Além da Declaração do Homem e Cidadão outros documentos compõem esta concepção de direitos, como a Declaração dos Direitos da Revolução Americana de 1776, conforme afirma Trindade (2011).

A concepção de segurança como um direito, tendo por base a Declaração do Homem e do Cidadão, constitui a segurança de propriedade, ou seja, a defesa da propriedade privada, não estando conectada com a lógica da proteção social.

Como referem Aginsky e Prates (2011), o próprio direito à liberdade, então tido como fundamental, cinge-se ao direito a ser proprietário, denotando a clara orientação da afirmação de direitos voltados restritamente à burguesia. Esta concepção estreita de direitos humanos foi lentamente erodida pelas lutas operárias e populares dos séculos XIX e XX, sendo que somente no século XX é possível perceber os primeiros resultados significativos pela longa caminhada, pela ampliação desta concepção com a criação de algumas legislações que abarcavam a concepção de direitos sociais de forma mais ampliada, como exemplo a Constituição Mexicana de 1917³³(TRINDADE, 2011).

A ampliação da concepção de direitos humanos, compreendendo uma noção alargada de proteção em termos globais só ocorre em 1948, após a formulação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tal documento busca a consolidação de um novo horizonte ético, tendo como tônica a negação de todos os horrores da II Guerra Mundial, sendo capaz de balizar a relação dos Estados com seus cidadãos (BERTASO; GAGLIETTI; FORMAGINI, 2008).

Nesse sentido, esta declaração introduz a chamada concepção contemporânea de direitos humanos, marcada pela universalidade e pela indivisibilidade destes direitos. A universalidade, porque clama pela extensão universal dos direitos humanos com a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, considerando o ser humano como essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade; já a indivisibilidade porque, ineditamente, o catálogo dos direitos civis e políticos é conjugado ao catálogo dos direitos econômicos, sociais e culturais (PIOVESAN, 2005).

Ao considerar direitos universais a todos os sujeitos, a Declaração de 1948 avança historicamente, alargando a concepção para além da proteção à propriedade privada, buscando assegurar a garantia de direitos sociais. Nesse contexto a segurança é compreendida para além da lógica da proteção policial a favor dos bens privados, mas compreendida, também, relacionada à proteção social, conforme refere o artigo XXII desta declaração:

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a

³³ Trindade (2011) afirma que tal documento instituiu a educação pública, laica e gratuita, determinou a realização da reforma agrária, subordinou o interesse individual à primazia dos interesses coletivos, e instaurou a liberdade sindical e o sufrágio universal.

organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Este documento histórico busca compreender a segurança como um direito relacionado a diversas dimensões da vida dos sujeitos, na perspectiva de possibilitar o livre desenvolvimento da sua personalidade, sendo que para isso é necessária a inviolabilidade dos direitos civis, políticos e sociais, ou seja, a proteção dos direitos humanos. Importante assinalar que, no que se refere ao debate da segurança como um direito humano, a noção de direitos humanos deve ser compreendida na sua totalidade, na negação da fragmentação de tais direitos.

Esta forma de compreender os Direitos Humanos pode ser observada na interpretação realizada por Thomas Humphrey Marshall, que busca compreender tais direitos a partir da teoria geracional, analisando o cenário de lutas históricas por direitos por uma perspectiva evolucionista. Marshall (1967), ao analisar o cenário inglês, refere que o século XVIII favoreceu o surgimento dos direitos civis, necessários à liberdade individual de ir e vir, de imprensa, de pensamento, de religião, da propriedade, compreendendo estes como direitos de primeira geração. Durante o século XIX consagraram-se os direitos políticos, sendo o direito de participar no exercício do poder político intitulado pelo autor como “direitos de segunda geração”; e a primeira metade do século XX consolidou as reivindicações de direitos sociais e econômicos, considerados direitos de terceira geração, que são fundamentais para uma cidadania plena, sendo o acesso universal à educação, saúde, segurança social e outros benefícios sociais (MARSHALL, 1967).

Tal classificação geracional tornou-se referencial paradigmático enquanto processo evolutivo de fases históricas dos direitos no Ocidente (WOLKMER, 2010), influenciando diversos autores na contemporânea análise dos direitos humanos, como Norbert Bobbio, que buscou ampliar a concepção geracional de direitos em quatro gerações: na primeira geração são considerados direitos individuais que pressupõem a igualdade formal perante a lei e consideram o sujeito abstratamente; são direitos que reservam ao indivíduo uma esfera de liberdade “em relação ao” Estado (BOBBIO, 1992). Afirma serem direitos que concedem uma liberdade “no” Estado, pois permitem uma participação mais ampla, generalizada e frequente dos membros da comunidade no poder político, sendo os direitos à vida, à liberdade e à igualdade. Os direitos de segunda geração são chamados de coletivos, representando os direitos sociais, nos quais o sujeito de direito é visto no contexto social, sendo os direitos de liberdade “através” ou “por meio” do Estado (BOBBIO, 1992).

A terceira geração de direitos, na perspectiva de Bobbio (1992), representam os direitos dos povos ou os direitos de solidariedade: os direitos transindividuais, também chamados de direitos coletivos e difusos: o direito ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, o direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e o direito de comunicação (BOBBIO, 1992). Por fim, Bobbio (1992) refere quanto aos direitos de quarta geração, como os direitos de manipulação genética, relacionados à biotecnologia e bioengenharia, que tratam de questões sobre a vida e a morte e requerem uma discussão ética prévia.

Muito embora esta compreensão geracional possibilite a percepção da evolução histórica dos direitos humanos, abrem-se possibilidades de fragmentação à unidade que constitui os direitos humanos, podendo levar à perigosa compreensão da divisibilidade de direitos. Então, nota-se, novamente, as armadilhas da lógica da percepção fragmentária no que se refere, neste debate, à lógica dos direitos humanos.

Ao compreender o real por meio desta percepção, ou seja, ao segmentar os direitos em categorias ou classificações, de certo modo também erode a possibilidade de articulação teórica em torno de uma concepção ampliada de direitos humanos (AGUINSKY; PRATES, 2011). Por meio de pequenos fragmentos históricos, se nega o movimento dialético e contraditório de conquistas de direitos, podendo levar à concepção equivocada da classificação de direitos por graus de importância, ou a possibilidade da conquista de alguns direitos serem negados. A concepção de direitos humanos remete a uma unidade inviolável, sendo que se um direito é negado ou violado todos os demais também serão. A esse propósito, Trindade (2000) refere:

Os direitos humanos não se “sucedem” ou “substituem” uns aos outros, mas antes se expandem, se acumulam e fortalecem, interagindo os direitos individuais e sociais [...] Contra a tentação dos poderosos de fragmentar os direitos humanos em categorias, postergando, sob protestos diversos, a realização de alguns destes (os direitos econômicos e sociais) surge os Direitos dos Direitos Humanos, afirmando a unidade fundamental de concepção, a indivisibilidade e a justiciabilidade de todos os direitos humanos (TRINDADE, 2000, p.21).

Nesse sentido, olhar para “além dos espelhos quebrados”, na análise dos direitos humanos, requer a compreensão ampliada do contexto de tais direitos, na perspectiva da sua totalidade e indivisibilidade.

Sendo assim, o direito à segurança na lógica da proteção social só pode se efetivar se os demais direitos forem assegurados em sua totalidade. Nessa perspectiva, para evitar a pulverização de direitos, que pode ocorrer por meio da sua análise geracional, se desenvolve a

teoria dimensional, sem mais a hierarquia axiológica ou cronológica entre estas dimensões, todas sendo consideradas de igual importância para a dignidade da pessoa humana (TRINDADE, 2011).

Portanto, a teoria dimensional dos direitos humanos não aponta tão somente para o caráter cumulativo do processo evolutivo e para a natureza complementar de todos os direitos, mas afirma, além disso, sua unidade e indivisibilidade (SARLET, 2007).

Compreender os direitos humanos como um conjunto inseparável de valores legais é fundamental na direção da análise da segurança como direito humano. Como debatido anteriormente, a segurança está relacionada à proteção, sendo que esta proteção só pode se consolidar se estiverem garantidas as diversas dimensões de direitos políticos, sociais, econômicos e culturais.

Dessa forma, a concepção atual de direitos humanos se funda na compreensão de direitos universais, sendo que tal percepção poderá levar a outra forma fragmentada e fetichizada na análise dos direitos humanos na conjuntura atual: a tensão entre “entre direitos à igualdade e direitos à diferença”. O contexto atual demanda a percepção do ser humano a partir da sua heterogeneidade e não pela sua homogeneização, sendo esta compreensão fundamental para não encarcerar a dimensão humana em uma visão abstrata e genérica. Em um contexto heterogêneo, as demandas por direitos humanos dos diversos segmentos sociais se complexificam, sendo as demandas das mulheres por direitos diferentes das demandas dos homens; as demandas das pessoas com deficiência são diferentes das pessoas dos mais diversos segmentos étnicos e as das juventudes são diferentes das dos idosos.

Então, torna-se um equívoco a compreensão do sujeito como um ser “abstrato universal”, visto que são ocultadas as diversas particularidades que compõem os sujeitos inscritos no contexto atual. Nesse sentido, Rios (2012) afirma que na compreensão de direitos existe a necessidade de entender estas relações a partir de um igualitarismo concreto, isto é, um movimento que parte da igualdade fundamental de todos e tem consciência das diferenças reais, reconhecendo a diferença sem canonizá-la, admitindo o conceito de identidade sem torná-la fixa e fechada pela reificação do outro.

Para Netto (2007), o compromisso com a igualdade social deve ser entendido não como a equalização homogeneizadora dos indivíduos, mas como a única condição capaz de propiciar a todos e a cada um dos indivíduos sociais os pressupostos para o seu livre desenvolvimento.

Diante desse contexto, deve ser permitido o florescimento das diferenças e das peculiaridades constitutivas da individualidade social, porque a igualdade opõe-se à

desigualdade, nunca à diferença; de fato, à diferença o que se opõe é a indiferença, logo, para que os indivíduos sociais se desenvolvam, explicitando as suas autênticas diferenças, se torna imprescindível a igualdade social (NETTO, 2007).

Compreender os direitos humanos como indivisíveis, como elementos balizadores da luta contra a desigualdade e do respeito à diferença constitui um movimento de compreender tais direitos em sua totalidade, e pela via da percepção fragmentada e fetichizada que reifica tais direitos, na lógica de anular suas lutas históricas. Dessa forma, tais direitos devem ser compreendidos como frutos de lutas, que se ampliam e retrocedem, esgarçam-se e sofrem violações no curso da história, bem como entram em disputa as perspectivas de proteção destes direitos (AGUINSKY; PRATES, 2011).

A compreensão de direitos humanos no contexto atual se desenha como uma arena de disputas e interesses diversos, mas que abre possibilidades de direcionar caminhos na perspectiva de uma vida mais digna para todos os seres humanos.

Tal objetivo se torna um grande desafio em uma sociabilidade capitalista, guiada por valores de cunho neoliberal, que acarretam retrocessos históricos na luta pela afirmação de direitos. O que se pode observar na atual conjuntura é que as ideologias fortalecidas por meio do discurso do capital acabam por fragmentar direitos, buscando defender a garantia: à propriedade privada dos meios sociais de produção; à livre contratação; à livre acumulação; à livre circulação de mercadorias e à livre reprodução ampliada do capital (TRINDADE, 2011); em detrimento ao direito à saúde de forma universal, à educação para todos os sujeitos, do acesso aos bens culturais e sociais, enfim, da perceptiva da proteção social como forma de garantir segurança.

Diante desse contexto, marcado por diversas contradições, a segurança constitui uma necessidade humana³⁴ compreendida em sua totalidade, em suas diversas manifestações presentes no contexto de acirramento das expressões da questão social. Nesse sentido, a segurança passa a ser reconhecida como direito humano fundamental para que os sujeitos possam gozar de uma vida digna, diante de um contexto marcado por diversas formas de violações. Tal reconhecimento é expresso pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1946, ao citar o termo “segurança” em três dos seus artigos: em seu terceiro artigo refere à segurança pessoal, em seu décimo segundo artigo se relaciona à segurança social, ou seja, à

³⁴ Segundo Pereira (2006) o reconhecimento da existência de necessidades humanas reafirma o processo de formação e desenvolvimento das políticas públicas, uma vez que na base de cada uma delas encontram-se necessidades humanas que foram problematizadas e se transformaram em questões de direito.

satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais que toda a pessoa humana deve ter acesso, e em seu décimo quinto artigo refere à segurança no emprego formal.

Na Constituição Federal de 1988, construída tendo como referência a citada declaração, a palavra segurança aparece 24 vezes em seus 245 artigos; sendo empregada nos mais diversos contextos, especialmente vinculada à segurança interna do país e à segurança pública. As demais legislações, surgidas após a Constituição de 1988, trazem em seus artigos relação com o conceito de segurança, por exemplo: a lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, cita nove vezes o termo segurança; a lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, cita a palavra segurança seis vezes, assim como a Lei Federal nº 12.852/2013, que dispõe sobre o Estatuto da Juventude³⁵, também apresenta o termo seis vezes, relacionado especialmente ao direito ao trabalho, à diversidade e à segurança pública.

Nesse sentido, a segurança mostra-se como uma das preocupações do Estado, o que reflete a demanda de toda sociedade diante da precarização metamorfoseada de diversas formas de violações presentes na conjuntura atual, tendo como catalisador o processo de produção e reprodução do capital em seu atual estágio. As bases legais aqui ilustradas demonstram a busca pela materialização de lutas pelo direito à segurança, isto é, pela construção do direito à proteção social construído historicamente. Como destacado anteriormente, a construção do direito à segurança, compreendida como direitos humanos, constitui um longo processo histórico ainda em curso, para a efetivação e materialização de tais direitos.

Historicamente a concepção de “segurança” foi atrelada unicamente à defesa do patrimônio, seja pelas grandes construções de muralhas que cercavam os castelos na Idade Média, seja pela construção da concepção de *direito* pós-Revolução Francesa. A concepção de segurança como defesa da vida humana, como um direito social, mostra-se bastante recente; o que acaba, em muitos contextos, por esfumegar a íntima relação entre segurança e proteção social, acarretando na redução do termo segurança unicamente à defesa da propriedade privada. Apesar dos avanços nas concepções de direitos contidos na Declaração dos Direitos Humanos em 1948, somente em 1994 o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD lança o Relatório do Desenvolvimento Humano, que centra o seu foco a respeito do conceito de Segurança Humana. Tal documento mostra-se um marco na compreensão ampliada de segurança, pois busca substituir a lógica militar e repressiva, que

³⁵ Mais sobre o Estatuto da Juventude ver no item 4.2 da presente tese.

embasava as ações de segurança, para uma concepção que compreende que o cerne da insegurança humana está vinculado com as diversas vulnerabilidades, provocadas, também, pelas desigualdades sociais.

Este documento institui que a segurança humana deve possuir algumas características fundamentais como: 1) a segurança humana deve ser uma preocupação universal, devendo ser assegurada para todas as pessoas de todos os países; 2) os componentes da segurança humana são interdependentes, uma vez que os acontecimentos que ameaçam a segurança (fome, epidemias, desastres ecológicos, narcotráfico, entre outros) não estão isolados, confinados em barreiras nacionais; 3) a garantia da Segurança Humana deve ser calcada na proteção; 4) a segurança humana deve ser centrada no ser humano (PNUD, 1994).

A ampliação do conceito de segurança humana, para além da sua feição bélica, se relaciona à defesa de direitos sociais, na perspectiva a proteção social. Ao considerar a universalidade de suas ações, compreendendo que seus componentes são interdependentes, pressupõe a necessidade de ações integradas para a sua materialização para todos os sujeitos, ressaltando, assim, a carência de garantia de múltiplos direitos para atendimento às demandas de segurança.

O emprego do termo “segurança”, normalmente está associado a diversos outros termos que demarcam a sua mediação com alguns elementos específicos, como por exemplo: segurança no trânsito, segurança pública, segurança nacional, segurança social, segurança alimentar, entre outros; todos relacionados à proteção de algo, em favor da preservação. Dessa forma, apesar de todas as segmentações em torno da temática segurança, existe um núcleo central em comum em cada configuração do termo, que se relacionam com a lógica da proteção. A defesa, unicamente, de uma dimensão de segurança, por exemplo, a segurança pública, não se materializa quando não conjugada com as demais manifestações da segurança³⁶, uma vez compreendida a segurança como elemento indivisível.

Compreender as múltiplas manifestações da (in)segurança não assinala uma forma de fragmentação, pelo contrário, destaca para a necessidade de compreendê-las sem negar o seu foco na (des)proteção. Sendo assim, se reconhece a segurança no sentido da proteção à vida humana, que se manifesta de diversas formas no contexto atual, em diversos campos; mas são

³⁶ A Política Nacional de Assistência Social define algumas dimensões de segurança que devem ser atendidas por essa política, sendo: Segurança de acolhida, Segurança social de renda, Segurança de convívio e Segurança de desenvolvimento de autonomia. Porém, o debate sobre segurança, na órbita da proteção social, não pode ficar restrito a uma única política pública, a dimensão da intersetorialidade é aspecto fundamental para a consolidação das manifestações da segurança no âmbito da proteção social. Ver debate sobre intersetorialidade no item 4.3 da presente tese.

catalisadas pelo acirramento da luta de classes no âmbito da produção e reprodução do modo de produção capitalista.

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 1994 ao destacar que a segurança deve ser calcada na proteção da pessoa humana, busca romper com a perspectiva de focalização das ações de segurança unicamente como garantia da propriedade privada. Dessa forma, deixa explícito que as ações de segurança como formas de proteção a vida humana, como meio de proteção social, compreendida como um direito humano.

A materialização de tal proteção será possível com a realização de ações concretas que possam efetivar tais direitos em uma ordem prática. Nessa esteira, Coutinho (1995) refere que políticas públicas são instrumentalizadoras de direitos. Lima Jr (2002) afirma que os direitos humanos exigem a proteção do Estado, através da adoção de políticas que materializem, na vida dos sujeitos sociais, sua exigibilidade e proteção. Por meio de políticas públicas³⁷ é possível materializar direitos em uma realidade concreta, para que os direitos humanos possam ter ressonância na vida cotidiana de todos os sujeitos.

A partir do movimento que materializa direitos em uma realidade concreta na sua totalidade, como indica a Declaração de 1948, será possível a concretude do real conceito de segurança. Porém, é preciso considerar que a real segurança, isto é, a total proteção social não será possível de ser materializada na égide a sociedade capitalista, uma vez que a segurança em sua completude só é possível pela via da emancipação humana.

Nesse sentido, Marx, em *A questão judaica*, busca questionar que espécie de emancipação está em questão e quais condições se tornam fundamentais na essência da emancipação que se procura. Marx (2006) difere, assim, emancipação política de emancipação humana, referindo que a emancipação política não é integral, sem contradições, isso porque não se constitui de forma plena. Então, a emancipação política se refere à libertação humana da feudalidade³⁸, ou seja, a retirada da esfera do Estado a vida concreta dos indivíduos, libertando a propriedade privada das amarras feudais, acarretando a remoção dos obstáculos à sua plena regência sobre a reprodução social; sendo assim, a concepção de Estado Moderno brota da emancipação política (LESSA, 2007).

Trindade (2011) refere que no feudalismo a vida civil e a vida política estavam fundidas em uma só dimensão, e a relação entre as pessoas fundava-se no privilégio, no

³⁷ A respeito do debate de políticas públicas ver capítulo 4 desta tese.

³⁸ Segundo Lessa (2007) este termo é utilizado por Marx para designar as características do feudalismo e todos os modos de produção pré-capitalistas.

direito desigual, somente com a passagem ao capitalismo tornou-se necessária a separação entre vida civil política, sendo esta relação mediada pela ideia de direito.

A emancipação política se constitui na perspectiva da dissolução do poder feudal, calcada na lógica do direito, abrindo possibilidades para a constituição da propriedade privada, possibilitando a liberdade do poder feudal e constituindo a alienação pela via do capital. Diante desse contexto, é inegável o avanço histórico da libertação das amarras do poder feudal, porém, é fundamental compreender as limitações presentes na emancipação política, conforme refere Marx (2006):

Certamente a emancipação política representa um enorme progresso. Porém, não constitui a forma final de emancipação humana, mas é a forma final de emancipação dentro da ordem mundana até agora existente. Não será necessário dizer que estamos aqui discorrendo sobre a emancipação real, prática (MARX, 2006, p. 24).

Segundo Marx (2006), a única forma de emancipação possível na sociedade capitalista é a emancipação política, porém, esta compõe uma forma limitada de emancipação, uma vez que reforça a lógica da subjugação de sujeitos em razão da ordem econômica; é nesse sentido que se constrói a perspectiva de lutas em busca da emancipação humana.

Silva (2013) aponta que a emancipação humana surge da superação dos limites da emancipação política, através da negação do cidadão burguês, abstrato, submetido à sociedade de classes e à propriedade privada; sendo assim, a emancipação humana não se reduz à emancipação política, pois exige que os sujeitos assumam, ainda que determinados pela história, o controle consciente de sua existência. A emancipação humana constitui a emancipação de todos os homens das amarras do modo de produção capitalista, representando um estágio em que os processos de alienação, reificação e fetichização são suplantados por meio da superação do modo de produção capitalista. Nas palavras de Marx (2006), a emancipação humana de todos os indivíduos só ocorrerá:

Quando, como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças, como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (MARX, 2006, p.39).

A verdadeira segurança, no sentido da total proteção social, só poderá ocorrer no momento em que for superada a lógica de exploração dos sujeitos na sociedade capitalista, calcada na subjugação humana. Desse modo, compreender os limites das formas de concretização do direito de segurança no contexto atual representa um movimento fundamental, porém, este processo não deve anular o horizonte de lutas históricas pela

materialização de direitos. Conforme Chauí (1989), a prática de declarar direitos significa, em primeiro lugar, que não é um fato óbvio para todos os homens que eles são portadores de direitos e, por outro lado, que tais direitos devam ser reconhecidos por todos. Diante das contradições e tensionamentos atuais, é necessário compreender a perspectiva presente na lógica dos direitos, no horizonte de projetar processos sociais emancipatórios.

É preciso negar, ao mesmo tempo, o etapismo, ou seja, a crença de que a emancipação humana derivará do adensamento da emancipação política (e pode acontecer o seu inverso), bem como enfrentar o imobilismo que despreza os espaços a serem ocupados e tencionados inclusive pelos profissionais (SILVA, 2008). É preciso, portanto, saber com qual direção esta defesa dos direitos deve ser ocupada, ao mesmo tempo, os espaços existentes (que permitem a contradição –nem todos merecem essa atenção), forcejando seus limites, exercendo a crítica-crítica que põe em cheque as ações empreendidas, os limites nela contido (SILVA, 2013, p. 197).

Compreender as contradições presentes no contexto atual, rompendo os fetiches que constroem em nossa percepção uma imagem fragmentada, é um importante desafio para pensar em ações concretas na perspectiva da materialização dos direitos, porém, sem perder de vista o horizonte da emancipação humana. Nesse sentido, se torna fundamental compreender o contexto em que se inserem os diversos segmentos sociais, analisando a conjuntura de violação de direitos cada vez mais acirrada na sociedade capitalista. É com esta perspectiva que no próximo capítulo busca-se demonstrar como se materializam as manifestações da (in)segurança para um segmento social específico: as juventudes.

3 O TRANSLÚCIDO E O OPACO: AS IMAGENS DAS JUVENTUDES NO CONTEXTO DE (IN)SEGURANÇA

A (in)segurança mostra-se como fenômeno que impacta todos os sujeitos no âmbito da sociedade capitalista, pois suas manifestações são diversas e, muitas vezes, compreendidas por meio de fragmentos que ocultam a sua real raiz, sendo a produção e reprodução de desigualdades própria da tessitura do modo de produção capitalista. Diante deste quadro, as juventudes constituem um segmento social que é particularmente impactado pelas diversas manifestações da (in) segurança, o que aponta para um quadro de (des)proteção social em um período de vida que demarca grandes transformações nas trajetórias destes sujeitos. Nesse sentido, pensar as juventudes no contexto atual mostra-se como um grande desafio, especialmente devido à heterogeneidade de debates e concepções que abarcam esta categoria.

O próprio conceito de *juventudes* aponta para um contexto extremamente complexo e revela uma conjuntura de disputas onde ganham visibilidade diversas concepções, ora antagônicas, ora convergentes. Em meio a esta compreensão da realidade do contexto juvenil, a compreensão das juventudes, muitas vezes, acaba por ser fragmentada, resultando em visões calcadas em pré-concepções, anulando toda complexidade e potencialidade contidas neste segmento social, isto é: a visão das juventudes no contexto social mostra-se opaca, não sendo percebida a dinâmica constitutiva, bem como os processos estruturais pelos quais é impactada. A opacidade na percepção deste segmento social se revela no momento em que se anula o olhar para os processos sociais nos quais as juventudes se inscrevem, levando em consideração a visão calcada na aparência do real. Ir além do que é opaco no olhar para as juventudes, buscando perceber seus processos de forma mais translúcida, desvelando os fetiches presentes neste debate mostra-se como o desafio deste capítulo.

Ressalta-se que a categoria “juventude” vem ganhando visibilidade recentemente, o que resulta em um desconhecimento quanto ao termo “juventudes”, muitas vezes confundido com a adolescência, como sendo algo indistinto da infância (SILVA; ANDRADE, 2009), contribuindo para uma visão opaca deste segmento social.

Sendo assim, o presente capítulo visar contribuir na perspectiva de dar visibilidade à composição das múltiplas vertentes que cercam os debates sobre juventudes e (in)segurança na conjuntura atual, buscando romper a opacidade presente nestes debates. O primeiro subitem apresentado neste capítulo, intitulado “Entre fragmentos: a construção social das juventudes na sociedade dos fetiches” pretende esclarecer a construção social da categoria juventudes, analisando a sua trajetória histórica, bem como as diversas concepções que

passam a influenciar a compreensão das juventudes em uma sociedade, onde o fetiche representa uma arma ideológica de fundamental importância na manutenção do modo de produção capitalista. O presente subitem não pretende, pois, somente conceituar as juventudes, mas dar visibilidade para a complexidade presente no debate acerca desta categoria.

No segundo item deste capítulo “Para além do jogo de espelhos: as manifestações da (in)segurança refletidas nas juventudes” analisam-se os dados secundários de diversas pesquisas que possam revelar como se constitui o fenômeno da (in)segurança para as juventudes. Nesse sentido, busca-se compreender, por meio de tais dados, a realidade das juventudes brasileiras para além da sua aparência fenomênica. Diante de um contexto de (in)segurança presente para as juventudes, é essencial verificar como se apresentam as suas demandas por segurança; sendo assim, o subitem “As juventudes de frente para o espelho: a vocalização das demandas por segurança no contexto juvenil” analisa a conjuntura das recentes manifestações populares ocorridas no Brasil, nos anos de 2013 e 2014, procurando mapear no contexto destas manifestações as principais requisições das juventudes ali presentes, bem como os documentos provenientes das duas Conferências Nacionais de Juventude, na perspectiva de compreender como se dão as demandas das juventudes no contexto atual.

3.1 ENTRE FRAGMENTOS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS JUVENTUDES NA SOCIEDADE DOS FETICHES

O debate em torno do tema “juventude” vem se ampliando ao longo das últimas décadas, seja na produção do conhecimento científico, ao analisar os fenômenos que circunscrevem este segmento social; seja no debate midiático que, muitas vezes, reproduz e amplia concepções homogeneizadoras no que se refere às juventudes. Diante disso, evidencia-se que a percepção para este segmento social traz consigo definições que têm mudado ao longo do tempo, e são sempre diferentes nas diversas culturas e espaços sociais (NOVAES, 2006).

Assim, observa-se a construção das concepções de juventudes que foram desenvolvidas recentemente, durante as transformações ocorridas ao longo do século XX. Ao considerar este processo histórico, percebe-se que a nobreza jovem do século XVIII buscava ser identificada pelo uso de perucas brancas, roupas escuras e bigodes, assumindo posturas e hábitos de pessoas maduras, com a finalidade de manter o respeito, demonstrar seriedade

diante da sociedade e ingressar integralmente na maturidade (GROPPO, 2000). Este quadro não se altera de modo significativo durante o século IX, e mesmo no início do XX, a transição da infância para a vida adulta era praticamente instantânea, no sentido de articular a saída de casa, a entrada no mercado de trabalho e a formação do casal, especialmente para a classe trabalhadora; porém, entre as classes com maior poder aquisitivo esta tendência já parecia mudar, na perspectiva de adiar o ingresso na vida adulta (CORDEIRO, 2009).

A construção social da visibilidade da categoria juventude começa a ser instituída na segunda metade do século XX, especialmente no pós-guerra, muito em função das diversas transformações societárias ocorridas neste período. Savage (2007) destaca que a visibilidade da categoria juventude foi produto de um processo histórico, resultado de diversas transformações que a sociedade vivenciou, culminando nas concepções sobre juventudes que foram desenvolvidas ao longo do século XX.

Hobsbawm (2012) destaca as grandes alterações ocorridas no curso da história, a partir do século XX, no que diz respeito ao contexto das duas grandes guerras mundiais, no desenvolvimento e acirramento das diversas crises do modo de produção capitalista, no incremento da indústria em seus mais diversos ramos, com destaque para o desenvolvimento da tecnologia, das telecomunicações e das artes. É neste contexto que emergem as juventudes, como um segmento social compreendido como uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, marcado por uma construção social que denota uma série de estereótipos em relação a este segmento social extremamente complexo e heterogêneo.

Dessa forma, no bojo do desenvolvimento e das transformações do modo de produção capitalista, se inicia o processo de construção social das juventudes, tendo como elemento central as mudanças ocorridas no mundo do trabalho³⁹. Nesse sentido, o acirramento das condições de existência produzidas pela sociedade capitalista acarretou a exigência de melhor qualificação para o mundo do trabalho, levando a uma maior permanência na escola de alguns segmentos sociais, em função do aumento desmedido da competição no mercado de trabalho e a conseqüente escassez de empregos, sinalizando mudanças na transição para a vida adulta (GROPPO, 2000; CORDEIRO, 2009).

O desenvolvimento da sociedade de consumo representa outro aspecto que vem a impactar diretamente o contexto das juventudes, pois a partir da segunda metade do século XX, o jovem começa a ser percebido como sujeito consumidor, sendo criados artigos,

³⁹ Como debatido no capítulo anterior, o cenário de transformações no mundo do trabalho se relaciona à concorrência em nível global, reestruturação produtiva, revoluções tecnológicas, entre outros elementos que revolucionam as relações de produção, ampliando a precarização do trabalho (ALVES; ESTANQUE, 2012).

utensílios e programas de televisão específicos para este público (SCHERER, 2013). Aos poucos vai se formando ideologicamente a perspectiva do “jovem como moda”, isto é, a juventude como sinônimo de poder e beleza, sendo que esta concepção vem a corroborar com outro extremo ao analisar a transição de segmentos etários, como se percebe em relação à descartabilidade do idoso para a sociedade capitalista. Assim, em função da forma que a força de trabalho assume na sociedade capitalista – como mercadoria – passa a contribuir para a percepção sobre o envelhecimento, basicamente como perda das funções físicas e mentais, sendo que este aspecto impacta de forma significativa no *status* social do idoso, em uma sociedade que privilegia o novo ou a novidade (SOUSA; MATIAS; BRÊTAS, 2010).

Na sociabilidade capitalista, pelo processo de reificação, o humano torna-se objeto em uma coisa que tem valor quantitativo, nesta forma de percepção do mundo e dos sujeitos, pela égide do capital. O processo de envelhecimento é considerado como um processo de detrimento do seu “valor”, relacionado à lógica da produção de capital, de venda da força de trabalho. Sendo assim, se o envelhecimento é percebido como um processo de decomposição de valor e minimização de *status* social, a juventude mostra-se como antítese da descartabilidade do “velho”, representando um sujeito em plenas condições de competição no mundo do trabalho.

Diante disso, percebe-se que a construção da valorização da juventude, também está atrelada à ideia de “melhores condições para competição”. Nesse sentido, a criação do *status* da juventude como sinônimo de poder está vinculada ao ideário liberal, que compreende o outro como um objeto descartável, fundado em uma tendência individualista que reproduz uma ética impessoal, calcada em relações superficiais e fragmentadas e tornando possível a objetivação de relações coisificadas, pois a própria exteriorização de um e de outro se dá segundo a lógica da posse e do consumo de objetos e de relações como mercadorias descartáveis (BARROCO, 2008). Nesta conjuntura de dominação da lógica liberal capitalista, a juventude torna-se representação das plenas forças de trabalho, disponível para a sua venda no mercado capitalista.

Por este espectro de composição de forças, a juventude passa a compor uma imagem desejada, como um signo de poder e beleza, ou seja, a lógica da coisificação liberal transforma a juventude em um “modelo” a ser seguido pela sociedade. As manifestações de consumo multiplicam-se para a juventude em discos, filmes, produções televisivas, roupas, revistas criadas pela indústria fonográfica, cinematográfica, da moda e editorial, representando um mercado sem limites para criar a juventude como um espelho do consumo (CORDEIRO, 2009). A lógica do consumo é fundamental para a manutenção do modo de

produção capitalista, uma vez que é pela via do consumo que a mercadoria é vendida. Para Marx (2006), a mercadoria é algo que satisfaz uma carência do estômago ou da imaginação, que, apesar de ter uma dupla dimensão de valor de uso e valor de troca⁴⁰, possui centralidade na sua dimensão quantitativa que pode ser vendida e, assim, possibilitar a exploração da força de trabalho.

Nesse cenário, a imagem da juventude do século XX mostra-se um constructo na composição ideológica capitalista, que comunga da lógica do poder e da beleza, representando um “produto” desejado por todos. A necessidade de, ao se olhar no espelho, ver uma imagem de jovialidade, está ligada a uma construção cultural na lógica capitalista, que se relaciona com a possibilidade de perceber as plenas condições de venda de força de trabalho, somada à perspectiva do padrão de beleza que está associada a esta mesma ideia. Por meio do mercado é criada a estética jovem, transformando a figura do jovem como um “manequim de consumo”, uma imagem que deve ser desejada e comprada (SCHERER, 2013). Esteves e Abramovay (2007) referem que as juventudes, no atual contexto, se inscrevem em uma sociedade de consumo ostentatória, cujo principal traço é suscitar nas juventudes, mas não apenas entre elas, aspirações que muitas vezes deságuam em frustrações, porque são irrealizáveis para a grande maioria, transitando no seio de uma arquitetura social, cuja desigualdade e acirramento das diferenças constituem algumas de suas faces mais visíveis⁴¹.

Ao mesmo tempo em que o jovem do final do século XX é compreendido como um “produto da moda”, como uma imagem que busca ser vendida, sinônimo de vigor e beleza, paradoxalmente, a juventude é percebida como estando em uma fase de rebeldia e transgressões. Esta concepção contraditória ganha visibilidade ao longo do tempo, ao associar o jovem a uma fase de questionamentos e não aceitação de padrões tradicionalmente instituídos. A figura do “jovem rebelde” nasce juntamente com a construção social da

⁴⁰ Como debatido anteriormente no capítulo 2, o valor de uso neste contexto não tem valor senão para o uso, e não adquire realidade senão para o processo de consumo, desse modo, se constituem de modo imediato em meios de existência; já o valor de troca aparece, primeiramente, como uma relação quantitativa na qual os valores de uso são permutáveis (MARX, 2008). É pela via do valor de troca, suporte de trabalho abstrato, que ocorre a produção de mais-valia e devido a isso possui centralidade no contexto capitalista.

⁴¹ Nesse debate, Alves (2014) utiliza o termo “proletaróides” para designar a camada social da classe do proletariado, constituída nas últimas décadas no Brasil, por jovens assalariados formalizados de baixa renda, herdeiros da mobilidade social dos pobres, cuja identidade social incorpora os desejos e anseios de consumo burguês, no que se refere ao consumo de produtos-mercadorias de marca, tornando-os portadores do desejo ostentação. Para esse autor, o consumo das marcas preenche um vazio espiritual na juventude proletária, imersa na contingência do fetichismo das mercadorias e do estranhamento social nas condições históricas do capitalismo desenvolvido. O fenômeno contemporâneo conhecido como “rolezinhos”, ocorrido em 2013 e 2014, se constitui como manifestação social dos “proletaróides”, e revela as contradições objetivas da era do capitalismo atual no Brasil (ALVES, 2014). O termo “proletaróides” não será utilizado nesta tese, uma vez que se compreende que o termo ocultaria a diversidade presente nesse segmento social lançando luz apenas aos jovens pobres, beneficiados pelo atual modelo de desenvolvimentismo brasileiro, repercutindo em uma perspectiva homogeneizadora no debate de juventudes.

juventude como signo de beleza e desejos, muito impulsionado pela indústria cultural⁴², como afirma Cordeiro (2009):

[...] O filme *Juventude Transviada* tornou-se um ícone da juventude nos anos 1950, focalizando o jovem como expressão da rebeldia e da personificação do conflito intergeracional produzido pelo capital. O “rebelde sem causa” traduz nas telas as marcas de um novo ser jovem, como o uso do jeans, rapidamente absorvido pelo mercado de consumo. É assim que progressivamente os jovens são captados pelo padrão de consumo e, ao mesmo tempo, elaboram nos gestos, no vestuário, nos gostos musicais, diferenciações que denunciam multiplicidades de juventudes, para além de um modelo definido, disputando espaços de significação para as suas percepções (CORDEIRO, 2009, p. 49).

Diante deste paradoxo entre a beleza e a transgressão, a imagem do jovem vai se delimitando, sendo compreendida, na maioria das vezes, por meio de recortes que dizem respeito à própria divisão de classes da sociedade capitalista em seu atual estágio. A imagem do jovem como signo de beleza e poder, normalmente é associada à juventude que tem poder de consumo, ou seja, que tem a possibilidade de, pela via do mercado, acessar os produtos destinados ao seu segmento social; porém, a juventude pobre é muito mais fortemente associada a um segmento perigoso, sendo a condição socioeconômica um elemento catalisador desta construção social.

Conforme afirma Sales (2007), quase tudo que os jovens pobres questionam e produzem, assim como praticamente todas as formas de reação são interpretadas socialmente como violência, já que este é um dos recursos acionados pelos múltiplos poderes da ordem burguesa que associa a juventude pobre a transgressores, pertencentes a classes perigosas. Nesse sentido, a juventude pobre constantemente é associada à marginalização, fomentando, como refere Sales (2007), um processo de (in)visibilidade. Tal (in)visibilidade decorre, principalmente, do preconceito ou da indiferença, uma vez que uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre o indivíduo um estigma ou preconceito, pois a (in)visibilidade é sinônimo de solidão e incomunicabilidade, falta de sentido e valor (SOARES, 2007).

O processo de (in)visibilidade das juventudes se manifesta em todos os setores sociais, desde a família, passando pela comunidade e chegando às políticas públicas, que reproduzem as pré-concepções geradoras destes processos de (in)visibilidade. (SCHERER, 2013).

⁴² Compreende-se por Indústria Cultural a forma pela qual a produção artística e cultural é organizada no contexto das relações de produção, lançada no mercado e consumida; dessa forma, ela ocupa um lugar de lazer na vida do trabalhador, sem que para isso ele necessite pensar (ADORNO; HORKHEIMER, 1969).

Nesse sentido, o visível mostra-se como o estereótipo construído sobre as juventudes, não oportunizando o olhar para todas as possibilidades contidas neste segmento social. Então, neste processo, o estereótipo ganha visibilidade, enquanto as potencialidades das juventudes se invisibilizam, em um processo de percepção opaca do real. Este processo de (in)visibilização vai ao encontro da lógica da satanização das juventudes.

Conforme afirma Lacerda (2010), emerge no contexto atual uma nova condição juvenil tida como assustadora, que vem sendo descrita em um significativo número de discursos como constituída por seres irresponsáveis, imaturos, inconsequentes sem limites, violentos, desinformados. Isto é, no âmbito da sociedade contemporânea firmou-se uma vinculação quase direta entre a temática juvenil e as questões de “desordem social”, impondo a identificação dos jovens como o grupo que necessitava ser controlado e tutelado (AQUINO, 2009).

Evidencia-se que, ao olhar para o contexto da juventude e ao analisar o nosso tempo e a nossa cultura, a definição de “ser jovem” reflete disputas nos campos político e econômico (NOVAES, 2006). Dessa forma, tais disputas dizem respeito tanto à construção social da imagem da juventude, entre os extremos de “produto da moda” e “perigo para sociedade”, como pela via da compreensão da perspectiva “adultocêntrica” no olhar para o contexto da juventude.

Para Góis (2013), o adultocentrismo pode ser definido como um conjunto de ideias e atos preconceituosos dirigidos para os jovens, que são frequentemente infantilizados. Isso porque, para esta perspectiva, a juventude é entendida enquanto um estado de incompletude e os jovens são tidos como incapazes de tomar decisões, necessitando ter os seus comportamentos tutelados constantemente e sendo vistos como objeto e não como sujeitos da ação.

Nessas condições, a perspectiva “adultocêntrica” configura uma forma de negar a voz deste segmento social, isto é, compreendendo a juventude como uma fase da vida na qual não tem capacidade de coordenar sua própria trajetória, seus desejos, suas manifestações. Esta perspectiva tutelar nega a lógica de compreender as juventudes como capazes de decidir sobre o seu futuro, buscando a articulação de ações que partem da perspectiva de que o jovem não possui condições de orientar suas próprias escolhas, necessitando, obrigatoriamente, que um sujeito “adulto” possa orientá-lo em qual caminho seguir. Sendo assim, o adultocentrismo nega as capacidades e potencialidades presentes nas juventudes, reforçando a ideia de que os jovens não possuem competência para construir suas próprias histórias, não havendo necessidade de serem ouvidos.

Outra tendência presente na construção social da categoria juventude engloba a compreensão romântica com forte teor idílico deste segmento social: a construção idealizada das juventudes como “o futuro da nação”, como única responsável pela construção do futuro, sendo a fiel depositária de toda a responsabilidade pela construção de um “mundo melhor”. Esta concepção, muitas vezes, encontra-se presente em algumas propostas que clamam pelo “protagonismo juvenil”, sendo, em alguns contextos, um discurso que carrega em seu cerne a prescrição por uma atuação política da juventude a atividades individuais, voluntárias, a um “fazer” vinculado à reduzida ideia de participação, como forma de transformação social que se faz de forma individual (SOUZA, 2008).

Nesse sentido, Souza (2008) refere que o discurso do protagonismo juvenil pretende oferecer à juventude certo modelo de ação política, porém este modelo não tem o intuito de promover a política, mas anulá-la no momento em que se refere a um tipo de participação baseada em atividades “concretas”, que consiste na maioria das vezes em um trabalho não remunerado, com a finalidade de “encontrar soluções concretas para problemas reais”, de forma individual e fragmentada.

Desse modo, as reflexões de Souza (2008) a respeito da crítica ao discurso pelo protagonismo juvenil remetem a algumas concepções que acabam por, através da concepção romântica de juventude, inserir nos sujeitos a responsabilidade por uma transformação social de forma individual, não levando em consideração elementos relacionados a uma estrutura que se reproduz econômica, política e ideologicamente. O real protagonismo juvenil pode ocorrer no momento em que são desenvolvidas, por exemplo, atividades centradas na noção de que os jovens são colaboradores e partícipes nos processos educativos que com eles se desenvolvem (ABRAMO, 1997), e não em ações prescritivas de uma participação baseada na noção de “transformação social” feita pela via da ação individual.

Sendo assim, tal idealização da juventude, ao mesmo tempo em que possibilita a reflexão da necessidade de pensar em ações na perspectiva da proteção deste segmento social, deposita nele grande responsabilidade que deve ser compartilhada por todos os sujeitos construtores da história, e não de um único segmento social de forma singular. Para Marx (2008), o homem constrói sua história ao transformar a sociedade, a natureza e a si mesmo; sendo assim, as mudanças que ocorrem na realidade concreta podem ser realizadas por todos os sujeitos que compõem a sociedade, em uma perspectiva de totalidade. Portinari e Coutinho (2009) afirmam que o jovem na conjuntura atual representa uma figura idealizada em nossa sociedade, que deposita ali seus próprios ideais.

Outra manifestação da visão romântica das juventudes pode ser observada em tendências que intitulam a juventude como uma fase singular para o “sucesso na vida”. Esta construção social pode ser observada de maneira clara na produção de Meg Jay, que escreveu, em 2014, o livro intitulado *A idade decisiva*; nesta produção, a autora, baseada em suas experiências clínicas como psicóloga, defende a ideia de que a fase dos 20 aos 30 anos vai definir o futuro da vida de todas as pessoas, portanto, os sujeitos devem tirar melhor proveito desta fase para evitar frustrações na vida adulta.

Nessa concepção, a autora revela que as frustrações da vida adulta são resultantes das más escolhas, ou das perdas de oportunidades, na fase dos 20 aos 30 anos, ou seja, na juventude. Conforme Jay (2014):

Agora os jovens do século XXI têm a oportunidade de construir a vida que querem – em que trabalho, amor, cérebro e corpo podem estar interligados. Mas para isso não basta idade ou otimismo [...] é preciso objetividade e algumas boas informações, para não perdermos a chance (JAY, 2014, p. 23).

A autora ainda afirma que a faixa dos 20 anos é um período privilegiado que somente ocorre uma vez, então, os jovens não podem desperdiçar esta etapa da vida vivendo sem perspectivas, pois, segundo Jay (2014, p. 13), “o pior são as lágrimas vertidas na faixa dos 30 e 40 por pagarem um alto preço pela falta de visão na juventude”. Nessa concepção, o sucesso ou fracasso de toda a vida depende das escolhas “bem tomadas” na juventude, sendo a fase da juventude a oportunidade ímpar de o indivíduo escolher o seu futuro.

Esta compreensão mostra-se como uma manifestação da visão romântica das juventudes, colocando nesta etapa da vida humana a única possibilidade de “sucesso”; bem como percebe o “sucesso” ou “fracasso” unicamente como uma escolha individual dos sujeitos, no âmbito das suas vontades e desejos. Esta concepção anula todas as dimensões estruturais presentes na atual conjuntura, tanto para as juventudes como para todos os sujeitos em uma sociedade capitalista, ressaltando a dimensão individual como único determinante para a construção do futuro.

Percebe-se, assim, um duplo equívoco na construção desta percepção das juventudes: o primeiro mostra-se pela idealização de uma fase da vida como único determinante do futuro do sujeito, o que revela o jovem como figura idealizada em nossa sociedade. Evidentemente, a juventude mostra-se como uma importante fase da vida humana, na construção da perspectiva de autonomia dos sujeitos, porém, ao afirmar que se mostra como a única “idade decisiva”, desconsidera as possibilidades de construção histórica humana em outros momentos da vida.

As trajetórias de vida constituem um contínuo processo de desenvolvimento em todos os momentos, escolhas, mudanças de rumo e percepções são sempre uma constante, pois a vida humana constitui um processo social.

Segundo Fernandes (2014), o processo social é o que está sendo produzido constantemente, na dinâmica das relações sociais, sendo também resultado destas relações, das interações entre os sujeitos entre os grupos, entre as nações.

Nesse sentido, reside o segundo equívoco na concepção de Jay (2014), sendo a percepção do “sucesso” ou “fracasso” unicamente uma escolha individual dos sujeitos, negando as dimensões estruturais que são intrínsecas a estas escolhas. Como refere Marx (2002, p. 6): “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob as circunstâncias de suas escolhas e sim sobre aquelas que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Dessa forma, toda escolha transcende a dimensão pessoal, mas está sempre relacionada com as diversas condições conjunturais e estruturais presentes na realidade dos sujeitos. Em um contexto de extrema vulnerabilidade e violência, com pouco acesso a direitos básicos, perceber a objetividade e algumas boas informações como elementos determinantes para o “sucesso” representa uma forma idealista e fragmentada da realidade.

Como refere Chauí (2000, p. 446) “não somos livres para escolher tudo, mas o somos para fazer tudo quanto esteja de acordo com nosso ser e com nossa capacidade de agir, graças ao conhecimento que possuímos das circunstâncias em que vamos agir”.

Ao olhar para as escolhas das juventudes, não devem ser levadas em conta somente as “boas informações”, uma vez que as decisões e escolhas são impactadas tanto por uma lógica de reprodução ideológica, no campo da alienação, fetichização e reificação; como nas dimensões de acesso a bens materiais e imateriais que possam dar condições para a concretização de tais escolhas.

Tal concepção possui uma raiz vinculada à lógica individualista da concorrência típica do modo de produção capitalista, sendo que a lógica do sucesso aqui defendida pela autora, embora possa citar outras dimensões, se concentra na perspectiva de acesso a bons cargos e empregos.

Dessa forma, na concepção de Jay (2014) se pode perceber um processo de culpabilização das juventudes, pela dificuldade de acesso e desenvolvimento de suas potencialidades, uma vez que, segundo a autora, a falta de visão na juventude é o determinante para o fracasso na vida adulta. Esta forma de compreender a realidade sintetiza algumas tendências aqui expostas na análise da categoria juventudes, desde a lógica

idealizada, até mesmo a perspectiva adultocêntrica, visto que é necessário dar aos jovens uma visão de futuro para que tenham uma vida de sucesso.

Sendo assim, a construção social da categoria “juventudes” muitas vezes apresenta um quadro heterogêneo e contraditório de concepções, sendo compreendidos como responsáveis pelo “futuro da nação”, um “perigo para sociedade”, percebidos pela lógica adultocêntrica como carentes de tutela e/ou ressaltados como um “produto da moda”.

Tais tendências contraditórias e simultâneas, presentes na construção social da categoria juventudes, são destacadas por Esteves e Abramovay (2007) quando assinalam que de uma parte as juventudes são consideradas como *o futuro das nações*, os responsáveis pelo advir, de outra são acusadas de pensar e agir de modo irresponsável no presente. Quaisquer destas perspectivas na compreensão das juventudes apontam para uma interpretação deste segmento social de forma fragmentada, descontextualizada e uniforme, negando a complexidade, a heterogeneidade e as potencialidades que as compõem, isto é, formando uma concepção opaca na análise das juventudes.

Olhar para o contexto juvenil por estas perspectivas é como perceber uma imagem refletida em um espelho quebrado, em que os reflexos vistos pelos cacos desfocam a real imagem que deveria ser refletida. A compreensão das juventudes pelos “cacos”, ou seja, pelo conjunto destes fragmentos, nega a pluralidade do contexto juvenil atual. Estas diversas tendências que, embora contraditórias, convivem na atual compreensão da categoria “juventudes” são resultado de uma sociedade fetichizada, onde a aparência encobre a essência na forma de compreender as juventudes no contexto atual.

Dessa forma, as construções sociais apresentadas até o presente momento constituem aparências fetichizadas e fetichizantes que encobrem um fenômeno complexo, múltiplo e plural, no que se refere à categoria juventudes.

Esta forma de compreender o real por seu fragmento, pelo seu fetiche, torna-se uma armadilha, surgindo diversas compreensões das juventudes, que ora ressaltam seu idealismo e modismo, ora a lógica (in)visibilizante que resulta na perspectiva diabolizadora, corroborando as ações calcadas no adultocentrismo e reduzindo a juventude simplesmente a uma fase preparatória para a vida adulta.

Nesse sentido, há a necessidade de compreender as juventudes pelo viés da sua pluralidade, percebendo este segmento social por uma categoria múltipla, composta da diversidade que compõe a essência do fenômeno.

Devido a isso, a necessidade da adoção do termo “juventudes” no plural, com a finalidade de demarcar a multiplicidade deste segmento social. O termo juventudes é utilizado no sentido de apontar a enorme gama de possibilidades presentes nesta categoria (BARBIANI, 2007), uma vez que as demandas, necessidades e identidades são diversas neste segmento social, e não estão relacionadas somente a uma demarcação etária, mas com questões de classe social, gênero, etnia, dentre outros elementos. Para Velho (2009), o termo “juventudes”, no plural, expressa a posição pela qual é necessário qualificá-la, percebendo-a como uma categoria complexa heterogênea, na busca de evitar simplificações e esquematismos.

Dayrell (2003) refere que construir uma noção de juventudes na perspectiva da diversidade implica considerá-la como parte de um processo, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social, onde se nega a compreensão simplista das juventudes como etapa com um fim pré-determinado, assim como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta. Sendo assim, compreender as juventudes exige pensar em uma diversidade que compõe este segmento social, e, ao mesmo tempo, compreender as singularidades que caracterizam esta categoria múltipla.

A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Assim, os jovens [...] constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem [...]. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes. Assim compreendida, torna-se necessário articular a noção de juventude à de sujeito social (DAYRELL, 2003, p.42).

Compreender as juventudes na tessitura entre o uno e o múltiplo é fundamental para perceber as características que compõem esta categoria, e ao mesmo tempo negar perspectivas que pasteurizam e ressaltam concepções prévias deste segmento social.

A compreensão das juventudes, pelo viés da pluralidade ressalta a necessidade de atentar para o cuidado de não cair nas tendências apresentadas anteriormente neste texto, que reforçam pré-concepções das juventudes no contexto atual, e/ou as “encaixam” simplesmente em parâmetros etários. Ao mesmo tempo, aponta-se para o cuidado de, ao compreender as juventudes em suas múltiplas formas de “ser jovem”, fragmentar este segmento social, distanciando a luta de classes que se inserem as juventudes.

Como refere Standing (2014) toda a formação social produz a sua própria estrutura de classes, sendo assim, a luta de classes mostra-se como elemento intrínseco do solo sócio-histórico contemporâneo, no qual as juventudes se inscrevem e vivenciam, de forma múltipla, seus impactos. Sendo assim, ao reconhecer a pluralidade não se nega a luta de classes que tal segmento, composto de múltiplas particularidades, vivencia em seu cotidiano.

A concepção plural na análise das juventudes também denota a dificuldade de encontrar uma base definidora para este segmento social. Nesse sentido, Knauth e Gonçalves (2009) afirmam que a mobilidade e a pretensa precariedade que a concepção de juventudes engendra são representativas na maneira como, histórica e socialmente, pensamos estar dividida a vida. Sendo assim, a definição das “juventudes” mostra-se como uma tarefa bastante complexa, que não se reduz somente a pensar em uma lógica etária, uma vez que esta classificação traz como inconveniente a redução da figura do “jovem” em nossa sociedade a um recorte objetivo (PORTINARI; COUTINHO, 2009).

Nesse mesmo sentido, não há um consenso no debate internacional como os parâmetros etários para a definição da juventude. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a juventude como o período de vida entre os 10 a 24 anos de idade; já a Organização das Nações Unidas define juventude como a faixa de indivíduos de 15 a 24 anos. A Associação Ibero-americana de Juventude⁴³, da qual o Brasil é um dos países-membros, define a população jovem como todos os sujeitos que e encontram na faixa etária de 15 a 29 anos.

Desde o ano de 2004, com o desenvolvimento dos primeiros debates em torno da Política Nacional de Juventude, o Brasil vem delimitando como marcadores etários a mesma conceituação utilizada pela Associação Ibero-americana de Juventude. Atualmente, a Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, que instituiu o Estatuto da Juventude, define em seu artigo 1º, insiso 1º: “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” (BRASIL, 2013).

Concebe-se, assim, a juventude para além da adolescência. Porém, compreender as juventudes simplesmente por um recorte etário, não possibilita analisar toda a heterogeneidade presente neste segmento social. A pluralidade marcada no termo “juventudes” denota a necessidade de entender esta categoria por elementos que transcendem as marcações etárias. Abramovay e Esteves (2009) afirmam que a juventude, por definição, é

⁴³ Trata-se de uma organização internacional de natureza multigovernamental que congrega os Ministérios da Juventude da comunidade Ibero-americana, na perspectiva de pensar propostas para as juventudes dos países-membros. Mais informações em: http://www.oij.org/es_ES/la-oij/que-es

uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade, originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc.

Sendo assim, as juventudes são consideradas como um processo, onde são vivenciadas múltiplas transformações – tanto no sentido biológico, como social –, onde ocorre o desenvolvimento intenso da autonomia do sujeito; que pode ser determinado pela possibilidade de venda da sua força de trabalho, constituição de novas relações afetivas e familiares, desenvolvimento de processos identitários, dentre outros fatores.

Dessa forma, a juventude pode ser considerada como trânsito entre a heteronímia infantil/adolescente para a autonomia presente na maturidade, que é cimentada por um processo plural, relacionado com uma série de elementos de diversas ordens que incidem neste processo, na conjunção do contexto juvenil, envolvendo questões de gênero, étnicas, de acesso a bens e serviço, entre diversos fatores que compõem as trajetórias de vidas destes sujeitos inscritas no âmbito da luta de classe. Ao mesmo tempo, mostra-se fundamental a análise da juventude não simplesmente como um momento de passagem, na perspectiva do “vir a ser”, mas como sujeitos que vivenciam processos singulares em suas trajetórias no presente.

Conhecer a categoria juventudes para além de seus fetiches é um grande desafio na sociedade atual, onde a valorização do fragmento, da aparência, é arma ideológica de grande importância na sociedade do capital. Ao olhar para este segmento social, pelo viés da pluralidade, sem anular as singularidades, entendendo os diversos elementos estruturais que incidem sobre ele, mostra-se como tarefa fundamental voltar um olhar mais totalizante para este segmento social. Diante desse contexto, torna-se essencial perceber quem são os jovens do Brasil e como vivenciam a sua condição de “ser jovem” no escopo atual.

Desse modo, o desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre as juventudes mostraram-se fundamentais, no sentido de conhecer com mais profundidade uma população que por vezes fica diluída entre a infância, a adolescência e a maturidade. Spósito (2009) refere, ao analisar a produção do conhecimento, na pós-graduação no Brasil, entre 1996 e 2006, que há um crescimento na produção de teses e dissertações sobre juventudes no Brasil, porém, ao lado deste crescimento, observa-se fragmentação e dispersão das investigações, o que aponta para uma necessidade da criação de agendas de pesquisa e de interlocução de grupos inter ou entre áreas, bem como o desenvolvimento de fóruns acadêmicos e periódicos científicos voltados para a temática.

Nessa concepção, pensar as juventudes compreendendo seu contexto atual é fundamental, tanto para conhecer com mais profundidade suas trajetórias, como para possibilitar a análise e a avaliação das recentes políticas públicas voltadas para esta população, na perspectiva de efetivar direitos humanos.

Assim, no intuito de ampliar a compreensão quanto ao contexto das juventudes, no próximo item debatem-se alguns dados secundários de diversas pesquisas nacionais sobre este segmento social, a fim de ilustrar como se configura o contexto das manifestações da (in)segurança nas juventudes.

3.2 PARA ALÉM DO JOGO DE ESPELHOS: AS MANIFESTAÇÕES DA (IN)SEGURANÇA REFLETIDA PARA AS JUVENTUDES

Apreender as juventudes na conjuntura atual exige analisar as diversas formas em que este segmento aparece na realidade, porém a aparência fenomênica é somente o ponto de partida na análise do contexto juvenil. Muitas vezes, a percepção caleidoscópica das juventudes aponta para um “jogo de espelhos” que fazem refletir tendências diversas na análise juvenil, não possibilitando compreender como se constituem as juventudes em um contexto de (in)segurança estrutural. Na perspectiva de compreender a essência por trás das aparências deste fenômeno, para além deste jogo de espelhos, apresentam-se neste subitem alguns dados secundários sobre as juventudes, com a finalidade de dar visibilidade para as suas diversas manifestações, bem como, o reflexo do contexto de (in)segurança para este segmento social.

3.2.1 Dados demográficos das juventudes

As juventudes brasileiras constituem um grande contingente populacional, tal concepção pode ser observada em pesquisas recentes sobre o tamanho da juventude brasileira. Em 2013, a Associação Ibero-americana de Juventude lançou a pesquisa “El Futuro ya Llegó - 1º Encuesta Iberoamerica de Juventudes⁴⁴”, buscando investigar a população jovem de 21

⁴⁴ O título da pesquisa mostra-se como um contraponto à ideia idealista de que a “juventude é o futuro”, destacando a concepção de que a juventude mostra-se como um segmento social que não pode ser restrita a um “vir a ser”.

países do mundo⁴⁵ que constituem a Ibero-América, sendo uma das maiores investigações sobre juventudes no mundo. Segundo esta pesquisa, em 2010, os países Ibero-americanos possuíam uma população de 596,4 milhões de pessoas, destes, 157,3 milhões estavam na faixa dos 15 aos 29 anos, representando 26% da população moradora destes países. Brasil e México concentram o maior contingente populacional jovem, representando 51,5% do total de jovens que habitam a Ibero-América.

O Brasil conta com uma população de 51,3 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos, cerca de 26% da população brasileira, segundo dados do Censo de 2010. Deste percentual, a maioria dos jovens estão na faixa etária dos 18 aos 24 anos, o que equivale à cerca de 47% do total de jovens brasileiros: 20% estão na faixa dos 15 aos 17 anos e 33% de 24 a 29 anos (CENSO, 2010).

No que se refere a questões de gênero, segundo a pesquisa Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional do Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros, divulgada pela Secretaria Nacional de Juventude em 2013, a distribuição entre homens e mulheres é quase idêntica no segmento juvenil, 49,6% e 50,4% respectivamente (SNJ, 2013).

Com relação à etnia, observa-se que a juventude brasileira é constituída predominantemente de negros ou pardos. Segundo dados da pesquisa Agenda Juventude Brasil de 2013, 60% dos jovens declaravam-se negros ou pardos, 34% de cor branca e 6% de outras etnias (SNJ, 2013). Em comparação com a população brasileira em geral, observa-se que as juventudes possuem uma predominância de negros e pardos, segundo o Censo 2010 50,7% da população se considera negro ou pardo, 47,7% considera-se branco e 1,5% de outras etnias.

Nesse plano, torna-se fundamental compreender as relações étnico-raciais quando se observa as juventudes no Brasil contemporâneo, especialmente em função das grandes desigualdades existentes entre negros e brancos. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, na publicação Retrato da Desigualdade de 2006, permanecem grandes as desigualdades que se manifestam entre negros e brancos, nos mais diferentes espaços sociais como educação, mercado de trabalho e acesso a bens e serviços.

Sendo assim, um dos exemplos deste contexto de desigualdade citado pelo estudo pode ser observado nos dados de vulnerabilidade social, uma vez que enquanto 6,4% dos brancos recebem menos de ¼ de salário mínimo per capita por mês, esse percentual salta para

⁴⁵ Neste estudo foram investigados Espanha, Portugal, Costa Rica, Uruguai, Argentina, Brasil, Chile, México, Panamá, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Peru, República Dominicana, Venezuela, Bolívia, Honduras, Paraguai e Nicarágua.

16,8% da população negra, quase três vezes mais na comparação com o grupo dos brancos (IPEA, 2006). Todo este contexto de desigualdade se reflete em diversos índices, como será visto no decorrer deste capítulo.

Diante desta realidade, a juventude negra vem sofrendo de forma intensa com a desigualdade social que possui suas raízes no contexto histórico brasileiro, potencializado pela lógica da (in)segurança que atinge a maioria da população. Além de todos os estereótipos construídos com relação às juventudes, a grande massa de jovens brasileiros convive com o impacto do preconceito racial, ainda muito presente na sociedade brasileira, manifestado de diversas formas e vivenciado pela grande parte da população jovem.

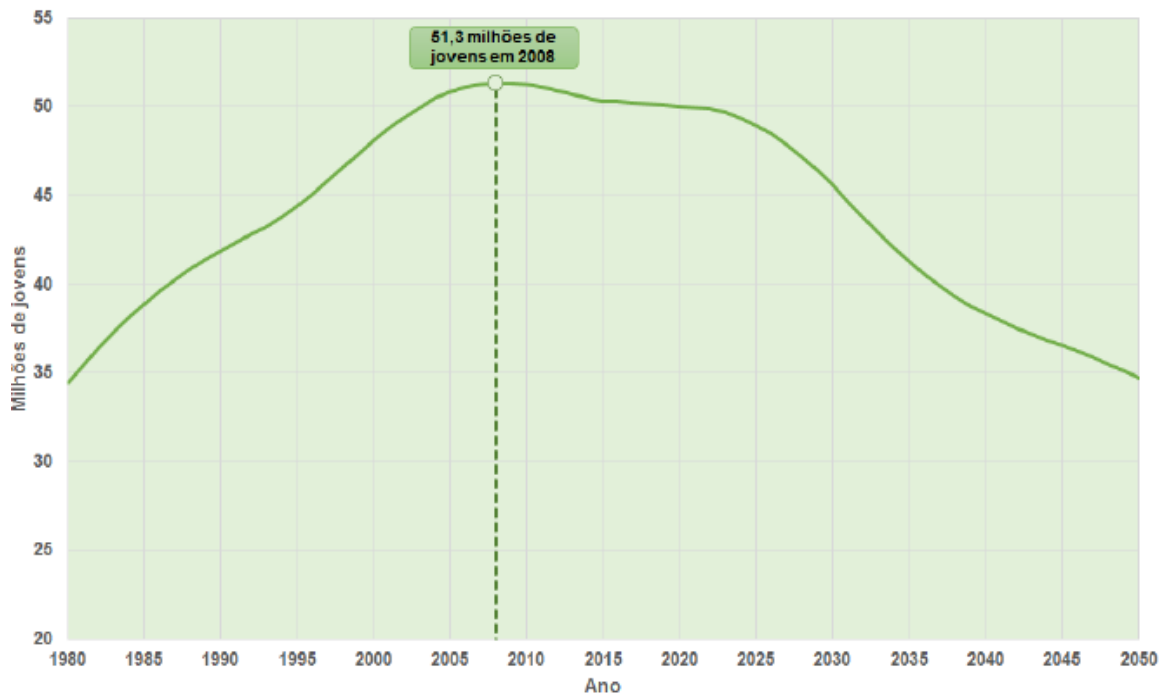
No que se refere ao estado civil, a pesquisa Agenda Jovem 2013 refere que 66% dos jovens são solteiros e 61% vivem com os pais. A pesquisa ainda aponta que 40% dos jovens brasileiros têm filhos, mas esta condição varia profundamente segundo o sexo: enquanto 28% dos homens são pais, mais de metade das mulheres, 54%, vive a condição de maternidade. Segundo o estudo, esta condição, naturalmente, cresce com o avançar da idade, mas sempre em maior proporção para as mulheres, chegando a 70% na faixa que vai dos 25 a 29 anos.

Ao olhar para esta realidade das juventudes, aponta-se para um contexto complexo e heterogêneo no que se refere à composição de novos núcleos familiares, sendo fundamental observar questões de gênero, ou seja, analisar as particularidades da mulher jovem na sociedade em seu atual contexto.

Diante desta configuração juvenil contemporânea, que aponta para uma grande população juvenil no Brasil, é importante observar a projeção realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, na pesquisa “Juventude Levada em Conta” de 2013, a qual refere o Brasil vai enfrentar a maior queda comparativa no tamanho da sua juventude. Segundo as projeções realizadas pelo estudo, a juventude brasileira que vinha crescendo a uma velocidade média de 600 mil por ano até 2003, permanecerá essencialmente estagnada entre 2003 e 2022, para voltar a declinar a partir de 2023 à mesma taxa, sendo que no intervalo entre 2003 e 2023, o tamanho da juventude se manterá relativamente estável, com pouco mais de 50 milhões de pessoas (IPEA, 2013).

O gráfico abaixo demonstra a projeção do declínio demográfico da juventude brasileira, conforme o IPEA.

Gráfico 1 - Evolução do Número de jovens de 15 a 29 anos no Brasil de 1980 a 2050



Fonte: IPEA, 2013

O estudo revela que as juventudes apresentam crescimento até 2008, quando atinge seu ápice, para declinar a partir de então; sendo assim, o Brasil já não possui, e não mais possuirá a maior juventude de todos os tempos (IPEA, 2013).

Conforme o estudo, o Brasil que é hoje um dos países com maior contingente de jovens da Ibero-América, a população jovem brasileira declinará a uma velocidade muito maior do que todas as outras juventudes do mundo, uma vez que permanecerá em um patamar histórico de 50 milhões de pessoas por praticamente mais uma década, declinando 15 milhões até 2050; seu pico ocorreu próximo de 2010, com mais de 51 milhões de jovens (IPEA, 2013).

3.2.2 Juventudes e mundo do trabalho

Ao analisar esta tendência demográfica, segundo o IPEA, é importante assinalar que estes jovens representam e irão representar o maior contingente absoluto e relativo de trabalhadores da história brasileira. Diante deste contexto, é fundamental analisar como vem se constituindo o contexto juvenil e sua inserção no mercado de trabalho, uma vez que, em termos de sociedade capitalista, por meio da venda da força de trabalho das mais variadas maneiras, é possível obter recursos para satisfação de suas necessidades.

Com relação a este aspecto, em 2013, a Organização Internacional do Trabalho – OIT lança o documento “Tendências mundiais para o emprego juvenil 2013: uma geração em perigo”, o título já demonstra uma conjuntura extremamente preocupante para as juventudes em relação a sua inserção no mercado de trabalho no contexto global. O estudo atualiza os dados do último estudo sobre desemprego juvenil em 2007, que apresentava uma grande preocupação com a situação do desemprego juvenil, em termos mundiais, e especialmente na América Latina.

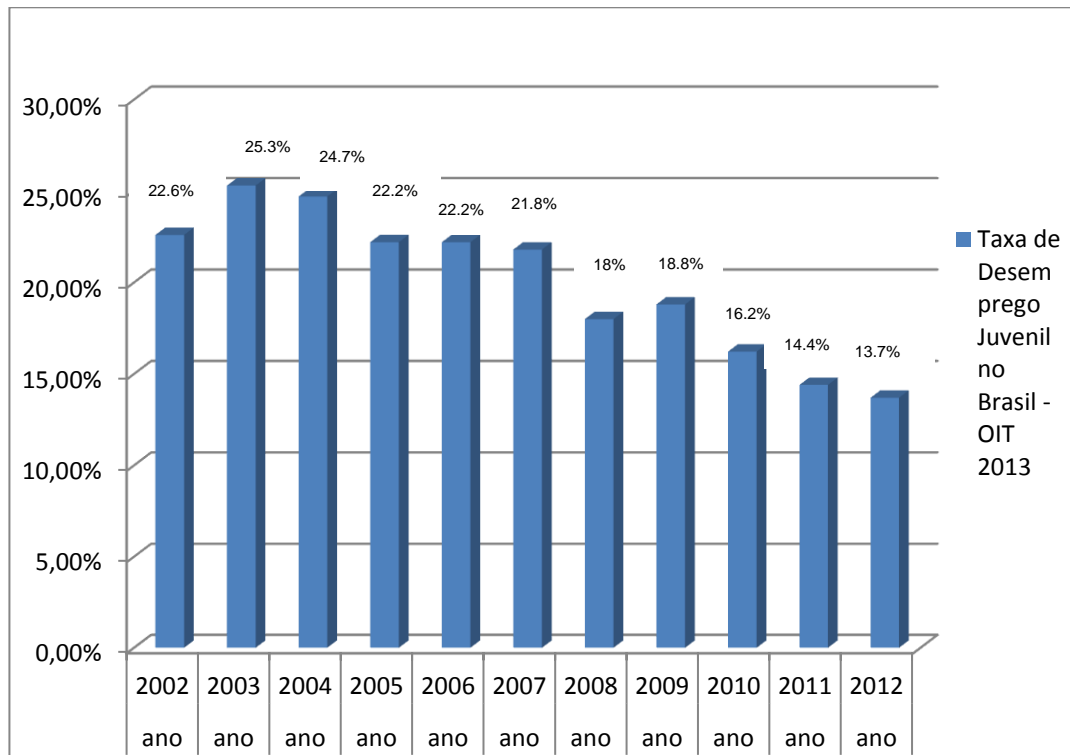
A análise da OIT em 2013 aponta que a taxa de desemprego juvenil no mundo é crescente e tende a subir, segundo dados do estudo, em 2013 havia 73,4 milhões de jovens desempregados no mundo, cerca de 3,5 milhões a mais do que em 2007 e 0,8 milhões a mais do que em 2011. Nesse sentido, a OIT aponta para um aumento das taxas de desemprego mundial, especialmente para os jovens que vivem nas economias em desenvolvimento, incluindo o Brasil, e no contexto Europeu.

El desempleo de los jóvenes aumentó hasta un 24,9 por ciento en las economías desarrolladas y la Unión Europea entre 2008 y 2012, y la tasa de desempleo juvenil alcanzó en 2012 un nivel sin precedentes en los últimos decenios del 18,1 por ciento. Según las proyecciones actuales, en las economías desarrolladas y la Unión Europea, la tasa de desempleo de los jóvenes no bajará del 17 por ciento antes de 2016 (OIT, 2013, p. 2).

Os países da América Latina e Caribe, apesar do importante desenvolvimento econômico dos últimos anos, não alteraram as condições de trabalho das juventudes. Ao analisar o contexto desta região não houve nenhuma melhoria nas condições de trabalho dos jovens, sendo que a proporção de jovens para as taxas de desemprego de adultos na América Latina e Caribe, que era de 2,5% em 2000, aumentou gradualmente nos últimos anos para 2,8%; no Brasil, este índice subiu para 3,0% (OIT, 2013).

Apesar deste dado de aumento de desemprego juvenil, comparado ao desemprego de pessoas não jovens, ao analisar o contexto brasileiro, observa-se uma pequena queda nos últimos anos, segundo a OIT, conforme pode ser observado no gráfico abaixo, que avalia a taxa de desemprego no segundo semestre de 2002 até 2012:

Gráfico 2 - Taxa de desemprego Juvenil no Brasil



Fonte: OIT, 2013

Percebe-se uma maior inserção dos jovens no mercado de trabalho no contexto brasileiro, especialmente quando comparado a outros países da América Latina e Caribe, porém, as taxas de desemprego são somente um dos elementos que devem ser observados ao analisar a realidade juvenil e sua inserção no mercado de trabalho, pois, conforme afirma Gonzalez (2009), além do desemprego aberto, há um desemprego oculto, isto é, há uma parcela dos jovens que não trabalha e desistiu de procurar emprego e que não são classificados como desempregados⁴⁶.

⁴⁶ Neste contexto, deve se considerar as diferentes classificações com relação à inserção no mercado de trabalho. Segundo Ramos (2007), as pesquisas de empregabilidade utilizam o termo População em Idade Ativa (PIA), para considerar as pessoas a partir dos 10 anos de idade, isso se dá em razão do contexto do trabalho infantil ainda muito presente na conjuntura brasileira. Segundo o IBGE, a PIA pode ser desmembrada em População Economicamente Ativa (PEA), considerado o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: população ocupada – aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam; e População Desocupada – aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.). A PIA também pode ser dividida em População Não Economicamente ativa (PNEA), que é a parcela da PIA que não participa do mercado de trabalho, isto é, pessoas incapacitadas para o trabalho ou que desistiram de buscar trabalho.

Tal reflexão quanto ao cuidado na leitura de dados acerca do desemprego também é abordada por Pais (2005), ao analisar a conjuntura de desemprego juvenil na Europa, afirma que:

As estatísticas do desemprego não contabilizam os desempregados que, por desânimo, tenham deixado momentaneamente de procurar emprego. Segundo os critérios das estatísticas oficiais do desemprego, o estatuto de desempregado não é facilmente alcançável. Se o fosse, as taxas de desemprego disparariam. Ou seja, o desemprego que as estatísticas nos dão resulta de malabarismos artificiosos e não tem correspondência com o desemprego real. Para os estatísticos [...] não basta que uma pessoa esteja sem trabalho ou emprego para que se considere desempregada; nem basta que esteja disponível para trabalhar em um trabalho, remunerado ou não; é necessário que, na semana em que tenha sido inquirido, essa pessoa (desempregada) tenha ativamente procurado trabalho ou tenha feito diligências para encontrar um emprego, remunerado ou não. (PAIS, 2005, p.29)

Nesse sentido, ao analisar somente os dados de desemprego juvenil, pode-se cair na armadilha que, apesar do acesso ao mercado trabalho, houve uma melhoria com relação aos processos de (in)segurança em suas trajetórias, no contexto das juventudes.

Compreender os elementos que atravessam o contexto do mundo do trabalho para as juventudes e os dados que estão intrínsecos a este processo é um dos momentos de análise do contexto juvenil, para além dos jogos de espelhos, que, muitas vezes, por meio da visão fetichista da sociedade do capital, esfumaça o entendimento desta conjuntura. Dessa forma, analisar as condições de trabalho das juventudes que estão inseridas no mercado de trabalho, bem como problematizar os elementos relacionados às juventudes inseridas neste processo constituem dois movimentos de fundamental importância para verificar a realidade das juventudes na atual conjuntura.

Alves (2012) refere que o contexto das transformações no mundo do trabalho nas últimas décadas⁴⁷ constitui um novo metabolismo social, por meio da lógica do trabalho flexível, que atinge em sua maioria os jovens trabalhadores, caracterizada pela precarização das relações de trabalho e do homem-que-trabalha, no sentido da degradação da saúde dos trabalhadores.

Assim, a relação do mundo do trabalho com o contexto de (in)segurança é estabelecida não somente pela dificuldade de acesso ao mundo do trabalho, mas pelas suas condições de realização de manutenção, impactadas por meio das flexibilizações contratuais, da superexploração das horas de trabalho, das baixas remunerações e da instabilidade quanto à empregabilidade. A multiplicação de baixos salários, de situações de estágio não remunerado e de formas de precariedade assistidas pelo Estado (SOEIRO, 2012) marca as trajetórias

⁴⁷ Como foram contextualizadas no capítulo II desta tese.

juvenis, em meio ao mundo do trabalho em constante fortalecimento das mais diversas formas de precarização.

Diante deste contexto, as transformações do mundo do trabalho impactam tanto os trabalhadores estáveis com algumas garantias no que se refere a alguns direitos trabalhistas, como pela massa flutuante de trabalhadores, denominado “precariado”, camada que cresce continuamente pelas políticas de flexibilização (ALVES, 2012), sendo constituída em grande parte pelas juventudes.

O precariado é constituído, hoje, por jovens empregados e desempregados do novo mundo do trabalho, recém-graduados e com alto nível de escolaridade, mas que não conseguem inserir-se em relações laborais estáveis [...]. Uma das características candentes é a invisibilidade social, tendo em vista que estão contratados em formas atípicas e instáveis de contratação, que disfarçam as relações empregatícias (ALVES, 2012, p. 11).

Dessa forma, o autor define o precariado como uma nova camada da classe social do proletariado, construída especificamente de jovens altamente escolarizados imersos em relações de trabalho e emprego precário, isso implica cruzamentos de determinações de ordem geracional, educacionais e salarial (ALVES, 2013). O surgimento do precariado revela a (in)segurança vivenciada por partes das juventudes em relação ao mundo do trabalho, sendo que, como debatido anteriormente, a precarização do mundo trabalho se amplia para todas as dimensões da vida dos indivíduos, pois constitui vidas precárias, então, o precariado encontra-se exposto a uma incerteza crônica, tendo pela frente uma vida de desconhecidas incógnitas em relação a sua inserção no mundo do trabalho e acesso a direitos (STANDING, 2014), uma vez que possui seus direitos flexibilizados e desmantelados, ampliando seu contexto de (des)proteção social.

As juventudes, nesse contexto, se inserem em condições de trabalho que não garantem possibilidades de estabilidade e renda, sendo a (in)segurança, com relação a sua condição de trabalhar, a marca deste novo tempo. Nesse sentido, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que as juventudes em muitos contextos são consideradas como o segmento mais adaptado para assumir postos de trabalho, diante do contexto tecnológico dominado pelos recursos de informática, também são mais facilmente descartadas na lógica da flexibilização das relações de trabalho.

Sendo assim, ao analisar o contexto da empregabilidade brasileira, é possível perceber que apesar de as taxas de desemprego juvenis no Brasil estarem entre as mais baixas do mundo, as juventudes são as menos favorecidas no contexto dos últimos anos, no que se

refere a sua inserção no mercado de trabalho. Enquanto os jovens se apropriaram de cerca de 30% (ou cerca de 3,1 milhões) dos novos empregos, os trabalhadores de 40 anos ou mais utilizaram 48% (ou 4.8 milhões) das novas vagas, no período de 2002 a 2009, sendo assim, se os jovens foram beneficiados em nível de Brasil pela empregabilidade, os mais velhos foram em maior proporção. (CARDOSO, 2012).

Estes dados revelam que, mesmo com a ampliação das vagas de trabalho no Brasil, as juventudes são as mais afetadas pela dinâmica da flutuação de empregos, sendo o segmento social mais suscetível ao desemprego. Diante deste contexto, ao analisar os diversos dados referentes à inserção das juventudes no mercado de trabalho, mostra-se fundamental compreender a sua relação com a informalidade, aspecto de todo o contexto de precarização no qual se inserem as juventudes, especialmente nas últimas décadas.

Nesse sentido, a OIT, em seu relatório de 2013, refere que as regiões em desenvolvimento estão enfrentando sérios problemas em relação à qualidade dos empregos disponíveis para os jovens; segundo a organização, um grande número de jovens conta com emprego temporário e/ou informal, sendo que muitos recebem salários abaixo da média (OIT, 2013)

Assim, muitos jovens buscam o trabalho informal como estratégia na lógica do modo de produção capitalista; dados de 2007, do Relatório de Trabalho Decente e Juventude na América Latina da OIT, já referiram que na América Latina e Caribe, a cada 10 jovens, 6 possuem um emprego informal, sendo que no Relatório de 2013 não constam dados sobre a informalidade na América Latina. No Relatório de 2007, a OIT menciona que há 30 milhões de jovens em toda América Latina que trabalham na informalidade e em condições precárias (OIT, 2007).

No Brasil, segundo dados do Relatório, a taxa de informalidade entre os jovens, em 2006, era quase 10 pontos percentuais mais elevada que a dos adultos. Embora as mulheres apresentassem taxas de informalidade superiores a dos homens, a maior desigualdade era aquela determinada pela questão racial e de local de moradia, uma vez que a taxa de informalidade era maior para os negros do que para os brancos e para aqueles do meio rural em relação ao urbano, pois do total de 18,2 milhões de jovens ocupados no Brasil, em 2006, cerca de 11 milhões estavam alocados no setor informal. Desse modo, todos os indicadores apontam que a inserção dos jovens brasileiros no mundo do trabalho se dá de forma precária e difícil, sendo um dos segmentos mais desfavorecidos pelas condições restritivas de emprego, também reproduzindo em si as desigualdades de gênero e de renda presentes na população brasileira como um todo (GONZALEZ, 2009).

Apesar de as taxas de desemprego juvenil brasileiro serem uma das mais baixas do mundo, as juventudes constituem o segmento social menos beneficiado com o aumento da empregabilidade no país; as suas taxas de informalidade permanecem altas, isso demonstra um contexto de precarização laboral das juventudes, uma vez que a informalidade, na maioria das vezes, aparece como uma estratégia de venda de força de trabalho por meio de atividades associadas com os direitos trabalhistas, com alta precariedade. Os dados acima referenciados demonstram uma instabilidade e insegurança quanto ao mercado de trabalho no qual as juventudes se inscrevem, uma vez que a informalidade, geralmente, se configura como possibilidade existente para as juventudes, em uma conjuntura de restritas formas de inserção no mercado formal.

Na análise de Cardoso (2012), o mercado de trabalho formal é caracterizado por altas taxas de rotatividade, especialmente para os jovens, podendo ser uma “terra dos sonhos” para a maioria dos trabalhadores, mas não constitui segurança no emprego, e quanto mais o tempo passa, mais se revela uma experiência múltipla e fugaz nas bibliografias das juventudes. As manifestações da (in)segurança para as juventudes se revelam em diversas dimensões, dentre elas nas relações estabelecidas com venda da sua mão-de-obra na lógica da sociabilidade capitalista. Nesse sentido, a precaução para não se perder nos jogos de espelhos na análise dos dados de juventudes deve ser uma constante, uma vez que a variável empregabilidade não deve ser tomada como único parâmetro na compreensão da relação trabalho e juventudes.

Desse modo, olhar as relações estruturais de mudanças na órbita do capital, nas últimas décadas, é elemento central na compreensão da conjuntura de (in)segurança, visto que processos de desemprego, informalidade, precarização, superexploração são elementos que não podem fugir à análise das biografias juvenis com relação à (in)segurança estrutural que impacta nas suas trajetórias. Conforme analisado nos dados acima, o Brasil vivencia seu período “mais jovem”, porém, esta juventude numerosa apresenta dificuldades de inserção no mercado de trabalho, que tendem a impactar diversas dimensões de suas vidas. Não se trata de rotular a relação juventudes e mundo do trabalho por meio de perspectivas que apontam para uma “geração perdida”, posto que as juventudes constroem suas histórias através de intensos processos de resistência. Porém, a análise do contexto do mundo do trabalho para as juventudes se mostra fundamental na compreensão dos processos de (in)segurança, pois tais processos possuem íntimas relações com a lógica da exploração e reprodução do capital em seu atual estágio.

3.2.3 Juventudes e educação

A análise do mundo do trabalho na relação com as juventudes deve ser considerada a inserção deste segmento social na educação formal, apesar de o processo de formação não ser o único aspecto determinante para o ingresso de jovens no mercado de trabalho, pois a precarização do trabalho atinge todos os sujeitos em seus diversos níveis de formação. Importante considerar, conforme Andrade e Neto (2009), um processo de educação prolongada que amplie as oportunidades de inserção no mercado de trabalho, além de constituir um importante instrumento de reflexão e de luta por direitos.

Segundo a pesquisa Agenda Jovem – 2013, 16% dos jovens possuem até o ensino fundamental incompleto; 11% o ensino fundamental completo; 21% o ensino médio incompleto; 38% o ensino médio completo e 13% possuem ensino superior em curso ou completo. Dentre os jovens entrevistados, a pesquisa revela que 37% dos jovens brasileiros estão atualmente estudando, 33% interromperam os estudos e 29% afirmam ter concluído seu processo de formação (SNJ, 2013), o que se mostra como um preocupante indicador, já que os dados mostram uma grande quantidade de jovens fora dos processos de formação: 62%. A maior parte dos jovens brasileiros possui ensino médio completo, sendo ainda pequena a inserção dos jovens no ensino superior.

Ao comparar tais dados de escolaridade com os dados demográficos sobre juventudes, verifica-se que a maior parte da juventude brasileira possui de 18 a 24 anos (47% segundo o CENSO de 2010), mostrando uma defasagem escolar, uma vez que nesta faixa etária os jovens já poderiam ter ingressado no ensino superior.

Diante deste cenário, considera-se que as trajetórias educacionais das juventudes ocorrem de forma irregular, marcadas pelo abandono precoce, as idas e vindas, as saídas e os retornos, sendo importantes sinais de que diferentes grupos de jovens vivem e percorrem o sistema de ensino (ANDRADE; NETO, 2009).

As trajetórias das juventudes no processo escolar também revelam as desigualdades presentes na sociedade brasileira, percebidas de múltiplas formas, conforme dados do Relatório Trabalho Decente e Juventude no Brasil da OIT, de 2009. O Relatório aponta que o número de jovens negros analfabetos, na faixa etária de 15 a 29 anos, é quase duas vezes maior que o de jovens brancos, sendo a taxa de frequência líquida (estudantes frequentando o nível de ensino adequado à sua idade) dos jovens negros expressivamente menor que a dos brancos, tanto no ensino médio como no superior. O relatório revela, ainda, que enquanto 7,2% dos jovens brancos tinham de zero a quatro anos de estudo e 29,5% de cinco a oito anos,

no caso dos jovens negros essas cifras se elevavam respectivamente para 16,2% e 39,7%. No que se refere a um maior tempo de escolarização, 49,4% e 13,3% dos jovens brancos tinham, respectivamente, de nove a 11 e 12 anos ou mais de estudo; esses percentuais se reduziam para 39,6% e 3,7% para os jovens negros (OIT, 2009).

Tais dados revelam as dificuldades de acesso e permanência em processos de escolarização das juventudes negras, tendo relação com as dificuldades de inserção no mundo do trabalho, o que pode impactar diretamente o acesso a renda desses sujeitos. Ao analisar esta realidade, é importante considerar que a juventude negra vem sofrendo mais com a pobreza no país.

Dentre os jovens com rendimento familiar mensal per capita de estratos baixos, com rendimento familiar de até 290 reais, os jovens negros somam 61%; os brancos 34 %; e demais etnias 4% (SNJ, 2013), o que tem impacto significativo tanto nas trajetórias escolares desses jovens, bem como na inserção no mercado de trabalho, contribuindo para a ampliação do ciclo geracional da pobreza.

Nesse sentido, importante considerar os diversos determinantes que impactam na ruptura da trajetória escolar das juventudes, estando relacionada às dificuldades de permanência no âmbito escolar, e, também, a própria condição de vulnerabilidade social pela qual a juventude, especialmente a juventude negra, é afetada.

Leon (2009) refere que a incorporação de jovens ao mercado de trabalho parece acarretar, na maioria dos casos, na interrupção dos estudos, acabando por comprometer o desenvolvimento de suas capacidades para toda a vida, e contribuindo de forma decisiva para a transmissão intergeracional da pobreza, perpetuando e ampliando, com isso, o ciclo de miséria em que grande parte de suas famílias encontra-se imersa (LEON, 2009). Tem-se, assim, um aspecto bastante preocupante com relação ao contexto educacional juvenil brasileiro, uma vez que o direito à educação vem se constituindo de maneira bastante frágil, especialmente para as juventudes mais vulnerabilizadas.

O Brasil possui atualmente um dos maiores contingentes juvenis de todos os tempos, porém esta juventude compõe um segmento social que vem enfrentando uma série de dificuldades, sendo a sua permanência ou não nos processos educacionais que tendem a impactar em sua inserção no mercado de trabalho.

Nesse contexto, é crescente o número de jovens, muitas vezes, pejorativamente intitulados como “*nem nem*”: uma parcela da população juvenil que *nem* trabalha, *nem* estuda, e que muitas vezes são invisibilizados nas pesquisas de desemprego por não estarem procurando ou por já terem desistido de procurar emprego.

Os índices de jovens que não trabalham e não estudam são extremamente altos, especialmente em países em desenvolvimento, segundo dados da OIT que estima que na América Latina e Caribe: 19,8% dos jovens da região não estudam e não trabalham, destes, 51,7% disseram ocupar-se de tarefas domésticas; 23,1% sem emprego; e 25,2% que não têm atividades por outros motivos. No Brasil, o índice de jovens que não trabalham e nem estudam corresponde a 18,4% das pessoas até 29 anos, sendo que esta taxa entre os homens é de 12,1% e das mulheres, a taxa alcança 21,1%; este percentual aumenta para 28,2% entre as mulheres negras (OIT, 2013).

Observa-se, novamente, o impacto da questão racial presente nos dados, somada às questões de gênero, que historicamente atravessam a construção da sociedade brasileira. As desigualdades com relação ao trabalho e sistema educacional refletem, de algum modo, os papéis tradicionais de gênero presentes nas dimensões históricas e culturais no âmbito da sociedade brasileira. Esta construção histórica, observada nos dados apresentados, está relacionada ao papel do homem, que, muitas vezes, por mais jovem que seja, necessita trabalhar para garantir a subsistência da família, daí o fato de procurar mais cedo o mundo do trabalho ou permanecer na inatividade; já jovens mulheres, por sua vez, apresentam melhores taxas de frequência escolar líquida, embora ainda tendam a assumir o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos; com isso, a proporção de jovens mulheres que não estudam nem trabalham é crescente de acordo com a faixa etária (AQUINO, 2009).

Muito embora estas questões impactem na diferença dos índices entre homens e mulheres, no que diz respeito a sua ocupação, há de se considerar a alta taxa de jovens homens que não trabalham e estão fora do sistema educacional. Tal questão deve ser analisada na perspectiva de compreender de um lado o contexto do mundo do trabalho para as juventudes, marcado por baixos salários, condições precarizadas, difícil acesso, e, por outro, as fragilidades do sistema educacional, que muitas vezes se manifesta pela precarização da política pública de educação, influenciando na permanência da juventude nos processos de escolarização.

O afastamento do mundo do trabalho e dos processos de escolarização tende a marcar as trajetórias das juventudes de diversas maneiras, uma vez que, conforme afirma Cardoso (2012), quanto maior o tempo de afastamento do sujeito do mercado de trabalho, maiores as suas dificuldades de acesso a tal mercado. Em uma sociedade capitalista, marcada pela lógica da venda da força de trabalho e da sua exploração, a falta de acesso ao mercado de trabalho tende a ampliar os processos de pobreza, visto que, no escopo da sociedade capitalista, é pela venda da força de trabalho que a grande maioria da população tem acesso à renda.

3.2.4 Juventudes e condições socioeconômicas

A pobreza se faz muito presente na juventude, segundo dados de 2013 da Associação Ibero-Americana de Juventude, estima-se que 25% dos jovens na Ibero-América vivem na pobreza e na indigência, isto é, não possuem suas necessidades básicas atendidas, incluindo necessidades alimentares (OIJ, 2013). No Brasil, a pobreza afeta grande parte das juventudes; segundo dados da Secretaria Nacional de Juventude, 28% dos jovens brasileiros vivem com renda familiar per capita inferior a 290 reais, sendo que o Nordeste brasileiro possui a maior concentração de jovens pobres do país (SNJ, 2013), como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 1 - Renda Mensal Domiciliar Per Capita por Macrorregiões

ESTRATOS SOCIOECONÔMICOS – RENDA MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA, por macrorregiões					
(Estimulada e única, em %)					BASE: Total da amostra
	TOTAL	MACRORREGIÕES			
		N/ CO	NE	S	SE
<i>peso</i>	100%	17%	29%	14%	40%
ESTRATOS BAIXOS (Até \$290)	28	29	51	10	17
Extremamente pobre (Até \$80)	4	3	9		1
Pobre (+ de \$80 a \$161)	9	8	18	2	4
Vulnerável (+ de \$161 a \$290)	16	19	24	9	12
ESTRATOS MÉDIOS (+ de \$290 a \$1.018)	50	51	39	67	51
Baixo EM (+ de \$290 a \$440)	17	21	20	15	15
Médio EM (+ de \$440 a \$640)	15	15	11	23	16
Alto EM (+ de \$640 a \$1.018)	17	15	8	30	20
ESTRATOS ALTOS (+ de 1.018)	11	14	5	13	14
Baixo EA (+ de \$1.018 a \$2.480)	9	11	4	12	11
Alto EA (+ de \$2.480)	2	2	1	2	2
NÃO SABE/ RECUSA	11	6	5	9	18

157. Somando todos os valores não há necessidade de cálculos adicionais nas células brancas.

Fonte: SNJ, 2013

Percebem-se as disparidades regionais em relação à situação de pobreza das juventudes, posto que o Nordeste apresenta os maiores índices de jovens com menores rendimentos (51%), enquanto o Sudeste mostra os jovens com maiores rendimentos (14%), sendo que estes dados revelam o mapa da desigualdade social regional presente no Brasil.

Dados dos Indicadores Sociais de 2012 do IBGE revelam que o Nordeste possui o maior número de pessoas vivendo com menos de 1/4 de salário mínimo, 14.9% das pessoas; em outras regiões do país, como na região Sudeste, este índice chega 2.5%, sendo assim, a

situação de pobreza da juventude revela o contexto de desigualdade social vivenciado no Brasil.

Nesse sentido, como apontado anteriormente, entre as juventudes pobres, a juventude negra mostra-se mais afetada pela pobreza, 61% com rendimento familiar per capita abaixo de 290 reais (SJN, 2013). Porém, com relação à questão de gênero, as mulheres jovens vêm sendo impactadas pelo empobrecimento.

Segundo os dados de 2007, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), apesar de haver certa paridade populacional entre homens e mulheres jovens, a pobreza é um pouco mais elevada para as jovens mulheres, sendo que dos jovens pobres, as mulheres representam 53%. Este dado pode estar associado especialmente a dois fatores: a questão da maternidade, que para muitas mulheres dificulta o desenvolvimento de alguma atividade laboral remunerada, bem como a disparidade salarial, presente na realidade brasileira entre homens e mulheres que buscam a venda da sua força de trabalho. Esta realidade, que pode ser percebida por meio dos dados da Síntese de Indicadores Sociais 2013 do IBGE, identificou um aumento da desigualdade salarial entre homens e mulheres: o salário das mulheres correspondeu a 72,9% do rendimento masculino em 2013, sendo que, em 2011, esta proporção era de 73,7%. Dessa forma, observa-se uma quebra nas estatísticas de queda da desigualdade salarial entre homens e mulheres (IBGE, 2013).

Diante desta conjuntura, impactada pelos processos de precarização do mundo do trabalho – que acarreta baixos salários e dificuldade de acesso ao mercado de trabalho – grande parte das juventudes vem sofrendo com os impactos da pobreza.

Desse modo, a violência da pobreza constitui uma baliza percebida cotidianamente por todos os sujeitos, sendo visível por meio de impactos destrutivos do sistema que vão deixando marcas exteriores sobre a população empobrecida, na debilidade da saúde, na moradia precária e insalubre, na alimentação insuficiente, dentre outros elementos que, muitas vezes, acarretam a invisibilização da resistência desta população (YAZBEK, 1993).

Em uma sociedade regida pela lógica do capital, a pobreza afeta de modo multidimensional a vida dos sujeitos, ampliando processos de violação de direitos em diversos níveis, catalisando um processo de violência estrutural. Os apelos pelo consumo, especialmente dirigidos às juventudes com poder aquisitivo, acabam, também, impactando nas juventudes sem acesso ao mercado, ampliando um contexto de frustrações, pois que a ideologia capitalista busca construir a ideia de que o reconhecimento só pode ser efetivado pela lógica do consumo.

As juventudes compreendidas como “nicho de mercado” são cotidianamente bombardeadas por apelos midiáticos: roupas, eletrônicos, acessórios, bebidas, *fast foods* e outras mercadorias que são embrulhadas em rótulos *teens*, oferecidas com altos valores para o segmento juvenil, sendo que somente 11% das juventudes no segmento possuem renda familiar per capita superior a 1.018 reais; a grande maioria da população jovem (78%) possui renda inferior a esse valor (SNJ, 2013). Diante desse contexto, muitos são os produtos e apelos midiáticos, mas poucos os jovens com a possibilidade de acesso pleno ao consumo de determinados bens.

Ao analisar os dados a respeito das juventudes brasileiras, é possível perceber um quadro que se desenha em meio a dificuldades e precariedades de inserção no mercado de trabalho, bem como o acesso ao direito à educação, ampliando, assim, a taxa de empobrecimento desta população, ao lado do fortalecimento da imagem de jovem como consumidor, cristalizada na construção social da ideia de valor por uma única via, a do consumo. Em um quadro de desemprego e com poucas expectativas de melhoria da qualidade de vida, bombardeadas por apelos midiáticos instigando o consumo, muitas juventudes percebem a sua inserção em processos de trabalho vinculados à clandestinidade, isto é, um mercado informal não legal como forma de conseguir satisfazer suas necessidades de consumo.

3.2.5 Juventudes, crime e sistema prisional

Dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), da Secretaria Nacional de Segurança Pública, de 2009, revelam que 59% da população carcerária brasileira é formada por jovens de 18 a 29 anos, demonstrando um crescimento do encarceramento da população juvenil em 2%, ao comparar dados de 2008 (INFOPEN, 2009).

Dessa forma, percebe-se que a população carcerária brasileira é constituída, em sua maioria, por jovens, representando um importante dado ao considerar o contexto juvenil brasileiro, uma vez que a atual situação do sistema penitenciário é marcada por condições desumanas, apresentando um quadro de violação de direitos dentro do cárcere, um sistema marcado pela ineficácia quanto ao processo de ressocialização do egresso prisional, já que, em média, 90% dos ex-detentos voltam a cometer ato infracional e acabam retornando à prisão (ASSIS, 2007).

Sendo assim, os altos dados de encarceramento juvenil configuram mais um reflexo da invisibilidade do contexto de (in)segurança vivenciado pelas juventudes, especialmente as juventudes negras, pois, conforme dados do INFOPEN, em dezembro de 2012 o sistema prisional brasileiro comportava 173,463 pessoas brancas e 220.668 pessoas negras e pardas. Mais uma vez, é possível constatar a questão étnico-racial como um elemento central junto aos processos de (in)segurança. Os dados do sistema penitenciário nacional, assim como os dados de pobreza, acesso ao ensino e trabalho, demonstram a captura das juventudes, em especial das juventudes negras, pelo contexto de (in)segurança produzida pela lógica do capital.

Wacquant (2011) analisa a retração do Estado Social e a expansão do Estado Penal e os impactos para os processos de (in)segurança vivenciados por toda a sociedade, com a ampliação e fortalecimento do ideário neoliberal nas últimas décadas.

[...] o “Consenso de Washington” sobre a desregulação econômica e a retração do *welfare* estendeu-se para abranger o controle punitivo do crime numa chave pornográfica e gerencialista, pois a “mão invisível do mercado” suscita o “punho de ferro” do Estado penal [...] a virada punitiva da política pública aplica-se tanto para os programas sociais para os pobres quanto à justiça criminal, faz parte de um projeto político que responde à crescente insegurança social e seus efeitos desestabilizadores (WACQUANT, 2011, p.174).

Em meio a um crescente contexto de (in)segurança, geradas e catalisadas por meio da lógica do capital, a resposta do Estado, a partir de orientações neoliberais, não se dá pela ampliação de políticas sociais na perspectiva da proteção, mas pelas ações repressivas por meio de medidas penais que buscam conter as chamadas “classes perigosas”⁴⁸, as mais atingidas pelos processos de (in)segurança. O projeto de lei de redução da maioridade penal, em tramitação no Senado Federal, mostra-se como um claro exemplo da ação de um Estado que busca ampliar a sua ação penal em detrimento de políticas sociais, no que se refere à proteção social da população juvenil.

Dessa forma, a ampliação dos índices de encarceramento no Brasil, especialmente de jovens, revela a ação de um Estado penal que busca remediar seus intensos processos de (in)segurança, através de ações que visam enfrentar a fratura no interior do sistema por meio de ações punitivas, que levam ao encarceramento dos sujeitos mais afetados por essa dinâmica. A resposta do Estado neoliberal a esse quadro, gerada pela própria lógica do modo

⁴⁸ No âmbito de uma sociedade de extrema valorização do capital, por meio de um processo de retificação, o estereótipo de “classes perigosas” recai sobre as populações mais pobres.

de produção capitalista, se dá por meio da repressão, guiada por uma lógica retributiva, ampliando o quadro de violações de direitos humanos⁴⁹.

Dentre as infrações cometidas pelas juventudes, o tráfico de drogas possui destaque, conforme Ferreira, Fontoura, Aquino et al (2009), com base em dados do Ministério da Justiça, jovens com idade entre 18 e 24 anos foram mais frequentemente identificados como infratores por: homicídio doloso (17,56 ocorrências por 100 mil habitantes); lesões corporais dolosas (387,74); tentativas de homicídio (22,32); extorsão mediante sequestro (0,34); roubo a transeunte (218,23); roubo de veículo (20,24); estupro (14,57) e posse e uso de drogas (41,96); sendo que os jovens de 25 e 29 anos apareceram como os principais infratores para o crime de tráfico de drogas (24,47). Muitas vezes, os demais crimes como homicídios são desencadeados pela lógica perversa presente na gestão ilegal do tráfico de drogas no território nacional. Isso demonstra que em um contexto de poucas e precárias condições de inserção no mercado de trabalho formal, a criminalidade, em especial o tráfico de drogas, constitui uma alternativa para satisfazer os desejos impulsionados pela lógica consumista que sustenta o modo de produção capitalista.

Nesse contexto, as redes de crimes organizados, em conexão com o narcotráfico, vêm operando por meio de um “exército” de jovens, então, o debate sobre juventudes e violências não pode se furtar a analisar, entre outras, a questão do recrutamento de jovens para atividades criminosas e as facilidades ainda vigentes para obtenção de arma de fogo no país (IPEA, 2008). É nesse sentido que Soares (2011) afirma:

O tráfico de armas e drogas é a dinâmica criminal que mais cresce nas regiões metropolitanas brasileiras, mais organicamente se articula à rede de crime organizado, mais influi sobre o conjunto da criminalidade e mais se expande pelo país – tiranizando comunidades pobres e recrutando seus filhos. As drogas financiam armas e estas intensificam a violência associada às práticas criminosas, expandindo seus números e modalidades. [...] Essa matriz de criminalidade tem assumido uma característica peculiar, ao infiltrar-se e disseminar-se como estilo cultural e meio econômico de vida, com seu mercado próprio e lamentavelmente promissor (SOARES, 2011, p. 132).

O crescimento do crime organizado, em especial seus tentáculos relacionados ao tráfico de drogas, que vem recrutando muitos jovens na perspectiva da exploração do trabalho dentro do insalubre e perigoso mercado da ilegalidade, constitui mais um reflexo de um Estado retraído na execução de políticas sociais que possam garantir os direitos da população de forma universal.

⁴⁹ No capítulo 4 debate-se o papel do Estado na materialização de políticas públicas no âmbito da proteção social para as juventudes.

Em outros termos, o crescimento da ilegalidade, ao mesmo tempo, dá visibilidade para a ineficácia de um Estado Penal, que busca marcar sua atuação com ações de repressão na perspectiva da minimização de suas responsabilidades na providência de direitos sociais, bem como revela as fraturas de uma sociedade capitalista que gera processos de trabalhos ligados a práticas ilegais, catalisando processos de violência e violações de direitos afetando grande parte da sociedade. Desse modo, as manifestações da (in)segurança estão diretamente relacionadas com a reprodução do capital e vêm atingindo, por meio de seus efeitos nefastos, toda a sociedade, especialmente as juventudes. Este aspecto pode ser percebido nas altas taxas de mortalidade juvenil, o que indica a interrupção de trajetórias de sujeitos que têm o maior de todos os direitos furtados: o direito à vida.

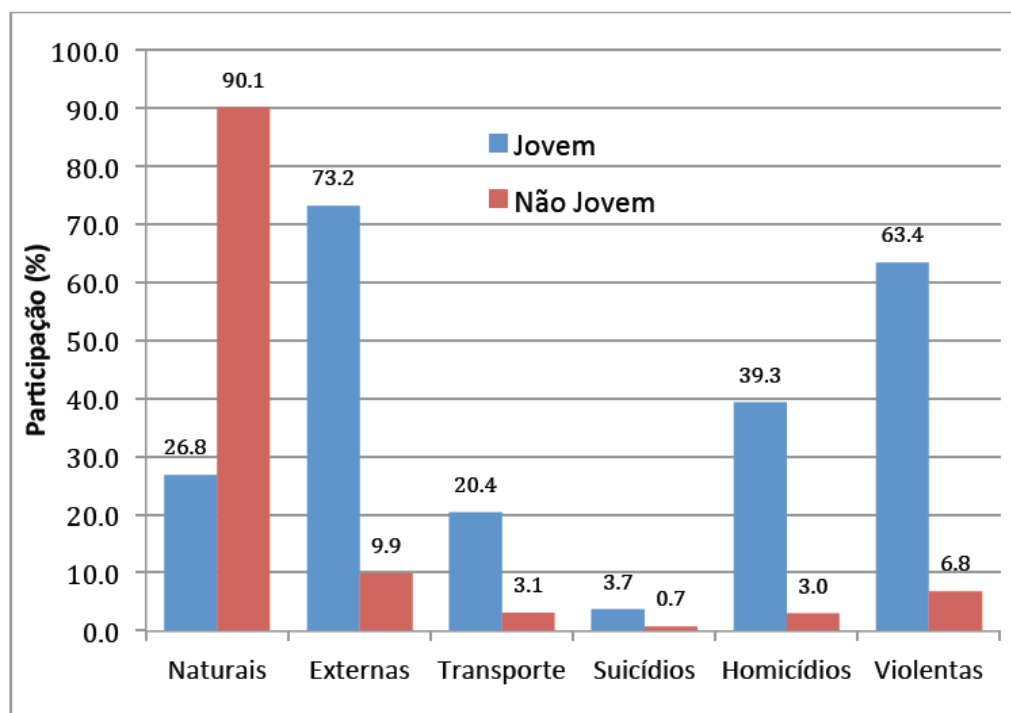
3.2.6 Mortalidade juvenil no Brasil

O Brasil mostra-se como um dos países com maior número de homicídios no mundo, o que demonstra todo o processo de (in)segurança vivenciado no país, impactando a população por meio do caráter mais perverso das manifestações da (in)segurança: a violência letal. *O mapa da violência 2013: mortes matadas por arma de fogo* aponta que o Brasil consegue exterminar mais cidadãos pelo uso de armas de fogo do que em muitos dos conflitos armados contemporâneos, como a guerra da Chechênia, a do Golfo, as guerrilhas colombianas ou a guerra de liberação de Angola e Moçambique (WAISELFISZ, 2013); destas mortes, os jovens representam o segmento população mais atingido.

Em 2013, é lançado pela Secretaria Nacional de Juventude o *Mapa da violência: homicídios e juventude no Brasil* que analisa especialmente o contexto da mortalidade juvenil. Segundo este documento, a taxa total de mortalidade da população brasileira caiu de 631 por 100 mil habitantes em 1980, para 608 em 2011, porém, a taxa de mortalidade juvenil aumentou, passando de 127 em 1980, para 136 por 100 mil jovens em 2011, sendo que na população *não jovem* 9,9% do total de óbitos corresponde às causas externas, e entre os jovens essas causas são responsáveis por 73,2% das mortes (WAISELFISZ, 2013).

O gráfico abaixo revela de modo claro a realidade a respeito do contexto de mortalidade juvenil.

Gráfico 3 - Participação % das Causas de Mortalidade na População Jovem e Não Jovem no Brasil em 2011



Fonte: Waiselfisz (2013)

Percebe-se a grande interrupção das trajetórias juvenis, especialmente por causas externas, ou seja, não por meio de morte natural e outras causas não biológicas, provocadas por causas violentas⁵⁰ entre os jovens. Segundo o Mapa da Violência 2013, entre os jovens, a AIDS foi responsável por 1.643 óbitos; já as armas de fogo mataram 22.694 jovens, representando 14 vezes mais.

Diante deste contexto, ao analisar de modo longitudinal as taxas de mortalidade juvenil, é possível afirmar que suas características não permaneceram congeladas ao longo do tempo, mudando radicalmente sua configuração, uma vez que as epidemias e as doenças infecciosas, que eram as principais causas de morte entre os jovens cinco ou seis décadas atrás, foram sendo progressivamente substituídas pelas causas externas, principalmente os homicídios (WASELFISZ, 2013).

Sendo assim, observa-se claramente o grande impacto real das manifestações da (in)segurança para as juventudes, sendo o segmento social que mais sofre com a violência em um dos países do mundo que mais mata seus membros. Esta relação se evidencia no *Mapa da violência: homicídios e juventude no Brasil, de 2013*:

⁵⁰ Segundo o *Mapa da violência 2013*: homicídios e juventudes no Brasil são consideradas causas violentas todos os fatores que, independente do organismo humano, provocam lesões ou agravos à saúde que levam à morte do indivíduo, sendo agrupados entre homicídios, suicídios e acidentes de trânsito.

Em primeiro lugar, podemos observar que o número de homicídios juvenis não é proporcional ao peso demográfico deste grupo. Apesar de os jovens representarem aproximadamente 18% da população total, o número de assassinatos nessa faixa gira em torno de 36% do total, praticamente o dobro do que seria esperado em função de seu peso. [...] Vemos assim que, com uma taxa de 27,4 homicídios por 100 mil habitantes e 54,8 por 100 mil jovens, o Brasil ocupa a sétima posição no conjunto dos 95 países do mundo com dados homogêneos, fornecidos pela Organização Mundial da Saúde sobre o tema, dados compreendidos entre 2007 e 2011 (WAISELFISZ, 2013, p.38).

A violência letal no país afeta principalmente os homens jovens, uma vez que as mulheres representam 8% do total de homicídios, porém, observa-se um crescimento nesses dados, pois, de 1980 a 2011 morreram assassinadas 96.612 mulheres, sendo que só no presente século morreram praticamente a metade deste total (WAISELFISZ, 2013).

Desse modo, apesar da necessidade de considerar o grande número de homicídios entre os homens, o crescimento desta realidade para as mulheres aponta uma preocupante realidade, muitas vezes invisibilizada nos estudos sobre a violência nas juventudes. Isso se dá, especialmente, por chamarem a atenção os exponenciais dados sobre a violência letal entre homens jovens. Segundo Soares (2007), o problema da violência chegou a tal ponto que se pode observar atualmente um déficit de jovens do sexo masculino na estrutura demográfica brasileira.

Outra característica marcante ao analisar os dados sobre a mortalidade juvenil brasileira se caracteriza pelo recorte étnico-racial. Os jovens negros, que são mais afetados pelo desemprego e pela pobreza, são os que mais sofrem com a violência letal no Brasil. Dados do Mapa da violência (2013) demonstram que a vitimização de jovens negros passa de 71,6% em 2002, (neste ano morreram proporcionalmente 71,6% mais jovens negros que brancos); para 237,4% em 2011, representando um crescimento exponencial que demonstra um gigantesco massacre de jovens negros no país.

Observa-se uma preocupante realidade para a juventude brasileira: se o Brasil é um dos países com maiores índices de mortalidade no mundo, o jovem do sexo masculino e negro é quem mais sofre com a maior de todas as violações de direitos humanos: o direito à vida. Sendo assim, o contexto de (in)segurança, que possui suas raízes na dimensão estrutural do capital, vem tirando de cena, por meio das mais diversas dinâmicas perversas, as juventudes que, pelo ciclo natural, estariam mais distantes do contexto de mortalidade.

Os diversos dados sobre as juventudes brasileiras evidenciam que este segmento social é o mais atingido pelas manifestações da (in)segurança, com destaque para as questões étnico-raciais, pois em todos os dados analisados a juventude negra se caracteriza como o segmento

juvenil que mais sofre violações de direitos. As múltiplas faces da exploração e da precarização do trabalho fomentam a desigualdade social e criam formas informais e não legais de venda da força de trabalho, representando um dos elementos catalisadores das diversas formas de violências, e, conseqüentemente, acarretando processos de (in)segurança. Os dados evidenciam que essas manifestações da (in)segurança não se caracterizam somente por uma *sensação da pós-modernidade*, como defendem algumas correntes teóricas de viés pós-moderno, mas representam um elemento real que vem ocasionando a potencialização das múltiplas formas de violação de direitos humanos vivenciadas por todos os sujeitos, mas com destaque, na conjuntura atual, para as juventudes.

Nesse passo, torna-se fundamental analisar como as juventudes percebem as manifestações da (in)segurança, pois, conforme o IPEA (2013), não basta contar as juventudes, mas propiciar que os jovens contem mais, ou seja, vocalizem o que pensam e o que desejam. Na perspectiva de perceber como se constituem as demandas das juventudes por segurança, no próximo capítulo, busca-se mapear as percepções das juventudes no contexto atual.

3.3 AS JUVENTUDES DE FRENTE PARA O ESPELHO: A VOCALIZAÇÃO DAS DEMANDAS POR SEGURANÇA NO CONTEXTO JUVENIL

Construir as trajetórias em meio a um contexto de (in)segurança significa viver em um constante processo de incertezas com relação ao futuro, uma vez que tais processos não impactam somente em uma dimensão da vida das juventudes, mas têm efeitos em diversos aspectos da conjuntura juvenil. Diante desta realidade, as juventudes não vivenciam passivamente tal processo, sendo múltiplos os elementos de vocalização e expressões de suas demandas, por meio de requisições por emprego, educação, lazer, segurança pública, entre outros.

Apesar das fragmentações, todas estas demandas possuem uma raiz comum que se conforma na busca pelo direito à segurança, sendo este compreendido como proteção social aos efeitos deletérios provocados pelo modo de produção capitalista, gerador dos processos de (in)segurança. Nesse contexto, muitas vezes, a compreensão da raiz comum é ocultada por processos de fetichização, uma vez que a fragmentação de demandas constitui o ponto central de enfraquecimento de lutas coletivas.

Mesmo diante deste quadro, apesar dos diversos discursos que visam (in)visibilizar as juventudes no contexto atual, ocorrem processos de participação das juventudes, em meio ao fortalecimento de projetos societários⁵¹, em disputa na esfera pública, sendo que em diversos projetos percebe-se o apelo pelo fortalecimento da proteção social para as juventudes.

Para análise desta realidade, busca-se focar em dois elementos de vocalização das juventudes por segurança: as diversas manifestações populares ocorridas no cenário brasileiro, especialmente em junho de 2013, bem como a análise dos documentos provenientes das duas Conferências Nacionais de Juventude⁵², nos anos de 2007 e 2011.

Sendo assim, busca-se investigar como se compõe a realidade das juventudes brasileiras, no que se refere às diversas demandas por segurança, pela análise tanto de documentos produzidos por meio das Conferências Nacionais de Juventude, como das manifestações populares, analisando o contexto juvenil por meio das suas próprias expressões.

A metáfora que ilustra o título deste subitem “colocar as juventudes de frente para o espelho”, implica analisar as demandas das juventudes por meio de suas manifestações, estando atento para as inversões e os fetiches presentes nesta realidade, uma vez que o reflexo nunca se constitui enquanto cópia fiel do real, a aparência refletida no espelho pode encobrir importantes inversões que confundem a nossa percepção.

Devido a isso, manter a tensão dialética na análise da tessitura do real mostra-se como elemento de fundamental importância, a fim de não deixar-se levar pelas imagens invertidas em frente aos espelhos.

3.3.1 Vem pra rua, vem! As demandas por segurança nas manifestações de junho de 2013

As juventudes são impactadas cotidianamente pela (des)proteção social, fruto de todo o processo de (in)segurança vivenciada pela precarização da vida que atingem esses sujeitos. Os dados de realidade, demonstrados no capítulo anterior, evidenciam que a conjuntura de (in)segurança vivenciada pelas juventudes se materializa seja pela falta de acesso a direitos sociais, pela intensa precarização do mundo do trabalho vivenciado pelos jovens, seja pelos altos índices de mortalidade juvenil, dentre outros, acirrada pelo capitalismo em seu atual estágio. Dessa forma, as juventudes não vivenciam passivamente tais expressões da questão

⁵¹ Compreendem-se projetos societários como projetos que “apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la”. (NETO, 2010, p. 2).

⁵² Ressalta-se que no capítulo 4 será realizado o debate a respeito do processo de construção histórica e análise da atual Política Nacional de Juventude.

social, pelo contrário, são diversas as formas de resistência percebidas tanto no cotidiano singular das trajetórias das juventudes, bem como em âmbitos coletivos.

No ano de 2013 foi possível perceber a presença das juventudes brasileiras nas manifestações populares que tomaram conta das ruas do Brasil, contrariando o discurso vinculado a uma tendência (in)visibilizante, que atribui às juventudes a imagem de sujeitos desmobilizados e despreocupados com a realidade brasileira. Segundo dados apresentados por Braga (2014), tomando como exemplo a cidade de São Paulo, a maioria dos manifestantes eram jovens, uma vez que a média de idade dos participantes dos protestos era de 28 anos. Ao longo de 2013 houveram cerca de 696 protestos e 15 manifestações com mais de 50 mil pessoas (BLANCO; TEIXEIRA, 2014).

O Brasil vivenciou um ciclo de manifestações, assim como diversos países nos últimos anos⁵³, tendo como estopim, na realidade brasileira, o aumento das tarifas rodoviárias em algumas capitais, somando as diversas reivindicações que culminaram em grandes manifestações, que se estenderam durante todo o ano de 2013, sendo o mês de junho o período de maior intensidade de protestos. Segundo Blanco e Teixeira (2014), o ano de 2013 representa uma mudança na estrutura dos protestos sociais que vinham acontecendo nos últimos anos no Brasil, sendo pela sua forma de organização, seja pela sua mobilização social.

No que se refere a sua forma de organização, se destaca o componente tecnológico na mobilização de massas, sendo a Internet a principal ferramenta utilizada como forma de organização de todas as manifestações. Conforme Estanque (2014), os meios informáticos e em especial as novas “redes sociais” constituíram o ingrediente decisivo deste novo ciclo de protestos sociais, não somente na realidade brasileira, mas no contexto internacional.

O megafone, símbolo das grandes manifestações na década de 1980 e 1990, é substituído por *smartphones*, conectados em rede sociais. Esta nova forma de organização não muda somente a forma de comunicação entre os sujeitos, mas altera a hierarquia das lideranças, uma vez que, com a mobilização dos manifestantes por meio das novas tecnologias de informação, se torna difusa a figura de um único líder. Sendo assim, também, se alteram as estratégias de enfrentamento a tais manifestações, pela dificuldade de realizar processos de diálogo (e muitas vezes de cooptação) das lideranças de tais mobilizações.

Apesar da aparente dissolução de lideranças nas manifestações ocorridas em 2013 no Brasil, devido a sua organização por meio virtual, tais manifestações não se mostram como

⁵³ Nos últimos anos, diversos países vivenciaram ondas de manifestações populares como em Portugal, na Espanha (*Los Indignados*), Tunísia, Egito, Líbia (*Primavera Árabe*) Estados Unidos (*Occupy Wall Street*), porém, na presente tese, apesar de fazer alusões à realidade internacional, especialmente europeia, busca-se analisar o fenômeno dos protestos populares ocorridos na realidade brasileira.

espaços desalienados e conscientes de um coletivo “unido”, pelo contrário, muitas vezes, as próprias demandas que ecoaram nas manifestações refletiam a lógica de projetos societários dominantes. Como refere Secco (2014), apesar de a maioria dos jovens manifestantes usar a Internet para organizar os protestos, os temas continuam sendo produzidos pelos monopólios de comunicação. A Internet é também um espaço de interação entre indivíduos mediada pela lógica das classes dominantes, e, assim, muitas vezes, reproduz ideologicamente a dominação.

A articulação por via do espaço virtual mostra-se como uma característica comum ao ciclo de rebeliões a nível mundial. Estanque (2014), ao analisar as manifestações ocorridas na realidade brasileira e europeia, refere que, em escala global, os vários acontecimentos deste último ciclo de rebeliões exprimem como características comuns o fato de serem marcadamente dinamizadas pelas camadas da juventude escolarizada, veiculadas através do ciberespaço, onde a exposição midiática – nomeadamente através do ciberespaço – faz com que as imagens e o aparato dramático das multidões em revolta, possam desencadear um efeito mimético de rápida propagação internacional. Nesse sentido, para compreender o contexto das manifestações populares de 2013 ocorridos no Brasil, nas quais as juventudes tiveram um importante protagonismo, como destacado anteriormente, não basta analisar somente a sua forma de organização, mas também, o solo sócio-histórico em que se inscrevem tais protestos, a fim de desocultar os fetiches que, muitas vezes, estão associados nas análises sobre estes recentes acontecimentos.

Cabe destacar a cidade como lócus das manifestações, resultantes de um processo de construção social marcado por desigualdades, fruto de políticas neoliberais/neodesenvolvimentistas, o que aprofundou e agudizou conhecidas problemáticas que as cidades herdaram de quarenta anos de desenvolvimentismo excludente: favelização, serviços precários ou inexistentes, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de transporte (VAINER, 2014).

Dessa forma, as manifestações populares representam, também, um movimento que denuncia o contexto de fragilização de atendimento às demandas sobre segurança, uma vez que as diversas manifestações aludem a precarização de direitos como saúde, acesso ao trabalho, falta de transparência nos investimentos públicos, dentre outros.

Em certos aspectos, as vozes das manifestações de junho de 2013 denunciam o esgotamento de padrões neoliberais e neodesenvolvimentistas⁵⁴, centrados na focalização de políticas sociais abordando dimensões universais de direitos (ALVES, 2014).

⁵⁴ A respeito do debate sobre neodesenvolvimentismo ver debate no capítulo 4 da presente tese

Nesse sentido, Estanque (2014) refere que tais manifestações possuem raízes multicausais, remetendo para forças e conexões situadas em diferentes níveis de análise; porém alguns fatores se evidenciam nas manifestações brasileiras e europeias ocorridas nos últimos anos, como as implicações da fragmentação do trabalho assalariado e do aumento da precariedade na intensificação das desigualdades, a ineficácia das instituições e das políticas públicas como fatores fundamentais da conflitualidade social que esteve na base das rebeliões sociais dos últimos anos. As manifestações populares de 2013, ocorridas no Brasil, escancaram a realidade de (des)proteção social vivenciada por todos os segmentos sociais, em especial as juventudes.

Os protestos de 2013, no contexto brasileiro, também são um reflexo das manifestações da (in)segurança vivenciada pelos sujeitos, sendo catalisadas pela dinâmica do capital em seu atual estágio, a qual reproduz, de forma ampliada, processos de precarização do mundo do trabalho e de todas as dimensões da vida dos sujeitos. As manifestações de 2013 não deixam de ser ecos que revelam vidas precárias, em todas as suas dimensões, conforme Alves (2014):

[...] a precariedade do século XXI, não se reduz apenas à precariedade salarial, com a constituição da nova precariedade salarial caracterizada, por exemplo, pela regulação salarial precária, gestão toyotista e novas tecnologias informacionais. No século XXI, surgem novas formas de precarização do trabalho, que denominamos (1) *precarização existencial*, decorrentes do modo de vida just-in-times; que produz *vida reduzida* e provoca *carecimentos radicais* nas pessoas-que-trabalham, (2) precariedade do homem como ser genérico, a precarização do homem-que-trabalha, decorrente de adoecimentos laborais (ALVES, 2014, p.18).

O sentimento de desconforto coletivo, vivenciado por meio de uma vida precária, foi colocado na rua por meio de diversas demandas pulverizadas, potencializadas por novas formas de comunicação. Nesse contexto, o precariado possui um protagonismo central nas manifestações. Alves (2014) refere que tais manifestações são a *Revolta do Precariado*, por considerar que grande parte dos manifestantes é formada por jovens altamente escolarizados, desempregados ou inseridos em relações de trabalho e vida precária. Tal constatação também é referida por Braga (2014):

Se os grupos pauperizados que dependem do programa Bolsa Família e os setores organizados da classe trabalhadora, que em anos recentes conquistaram aumentos salariais acima da inflação ainda não entraram na cena política, o “precariado” – a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiquilificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-

remunerados – está nas ruas manifestando sua insatisfação com o atual modelo de desenvolvimento. (BRAGA, 2014, p.145).

Na esteira deste pensamento, Estanque (2014) refere que a maioria dos manifestantes no Brasil constituem uma juventude escolarizada, muito familiarizada com as novas redes sociais de comunicação e cujas trajetórias se dirigem à classe média ou sofrem a influência dos seus padrões de vida e de consumo, que, de um lado, os recursos educacionais e o acesso ao crédito permitiram uma aproximação aos degraus intermédios da escada social, por outro, os custos de uma degradação das condições sociais, das políticas públicas e das infraestruturas que inviabilizaram a consolidação de direitos e oportunidades fundamentais. Dessa forma, as manifestações denunciam o esgotamento de padrões neodesenvolvimentistas, uma vez que revelam a fragilização de política sociais que possam garantir uma proteção social, em um contexto de (in)segurança e vida precária.

As manifestações ocorridas ao longo do ano de 2013 revelaram que as ações neodesenvolvimentistas, sem romper com a lógica neoliberal, realizam reformas de pouco impacto na perspectiva da garantia da proteção social, mantendo e ampliando a precarização da vida, e que não são mais suficientes para a sustentação ideológica da coesão social. Dessa forma, o componente que une as massas de manifestantes em todo o Brasil se constitui, especialmente, como aponta Žižek (2014) no compartilhar de um sentimento de desconforto e descontentamento que sustenta e une muitas demandas particulares, as quais estão, dentre outros elementos, associadas ao sentimento ampliado de descrença em relação ao futuro da maioria das juventudes, conforme revela Pais (2005):

[...] Nem o sistema educativo nem o mercado de trabalho parecem capazes de garantir a realização das aspirações de muitos jovens. Com dificuldades de inserção profissional, são então acossados por sentimentos de desilusão e descrença, traídos na capacidade de imaginar um futuro com esperança [...]. Embora os jovens integrem a chamada geração do futuro, muitos deles não o conseguem vislumbrar, arrastando-se num presente deficitário de esperança. (PAIS, 2005, p. 268).

O referido sentimento de descrença no futuro se configura como um carecimento radical vivenciado pelo precariado, inscrito na busca por uma vida plena de sentido, sendo que tais carecimentos são incapazes de ser realizados no seio da ordem burguesa (ALVES, 2014). Sendo assim, para Alves (2014), tais carecimentos são somados por sonhos de consumo e de aspirações sociais, constituindo uma contradição radical que tende a convulsionar o precariado pelo estranhamento, posto como carência de futuridade e realização pessoal.

Tal estranhamento, relacionado à percepção de precarização ampliada, especialmente no que se refere aos serviços públicos, são fatores presentes nas manifestações populares, que, nas palavras de Estanque (2014) representam a resistência a um *status quo*, a uma ordem econômica e política que defraudou expectativas, que ameaçou ou subtraiu direitos e bloqueou oportunidades. Porém, tais manifestações populares não representam a força do espírito coletivo, na perspectiva do rompimento com a lógica do Modo de Produção Capitalista. Alves (2014) afirma que a chamada Revolta do Precariado tornou-se um mero movimento patriótico, com pautas reivindicatórias difusas de oposição governista.

O que pode ser observado é um conjunto de demandas singulares e heterogêneas, colocadas em cena no espaço público da cidade, muitas vezes inscritas em projetos societários totalmente distintos. Nas diversas manifestações existentes no Brasil, foram observadas bandeiras que demandavam mais investimento em saúde pública, em transporte de qualidade, e ao mesmo tempo, solicitavam a redução da maioria penal, o enxugamento dos gastos do Estado, o retorno da ditadura militar, dentre outros. Como refere Sakamoto (2014), apesar de as manifestações terem uma origem de esquerda, nem todos os que foram às ruas eram exatamente progressistas, uma vez que a sociedade brasileira possui traços de intenso conservadorismo. Tal traço conservador é fruto de um processo histórico, que não se dilui magicamente por meio das manifestações populares.

A lógica da fragmentação, essencial aos processos de alienação, manifestada de diversas formas, também se mostra presente nas manifestações populares. Muitas demandas são particularizadas, apesar de estarem ocupando as ruas enquanto espaço público. Conforme Estanque (2014), os sentidos contraditórios destes processos se exprimem ao mesmo tempo numa dinâmica de rebeldia, fazendo jus à indignação de uma classe trabalhadora precarizada, mas paradoxalmente também na performance individual e nos sinais latentes de consumismo. O “eu”, não encontra conexão com o “nós”, isso é: o princípio da individualidade se sobressai à compreensão das demandas e da necessidade de lutas coletivas. É nesse aspecto que as manifestações populares se constituem em movimento de massa, onde há uma heterogeneização de demandas em um mesmo espaço, que muitas vezes verbalizam a defesa por projetos societários e ideologias distintas; então, por meio da fragmentação dos discursos, há um enfraquecimento da força coletiva.

Maior (2014) refere que, como vivenciamos uma sociedade de classes, típica do modelo capitalista, as mudanças sociais concretas, no sentido da diminuição da desigualdade e da construção de um Estado efetivamente voltado à questão social, somente ocorrerão se for evidenciado o conflito entre o trabalho e o capital, que, na nossa realidade, tem alimentado a

lógica da má distribuição da renda produzida, gerando segregação e precarização. As lutas emancipatórias, de concepção de classes, de lutas por um projeto societário emancipador, de rompimento com o modo de produção capitalista, são encobertas por questões individuais e fragmentadas inscritas em um mesmo espaço. É nesse sentido que a massa (heterogênea e fragmentada) encoberta, em muitos aspectos, a luta de classes, sendo assim, a massa, ao encobertar a classe, enfraquece a luta por um projeto societário emancipatório, nos termos da verdadeira emancipação humana, e da busca pela real segurança.

Conforme Tiburi (2015), o termo massa constitui uma categoria que remete a uma forma amorfa e manipulável de manifestação, que, de fundo, manifesta a antipolítica, isto é: materializa o esvaziamento das potencialidades da política, enquanto elemento que desenvolve a capacidade humana de criar laços comuns em nome da defesa de direitos para todos e respeito por cada um. Nesse mesmo sentido, Chauí (2014) afirma que, por meio do termo “massa”, o pensamento liberal imaginou livrar-se do fantasma do marxismo e do conceito de luta de classes. Nas palavras da autora:

[...] a noção de “massa” permitiria demonstrar o término das classes sociais, das contradições e da luta sociopolítica e, conseqüentemente, com o fim da luta de classes, o fim da ideologia. A “massa” torna real o sonho da democracia liberal, em que as divisões sociais podem ser reduzidas a divergências de interesses entre grupos e indivíduos, capazes de chegar ao consenso político à maneira do mercado que se autorregula, regulando os interesses particulares. (CHAUÍ, 2014, p.29)

É nesse sentido que se concentra a ideia de “massa” contida nas manifestações de 2013, buscando ocultar a tensão de classes sociais existentes no cerne deste movimento, por meio de uma série de demandas apresentadas de forma heterogênea e fragmentada. Tal fragmentação de demanda em questões pontuais, distanciada de lutas emancipatórias, pode ajudar os defensores da ordem mundial existente a reforçarem a afirmação que não há nenhuma ameaça contra a ordem global como tal, e sim problemas locais específicos (ŽIŽEK, 2014). A pulverização de demandas, sem um direcionamento societário em busca da real emancipação, pode levar a um fortalecimento de ações pontuais que não questione a dinâmica no capital, nem altere a lógica neoliberal, mas sim, ampliações que fomentem a criminalização da questão social, como única resposta a essas demandas coletivas de forma fragmentada.

A própria resposta do Estado às manifestações, em muitos episódios, ganha evidência repressiva e violenta. Teixeira e Blanco (2014) referem que nas manifestações ocorridas em 2013 houve cerca de 8 mortes, 837 pessoas feridas e 2.608 pessoas detidas. Durante esse

período, também foi possível observar claramente as tendências (in)visibilizantes⁵⁵ no que se refere à análise das juventudes, vinculadas tanto na mídia, como observadas no discurso político durante as manifestações. Manifestações desconexas de lutas coletivas, centradas em bandeiras individuais, possuem o risco de uma “virada à direita”, ampliando a repressão às classes perigosas (dentre elas a juventude pobre) e o fortalecimento de um estado penal, no lugar de uma ampliação a respeito da proteção social.

Apesar do aspecto fragmentado, sem contornos emancipatórios destas lutas coletivas, não se pode deixar de analisar o potencial político existente em tais lutas. Ressalta-se a importância de formas de organização e lutas pelos direitos, sendo as manifestações de junho de 2013 momentos que revelam possibilidades de organização coletiva.

Dessa forma, não se nega todo o potencial existente nas lutas coletivas, pelo contrário, compreendem-se essas como essenciais para mudanças significativas no âmbito do contexto social. Porém, aponta-se para a necessidade de movimentos sociais que possam relacionar com lutas emancipatórias em torno na real emancipação humana, onde a participação deve ser elemento central, ao invés da massificação. Para Fernandes (2014) a participação não é realizar o que os outros pensaram, não é desenvolver um projeto alheio ao seu interesse, pelo contrário, constitui um processo de conscientização da importância no mundo enquanto sujeito histórico e protagonista da vida social.

Nesse sentido, Souza (2011) refere que a participação é processo social de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, sendo uma questão a ser refletida e enfrentada por todos os grupos, não constituindo uma política de reprodução da ordem, mas, sobretudo, uma questão social. Na análise de Braga (2015), as manifestações populares ocorridas, principalmente em junho de 2013, podem indicar uma pulsão plebeia diante do não cumprimento das “promessas neodesenvolvimentistas”⁵⁶, mas que possuem possibilidades de ir além da massificação, levando ao bom senso dos subalternos⁵⁷, no momento que tais lutas reivindicarem a defesa, a efetivação e/ou ampliação dos direitos sociais.

⁵⁵ Sobre o debate a respeito da tendência (in)visibilizante das juventudes, ver debate no capítulo 3.

⁵⁶ No que se refere ao esgotamento do modelo neodesenvolvimentista, que será tratado no capítulo 4.

⁵⁷ O autor se vale da teoria gramsciana. Nessa perspectiva, o bom senso dos subalternos exerce uma função crítica em relação às cristalizações e dogmatismos, na qual deve se apoiar para proporcionar uma base real para uma nova hegemonia. Expressas através do senso comum, as crenças podem ser transformadas em “bom senso”, na medida em que as classes subalternas afirmem-se enquanto coletividades e sejam capazes de reelaborar sua visão de mundo, a partir de uma cultura forjada na “disciplina interior”, imposta de forma externa e mecânica (GRAMSCI, 1999). Dessa forma, Braga (2015) percebe as manifestações populares como pulsões preliminares, que podem conduzir a um bom senso das classes subalternas na direção da luta pela ampliação de direitos.

Dessa forma, as juventudes têm importante protagonismo nos movimentos de massa de 2013 ocorridos no Brasil, em especial o precariado, como um movimento contraditório, o qual ao mesmo tempo em que revela um esgotamento dos padrões neodesenvolvimentistas na realidade brasileira, também demonstra um movimento que encoberta a luta de classe e demonstra o potencial de mobilização do coletivo. Como refere Estanque (2014), as rebeliões de massa adquirem novos contornos nos dias de hoje, mas a velha tensão entre o consentimento alienante e a politização da sociedade está longe de chegar ao fim. Nessa perspectiva, as manifestações de 2013, apesar da sua difusão e fragmentação, podem revelar a necessidade apontada pelas juventudes, de mais proteção – verbalizada pela linguagem da ampliação dos direitos no que se refere à saúde, educação, transporte público –, em um contexto onde se destacam as manifestações de (in)segurança; porém, tais desejos ainda estão encobertos por diversos processos de alienação, extremamente funcionais à lógica da reprodução do capital.

Além das manifestações populares ocorridas no Brasil, especialmente em junho de 2013, é possível observar as demandas por segurança de diversas formas, dentre elas as vocalizadas através das Conferências Nacionais de Juventude, representando importantes espaços de participação. Com essa perspectiva, no próximo subitem debate-se a respeito de tais conferências, procurando analisar as demandas das juventudes por segurança.

3.3.2 A voz do coletivo: as Conferências Nacionais de Juventude

A palavra *conferência* tem origem no latim e significa trazer para junto de si (VIAGO, 2011), dessa forma, uma conferência pressupõe processos de participação coletiva, onde seria possível, por meio de um processo democrático, expressar opiniões, desejos e demandas, aproximando os sujeitos em torno de um determinado assunto. O espaço coletivo de debate poderia auxiliar em processos mais democráticos de participação, sendo que, como refere Chauí (2008), a democracia necessita ser pensada para além de um regime político eficaz, como uma realização de um contrapoder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes.

No que se refere às Conferências de Políticas Públicas⁵⁸, essas são definidas como espaços institucionais de participação e deliberação de diretrizes gerais de uma determinada política pública, sendo convocadas por decreto presidencial que delimita a temática e delega o

⁵⁸ A respeito do debate sobre Política Pública, ver capítulo 4.

dever de organizá-las aos respectivos ministérios, formulando suas diretrizes, a fim de constituir um espaço de participação que requer esforços diferenciados, tanto de mobilização social quanto de constituição da representação em torno da definição de uma determinada política pública (PETINELLI; LINS; FARIA, 2011).

Nesse sentido, Pogrebinski e Santos (2011) afirmam que o principal pressuposto a nortear as conferências de Políticas Públicas é permitir que os cidadãos envolvam-se de forma mais direta na gestão da coisa pública, em particular na formulação, execução e controle de políticas públicas, tendo essas práticas possibilitado ao plenário tomar uma decisão melhor informada das demandas e necessidades da sociedade civil. Evidentemente, tais conferências não são espaços neutros, mas carregam consigo interesses e projetos societários em disputa no espaço público. Da mesma forma, encontram limites claros que não possibilitam ir além da emancipação política, porém, apesar de tais limites, processos mais participativos são fundamentais no se refere a práticas em busca da aproximação de horizontes mais democráticos.

É com esta perspectiva, que se realizou duas conferências nacionais de juventude, tendo como objetivo desenvolver espaços de discussão a respeito das demandas de políticas públicas para as juventudes, nas esferas municipal, estadual e nacional, sendo organizadas pela Secretaria Nacional de Juventude – SNJ⁵⁹ e pelo Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE⁶⁰. Dessa forma, a seguir será apresentado o resultado da análise documental dos materiais provenientes das duas Conferências Nacionais de Juventude, que foram realizadas nos anos de 2007 e 2011, tendo como finalidade demonstrar como as demandas por segurança são verbalizadas pelas juventudes brasileiras em meio a este processo de participação.

Segundo a Secretaria Nacional de Juventude, a primeira Conferência Nacional de Juventude foi lançada em 5 de setembro de 2007 e realizada em Brasília entre os dias 27 e 30 de abril de 2008. Para a sua realização houve etapas preparatórias que ocorreram ao longo de oito meses, mobilizando mais de 402 mil pessoas em todo o país, incluindo a realização das pré-conferências, conferências municipais, conferências estaduais, conferências livres e a consulta aos povos e comunidades tradicionais.

⁵⁹ A Secretaria Nacional de Juventude foi criada em 2005, vinculada à Secretaria Geral da Previdência da República, tendo como objetivo formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude, além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para as políticas juvenis. Mais sobre o processo de desenvolvimento desta secretaria será debatido no capítulo 4 desta tese.

⁶⁰ O Conselho Nacional de Juventude, também criado em 2005, é responsável por formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas para os jovens, bem como elaborar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica deste público. Sobre o Conselho Nacional de Juventude, ver capítulo 4.

Por meio deste processo houve um total de 402.100 participantes nas conferências, sendo realizadas 27 Conferências Estaduais, com 25.366 participantes; 597 Conferências Municipais, com um total de 154.975 participantes; 244 Conferências Municipais Eletivas, com a mobilização de 71.346 pessoas; 689 Conferências Livres, com 137.793 participantes e outras 12.620 pessoas foram mobilizadas nos lançamentos estaduais da 1ª Conferência. O processo completo envolveu mais de 1.200 municípios (SNJ, 2008).

Na perspectiva da promoção de direitos para as juventudes, a primeira conferência mostrou-se como um importante marco, ao levantar diversas temáticas e lutas que foram de fundamental importância para a construção da Política Nacional de Juventude, dentre esses avanços cita-se: o Pacto pela Juventude, criado a partir das requisições desta primeira conferência, constituindo proposição do Conselho Nacional de Juventude aos governos (federal, estadual e municipal), para que se comprometam com as Políticas Públicas de Juventude, nas suas ações de governo e plataformas eleitorais, tendo como objetivo manter o debate em torno dos temas apresentados pela Conferência (APÊNDICE C), viabilizando uma ampla divulgação destas propostas e o comprometimento com os parâmetros para implementação das políticas públicas de juventudes.

Por meio das propostas da conferência, houve um fomento a diversos debates em torno da ampliação dos direitos das juventudes, tanto no que diz respeito a sua base legal, quanto em nível de formulação de políticas públicas. Com a finalidade de manter, ampliar e aprimorar o debate em torno das políticas para as juventudes, após três anos da primeira conferência, ocorre a Segunda Conferência Nacional de Juventude, em Brasília, de 09 a 12 de dezembro de 2011.

A Segunda Conferência tinha como objetivo o aprofundamento das discussões sobre os direitos das juventudes e, especialmente, os mecanismos institucionais para sua efetivação. Contando com cerca de 3 mil participantes, o evento foi resultado da mobilização de aproximadamente 550 mil jovens em todo o país, sendo 27 conferências estaduais, 1.555 municipais, 124 regionais, 199 territoriais e 122 livres, além da 1ª Conferência Virtual e da 2ª Consulta aos Povos e Comunidades (SNJ, 2012).

Com base neste processo de mobilização, foram sistematizados cinco eixos, com diversas propostas que visavam ampliar os debates iniciados na primeira conferência. Tais eixos faziam alusão a um conjunto de direitos requisitados pelas juventudes nesta segunda conferência, como: desenvolvimento integral, direito ao território, à experimentação e qualidade de vida, à diversidade e à vida segura e direito à participação (APÊNDICE D).

A partir destas propostas foi construído o Segundo Pacto pela Juventude, com o título “Apostar na Juventude é Investir no Brasil”. Nesse sentido, tais propostas constituíram uma agenda para as políticas públicas no Brasil, que puderam impulsionar diversos debates que ocasionam a ampliação de direitos, e de ações concretas, por meio de políticas públicas para as juventudes. Conforme pode ser observado na análise das propostas, algumas demandas das juventudes por políticas públicas se reapresentam na segunda conferência, bem como outras requisições que surgem nesse momento.

Dessa forma, as demandas das juventudes nas conferências nacionais estão relacionadas à ampliação de um sistema de proteção social que, de um lado, possam fortalecer políticas específicas, e por outro tenham a possibilidade de compreender a heterogeneidade presente neste segmento. Esta questão se evidencia ao compreender as requisições específicas para as juventudes como políticas para: jovens negros; jovens mulheres; jovens no campo; jovens LGBT’s, entre outros; bem como quando se sugere a criação de um Sistema Nacional de Juventude, que possa abarcar as demandas do segmento juvenil.

Nesse sentido, da análise das propostas finais produzidas pelas Conferências, podem ser destacadas as demandas por: trabalho, educação, segurança pública, saúde, cultura, esporte, meio ambiente, moradia e transporte, bem como, ampliação de políticas públicas para a juventude negra, Jovens de Comunidades Tradicionais e Quilombolas, Juventude Rural, Juventude LGBT, Juventudes com Deficiência e respeito à diversidade religiosa.

O quadro abaixo apresenta a síntese das principais demandas por direitos observadas nas propostas finais das duas conferências realizadas até o presente momento⁶¹.

Quadro 1 - Síntese das Propostas Finais das Conferências Nacionais de Juventude.

Educação	Qualificação da Educação e o seu acesso em todos os níveis de formação. Ampliação de assistência estudantil.
Trabalho	Qualificação Profissional. Enfrentamento a Precarização no Mundo do Trabalho.
Segurança Pública	Prevenção das situações de Violência por meio da promoção da cidadania. Reinserção socioafetiva dos jovens do sistema socioeducativo e do sistema prisional.
Saúde	Atenção especial à saúde da mulher jovem e da juventude negra. Fortalecimento do Sistema Único de Saúde e garantia de espaços para a participação social nos conselhos nacional, estadual e municipais de saúde.
Juventudes Negras	Redução da mortalidade da juventude negra. Enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial.

⁶¹ Destaca-se que a 3ª Conferência Nacional de Juventudes está programada para ocorrer no segundo semestre do corrente ano.

Jovens de comunidades tradicionais e quilombolas	Promoção do acesso à terra para as juventudes de comunidades tradicionais e quilombolas.
Jovens no Campo	Garantir o acesso à terra ao jovem e à jovem rural. Geração de trabalho e renda para a juventude do campo.
Juventudes e Diversidades	Respeito a diversidade sexual em abordagens policiais. Combate às diversas formas de violência, em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero, garantindo a criminalização da homofobia. Implementação de uma política transversal para os jovens com deficiência, garantindo educação inclusiva, atendimento em saúde/reabilitação, qualificação para entrada no mercado de trabalho e geração de renda. Respeito à diversidade religiosa, apoiando a implementação de um Plano Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.
Cultura e Esporte	Ampliação de programas e projetos que possam promover a valorização de artistas locais, a capacitação de agentes culturais multiplicadores, a ampliação de pontos de cultura. Ampliação e qualificação de programas e projetos de esportes em todas as esferas públicas, com qualificação profissional e construção de estruturas adequadas para práticas esportivas.
Meio Ambiente	Desenvolvimento de ações que possam envolver as juventudes para o enfrentamento aos diversos problemas ambientais.
Território	Moradia digna, levando em conta programas habitacionais existentes, incentivo fiscal e oferecimento de linha de crédito facilitada, com cotas destinadas aos jovens para aquisição da moradia própria. Passe livre no transporte coletivo urbano, rural intermunicipal e interestadual para as juventudes e os estudantes, por meio da criação de lei.
Ampliação e fortalecimento da Política Nacional de Juventude	Fortalecimento da Secretaria Nacional de Juventude e ampliação das instâncias controle social para as políticas públicas para as juventudes, incorporando o máximo de movimentos e entidades que tenham suas ações nacionalmente voltadas para a juventude, no Conselho Nacional de Juventude. Criação do fundo nacional de juventude, com receita direta do Tesouro Nacional.

Fonte: Scherer (2015)

A educação, como um direito fundamental reconhecido pelas juventudes, mostra-se como uma constante preocupação para os jovens brasileiros, sendo elemento presente nos documentos síntese das duas Conferências. A qualificação dos sistemas de ensino e ampliação de vagas em todos os níveis, desde a educação básica até mesmo a educação superior são requisições constantes. Tais requisições se relacionam com os dados de realidade, apresentados anteriormente na presente tese, que demonstram a necessidade de ampliação do sistema de ensino para as juventudes, uma vez que grande parte deste segmento social encontra-se fora do sistema, especialmente no que se refere ao ensino superior.

Alguns aspectos relacionados ao direito à educação são destacados pelas juventudes, especialmente no que se refere à ampliação da oferta de vagas na alfabetização de jovens e adultos, apontando que nesta ampliação possam ser dadas as devidas condições de permanência ao jovem estudante desta modalidade de ensino. Dessa forma, a demanda pela

ampliação de ofertas de vagas no Ensino de Jovens e Adultos vem acompanhada pela indicação da gratuidade no transporte público, bem como a garantia da assistência estudantil. Tais requisições são fundamentais diante de um quadro de grande evasão de alunos junto a tal modalidade de ensino, uma vez que, segundo Pedralli e Rizzatti (2013), o fenômeno da evasão escolar é uma preocupação de todos os níveis de formação, mas em especial na Educação de Jovens e Adultos, onde os índices de evasão se ampliam.

Sendo assim, há de se considerar a evasão do sistema escolar à luz de desdobramentos de diferentes naturezas implicados no fenômeno, a fim de que as ações governamentais de fomento ao ingresso/reingresso à escola, especialmente de jovens e adultos, os programas educacionais endereçados a esta parcela da população e as ações educativas empreendidas no espaço escolar, possam efetivamente possibilitar a formação integral destes sujeitos (PEDRALLI; RIZZATTI, 2013).

A preocupação com a ampliação das ofertas de vagas e a qualidade na permanência no sistema de educação também se estende à educação superior, sendo que os jovens demandam uma maior oferta de vagas em universidades públicas, bem como a obrigatoriedade de toda a universidade brasileira de ter assistência estudantil. Tal medida surge como forma de evitar a desistência dos jovens ao ensino superior, tanto em universidades públicas, como em universidades privadas, que possuem alguma política de inclusão, uma vez que, como revelam dados do Ministério da Educação, um em cada quatro bolsistas abandonam o maior programa existente atualmente que concede bolsa de estudos em universidades privadas, o Programa Universidade para Todos – PROUNI (MEC, 2011), sendo que muitas destas desistências se dão devido a não possibilidade de se manter na universidade, pois os custos com alimentação, livros, transporte são extremamente altos. As requisições dos jovens estão relacionadas à necessidade de ampliação de uma educação pública de qualidade, possibilitando uma estrutura de permanência ao jovem em todos os níveis de formação.

Nesse mesmo sentido, as juventudes solicitam, por meio das Conferências, o direito a uma educação contextualizada, isso é: que as políticas de educação possam levar em consideração, nos processos educativos, as particularidades das juventudes, especialmente no que se refere aos povos e comunidades tradicionais e educação para as juventudes do campo. Assim, apontam a necessidade da efetivação de uma educação para o campo, pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis e modalidades de ensino; com a possibilidade de criar, ampliar e efetivar cursos em instituições públicas e sociais para a formação dos jovens em relação ao meio ambiente, com foco nas práticas sustentáveis adequadas para cada região. Tal demanda se configura na necessidade de educação e preparação para o mundo do trabalho

adequada à realidade das juventudes nos territórios, sendo que educação e trabalho mostram-se como uma das principais demandas das juventudes estando presente em diversos documentos destas Conferências.

Assim, a requisição das juventudes por uma educação de maior qualidade demonstra preocupação com relação ao trabalho, tanto no que diz respeito à necessidade de qualificação profissional, bem como na luta por melhores condições laborais. No que se refere à formação profissional para o trabalho, os jovens requisitam a ampliação e a interiorização de cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes, criando escolas e democratizando o Sistema S⁶², por meio de vagas gratuitas. Isso mostra a clara preocupação das juventudes com a formação profissional para o mercado de trabalho, demarcando a reprodução, por parte das juventudes, do discurso ideológico que relaciona as taxas de desemprego com a desqualificação profissional para o mercado de trabalho. Nesse sentido, as dificuldades de inserção das juventudes no mundo do trabalho não se dão somente pela falta de capacitação profissional, mas, especialmente, pela própria dinâmica do capital que, como debatido anteriormente, diminui, flexibiliza e precariza postos de trabalho como forma de acúmulo de capital⁶³.

Além da qualificação profissional, as juventudes requerem melhores condições laborais, uma vez que uma das demandas neste âmbito, anunciada desde a primeira Conferência Nacional de Juventude, seria a redução de 44 horas semanais de trabalho para 40. Tal solicitação demonstra a percepção das juventudes quanto ao contexto de precarização do mundo do trabalho vivenciado por esse segmento social, sendo assim, a luta por melhores condições de trabalho, em uma conjuntura onde se acirram processos de exploração, e consequentemente de esvaziamento da vida, são fundamentais diante do contexto atual.

Especialmente a partir da Segunda Conferência, as juventudes passam a apontar a necessidade de construção e implementação de um plano nacional de promoção do trabalho decente para a juventude, com indicadores e metas, tendo como base a Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude. O *Trabalho Decente* constitui um conceito introduzido pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 1999, e diz respeito à promoção de oportunidades para que homens e mulheres possam ter um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas (OIT, 2011). Tal conceito se centra em quatro pontos estratégicos sendo eles: o respeito aos direitos no

⁶² Se referem ao sistema S as seguintes instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); e Serviço Social de Transporte (SEST).

⁶³ Tal aspecto será analisado no capítulo 4 da presente tese.

trabalho, a promoção de mais e melhores empregos, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social. Segundo a OIT (2011, p. 02) “o Trabalho Decente é condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável”.

Observa-se na análise do documento da OIT a perspectiva da superação da pobreza pela via do *Trabalho Decente*, o que demonstra uma compreensão limitada na análise da crise estrutural do trabalho no âmbito da sociedade capitalista. A superação da pobreza, bem como a superação de qualquer expressão da questão social só poderá ocorrer por meio da superação da própria sociabilidade capitalista. Conforme Marx (2008), a superação da pobreza só pode ocorrer por meio da superação da propriedade privada.

Dessa forma, o trabalho, sob a forma de valor de troca, será sempre elemento de exploração humana e reprodução de desigualdades sociais, não constituindo um elemento de superação da pobreza. Mesmo diante desta perspectiva ideológica, presente no conceito de *Trabalho Decente* para OIT, a luta contra o contexto de precarização no mercado de trabalho torna-se fundamental. Então, como tratado em capítulos anteriores, há de se reconhecer os limites da emancipação política, porém, não negar o processo luta por direitos.

No âmbito da OIT, sucessivas conferências e fóruns são realizados para a construção junto aos países de “Agendas para o Trabalho Decente”, sendo que as juventudes são um dos principais públicos-alvo dessas ações, devido ao que a OIT chama de “crise do emprego juvenil”, caracterizado pela dificuldade de inserção e do grande contexto de precarização das juventudes em nível global, no que se refere ao mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, o Brasil passa a formular, em 2009, a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ) e a implantação de um subcomitê destinado a promover uma Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude. Tal agenda estruturase em torno de quatro prioridades: i) mais e melhor educação; ii) conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; iii) inserção digna e ativa no mundo do trabalho, com igualdade de oportunidades e tratamento; e iv) diálogo social: juventude, trabalho e educação.

Após o lançamento da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, iniciou-se a construção de um Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, que deveria definir ações, programas e estratégias capazes de fortalecer o tema do trabalho decente. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se desenvolvia, em 2011, a realização da II Conferência Nacional da Juventude, iniciava-se de organização da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (CNETD). A I CNETD foi realizada em agosto de 2012, precedida de mais de 270 eventos preparatórios (conferências municipais, intermunicipais e

regionais, além de 25 conferências estaduais e uma no Distrito Federal) que envolveram mais de 20 mil participantes (ABRAMO, 2013).

Sendo assim, como resultado deste processo conjunto, foi a legitimação da Agenda Nacional de Trabalho Decente. É nesse contexto que as juventudes, durante a segunda Conferência Nacional de Juventude, aludem a necessidade de construir e implementar um Plano Nacional de Promoção do Trabalho Decente, com indicadores e metas, tendo como base a Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude.

Tal demanda pela necessidade de aprovação do Plano Nacional de Promoção do Trabalho Decente para a Juventude, aprovada na Segunda Conferência Nacional de Juventude, foi de extrema importância para dar andamento à construção do presente plano, que ainda hoje encontra-se em debate e construção. Apesar dos limites na concepção de “Trabalho Decente”, a referência das juventudes nas conferências à necessidade de buscar meios de enfrentamento à crescente precarização do mundo do trabalho, que como observado anteriormente atinge especialmente esse segmento social, mostra-se fundamental.

Além da constante referência das temáticas educação e trabalho, os jovens, nas duas conferências, fazem constante alusão às políticas de segurança pública, no que tange, normalmente, aos altos índices de mortalidade juvenil, especialmente relativo à mortalidade das juventudes negras. Dessa forma, no âmbito da segurança pública, demandam políticas por meio de ações de prevenção e promoção da cidadania, demonstrando a compreensão do conceito de segurança pública para além da repressão policial, entendendo segurança pública conjugada com direitos sociais. As juventudes, por meio dos documentos da primeira conferência, deixam claro o seu posicionamento contrário à redução da maioridade penal, sendo uma pauta recorrente no âmbito da sociedade civil nos últimos anos, que retorna, recentemente, às pautas políticas.

As demandas das juventudes, no âmbito da segurança pública, referem a necessidade de criar ações que possam ampliar a reinserção socioafetiva dos jovens do sistema socioeducativo e do sistema prisional na família e na sociedade, ampliando programas de elevação da escolaridade, capacitação profissional, inserção e reinserção no mercado de trabalho e/ou medidas alternativas para a geração de emprego e renda, bem como incentivar a inclusão da modalidade de justiça restaurativa⁶⁴ como procedimento padrão.

⁶⁴ Compreende-se Justiça Restaurativa como uma teoria da justiça que enfatiza a reparação do dano causado pelo crime, concretizada através de processos de cooperação que incluem todos os interessados, através do qual todas as partes envolvidas em um ato que causou ofensa, se reúnem para decidir coletivamente como lidar com as circunstâncias deste ato e suas implicações para o futuro (MARSHALL, 1998).

Dessa forma, referem a necessidade de pensar ações concretas para as juventudes na saída no sistema prisional, podendo ter acesso aos seus direitos após o cumprimento da pena ou da medida socioeducativa. Tal ação torna-se essencial em um contexto em que as juventudes representam a maior parte da população carcerária do Brasil e que, na maioria das vezes, são penalizados, mesmo fora do sistema prisional ou socioeducativo, pelo estigma (in)visibilizante, devido a sua passagem por tais sistemas. Nesse sentido, muitas vezes, o jovem, mesmo após o cumprimento da pena ou da medida socioeducativa, acaba sendo novamente penalizado, tendo dificuldades de inserção na comunidade e de acesso ao mercado de trabalho, o que pode acarretar na reincidência do ato infracional ou crime.

Sendo assim, as demandas dos jovens nas duas conferências, no que se refere à segurança pública, indicam a necessidade de um conjunto de ações que vai desde a prevenção da violência, até o desenvolvimento de ações para jovens que cumprem pena ou medida socioeducativa; demonstrando a necessidade de um sistema de justiça que possa ser articulado na garantia de diversos direitos, na perspectiva da proteção social.

A demanda por saúde mostra-se, também, como uma requisição por direito presente nas Conferências Nacionais de Juventude, tanto no que diz respeito à defesa deste direito para todos os sujeitos, e especialmente para as juventudes, bem como na necessidade de pensar ações específicas no âmbito da saúde atendendo as particularidades de algumas juventudes.

Especialmente na segunda Conferência Nacional de Juventude, observa-se uma maior preocupação com a garantia da universalidade dos serviços públicos de saúde, apresentando em suas propostas finais a perspectiva da luta contra a privatização do Sistema Único de Saúde e a garantia de espaços para a participação social nos conselhos nacional, estadual e municipal de saúde. Tais demandas evidenciam a preocupação das juventudes com o contexto da saúde pública no Brasil, que vem sendo alvo de sérios desmantelamentos de ordem neoliberal. No momento em que as juventudes verbalizam a preocupação com o fortalecimento do sistema de saúde, apontando a necessidade de participação nos espaços desta política pública, referem a necessidade de incorporar uma luta coletiva de um direito historicamente conquistado e fundamental à vida, não só das juventudes, mas de todos os sujeitos.

Além da defesa do Sistema Único de Saúde, e a necessidade de sua participação, os jovens requisitam a necessidade de políticas de saúde específicas para jovens mulheres, especialmente no tocante aos direitos reprodutivos e acesso a saúde para evitar a mortalidade materna. Nesse aspecto, percebe-se que a preocupação dos jovens no que se refere às mulheres está associada ao papel de gênero que a mulher vem desempenhando na sociedade

brasileira, enquanto mãe. Como lembra Santos e Oliveira (2010), o sistema capitalista se beneficia da opressão vivenciada pelas mulheres, do ponto de vista ideológico, por meio da reprodução do papel conservador da família e da mulher

Para além da reprodução do papel de gênero destinado às mulheres, tal preocupação mostra-se de extrema relevância, uma vez que segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde, no ano de 2012 houve 727 mortes de mulheres entre 30 e 49 anos de idade devido a complicações na gravidez, parto e puerpério, enquanto esse número sobe para 893 mortes de mulheres jovens (de 15 a 29 anos) em território nacional. Relacionado a esse aspecto, especialmente na segunda Conferência, as juventudes solicitam a descriminalização e legalização do aborto.

Nesse sentido, os jovens reconhecem tal questão como um grave problema de saúde pública, e solicitam um atendimento humanizado às mulheres jovens em situação de abortamento e a efetivação do serviço público de aborto legal, em todas as unidades da Federação, promovendo ações de direitos sexuais e reprodutivos da juventude. Segundo dados do Ministério da Saúde, o aborto clandestino é a quinta causa de morte materna no Brasil: estima-se que a cada dois dias uma mulher morre em função de abortos inseguros⁶⁵, na maioria jovens e pobres, o que demonstra a importância do debate.

Tais dados realçam a necessidade de pensar políticas públicas no âmbito da saúde das jovens mulheres brasileiras, sendo esses elementos reconhecidos pelas juventudes ao verbalizarem a necessidade de políticas de saúde, porém, o reconhecimento de direitos para as jovens mulheres vai além de questões reprodutivas, uma vez que os direitos sexuais mostram-se como um dos muitos direitos que necessitam ser garantidos a mulheres brasileiras, pois, como foi demonstrado no capítulo 3, há uma série de disparidades entre homens e mulheres que ainda persistem na realidade brasileira. É nesse sentido que Santos e Oliveira (2010) referem que as formas de opressão, geradas a partir da questão de gênero, são uma realidade que atinge um contingente expressivo de mulheres, e só podem ser entendidas no contexto sócio-histórico-cultural, num movimento complexo e contraditório entre sociabilidade e individualidade e entre as relações de gênero e a totalidade da vida social.

Além de apontar as particularidades dos direitos à saúde às jovens mulheres, os jovens requisitam uma atenção especial à saúde da população LGBT jovem, principalmente relativo à saúde mental, em função do sofrimento e das diversas formas de violência vivenciadas por esse segmento juvenil; bem como a implantação de um Plano de Saúde Integral que possa

⁶⁵ A Organização Mundial da Saúde – OMS define aborto inseguro como a interrupção da gravidez praticada por um indivíduo sem prática, habilidade e conhecimentos necessários ou em ambiente sem condições de higiene.

contribuir para o enfrentamento das vulnerabilidades da população de 15 a 29 anos em todos os aspectos de saúde, com principal preocupação para as especificidades de gênero, orientação sexual e identidade de gênero cor/raça, dos povos tradicionais e população de rua.

Nesse sentido, a saúde da população negra mostra-se como uma preocupação das juventudes, requisitando a criação de instâncias institucionalizadas na Área Técnica de Saúde de Adolescentes e Jovens e no Comitê Técnico de Saúde da População Negra, bem como em secretarias estaduais e municipais de saúde, que promovam o debate acerca da saúde da juventude negra. Tal foco de preocupação justifica-se em função dos dados apresentados anteriormente, que demonstram o contexto de vulnerabilidade vivenciado pelas juventudes negras no Brasil, afetando de modo significativo a saúde desta população.

As ações para as juventudes negras mostram-se como um foco de preocupação das juventudes nas duas Conferências, especialmente porque as juventudes negras constituem o segmento juvenil que mais vem sofrendo com os impactos das manifestações da (in)segurança nas últimas décadas.

As juventudes demandam a priorização de políticas públicas para os jovens negros, o que reflete a percepção das juventudes para o contexto de (in)segurança vivenciado pelas juventudes negras, fruto de uma construção histórica deficitária em direitos, que se expressa nas elevadas taxas de desemprego, falta de acesso à educação, altos índices de mortalidade, entre outros dados apresentados anteriormente.

Dessa forma, há a necessidade de ampliação de ações para a garantia da vida deste segmento juvenil, bem como o enfrentamento do racismo, a fim de promover a igualdade racial, visto que tanto a mortalidade como o racismo representam dimensões da mesma violência vivenciada por este segmento.

Além da percepção da necessidade de investimento em políticas públicas para jovens negros percebe-se a vocalização para a garantia de direitos de jovens de comunidades tradicionais e quilombolas⁶⁶, no que se refere ao acesso à terra. Conforme Carvalho (2011), falar de comunidades quilombolas significa falar de uma luta política para reconhecimento dos direitos sociais desta população, principalmente quanto ao direito de acesso à terra que lhes foi negado de várias formas, pela lógica violenta da escravatura, e que ainda deixa sérias

⁶⁶ Segundo a Secretaria da Igualdade Racial são consideradas comunidades quilombolas os grupos com trajetória histórica própria, cuja origem se refere a diferentes situações, a exemplo de doações de terras realizadas a partir da desagregação de monoculturas; compra de terras pelos próprios sujeitos, com o fim do sistema escravista; terras obtidas em troca da prestação de serviços; ou áreas ocupadas no processo de resistência ao sistema escravista. Já as comunidades tradicionais de matriz africana constituem espaços próprios de resistência e sobrevivência, que possibilitaram a preservação e recriação de valores civilizatórios, de conhecimentos trazidos pelos africanos, quando trazidos para o Brasil.

marcas na realidade social brasileira. Nesse sentido, os jovens solicitam o reconhecimento, mapeamento, delimitação, demarcação, homologação, titulação e desinversão das terras e territórios, dos povos e das comunidades tradicionais e quilombolas, visando à criação de políticas públicas e de programas que possibilitem a permanência dos jovens nas comunidades.

Assim como a demanda pelo direito à terra das juventudes de comunidades tradicionais, os jovens nas conferências referem a necessidade da criação de uma política pública de fomento específica para a juventude da agricultura familiar, camponesa, assalariada rural, para os povos e comunidades tradicionais. Tais demandas estão associadas à preocupação das juventudes com o mundo do trabalho, que não concentram a sua atenção somente nas juventudes urbanas, mas também em direitos para a juventude rural. As solicitações nesse âmbito requisitam políticas públicas integradas que promovam a geração de trabalho e renda para a juventude do campo, com incentivo de acesso à terra, à capacitação e ao desenvolvimento de tecnologia sustentável apropriada à agricultura familiar e camponesa, voltada para a mudança de matriz tecnológica. Tais requisições emergem em um contexto de grande êxodo rural das juventudes no campo, uma vez que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1996 e 2006, o número de jovens com até 29 anos que deixaram o campo chegou a 3 milhões.

Nesse contexto mostra-se fundamental salientar que os direitos das juventudes não podem se restringir, como vem sendo historicamente construído, somente para as juventudes urbanas, bem como as políticas públicas para as juventudes não urbanas não podem ser resumidas a ações como simplesmente incentivar essa juventude a não migrar para as zonas urbanas. Fica clara a necessidade de desenvolver um conjunto de políticas públicas que possam garantir direitos, de forma plena para as juventudes da agricultura familiar, camponesa, assalariada rural, para os povos e comunidades tradicionais, sendo que tal política deve ser transversal a uma gama de ações que passam desde a educação, a saúde, o acesso à terra, dentre outros, para que, realmente, essas juventudes possam gozar de seus direitos.

As duas Conferências referem a necessidade de garantir os direitos das juventudes em direção ao reconhecimento da sua diversidade, nesse sentido, as juventudes LGBT's, jovens com deficiência e o respeito a diversidade religiosa são alguns elementos destacados nas conferências. Observa-se também na análise dos documentos, desde a primeira conferência, uma preocupação voltada para maior proteção para as juventudes LGBT's, especialmente no que se refere ao respeito à diversidade em abordagens policiais, na perspectiva da capacitação de agentes públicos para o aprendizado ao respeito à livre orientação afetivossexual e de

identidade de gênero. Tal preocupação fundamenta-se em diversos dados de realidade que demonstram a violência contra LGBT's no Brasil, presente também nos órgãos de execução de políticas públicas. Conforme o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, as violências institucionais são formas de violação que revitimiza a população LGBT quando acessa a rede de apoio e acolhimento a vítimas de violência, manifestando-se nas mais diferentes esferas. Segundo o documento, em 2011, a violência policial representou 12% do total de violências institucionais ocorridas no Brasil. Destaca-se que, muitas vezes, tais violências ficam (in)visibilizadas, sendo de difícil mensuração em função de diversos aspectos, dentre eles o medo na realização da denúncia.

O respeito à diversidade também é afirmado pelas juventudes a respeito da orientação sexual e identidades de gênero, ao solicitarem, na segunda conferência, a implantação de um Plano Nacional de Saúde Integral, com foco na População LGBT, como destacado anteriormente. Demandas que se referem à criminalização da homofobia e respeito à diversidade sexual são elementos visíveis nas duas conferências nacionais, o que demonstra uma preocupação das juventudes em um contexto acirrado de violação de direitos desta população.

Além da preocupação das juventudes com a diversidade sexual, observa-se a preocupação com outras formas de diversidade, na perspectiva do reconhecimento aos jovens com deficiência, de enfrentamento aos “padrões de normalidade” que acarreta na reificação dos sujeitos na lógica do capital.

No âmbito da Primeira Conferência observa-se o reconhecimento da necessidade de ampliação de direitos para jovens com deficiência em relação à ratificação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU, de 2007, como emenda constitucional. Tal declaração constitui-se na afirmação de uma gama de direitos para todas as pessoas com deficiência no que toca ao respeito pela dignidade inerente, à autonomia individual, à igualdade de oportunidades, à acessibilidade, dentre outros. Esta declaração foi ratificada no Brasil no mesmo ano de realização da primeira conferência, obtendo equivalência de ementa constitucional, porém, aponta-se para a necessidade de constante luta na ampliação dos direitos para as pessoas com deficiência no Brasil, uma vez que, apesar dos avanços no que se refere a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, um longo caminho ainda necessita ser percorrido para efetivar os seus princípios.

Nesse sentido, os jovens apontam a necessidade de implementação de uma política transversal para os jovens com deficiência, garantindo educação inclusiva, atendimento em saúde/reabilitação, qualificação para entrada no mercado de trabalho e geração de renda, entre

outras iniciativas. A preocupação com as juventudes com deficiência aparece nas duas Conferências Nacionais de Juventude, representando um debate em pauta para os jovens brasileiros, fundamental em um contexto de grande preconceito e segregação social dos jovens com deficiência, como refere Fernandes (2006), as pessoas com deficiência, por não se enquadrarem num processo de identificação igual ao padrão, são colocadas em um lugar social de diferenciação, onde a representação social desse lugar torna-se sinônimo de impossibilidade do exercício próprio à vida humana. A necessidade de ações específicas para as juventudes com deficiência constitui um elemento de grande importância, que deve pautar as políticas voltadas a este segmento social.

Na mesma perspectiva de reconhecimento e respeito à diversidade, os jovens, por nas conferências, assinalam a necessidade de respeitar a Diversidade Religiosa, criando e efetivando um Plano Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Tal demanda constitui um direito humano fundamental e se relaciona com o artigo 5º, inciso VI, da Constituição: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. (BRASIL, 1988). Apesar de o Brasil se constituir em um país laico, o respeito às diferentes religiões deve ser garantido, o que é afirmado pelas juventudes nesta conferência.

Demandas associadas à Cultura e ao Esporte também são elementos constantes nos documentos provenientes das duas conferências. No que se refere à Cultura, aludem a necessidade de ampliação de programas e projetos que possam promover a valorização de artistas locais, a capacitação de agentes culturais multiplicadores, a ampliação de pontos de cultura e de qualificação de programas. Apontam, ainda, a criação e implementação do Plano Nacional de Comunicação e Juventude, que deve contemplar a criação e a ampliação dos Centros de Comunicação Popular (Telecentros), pontos de acesso público e o fomento à produção de mídias alternativas. Dessa forma, por meio do acesso à cultura as juventudes teriam maior possibilidade de comunicação e construção de saberes, através de espaços de interação, especialmente no que se refere às mídias alternativas.

Nesse mesmo âmbito, observa-se a demanda por um maior fortalecimento de pontos de cultura, com a perspectiva de incentivar grupos e movimentos culturais juvenis e populares. Nesse fortalecimento, as juventudes requerem a materialização dos princípios do trabalho decente para os profissionais vinculados a estes programas, tendo assegurados todos os direitos trabalhistas, na razão contrária à precarização do trabalho, garantindo também a criação de cursos de capacitação e formação nas demais áreas da cultura e das artes. Tal forma de compreender a necessidade de acesso à cultura, em relação aos profissionais que trabalham

nestes programas e projetos, mostra-se como um aspecto de amadurecimento de debates em torno desta temática, uma vez que esta questão não aparecia nas demandas da primeira Conferência Nacional de Juventude. Esta questão mostra-se fundamental, uma vez que os profissionais que trabalham em tais projetos, muitas vezes, são contratados por tempo parcial, sem vínculo empregatício, sofrendo diversos impactos da precarização das relações de trabalho. Garantir a qualidade, os direitos dos trabalhadores da cultura, constitui aspecto fundamental para o fomento à cultura de forma qualificada.

Relacionado ao direito à cultura estão as demandas pelo direito ao esporte, que solicitam a ampliação de programas e projetos já existentes, bem como a implementação de programas que destinem no orçamento das esferas federal, estadual e municipal, verbas para a construção e implementação de centros que atendam a juventude, sendo estes espaços de convivência e de desenvolvimento de atividades esportivas, recreativas, culturais e socioeducativas, no campo e na cidade. Nesse sentido, as requisições dos jovens fazem referência à necessidade de garantia do direito à cultura e ao esporte como elementos de grande importância, sendo direitos reconhecidos pelo Estatuto da Juventude.

O meio ambiente constitui, também, um elemento bastante presente nas preocupações das juventudes nas duas Conferências, na perspectiva de desenvolvimento de ações para o enfrentamento dos diversos problemas ambientais que se manifestam de várias formas. Nesse sentido, as juventudes requerem a criação de programas que possam desenvolver seu protagonismo em ações ambientais. Esta questão demonstra a preocupação das juventudes com a sustentabilidade ambiental, porém, tal debate mostra-se ainda restrito a questões individuais, não aprofundando para a lógica destrutiva da dinâmica do capital em seu atual estágio, sendo que tal concepção vai acompanhar o desenvolvimento de programas e projetos voltados para as juventudes, como será analisado no próximo capítulo.

O debate a respeito do direito ao território integra um elemento presente a partir da segunda conferência, já que na primeira tal demanda não têm uma visibilidade clara. O Direito ao Território está vinculado a outros direitos humanos, uma vez que sem um lugar adequado para se viver, é difícil manter a educação e o emprego, dificultando o acesso à saúde. Tal direito não diz respeito somente ao acesso à moradia, mas a uma gama de serviços públicos, como refere Maricato (2014):

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o

lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença. Mas a cidade também não é apenas reprodução da força de trabalho. Ela é um produto ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, como um pano de fundo, entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos (MARICATO, 2014, p.33).

Neste contexto de tensão entre os interesses privados e a ampliação pelo direito à cidade, as juventudes verbalizaram as suas demandas, ao aludirem o direito à moradia, ao transporte, ao meio ambiente, ao acesso à terra e aos direitos da juventude moradora de zonas rurais e/ou comunidades tradicionais. No que se refere ao direito à moradia, as juventudes solicitam o respeito ao direito à moradia digna, levando em conta programas habitacionais existentes, incentivo fiscal e oferecimento de linha de crédito facilitada, com cotas destinadas aos jovens para aquisição da moradia própria, sem comprovação de renda e com subsídio governamental, especialmente para as jovens mães.

A luta pela garantia de moradia mostra-se uma questão fundamental, um direito humano que não pode ser secundarizado no contexto de retração de políticas públicas. A demanda das juventudes, diante deste contexto, mostra-se de extrema relevância em um país que construiu a sua trajetória histórica por meio da exclusão deste direito para a maioria das pessoas. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se observa nas juventudes a vocalização pela garantia deste direito, por meio de subsídios governamentais, nota-se, claramente, a incorporação do discurso neodesenvolvimentista ao demandarem incentivo fiscal e oferecimento de linha de crédito facilitada.

Como refere Pereira (2012), a questão habitacional é produzida historicamente no capitalismo e caracteriza-se a partir de dois elementos: a propriedade privada e a sua centralidade como mercadoria, expressando-se no território desde sua origem através da lógica especulativa. Tais processos são agudizados no contexto atual, por meio de políticas neodesenvolvimentistas que reproduzem, muitas vezes, desigualdades habitacionais, tendo impacto, tão somente, na ampliação do capital para alguns setores, especialmente ligados à construção civil.

Ligado ao direito ao território, as juventudes demandam o passe livre no transporte coletivo urbano, rural intermunicipal e interestadual para as juventudes e os estudantes, por meio da criação de lei. Tal demanda também pode ser observada de forma bastante presente nas manifestações de junho de 2013, bem como em manifestações anteriores, sendo uma questão latente para as juventudes. A geografia do desenvolvimento capitalista gera um desenvolvimento geográfico desigual onde o capitalismo separa o local de trabalhar do local

de viver (HARVEY, 2004), impactando de forma profunda muitas das juventudes que enfrentam longas distâncias para chegar em seu local de trabalho e/ou de estudo, por meio de um serviço público de alto custo e baixa qualidade. Esta divisão territorial desigual, típica do modo de produção capitalista em seu atual estágio, pode constituir um dos fatores que dificultam o acesso à educação ou ao trabalho. É nesse sentido que faz-se fundamental pensar em políticas públicas de forma articulada, para que possa ser garantido os direitos das juventudes em uma perspectiva ampliada, na direção da proteção social.

As demandas por segurança, compreendidas em seu conceito ampliado, relacionado à proteção social, são múltiplas quando se referem ao segmento juvenil. Isso se dá, especialmente, pela própria pluralidade que compõe as juventudes e que possui demandas e necessidades distintas uma das outras. Nessa mesma concepção, como refere Piovesan (2008), a diferença não mais pode ser utilizada para a aniquilação de direitos, mas, ao revés, para sua promoção.

Sendo assim, as Conferências puderam contribuir no desenvolvimento, fortalecimento e ampliação de políticas públicas específicas para todas as juventudes, como pode ser observado na necessidade do fortalecimento institucional, uma vez que os jovens, por meio das conferências demandaram a aprovação de bases legais que possam garantir direitos, institucionalização da Secretaria Nacional de Juventude como órgão com *status* de ministério, ampliação de instâncias de controle social para as políticas públicas, dentre outras requisições. Tais demandas foram decisivas para a ampliação dos direitos dos jovens brasileiros.

Evidencia-se, nas propostas finais das conferências, a demanda pelo direito à participação junto às políticas para as juventudes, o que representa o próprio processo de criação do homem, ao pensar e agir sobre os desafios sociais nos quais ele próprio está situado, uma vez que o conceito de participação não é algo externo ao homem, mas se constitui como parte do seu ser (SOUZA, 1996). A participação constitui um processo dinâmico e contraditório, uma vez que o homem é criador por natureza, mas já nasce em um contexto socialmente dado, e encontra neste contexto um conjunto de relações e instituições que o fazem tomar posições que independem de decisões próprias, assumindo, inclusive determinado sistema de pensar e agir (SOUZA, 1996).

Diante do contexto atual, torna-se fundamental canais de participação dentro da própria política pública, a fim de possibilitar que os destinatários de tal política possam incidir, de alguma forma, em sua execução e formulação. Com essa perspectiva, os jovens solicitam a incorporação do máximo de movimentos e entidades que tenham suas ações nacionalmente voltadas para a juventude no Conselho Nacional de Juventude. Quanto ao

Conselho, as juventudes demandam a constituição de uma série de características e atribuições que foram delimitadas especialmente na segunda conferência, como pode ser observado abaixo:

Os Conselhos de Juventude no Brasil devem se constituir considerando as seguintes características/atribuições: (a) Representar a Juventude no sentido de promover melhorias, qualidade de vida e acesso a ações e projetos diversificados; (b) Com caráter deliberativo e fiscalizador, com cotas de 3/5 de jovens; (c) Com entidades que atuem no segmento de juventude; (d) Com obrigatoriedade de inserção juvenil; (e) Com alternância de sociedade civil e poder público na presidência; (f) Com garantia de espaço de participação nos conselhos de juventude para os estudantes, LGBT, mulheres, negros, pessoas com deficiência, entidade de bairro, trabalhadores, jovens do campo e de comunidades indígenas, quilombolas, de terreiros e povos tradicionais, entre diversos outros segmentos juvenis; (g) Com sede própria; (h) Acompanhados de Fóruns Municipais e/ou Territoriais e demais organizações de suporte/apoio ao conselho; (i) Subdivididos por conselhos regionais, de acordo com o porte do município, cujos membros da sociedade civil sejam eleitos em fóruns, assembleias e outros coletivos específicos de juventude, e não indicados, salvo quando não houver um fórum específico de juventude; (j) Com dotação orçamentária específica prevista em LDO/LOA e no PPA; (k) Com prazo de mandato definido por lei, e, onde ainda não houver conselhos, que seja fomentada e incentivada a sua criação; (l) Com ¾ de participação da sociedade civil (SEGUNDA CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2011, p. 5).

Dessa forma, as juventudes solicitam a construção de um conselho que possa ao mesmo tempo atender a heterogeneidade do segmento, ter autonomia quanto as suas decisões e orçamentos e possibilitar a sua descentralização, a fim de incluir mais jovens de diferentes regiões nos processos de decisão.

Além das atribuições do conselho, nesta conferência, as juventudes solicitam a aprovação do sistema nacional de financiamento no Estatuto da Juventude e de um Fundo Nacional de Juventude, com receita direta do Tesouro Nacional; além de garantir que os demais entes federativos criem seus respectivos fundos para ações voltadas às políticas públicas de juventude, destinando uma receita específica, de acordo com a realidade de cada ente, garantindo que o gerenciamento e a fiscalização destes recursos sejam feitos pelos conselhos de juventude. Tal demanda mostra-se relevante e uma preocupação com a real sustentabilidade desta política pública para a sua materialização.

Nesse sentido, todas as demandas das juventudes que foram verbalizadas nas duas conferências, até então realizadas, foram de fundamental importância na formulação das políticas públicas voltadas para as juventudes brasileiras, bem como aludem que as juventudes brasileiras compreendem como pautas que necessitam de atenção e atendimento. Observa-se que as propostas apresentadas nas conferências carregam consigo as demandas por segurança, não somente em sua conotação de segurança pública, mas as diversas manifestações da

segurança que estão relacionadas à educação, ao trabalho, ao acesso à saúde pública de qualidade, entre outras. Dentre tais, nota-se a preocupação para com a educação, sendo a temática mais evidente como demanda das juventudes, especialmente a educação como forma de ampliação das possibilidades de inserção no mundo do trabalho – que se torna cada vez mais difícil em tempos de ampliação da precariedade laboral.

A demanda por educação e trabalho possui destaque na primeira e na segunda conferência de juventude como aspecto mais citado, tanto nas propostas encaminhadas para a primeira conferência, como elemento mais presente na análise das propostas finais aprovadas. Além deste aspecto, é possível perceber um conjunto de demandas no atendimento às particularidades deste segmento social, no que diz respeito às juventudes negras, juventudes quilombolas e de comunidades tradicionais, juventudes do campo, juventudes LGBT's, juventudes com deficiência, entre outros. Dessa forma as juventudes brasileiras destacam a necessidade de não homogeneização deste segmento social, mas referem a necessidade de perceber as particularidades, a fim de materializar a garantia de direitos de todas as juventudes.

A lógica da homogeneização deste segmento social mostra-se como uma armadilha que deve ser evitada, especialmente na formulação e execução das políticas públicas, uma vez que as trajetórias de vida, necessidades, acesso ao trabalho, educação, serviços, são distintos para as juventudes. A juventude rural é diferente da juventude urbana, assim como a juventude de classe média tem particularidades diferentes da juventude de periferia: um jovem de 15 anos tem, de modo geral, um contexto de vida diferente de um jovem de 29 anos. Logo, há necessidade de olhar para a universalidade da categoria juventudes e, ao mesmo tempo, olhar para as situações e demandas particulares, pois a realidade se mostra de modo diferente para as diversas maneiras de ser jovem na sociedade atual (SCHERER, 2013).

Diante deste contexto e das diversas demandas apresentadas, torna-se primordial questionar como se constituem as políticas públicas para as juventudes no atendimento as manifestações da (in)segurança. Nessa perspectiva, no próximo capítulo discute-se acerca das políticas públicas no atual contexto brasileiro, analisando a materialização da Política Nacional de Juventude no desenvolvimento de proteção social para um dos segmentos que mais sofre com a violência estrutural.

4 A DIALÉTICA DA (DES)PROTEÇÃO SOCIAL E AS JUVENTUDES: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ERA NEODESENVOLVIMENTISTA

Diante de um contexto marcado pela (in)segurança produzida e reproduzida pelo modo de produção capitalista, é essencial refletir sobre a construção histórica do reconhecimento das juventudes como sujeitos de direitos, bem como analisar como se constituem as respostas dadas, por meio da ação Estatal, para a conjuntura de (in)segurança vivenciada pelas juventudes. Dessa forma, o presente capítulo busca analisar como se compõe a materialização do direito à segurança para as juventudes no contexto brasileiro, tendo como eixo de análise a Política Nacional de Juventude e a relação intersetorial com as demais políticas públicas.

Para tanto, em um primeiro momento, no subitem “*Espelho convexo, côncavo e plano: as políticas públicas no cenário neodesenvolvimentista brasileiro*”, apresenta-se um debate a respeito da materialização do direito à segurança, no contexto da sociedade capitalista, dando ênfase às contradições existentes no âmbito da política social, especialmente, em tempos neodesenvolvimentistas. No item seguinte intitulado “*A composição das imagens de sujeitos de direitos: a ampliação da perspectiva de segurança para as juventudes*” apresenta-se a análise de documentos internacionais a respeito da construção dos direitos das juventudes, bem como a visibilidade para a construção histórica da atual Política Nacional de Juventudes. Por fim, o item “*A (des)proteção social no claro-escuro das políticas públicas para as juventudes: uma análise frente ao contexto de (in)segurança*” traz a análise dos principais programas e projetos voltados para as juventudes brasileiras, buscando apontar como se estabelecem os limites e possibilidades da materialização do direito à segurança, por meio da articulação da Política Nacional de Juventude com as demais políticas públicas no contexto nacional.

4.1 ESPELHO CONVEXO, CÔNCAVO E PLANO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENÁRIO NEODESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO

O contexto atual, na análise da (in)segurança para as juventudes, evidencia a necessidade de proteção para este segmento social, uma vez que tal contexto é marcado pela ampliação das diversas manifestações da (in)segurança, com reflexos cada vez mais visíveis da dinâmica do capital, que produz a luta de classes em favor da ampliação do lucro em detrimento da vida humana. Tal processo tem impacto direto na (in)segurança produzida e

reproduzida na sociedade capitalista, uma vez que, como lembra Harvey (1989), o capitalismo é orientado pelo crescimento em valores reais, sendo que pouco importam as consequências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas.

Como debatido nos capítulos anteriores, a própria lógica do capital, que estabelece o conflito entre *capital e trabalho*, produz (in)segurança para todos os sujeitos, isto é: sua lógica de produção de riquezas, por meio da exploração do trabalho, coloca em risco toda a sociedade, uma vez que suscita violências nas suas mais diversas manifestações. Mesmo compreendendo que a real segurança, a total proteção social é inalcançável dentro da sociabilidade capitalista, faz se necessário travar lutas pela ampliação e concretização de direitos.

Apointa-se para a necessidade de ações que possibilitem a proteção social, em um contexto de (in)segurança, para isso Sposati (2009) refere que é necessário um conjunto de direitos civilizatórios de uma sociedade e/ou o elenco das manifestações e das decisões de solidariedade de uma sociedade para com todos os seus membros, sendo uma política estabelecida para preservação, segurança e respeito à dignidade de todos os cidadãos. Diante desta realidade, em meio a muitas demandas por segurança ecoadas por diversos segmentos sociais, percebe-se a necessidade de respostas a tais demandas por proteção. Tais respostas se materializam através de ações práticas que buscam, apesar de suas múltiplas contradições, tornar possível o acesso aos direitos, e são dadas por meio de *Políticas Sociais*.

A concepção de Políticas Sociais ganha evidência no bojo do desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista, uma vez que constitui uma estratégia do capital para reverter suas crises, desde o final do século XIX até 1929 (MONTANÕ, 2007). Dessa forma, a política social se mostra como uma constituição típica do modo de produção capitalista, enquanto um construto ideológico de conformação de conflitos entre capital e trabalho. Nesse sentido, há que se reconhecer a existência de políticas sociais como um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do específico modo capitalista de produzir e reproduzir, tendo o final do século XIX como período de *criação e multiplicação* das primeiras legislações e medidas de proteção social, sendo que a *generalização* de medidas de seguridade social no capitalismo se dará no período pós-Segunda Guerra Mundial, no qual assiste-se à singular experiência de construção do *Welfare*

*State*⁶⁷ em alguns países da Europa Ocidental, acompanhada de variados padrões de proteção social, tanto nos países de capitalismo central, quanto na periferia (BEHRING, 2009).

Diante deste contexto, Couto (2008) afirma que a política social, além de constituir uma estratégia do modo de produção capitalista, também é resultado das respostas às lutas históricas de segmentos sociais na busca pela ampliação de seus direitos. A classe burguesa, amplia o Estado, levando a luta de classes, que estava somente na órbita econômica e da sociedade civil, para a esfera política e estatal. Neste contexto, as políticas sociais se configuram como instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora (MONTANÕ, 2007).

Então, é importante a compreensão da política social como elemento intrinsecamente contraditório, sendo ao mesmo tempo construto histórico de luta por direitos e estratégias de consolidação do modo de produção capitalista. A compreensão dessa tensão contraditória mostra-se fundamental para não cair em armadilhas, ora satanizadoras, ora românticas quanto ao debate de políticas sociais.

A metáfora utilizada para ilustrar o título deste subitem remete à ideia de diversos espelhos que possuem formas diferentes, com reflexos distintos, que podem gerar ilusões irreais, assim como no debate sobre a política social, existem diversas compreensões que carregam consigo concepções ideológicas intrínsecas distintas quanto a sua forma de entendimento da realidade. O reflexo côncavo permite ampliar os objetivos refletidos, podendo assim dar a ilusão de que tudo é maior do realmente é. Nesse caso, diz respeito à compreensão romântica de formular a concepção de política social, dando a ela uma capacidade que não existe, sendo a ideia de materializar a emancipação humana, a verdadeira “proteção social”. Como debatido anteriormente, a real segurança mostra-se como algo inalcançável nesta forma de sociabilidade, pois a política social não possui, por si só, a capacidade de emancipação humana, uma vez que também é um elemento de legitimação do capital.

Pela imagem convexa, enxergam-se os reflexos de forma menor e invertida; por meio da compreensão convexa analisa-se o papel das políticas públicas, sem considerar que elas também são resultado de lutas coletivas e históricas que podem possibilitar conquistas na realidade social dos sujeitos. A compreensão convexa compreende uma perspectiva

⁶⁷ Compreende-se, conforme Pereira (2009), o *Welfare State* como um modelo estatal de intervenção na economia de mercado que, ao contrário do modo liberal que o antecedeu, fortaleceu e expandiu o setor público e implementou e geriu sistemas de proteção social.

satanizadora, que anula os impactos de tais políticas na realidade dos sujeitos, desconsiderando as lutas históricas por garantia de direitos.

Nesse sentido, compreender as políticas públicas por meio de seu reflexo no espelho plano diz respeito à necessidade de analisar o papel contraditório de tais políticas, que são, ao mesmo tempo, concessões da classe dominante, na perspectiva de, nas palavras de Montaño (2007), criar um “colchão amortecedor de conflitos”, mas também constituindo uma conquista histórica da classe trabalhadora. Ir além dos espelhos côncavos e convexos, compreendendo a realidade por uma concepção plana, nada mais é do que a necessidade de analisar a realidade pela via da contradição.

Compreender a política social é pensar o movimento dialético e contraditório que comunga lutas de classes e a conformação destas lutas em um campo político e ideológico. Sendo assim, as políticas sociais nas suas formulações atuais, constituem políticas públicas que possuem marcos históricos, nascidos no pós-guerra, e institucionais, no âmbito das relações do Estado Burguês. Assim, representam políticas de ação que visam atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social que, por sua vez, deve ser amparada por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos. (PEREIRA, 2009). Desse modo, as políticas sociais comungam um conjunto de respostas às necessidades sociais, através de ações práticas planejadas e executadas no âmbito do Estado, da iniciativa privada e/ou da organização da sociedade civil; não representando ações neutras, mas que possuem, na sua própria execução e formulação, interesses diversos em disputa.

Sendo assim, as políticas sociais conformam tipos, dentre outros, de políticas públicas, que por sua vez não expressam referência exclusiva do Estado, mas à coisa pública, de todos, sendo expressa a conversão de demandas e decisões privadas e estatais em decisões públicas que afetam e comprometem a todos (PEREIRA, 2009).

Nesse sentido, as políticas públicas constituem espaços de todos, de decisões do Estado e da iniciativa privada, podendo ser controladas pela sociedade, através dos mecanismos de controle democrático. Compreende-se as políticas sociais enquanto políticas públicas, como terreno em disputa, que agregam diversos interesses tendo como finalidade de materializar direitos historicamente conquistados, e, contraditoriamente, a manutenção do modo de produção capitalista. Apesar da concepção de política social, enquanto política pública, constituir um “espaço de todos”, há de se considerar a importância da primazia do

Estado⁶⁸ na perspectiva de atendimento dos interesses, não apenas de uma parcela da sociedade, mas de todos os sujeitos.

Os direitos sociais podem ser compreendidos como enunciadores da relação entre o Estado e a Sociedade, vinculados ao projeto de Estado Social, numa tentativa de enfrentamento da questão social, incorporando-se às conquistas dos direitos civis e políticos (COUTO, 2008, p.33).

Dessa maneira, a Política Social pode consistir em um elemento de materialização de direitos, apesar do cenário contraditório e com claros limites que possui no âmbito de uma sociedade capitalista. A origem das políticas sociais no capitalismo global, seu processo de desenvolvimento, configuração e abrangência são diversos porque se constroem na histórica relação entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e o papel do Estado e das classes sociais em cada país, sendo que as condições nacionais atribuem aos sistemas de proteção social, ao longo do mundo, características e particularidades que os distinguem, sem, contudo, suprimir sua morfologia estruturalmente capitalista (BOSCHETTI, 2012).

Em relação à Política Social Brasileira, é preciso considerar que a construção histórica do Brasil vai impactar tanto no contexto de expressões da Questão Social vivenciada no país, como na construção e desenvolvimento de políticas sociais. Nesse sentido, Alves (2014) refere que a construção da sociedade brasileira carrega em seu DNA características de um capitalismo hipertardio, carente de modernização; capitalismo dependente, integrado aos interesses do capital financeiro internacional, perseguindo, no limite, um “lugar ao sol” na ordem burguesa hegemônica; capitalismo de extração colonial-prussiana e viés escravista, portanto, carente de valores democráticos e republicanos, tendo um metabolismo social do trabalho baseado visceralmente na superexploração da força de trabalho. Este contexto do desenvolvimento do capital impacta em diversos aspectos nas manifestações da (in)segurança vivenciadas pelos sujeitos, sejam elas relacionadas à precarização do mundo do trabalho, ao contexto de violências urbanas nas estruturas das cidades, na deficiência de políticas públicas, dentre outros aspectos.

Couto (2008), ao contextualizar a construção histórica da política social na realidade brasileira, afirma que esta possui uma herança marcada por uma dependência política, por um

⁶⁸ Para Pereira (2009), o Estado representa mais do que um conjunto de instituições com autoridade para tomar decisões, e com poder coercitivo, pois se configura também como uma *relação de dominação*, que deve ser controlada pela sociedade. Da mesma forma, o Estado é mais do que *governo*, pois se, por um lado, seus sistemas administrativos, legais e coercitivos (policiais) o diferenciam da sociedade e estabelecem formas particulares de relações com ela, por outro lado, esses mesmos sistemas penetram na sociedade influenciando a formação de relações no interior desta.

processo de trabalho escravocrata e por relações de poder centrados nos grandes proprietários, por meio de uma relação entre povo, elite e governo, na ótica do compadrio, com a noção de direito substituída pela da concessão.

Diante deste contexto, somente nas décadas de 1930 a 1964 observam-se transformações significativas na concepção de políticas sociais no Brasil, uma vez que, com a necessidade de regulamentar as relações entre capital e trabalho e ampliar o desenvolvimento capitalista no país, o Estado brasileiro passa ampliar a gama de direitos⁶⁹, de forma meritocrática, paternalista, de cunho conservador, com uma estrutura institucional, no campo das políticas sociais, voltada a atender prioritariamente as demandas do trabalhador urbano-industrial, mediando, assim, as relações entre capital e trabalho (COUTO, 2008).

Conforme Sampaio Jr. (2012), é nessa época histórica que surge o projeto de desenvolvimentismo nacional, com um discurso ideológico que tinha como perspectiva criar as bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional capaz de controlar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista. Tal concepção acreditava que as estruturas que bloqueavam o desenvolvimento capitalista nacional eram produto de contingências históricas que poderiam ser superadas pela “vontade política” nacional, não havendo nenhum obstáculo na conciliação de capitalismo, democracia e soberania nacional nas economias da periferia do sistema imperialista.

O desenvolvimentismo foi, portanto, uma arma ideológica das forças econômicas e sociais que, no momento decisivo de cristalização das estruturas da economia e da sociedade burguesa, se batiam pela utopia de um capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional (SAMPAIO JR, 2012, p. 112).

Nesta concepção, a necessidade de desenvolver o país, criando uma infraestrutura de industrialização e modernização, seriam elementos-chave para romper com a subjugação existente entre os países de desenvolvimento tardio e os países imperialistas. Para a consolidação deste modelo de desenvolvimentismo, operou-se uma articulação de um bloco de poder com uma aliança entre o Estado e a burguesia nacional emergente, sem, contudo, romper totalmente com as antigas classes dominantes, notadamente os latifundiários, tendo a presença da burocracia de Estado a principal força impulsionadora de uma política de desenvolvimento capitalista e dependente, cuja legitimidade ideológica foi encontrada em um tipo específico de nacionalismo que, no essencial, apresentava a industrialização como

⁶⁹ Correspondendo especialmente, com relação à regulamentação do direito trabalhista, a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em 1943. Destaca-se, nesta época histórica, o enfrentamento à pobreza por meio da lógica assistencialista e paternalista.

condição da emancipação nacional (CASTELO, 2012; ALMEIDA, 2012). Conforme Pereira (2012), a concepção desenvolvimentista centrava no desenvolvimento nacional sem maiores preocupações com o contexto de desigualdade social acentuado no país. Tal conjuntura desenvolvimentista sofre alterações com as profundas mudanças no contexto político, impactado por meio da ditadura militar no Brasil.

Com o golpe civil-militar ocorrido no Brasil em 1964⁷⁰ houve uma ressignificação da concepção desenvolvimentista, reduzindo o desenvolvimento ao simples processo de industrialização e modernização, deixando de lado a questão da autonomia nacional e o problema da integração social (SAMPAIO Jr., 2012). Com a instituição do golpe militar, há um processo de aviltamento de direitos civis e políticos, sendo a política social amplamente utilizada como compensação ao cerceamento dos direitos civis e políticos praticado pelo Estado, que, graças à existência à época de um ciclo econômico expansivo internacional, deu continuidade à industrialização no país (PEREIRA, 2012).

A política social brasileira só passa a ganhar outro *status*, vinculada aos princípios da declaração Universal dos Direitos Humanos, na década de 1980, considerada a “década perdida” devido, especialmente, à estagnação da economia brasileira; foi, também, um momento pródigo do sindicalismo e dos movimentos sociais, organizados por meio de diversas entidades, que acabaram impactando de modo significativo na Constituição Federal de 1988 (COUTO, 2008). Esta Constituição representa um marco histórico ao ampliar legalmente a proteção social para além da vinculação com o emprego formal, representando uma mudança qualitativa na concepção de proteção que vigorou no país até então, inserindo no marco jurídico da cidadania os princípios da seguridade social e da garantia de direitos mínimos e vitais à construção social (SPOSATI, 2009).

Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 amplia a noção legal de segurança, na lógica da proteção social, procurando desvincular a díade: acesso pelo trabalho ou bem-estar; constituindo a proteção social como um direito humano do cidadão brasileiro. Em tal base legal, a segurança humana passa a ser uma das preocupações do Estado, sendo esta Constituição a que mais se aproxima dos Princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos na história brasileira. Em suma, a Constituição de 1988 se propõe a estabelecer a

⁷⁰ Sampaio Jr. (2012) afirma que o ciclo latino-americano de golpes militares que instauram ditaduras do grande capital determina o desfecho do processo de revolução burguesa no continente como uma contrarrevolução permanente, sendo apoiadas pelo império norte-americano, os setores pragmáticos interromperam violentamente o processo de reformas estruturais, cristalizando definitivamente a dupla articulação – dependência externa e segregação social – como alicerce fundamental da acumulação de capital na região.

entrada retardatária do Brasil num processo civilizatório próprio das chamadas democracias burguesas (PEREIRA, 2012).

Todos esses avanços históricos no âmbito da Política Social, fruto de intensa mobilização de diversos movimentos sociais, tem na década de 1990 o início de um contexto de desmantelamento. A adoção de princípios neoliberais no Brasil impacta diretamente o desenvolvimento de políticas públicas que possam materializar ações, na perspectiva de atendimento às necessidades de segurança da população brasileira. A reinvenção do liberalismo promovida pelos neoliberais, no final dos anos 70 e 80, sendo adotada na realidade brasileira na década de 1990⁷¹, foi uma reação teórica e política ao keynesianismo e ao *Welfare State*, calcada em algumas proposições básicas como: um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; a busca da estabilidade monetária como meta suprema; uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego; uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos; e o desmonte dos direitos sociais, implicando a quebra da vinculação entre política social e esses direitos (BEHRING, 2009). É com essa perspectiva que se desenha na realidade brasileira, em um contexto de acirramento da precarização do mundo do trabalho, um processo de desconstrução de direitos sociais, conquistado por meio de intensas lutas históricas pelo direito à proteção social. Conforme Alves (2014):

A última década do século XX – a década de 1990 – é considerada no Brasil a “década neoliberal”: a década de reestruturação capitalista sob a égide neoliberal. A função histórica do neoliberalismo foi integrar o Brasil no movimento hegemônico do capital no mercado mundial – diríamos melhor, capital predominantemente financeirizado que, naquela década, após o declínio do Leste Europeu (1989) e URSS (1991), impulsionou o plano mundial como *Zeitgeist*, transformando o mundo sua imagem e semelhança. (ALVES, 2014, p. 128)

Na realidade brasileira, as diretrizes constitucionais, como: universalidade na cobertura, uniformidade e equivalência dos benefícios, seletividade e distributividade nos benefícios, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade no custeio, diversidade do financiamento e caráter democrático e descentralizado da administração não foram totalmente materializadas e outras orientaram as políticas sociais de forma bastante diferenciada, de modo que não instituíram um padrão de seguridade social homogêneo, integrado e articulado (BOSCHETTI, 2009). No contexto neoliberal brasileiro houve uma *destruição* das frágeis

⁷¹ Ressalta-se que, conforme Alves (2014), desde 1973, o Brasil já rasteja em uma crise do capitalismo nacional-desenvolvimentista, que tinha assumido uma feição autocrático-burguesa com o golpe civil-militar de 1964.

conquistas democráticas consignadas na Constituição, praticada pelo Estado ou com o seu aval (PEREIRA, 2012). Dessa forma, o padrão de proteção social da política social brasileira não se constitui de forma universal e articulada, mas com traços de seletividade em seu acesso, trazendo consigo, muitas vezes, marcas históricas que relacionam a política social a uma benesse, e não como direito.

O ideário neoliberal, implantado na década de 1990 no contexto brasileiro, que desmantelou direitos historicamente construídos, continua presente na perspectiva atual de formulação das políticas sociais, porém, com particularidades bastante distintas, na retomada de ideários desenvolvimentistas com novas roupagens. Especialmente a partir do ano de 2003, com o início do mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, começa a se desenhar outro contexto no âmbito do Estado Brasileiro, que vai impactar diretamente a conjuntura das políticas sociais no país, chamado de neodesenvolvimentismo. O prefixo *neo*, adicionado à palavra *desenvolvimentismo* não refere, simplesmente, a repetição de ideários presentes no contexto brasileiro, nas décadas de 1930 a 1960, mas designa, apesar das similitudes, determinações de um e de outro complexo político-ideológico, embora o que implica destacar que se trata de políticas e ideologias integrantes da reprodução, em diferentes contextos, de relações sociais capitalistas, ou seja, relações de exploração e dominação de classe (ALMEIDA, 2012). O neodesenvolvimentismo objetiva a integração da esfera nacional com a internacional, com o objetivo de promover o crescimento econômico com inclusão social, resgatando o fio da meada da versão nacional-popular clássica, apresenta as seguintes principais particularidades: intervenção estatal num contexto de estabilidade institucional e monetária, capacidade econômica, intento de projetar o país como potência emergente no marco do processo de globalização neoliberal, mas com resguardo de uma soberania relativa, e pretensão de liderança regional (PEREIRA, 2012).

A diretriz estratégica básica do neodesenvolvimentismo é o crescimento econômico com menor desigualdade, sendo o aspecto principal que diferencia este projeto de desenvolvimento com o nacional-desenvolvimentismo clássico, reconhecendo a necessidade de políticas de redução das desigualdades, porém não fazendo referência, ou com pouca ênfase, às reformas que afetam a estrutura tributária e a distribuição de riqueza (GONÇALVES, 2012). É nesse sentido que as políticas sociais possuem papel fundamental no novo desenvolvimentismo, utilizadas de forma estratégica com o intuito de amenizar as desigualdades sociais, e, ao mesmo tempo, aquecer o mercado pela via da facilitação do crédito e políticas de transferência de renda.

Como refere Alves (2014), o neodesenvolvimentismo busca construir um novo patamar de acumulação de capital, que permita, ao mesmo tempo, redistribuir renda, ampliar o mercado de consumo e instaurar suportes sociais mínimos de existência para a classe trabalhadora pobre. Desse modo, o Estado, sob a feição neodesenvolvimentista, visa implementar políticas sociais, algumas com forte caráter compensatório, e também estimular as atividades do grande capital, tendo como resultado o aumento do emprego e da renda dos setores mais pauperizados, com um extraordinário processo de acumulação de capital, com lucros e juros capitalistas batendo recordes nos últimos anos (ALMEIDA, 2012; CASTELO, 2012).

Nesse sentido, Sampaio Jr. (2012) afirma que o desafio do neodesenvolvimentismo é conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo, calcados no compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo, caracterizado pelo comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado e sensibilidade social. O neodesenvolvimentismo não significa um rompimento com a perspectiva neoliberal⁷², pelo contrário, mantém as suas raízes, assentadas ainda no contexto de precarização e desmantelamento de políticas sociais universais, mantendo a lógica da focalização da pobreza.

Assim, o neodesenvolvimentismo assume a forma de um hibridismo acrítico, sendo que toda a sua reflexão enquadra-se perfeitamente na pauta neoliberal, como uma espécie de versão *ultra light* da estratégia de ajuste da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro, tendo como diferencial o esforço de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento (SAMPAIO JR., 2012). Apesar deste aspecto, é necessário compreender as particularidades desse momento, a fim de não confundir o neodesenvolvimentismo com o neoliberalismo. Dessa forma, Alves (2014) chama a atenção para as particularidades assentadas especialmente nos seguintes aspectos: ampliação de políticas de transferência de renda e gasto público, visando diminuir as desigualdades sociais e fortalecer o mercado interno; recusa no desenvolvimento de política de austeridade, mesmo não rompendo com a política macroeconômica neoliberal e recusa o alinhamento automático

⁷² Isso se evidencia no contexto atual que acelera a tramitação do PL 4330, sendo um projeto de lei que regulamenta a terceirização no mercado de trabalho, permitindo a contratação de serviços terceirizados para qualquer atividade da cadeia produtiva. Tal proposta, caso aprovada, amplia a flexibilização no mercado de trabalho, reduzindo direitos historicamente conquistados, sendo uma proposta que se enquadra em uma pauta absolutamente neoliberal, uma vez que visa ampliar a exploração do trabalho pela via do fortalecimento do mercado.

aos Estados Unidos (mantendo alianças, por exemplos, com governos bolivarianos da América do Sul).

Apesar dos investimentos em políticas sociais e da inegável melhoria de indicadores sociais em algumas áreas, a política social, nessa perspectiva, continua focalizada na pobreza extrema, transformando-se em instrumento de ativação dos indigentes para o trabalho, geralmente precário, por meio de condicionalidades ou contrapartidas que, na maioria das vezes, revelam-se autoritárias e punitivas (PEREIRA, 2012). A perspectiva da universalidade de políticas sociais não se configura em uma possibilidade concreta na ótica neodesenvolvimentista, sendo que a política social ganha cada vez mais uma roupagem de instrumento de aquecimento do mercado interno, sendo por programas de transferência de renda focalizados na pobreza ou da facilitação ao crédito, ampliando a lógica do fetichismo da mercadoria e reiterando a ordem burguesa. É nesse sentido que o neodesenvolvimentismo representa um:

[...] projeto burguês de desenvolvimento hipertardio, apesar de avanços significativos e inegáveis nos indicadores sociais indispensáveis para a própria legitimidade social e política do projeto burguês de desenvolvimento, tornou-se incapaz, por si só, de alterar qualitativamente, a natureza da ordem oligárquica burguesa historicamente consolidada no Brasil de hoje, mais do que nunca, pelo poder dos grandes grupos econômicos beneficiários da reorganização do capitalismo brasileiro dos últimos vinte anos – primeiro com o neoliberalismo e depois com o neodesenvolvimentismo.(ALVES, 2014, p.30)

A lógica neodesenvolvimentista, distante de constituir um “Estado de Bem-Estar Social” na realidade brasileira, não possibilita a materialização de direitos constitucionais na perspectiva do atendimento à segurança de forma ampliada e articulada, uma vez que continua a reforçar o horizonte de precarização e focalização de políticas sociais. A perspectiva neodesenvolvimentista de focalização na pobreza constitui um aspecto de reformismo fraco, evitando o confronto com os interesses do grande capital financeiro e acirrando a luta entre capital e trabalho no país, partindo do princípio de que o crescimento do consumo dos mais pobres leva ao aumento do investimento, gerando um círculo virtuoso do desenvolvimento, baseado na expansão do mercado interno, representando uma lógica neocapitalista pós-neoliberal de cariz socialdemocrata, que renunciou efetivamente à perspectiva de uma sociedade igualitária (ALVES, 2014).

Na esteira deste pensamento, a política social na era neodesenvolvimentista se constitui de forma focalizada na pobreza, perdendo uma dimensão de universalidade, acarretando em um retrocesso históricos que negam os avanços constitucionais conquistados

por meio de lutas históricas na sociedade brasileira. A conjuntura atual da política social na era neodesenvolvimentista, apresenta, na análise de Pereira (2014), os seguintes aspectos: 1) a *direitização* da política social, capturada pelo ideário neoliberal, submetida aos seus interesses, esvaziando seus compromissos sociais; 2) a *monetarização* da política social, uma vez que não mais visa concretizar direitos sociais, mas fortalecer o mérito individual do pobre de conseguir, por meio do mercado, a satisfação de suas necessidades; 3) a *laborização* precária da política social, visto que a principal responsabilidade é a de ativar os demandantes da proteção social para o trabalho, sendo apelado, muitas vezes, para ações empreendedoristas, de baixo custo e nível; 4) a *descidadanização* da política social, por meio da ética da autorresponsabilização dos pobres pelo seu próprio sustento e bem-estar é dissociada da cidadania e a 5) a redução da educação como treinamento ou adestramento aligeirado para um mercado de trabalho instável e flexível.

A política social brasileira, no contexto contemporâneo, é inscrita no solo sócio-histórico do contexto neodesenvolvimentista, tendo certo protagonismo enquanto instrumento de aquecimento do mercado interno. Apesar de representar um projeto burguês menos agressivo que a perspectiva neoliberal, impactando de modo positivo em alguns indicadores sociais, tal projeto conserva inalterados os princípios neoliberais, mantendo distante a perspectiva da universalização e da qualificação de políticas de públicas. É diante deste contexto que vem se desenhando a atual Política Nacional de Juventude, conforme será debatido no próximo item.

4.2 A COMPOSIÇÃO DAS IMAGENS DE SUJEITOS DE DIREITOS: A AMPLIAÇÃO DA PERSPECTIVA DE SEGURANÇA PARA AS JUVENTUDES

A Política Nacional de Juventude é fruto de intensas mobilizações na perspectiva da garantia de direitos às juventudes na realidade brasileira, que possui vinculação com a construção de direitos no âmbito internacional. Ao analisar os documentos internacionais que visam reconhecer as juventudes enquanto sujeitos de direitos⁷³, observa-se que tal reconhecimento tem marco no ano de 1965, com a *Declaração sobre a Promoção entre a Juventude dos Ideais da Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos*, documento que já apontava para a necessidade e desenvolver ações no âmbito governamental, no intuito de contribuir para a educação de jovens afinados aos ideais de paz indicados na Declaração dos

⁷³ Ver Apêndice E da presente tese onde se encontra a síntese dos principais tratados internacionais sobre os direitos das juventudes.

Direitos Humanos. Neste documento, a intenção era educar as juventudes para se tornarem adultos preocupados com a manutenção de valores relacionados à paz e à justiça. Evidencia-se no documento uma compreensão de juventude como uma fase preparatória para a vida adulta, um “vir a ser”, onde os sujeitos deveriam ser educados para se tornar adultos comprometidos com determinados ideais de fraternidade, expressos na declaração dos Direitos Humanos.

Somente em 1981, com a *Resolução nº 50/1981* da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi instituído o Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), e as ações para as juventudes tornaram-se mais efetivas, pois documento destaca a responsabilização dos Estados de desenvolverem políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos das juventudes. A partir do desenvolvimento deste programa, foi possível o desenvolvimento de vários acordos internacionais, na perspectiva da garantia dos direitos das juventudes.

O Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ) destaca a responsabilização dos Estados-membros para ampliação de sua atuação na perspectiva da proteção para as juventudes. Isto é, busca uma forma de responsabilizar os Estados-Membros a respeito da materialização de direitos para este segmento social. Nesse sentido, as juventudes começam a ganhar visibilidade no cenário internacional, como um segmento social que necessita de proteção, tendo particularidades diferentes dos demais segmentos sociais, e que precisa ser considerado pelos Estados-Membros das Nações Unidas. A visibilidade das juventudes se amplia especialmente a partir de 1985, quando a ONU instituiu o Ano Internacional da Juventude.

A partir do PMAJ, foi organizado um debate internacional em torno da temática “juventudes”, buscando organizar encontros e conferências de ministros responsáveis pela Juventude de cada país, resultando na construção de diversos mecanismos internacionais de garantia de direitos para as juventudes. O documento que instituiu o *Programa Regional de Ações para o Desenvolvimento da Juventude na América Latina* é um exemplo, constituindo um tratado que visa ao enfrentamento do desemprego juvenil na América Latina, sendo construído na VII Conferência Ibero-americana de Ministros de Juventude, em Montevideu, e mais tarde aprovado pela IV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo realizada na Colômbia, ambos em 1994.

Tais reuniões e encontros de cunho internacional impulsionaram, em 1996, a criação da *Organização Ibero-Americana de Juventude*, consistindo em um organismo internacional de natureza multigovernamental, que congrega os ministérios de juventude dos países da comunidade Ibero-Americana, tendo como objetivos: impulsionar os esforços que os Estados-

Membros realizam no sentido de melhorar a qualidade de vida dos jovens; facilitar e promover a cooperação entre os estados; fortalecer as estruturas governamentais de juventude e a coordenação interinstitucional e intersetorial, em favor das políticas integrais dirigidas aos jovens; atuar como instância de consulta para a execução e administração de programas e projetos no setor juvenil, de organismos e entidades nacionais ou internacionais; constituir um mecanismo permanente de consulta e coordenação para a adoção de posições e estratégias comuns sobre temas de juventude, tanto nos organismos e fóruns internacionais como perante países terceiros e agrupamentos de países (OIJ, 1998).

Atualmente, a OIJ possui sede na Espanha. O Brasil passa a integrar a OIJ desde 2010, juntamente com os seguintes países: Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Chile, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela.

No ano de 1998, como resultado da I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens, é formulada a *Declaração de Lisboa*, um documento em que os países comprometem-se a apoiar o intercâmbio bilateral, sub-regional, regional e internacional das melhores práticas nacionais para subsidiar a elaboração, execução e avaliação das políticas de juventude. Tal declaração mostra-se fundamental por constituir um meio legal de firmar um compromisso com as juventudes, no sentido de ampliar a sua perspectiva das seguranças.

Nesse mesmo ano foi formulado o *Plano Braga*, um documento elaborado no Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, constituindo um dos principais pontos de convergência de grandes mobilizações e articulações dos principais movimentos de juventude, e delimitando ações para a formulação de políticas para as juventudes (SILVA; ANDRADE, 2009). O tratado visa impulsionar o debate em torno da necessidade de adoção de políticas públicas para as juventudes, bem como a necessidade do envolvimento das juventudes e movimentos que lutam pelos seus direitos, no processo de desenvolvimento de tais políticas.

As políticas de juventude devem ser concebidas em um estatuto legal e apoiadas por estruturas legislativas e recursos suficientes. Nós encorajamos todos os governos a estabelecer e/ou fortalecer as instituições da juventude ponto focal dentro da estrutura governamental. As políticas de juventude devem ser formuladas através de um processo exaustivo de consulta entre o governo e as plataformas nacionais de ONGs de juventude (PLANO DE AÇÃO BRAGA, 1998).

Nessa mesma perspectiva, no ano de 2005, é firmada a *Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens*, consistindo em um tratado internacional que reconhece o jovem como

sujeito de direito, com diversos artigos que instituem um conjunto de direitos como: direito à paz, à igualdade de gênero, à vida, entre outros. Com este documento, reforça-se a responsabilidade dos Estados na garantia dos direitos de todos os jovens, compreendendo a indivisibilidade de tais direitos.

Afinado com esta ideia de universalidade e individualidade dos direitos das juventudes, em 2007, a OIJ lança o documento *Jovens de Ibero-América e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*, um documento que apresenta as estratégias mais relevantes para a juventude e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), no contexto latino-americano, para que os órgãos responsáveis pelos jovens passem a considerar as políticas públicas de juventude que possam se relacionar com tais objetivos. Os objetivos do Milênio instituídos pela ONU são: 1) Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2) Atingir o ensino básico universal; 3) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde materna; 6) Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7) Garantir a sustentabilidade ambiental; 8) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (ONU, 2007).

Outro documento que busca dar visibilidade para o direito à segurança das juventudes no mundo é a *Declaração de Bali*, um tratado construído durante o Fórum Global de Juventude, ocorrido em Bali, em 2012. O documento apresenta uma síntese das demandas das juventudes no mundo, expressando especialmente as demandas que se referem à universalização de direitos como: saúde e educação, necessidade de desenvolvimento de ações para as juventudes mais vulnerabilizadas, transparência do investimento aplicado nas ações para as juventudes e no fomento a participação das juventudes no desenvolvimento de monitoramento de políticas públicas para este segmento social. Tais demandas expressas neste documento integraram a *Agenda de Desenvolvimento para Além de 2015*, buscando atualizar os Objetivos do Milênio; tal agenda global tem como referência tanto a Declaração de Bali, como os debates realizados durante o Encontro de Jovens sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, realizado em Bali, na Indonésia.

Com a perspectiva de refletir sobre novos modelos de desenvolvimento dos países, é realizada em 2013 a primeira reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe, em Montevideu, no Uruguai, no qual foi firmado o *Consenso de Montevideu: avanços para o programa de ação da conferência internacional sobre população e desenvolvimento*, indicando resoluções que reconhecem as realidades, desafios e principais expectativas das juventudes da América Latina e do Caribe e mostrando aos Estados a necessidade de dedicar maiores investimentos nas juventudes, a fim

de possibilitar uma ampliação de oportunidades para ter uma vida livre de pobreza e de violências e sem nenhum tipo de discriminação. O documento reforça a concepção de que as juventudes são atores estratégicos para o desenvolvimento de países, e necessitam de proteção na perspectiva da garantia do direito à segurança.

Nesse sentido, o debate internacional vem impactar a trajetória histórica de criação da Política Nacional de Juventude no Brasil. Dessa forma, é importante ressaltar que, apesar de o debate internacional sobre os direitos das juventudes ter iniciado na década de 1960, no Brasil a instituição de uma Política Nacional de Juventudes⁷⁴ inicia somente em 2004.

Os mecanismos de proteção social para as juventudes brasileiras, especialmente as juventudes pós 18 anos, que eram invisibilizadas nas políticas públicas específicas para este segmento social, sofreram grandes avanços a partir do ano de 2004. Nesse ano houve a criação de um Grupo Interministerial ligado à Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), que buscava compreender a conjuntura das juventudes brasileiras, bem como criar ações concretas de garantia de direitos para este segmento. A partir das ações do grupo houve encaminhamento de importantes projetos de lei (PL) versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL no 4.530/2004). Tais ações constituíram importantes passos na trajetória da construção das Políticas Públicas para as juventudes, estando afinadas com as resoluções internacionais que, desde 1981, com a Resolução nº 50/1981 da Assembleia Geral das Nações Unidas, já indicava a necessidade de desenvolvimento de uma política pública que pudesse responder as necessidades específicas das juventudes.

Com base na sugestão do Grupo Interministerial foi criada, em 2005, a Secretaria Nacional de Juventude, estando vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, com a tarefa de formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para as juventudes, além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para as políticas juvenis (SJN, 2005). No ano de 2005 também é criado o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, com a tarefa de formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas para os jovens, bem como elaborar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica deste público. O CONJUVE é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, que é maioria no colegiado e reflete as diversas formas de organização e participação das juventudes brasileiras.

Em 2005, entra em vigor a Política Nacional de Juventude – PJJN, representando um importante marco na perspectiva da garantia dos direitos das juventudes, uma vez que até

⁷⁴ No Apêndice F se encontra o quadro-síntese dos principais marcos históricos na composição da Política Nacional de Juventude.

então as juventudes, especialmente pós 18 anos, eram diluídas em políticas públicas não específicas para este segmento. O desenvolvimento da PNJ está sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Juventude, porém, conta com a perspectiva interministerial para a sua execução, trabalhando na dimensão da intersetorialidade. Para Pereira e Teixeira (2013), a noção de intersetorialidade surgiu ligada ao conceito de rede, a qual emergiu como uma nova concepção de gestão contrária à setorização e à especialização, propondo uma integração articulada aos saberes e aos serviços, no sentido da formação de redes de parcerias entre os sujeitos coletivos no atendimento a diversas demandas.

Nesse sentido, a PNJ visa a uma articulação com diversas políticas públicas, como forma de assegurar os direitos de um segmento com múltiplas necessidades e demandas, características das juventudes. Dessa forma, uma abordagem intersetorial é fator primordial para o desenvolvimento de ações no âmbito da PNJ.

Observa-se, na trajetória histórica da Política Nacional de Juventude, que o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem constitui a primeira ação que busca assegurar os direitos de jovens para além do recorte adolescência, o qual inaugura o ramo de políticas públicas para as juventudes no Brasil. Tal programa inicia em 2005, com a prerrogativa de ser uma ação de âmbito nacional, no atendimento de jovens de 18 a 24 anos que não estavam inseridos no mercado de trabalho, que haviam concluído a 4ª série, mas não a 8ª série do ensino fundamental e não tinham vínculo empregatício. O ProJovem visava à aceleração da escolaridade, à qualificação profissional e transferia um auxílio financeiro no valor de R\$ 100,00 para cada jovem.

Buscando atender o que se propunha na Política Nacional de Juventude, no tocante ao princípio de “Articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, público e privados, voltados à implementação de políticas públicas” (SNJ, 2005), foram realizadas mudanças, a partir de 2007, no desenvolvimento do ProJovem criando o chamado ProJovem Integrado, que unificava seis programas voltados para as juventudes, desenvolvidos por cinco ministérios diferentes. Tais programas tinham como foco as juventudes que se encontravam fora do mercado de trabalho, com poucos estudos e pouca capacitação profissional, sendo eles: Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã, Agente Jovem, Escola Fábrica, Saberes da Terra e o próprio ProJovem.

A unificação de tais programas buscava reunir uma articulação interministerial com quatro modalidades de ProJovem diferentes, sendo eles: a) ProJovem Urbano – serviço socioeducativo, voltado para jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental e que sejam membros de famílias com renda mensal per

capita de até meio salário mínimo; b) ProJovem Trabalhador – jovens com idade entre 18 e 29 anos que já concluíram o ensino fundamental, em situação de desemprego, e que são membros de famílias com renda mensal per capita de até um salário mínimo; c) ProJovem Adolescente – destina-se aos jovens de 15 a 17 anos pertencentes a famílias em condição de extrema pobreza e beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF); egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto; em cumprimento ou egressos de medida de proteção; egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); ou egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual; e d) ProJovem Campo – Saberes da Terra – destina-se aos jovens com idade entre 18 e 29 anos, que vivem nas áreas rurais e que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental.

A unificação destes programas acarretou a ampliação da faixa etária do ProJovem, que antes era de 18 a 24 anos, passando para 15 a 29 anos, buscando contemplar todas as faixas etárias das juventudes, estendendo suas ações para as juventudes que estão em unidades prisionais ou socioeducativas de privação de liberdade (no que se refere ao ProJovem Urbano). Nesse sentido, a unificação de tais programas representa uma importante ação na perspectiva de ampliação das políticas públicas às juventudes, buscando compreender a sua heterogeneidade.

O ProJovem integrado, assim como as ações desenvolvidas pela Política Nacional de Juventude, tem como foco a intersetorialidade, porém, apesar de todos os esforços, observa-se a dificuldade no desenvolvimento de ações que possam ser transversais às diversas políticas, requisito fundamental no atendimento às juventudes na perspectiva de garantir a segurança de um segmento social tão plural. A dificuldade de materialização de ações intersetoriais no âmbito da PNJ é observada por Silva e Andrade (2009), que referem:

A intersetorialidade na implementação do ProJovem, que, em sua concepção inicial, visava ir além da gestão compartilhada e alcançar a efetiva integração de ações promovidas por cada um dos ministérios parceiros, ainda não ocorre. Permanece o ambiente de resistência a mudanças e inovações, de certo modo observado no esforço de integração de 2007. A Secretaria Nacional de Juventude, responsável por articular modalidades do ProJovem e também os demais programas e projetos, em âmbito federal, tem apresentado grandes dificuldades em sua capacidade de produzir transversalidade no interior da máquina pública em torno de ações destinadas aos jovens (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 59).

A recente PNJ encontra diversos desafios na sua efetivação, sendo a articulação intersetorial um importante desafio a ser cumprido para a efetivação ao direito à segurança no contexto atual. Tal desafio está relacionado à tendência à fragmentação, presente desde a

análise da concepção de “segurança” e “juventude”, como abordado anteriormente. A fragmentação de ações, no âmbito das políticas públicas, tende a indicar ações pontuais que não visam contemplar toda a complexidade necessária no âmbito das demandas por segurança das juventudes.

Nesse sentido, ao analisar a trajetória histórica das ações desenvolvidas para as juventudes no país, percebe-se que, inicialmente, as demandas por segurança das juventudes buscam ser atendidas por meio de ações que visam, especialmente, preparar a sua inserção para o mercado de trabalho, uma vez que o principal cerne da PNJ inicia com o ProJovem em suas modalidades, o qual se concentra na preparação do jovem para o mundo do trabalho.

Dessa forma, outra ação no âmbito federal, que pode ser considerada uma marca importante na trajetória das Políticas Públicas para as juventudes, é o Plano Juventude Viva, lançado em 2013 com o objetivo de reduzir os índices de violência letal de jovens, especialmente jovens negros em território nacional. O presente plano está sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com a perspectiva de desenvolver uma articulação interministerial por meio de diversas ações, tendo como objetivo a prevenção à mortalidade juvenil, especialmente de jovens negros do sexo masculino. O plano prevê programas que possam priorizar ações no âmbito da cultura, da saúde, da educação, da valorização policial, entre outros, como forma de redução da violência letal em municípios com grande número de homicídios contra jovens. Tal ação mostra-se necessária em um país que se destaca com altos índices de mortalidade juvenil como o Brasil.

Diante do contexto histórico do desenvolvimento da Política Nacional de Juventudes, não é possível deixar de considerar a participação dos jovens. As duas conferências nacionais de juventudes, apresentadas no capítulo anterior, mostraram-se de fundamental importância na perspectiva de ampliação do contexto social da política pelo segmento destinatário. A participação juvenil mostra-se como um importante eixo no âmbito da Política Nacional de Juventude, sendo indicada em diversos documentos internacionais que se referem à garantia dos direitos das juventudes.

Com esta concepção, em 2013 é criado o Observatório Participativo da Juventude – Participatório, constituindo, segundo informações da Secretaria Nacional de Juventude, um espaço virtual interativo voltado à produção do conhecimento sobre/para a juventude brasileira, com participação e mobilização social.

Segundo a Secretaria Nacional de Juventude, o Participatório tem como objetivos: a) produzir conhecimento em rede, envolvendo as juventudes, instituições de pesquisas,

observatórios e grupos de pesquisa, gestores, ativistas, estudiosos, no Brasil e no exterior, ligados a questões, dilemas e políticas públicas de juventude; b) promover a participação em ambientes virtuais, tendo a perspectiva de integrar a participação social como método de governo, o Participatório busca ser um espaço para o diálogo, o debate e a interação de jovens, gestores, pesquisadores e demais formuladores das políticas de juventude; c) mobilizar e disputar valores da juventude, constituindo um espaço para disseminação de campanhas com relevância e potencialidades de absorção de conteúdo e valores relacionados aos temas, que já estejam circulando pelas redes e ambientes sobre juventude (SJN, 2014).

O Participatório representa uma plataforma *online*, integrado com redes sociais, onde participam pessoas com interesse em debater virtualmente assuntos relacionados às juventudes brasileiras, onde são socializadas informações e vídeos alusivos à temática. O Participatório busca desenvolver uma rede de produção de conhecimentos, ao articular estudos e pesquisas com diversas instituições, no intuito de ampliar o conhecimento a respeito das juventudes brasileiras.

Ao longo do processo histórico, observam-se diversos avanços com relação à Política Nacional de Juventudes; tais avanços foram acompanhados no desenvolvimento de bases legais no Brasil, materializado especialmente pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 65, conhecida como PEC da Juventude, aprovada em julho de 2010, buscando inserir o termo “jovem” no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, assegurando, ao segmento, direitos que já foram garantidos constitucionalmente a outros segmentos sociais.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e *ao jovem*, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2013 - grifamos).

A inserção do segmento juventudes no texto constitucional mostra-se fundamental na perspectiva do reconhecimento de que este segmento social necessita de proteção, e que o desenvolvimento de ações para este público é essencial e de responsabilidade do Estado.

Tal inserção abriu portas para outro documento que constitui um avanço no reconhecimento histórico das juventudes como sujeitos de direitos, a Lei nº 12.852/13, que institui o Estatuto da Juventude – EJUVE e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios

e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

O presente Estatuto é instituído como lei no ano de 2013 e passa a entrar em vigor em fevereiro de 2014, constituindo uma legislação específica para assegurar os direitos das juventudes em âmbito nacional. Com 48 artigos, o EJUVE busca evidenciar diversos direitos já dispostos em outras bases legais e acordos internacionais como: direito à vida, à cultura, ao lazer, à educação, entre outros, bem como delimitar os princípios e diretrizes das políticas públicas de Juventude e instituir um Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

O SINAJUVE se estabelece como o conjunto ordenado de princípios, diretrizes políticas, direitos, atividades, ações e critérios que envolvem a formulação e execução da Política Nacional de Juventude, devendo ser integrado pela adesão dos Sistemas Estaduais, Distritais e Municipais e pelos demais planos, políticas e programas específicos para a garantia de direitos das juventudes (LÉPORE; RAMIDOFF; ROSSATO, 2014). Apesar da aprovação do EJUVE, o SINAJUVE ainda necessita de regulamentação, processo que está em andamento na Casa Civil da Presidência da República.

Assim, com a Política Nacional de Juventude, as juventudes brasileiras ganham maior visibilidade no rol das políticas públicas, tendo aumentado seu leque de direitos, ampliando-se o contexto de proteção social para esses sujeitos. Tal perspectiva, de ampliação do escopo de políticas sociais para as juventudes para além da faixa dos 18 anos, é objeto de diversas críticas, as quais, em sua maioria, partem de dois argumentos específicos: o argumento do acesso a direitos pela via do mercado e o argumento da materialização etapista de direitos para as juventudes.

O primeiro refere que após os 18 anos não há necessidade de investir em um aparato de proteção social para as juventudes, uma vez que tais indivíduos já teriam a possibilidade de acessar o mercado de trabalho, e por essa via, satisfazer as suas necessidades. Tal concepção reduz a lógica da proteção social aos sujeitos que não têm possibilidade de se inserir no mercado de trabalho, no caso nas crianças e adolescentes, pois, no momento em que o indivíduo tivesse condições físicas para a venda da sua força de trabalho, não mais se admitiria um sistema de proteção social.

Tal concepção está vinculada a uma perspectiva liberal-meritocrática, que coloca o mercado como instância central de satisfação de necessidades, reduzindo o direito a uma mera mercadoria, acabando com perspectivas universais na materialização de tais direitos. Essa concepção se calca no argumento liberal, e amplamente divulgado, de que a política social poderá gerar um processo de acomodação nos sujeitos, sendo elemento impeditivo para a livre

concorrência, conforme Hayek (2010, p. 147): “o sistema de concorrência é o único capaz de reduzir ao mínimo o poder exercido pelo homem sobre o homem”. Nessa perspectiva, com base no ideário liberal, o jovem tendo acesso a uma política de proteção social poderia se acomodar, dificultando a concorrência dentro da lógica do mercado, sendo este aspecto central para a manutenção do modo de produção capitalista.

Este argumento visa desconsiderar toda a luta histórica pela ampliação de direitos em favor da materialização da dignidade da pessoa humana, reforçando, unicamente, a lógica do mercado, isto é: a perspectiva da dominação de uma classe sobre a outra. Além deste aspecto, tal forma de compreensão esfumaça toda a lógica da desigualdade social, uma vez que não considera as desigualdades provocadas pela própria dinâmica da luta de classes, que não possibilita o acesso igualitário dos jovens ao mercado. Como se pode perceber, tal argumento apresenta-se como uma dimensão fetichizada no discurso das políticas públicas, que acarreta na ampliação do fetiche da mercadoria.

O argumento da materialização *etapista* de direitos para as juventudes se calca na ideia de que há necessidade de primeiro, qualificar um sistema de proteção social mais eficiente para crianças e adolescentes, evitando que eles possam chegar à juventude deficitários em direitos, para, após esse processo, pensar em políticas públicas para as juventudes. Sendo assim, uma política nacional de juventude só poderia ser pensada quando já houvesse um sistema de proteção social, na infância e adolescência, totalmente consolidado de forma qualificada e eficiente, na mesma lógica da concepção geracional de direitos humanos.

Evidentemente, pensar ações de proteção social para as juventudes pressupõe a necessidade de, também, investimento e qualificação em políticas públicas para infância e adolescência, assim como pensar na proteção social do idoso exige a luta da defesa dos direitos dos demais segmentos sociais, como na juventude e na idade adulta. Isso significa afirmar que pensar em políticas públicas para segmentos específicos só tem sentido quando articulada com as demais políticas públicas, para que possam realizar o atendimento às necessidades sociais de toda uma população, independente do segmento social.

Porém, como observado no capítulo 3, há um contexto extremo de violações de direitos para as juventudes, que necessita ser enfrentado com urgência no contexto atual. Esperar por uma lógica evolutiva e etapista de direitos não se mostra como a ação mais estratégica em meio ao contexto extremo de violação vivenciado pelas juventudes. O que não significa afirmar a necessidade de uma não qualificação de políticas públicas para infância e adolescência, ou uma não compreensão de que tais políticas devem ser trabalhadas de forma articulada.

A Política Nacional de Juventude e as políticas públicas para infância e juventude devem ser desenvolvidas e qualificadas de modo simultâneo, de modo articulado, a fim de contribuir para a materialização da proteção social para toda a população, reiterando a perspectiva de pensar em direitos humanos, compreendendo as especificidades dos segmentos sociais, as suas particularidades, sem distanciar do horizonte de proteção social de modo universal.

Reconhecer os avanços da perspectiva de direitos das juventudes até o atual momento histórico mostra-se fundamental, pois possibilita a ampliação de lutas pela materialização dos direitos humanos relacionados às juventudes. Porém, apesar dos avanços históricos, a proteção social voltada para as juventudes pode carregar consigo uma lógica de (des)proteção, ou seja, as ações concretas que visam à proteção podem também impactar na desproteção enquanto ações fragmentadas, pontuais, precarizadas e que visem, unicamente, o fortalecimento da lógica do capital.

Percebe-se, ao analisar esse processo histórico, a construção da visibilidade das juventudes como sujeitos de direitos que necessitam de políticas públicas específicas, na perspectiva da proteção social, porém, é necessário questionar como se constitui essa visibilidade. Nesse sentido, o próximo item visa analisar como se estabelecem as políticas públicas voltadas para as juventudes, na perspectiva de compreender como as ações estatais para as demandas de segurança se materializam no contexto atual, através dos programas e projetos relativos às juventudes brasileiras.

4.3 A (DES)PROTEÇÃO SOCIAL NO CLARO-ESCURO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES: UMA ANÁLISE FRENTE AO CONTEXTO DE (IN)SEGURANÇA

A Política Nacional de Juventude possui uma história recente, visto que somente a partir de 2005 as juventudes foram reconhecidas como sujeitos de direitos, que necessitam de ações específicas para atendimento de suas demandas por segurança na realidade brasileira. Tais ações específicas para o público juvenil não negam a necessidade de atendimento universal no âmbito das políticas públicas, mas indicam que no segmento juvenil há particularidades que precisam ser observadas para a garantia de seus direitos.

Dessa forma, para compreender o contexto de (des)proteção das juventudes, é imperativo analisar como se dá a construção, diante do contexto de (in)segurança vivenciado pelas juventudes, das Políticas Públicas para este segmento social. Ao indicar a análise no

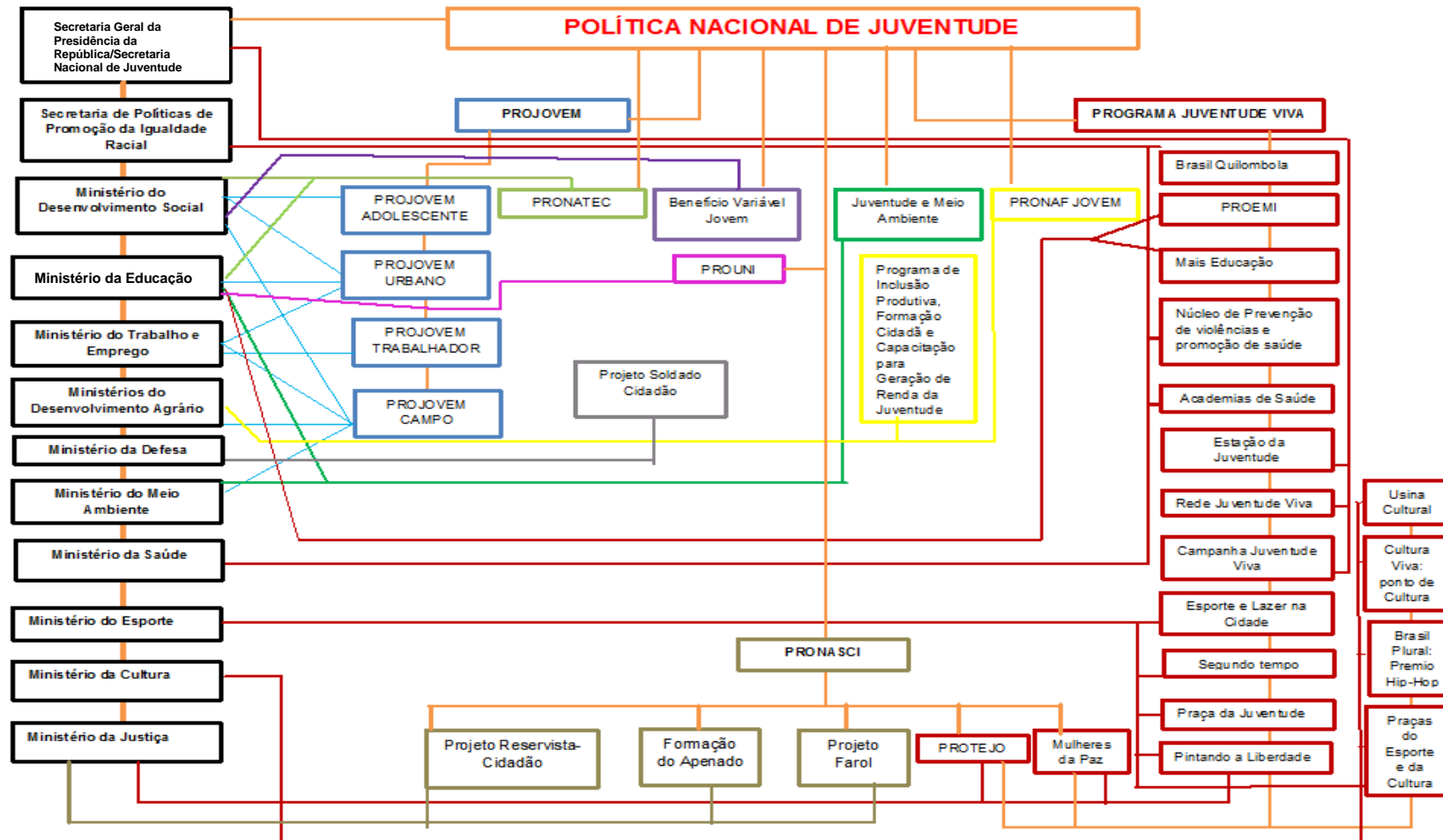
“claro-escuro” destas políticas, busca-se realizar um movimento analítico que tenha a perspectiva de compreender a composição de tais ações para as juventudes para além de sua aparência fenomênica, buscando investigar sua constituição e rompendo com os fetiches existentes nesta realidade.

Nesse sentido, o presente subitem analisa a Política Nacional de Juventude e as suas intersecções com as demais políticas públicas no que se refere ao recorte juventudes e segurança. Como debatido anteriormente, a compreensão de segurança se relaciona à proteção social, e por isso é importante analisar o conjunto de políticas públicas que atravessam a Política Nacional de Juventude, na perspectiva de materializar os direitos deste segmento social. Esta política compõe-se a partir do estabelecimento de articulações, na perspectiva da intersetorialidade, de diferentes políticas públicas, uma vez que para possibilitar a garantia da segurança para um segmento social tão heterogêneo, é essencial tal articulação.

Assim, o acesso à garantia do direito à segurança das juventudes vem se materializando no ano de 2014 com 32 projetos destinados às juventudes em território nacional (Apêndice G). Estes projetos são executados pela Secretaria Nacional de Juventude, em parceria com 12 secretarias e ministérios diferentes, buscando concretizar a articulação interministerial à qual se propõe a política.

O Ministério da Educação, Ministério da Justiça e Ministério do Esporte são as instâncias que possuem maior concentração quanto à responsabilidade de execução das propostas vinculadas à Política Nacional de Juventude, com seis ações; seguido pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com cinco ações, e pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com quatro ações. Os Ministérios do Trabalho e Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente contam com três ações, seguidos do Ministério da Saúde, com duas ações, e do Ministério da Defesa, com uma ação. Na figura abaixo, é possível perceber a articulação entre os diferentes ministérios.

Figura 1 - Organograma - Política Nacional de Juventude



Fonte: Scherer (2015)

Com relação à concentração por política pública, observa-se que as ações voltadas para as juventudes estão articuladas a onze políticas diferentes, sendo que a maioria das ações está relacionada às Políticas de Educação, Segurança Pública e Trabalho. O quadro abaixo demonstra a concentração por política pública.

Quadro 2 - Programas e Projetos Voltados para as Juventudes divididos em Políticas Setoriais

Política Pública	Programa Vinculado
Educação (14)	Projovem Adolescente/Projovem Urbano/Projovem campo – saberes da terra/PRONATEC/PROUNI/PROTEJO/PROEMI/ Programa Mais Educação/Programa Segundo Tempo/Projeto Soldado Cidadão/Programa de Inclusão Produtiva/Formação Cidadã e Capacitação para Geração de Renda da Juventude Rural/Formação do Apenado/Programa Juventude e Meio Ambiente.
Segurança Pública (12)	Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção de Saúde/ Usinas Culturais/ Praças do Esporte e da Cultura/ PROTEJO/ Mulheres da Paz/ Projeto Esporte e Lazer da Cidade/ Pintando a Liberdade/ Campanha Juventude Viva/ Rede Juventude Viva/ Projeto Reservista Cidadão/Formação do Apenado/ Projeto Farol.
Trabalho (11)	Projovem Urbano/ Projovem Campo – saberes da terra/ Projovem Trabalhador/ PRONAF jovem/ PROTEJO/ PRONATEC/ Projeto Soldado Cidadão/ Programa de Inclusão Produtiva/ Formação Cidadã e Capacitação para Geração de Renda da Juventude Rural/ Formação do Apenado.
Igualdade Racial (5)	Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção de Saúde (NPVPS)/ Programa Brasil Quilombola/ Campanha Juventude Viva/ Rede Juventude Viva/ Projeto Farol.
Esporte (5)	Praças do Esporte e da Cultura/ Projeto Esporte e Lazer da Cidade/ Programa Segundo Tempo/Pintando a Liberdade/ Praça da Juventude.
Cultura (4)	Usinas Culturais/ Praças do Esporte e da Cultura/ Cultura Viva: Pontos de Cultura/ Brasil Plural: Prêmio Hip Hop.
Saúde (3)	Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção de Saúde (NPVPS)/ Academias de Saúde/ Programa Brasil Quilombola.
Assistência Social (3)	Projovem Adolescente/ PRONATEC/ Benefício Variável Jovem – Bolsa Família.
Meio Ambiente (2)	Projovem Campo – Saberes da Terra/ Programa Juventude e Meio Ambiente.
Desenvolvimento Agrário (1)	PRONAF jovem
Direitos Humanos (1)	Estação da Juventude

Fonte: Ministérios Governamentais. Elaborado por Scherer (2015).

A concentração de programas e projetos voltados para a educação e o trabalho mostra-se como uma resposta às demandas das juventudes, que nas duas conferências nacionais requisitaram ações nesses âmbitos. Porém, tal concentração também revela a forma pela qual a atual Política Nacional de Juventude visa fazer o enfrentamento às diversas manifestações da (in)segurança que atingem as juventudes no atual contexto. Para analisar esta conjuntura e os fetiches presentes nas políticas públicas voltadas para as juventudes, deve-se considerar cada uma das políticas que fazem intersecção com a atual Política Nacional de Juventude, para que possa ser compreendido o que não se revela de pronto nas propostas formuladas para a garantia dos direitos das juventudes.

Qualquer reflexo de imagem é composto de diversos feixes de luzes, que podem criar ilusões irreais como um holograma que, quando iluminado de forma conveniente permite reconstruir uma imagem com informação tridimensional, criando a ilusão de uma realidade. Para romper com tal ilusão, é fundamental analisar todos os feixes de luzes que compõem a imagem, descobrindo o que há por trás da aparência. Ao examinar a Política Nacional de Juventude, para além de seus fetiches, é essencial também a análise das demais políticas públicas que a compõe. Dessa forma, a presente tese apresentará “os feixes de luzes” convergindo na atual imagem da Política Nacional de Juventudes, por meio da avaliação de dados dos programas e projetos que foram investigados.

4.3.1 O feixe das políticas de educação e juventudes

A Política de Educação constitui, historicamente, uma ação voltada para as juventudes desde o início da construção da Política Nacional de Juventude, uma vez que a primeira versão do ProJovem, como o programa que inaugura tal política no Brasil, iniciada em 2005, tinha como foco a permanência do jovem na escola e sua inserção no mercado de trabalho. A educação continua a ser uma das principais ações destinadas às juventudes, associada, na maioria dos projetos, como forma de preparo e qualificação para o mercado de trabalho.

Sendo assim, observa-se uma tendência nas ações da Política Nacional de Juventude de reproduzir um ideário que se relaciona com a concepção que a educação irá produzir acesso ao mundo do trabalho, bem como provocar mudanças no Brasil, colocando o país no rumo do desenvolvimento. Tal constatação fica evidente ao analisar o projeto pedagógico do ProJovem, que possui a política de educação como um dos seus pilares centrais, tendo como um dos seus objetivos: “criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das

desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil” (BRASIL, ProJovem, 2006).

Fica evidente no extrato acima que o programa, ao qualificar o jovem para o mercado de trabalho, pretende impactar no desenvolvimento nacional, isto é: parte-se do pressuposto que basta qualificar o jovem – considerando em uma perspectiva romântica o “futuro da nação” – que o Brasil se desenvolverá. Tal ideário se constitui como um fetiche na realidade atual, uma vez que desconsidera as bases estruturais que impacta na produção de desigualdades, precarização e desemprego juvenil, bem como reproduz uma lógica romântica na análise das juventudes, colocando em um único segmento a responsabilização do desenvolvimento nacional e do futuro da nação. Esta concepção fetichizada, que oculta as raízes estruturais de reprodução de desigualdades, e coloca no jovem a responsabilidade pelo desenvolvimento, manifesta-se como uma marca da atual Política Nacional de Juventude, sendo transversal a todas as ações voltadas para o público juvenil, como será debatido no item 4.3.10.

Evidentemente, a educação cumpre um papel fundamental para as juventudes e para todos os segmentos sociais, e se constitui uma dimensão intrínseca ao trabalho. Conforme Marx (2006), o trabalho é um intercâmbio entre a humanidade a natureza, onde são produzidos os bens materiais necessários à existência humana, sendo que o ser humano ao transformar a natureza, transforma a si mesmo e neste processo são produzidos objetos e relações sociais. Na compreensão do trabalho, enquanto categoria fundante da realidade social, como fundamento ontológico do ser social, a educação se apresenta como um dos elementos intrínsecos a sua realização, como afirma Tonet (2011):

À diferença dos animais, nós humanos não nascemos geneticamente determinados a realizar as atividades necessárias à nossa existência. Precisamos aprender o que temos que fazer. Precisamente porque o trabalho implica teleologia, isto é uma atividade intencional prévia e a existência de alternativas. Nada disso é biologicamente pré-determinado. Precisa ser conscientemente assumido. Daí a necessidade da educação, vale dizer, de um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, comportamentos, valores, etc., que permitam ao indivíduo tornar-se apto a participar conscientemente (mesmo que essa consciência seja limitada) da vida social (TONET, 2011, p. 9).

Dessa forma, o autor afirma que a educação se configura como um processo de aquisição de diversos conhecimentos para a participação do sujeito à vida social. Para Hiro (2011), a educação constitui um processo de formação cultural do ser, sob a forma individual e/ou coletiva, visando construir no ser humano a capacidade de formar conhecimentos e

interagir no mundo. É nesse sentido que a educação se configura como um processo intrínseco ao trabalho, na acepção marxiana, como um dos elementos presente na interação entre o humano e a natureza, na apreensão de conhecimentos e habilidades provenientes desta mediação.

Ao longo do desenvolvimento da sociedade burguesa, a educação foi tomando novas configurações. Tonet (2011) refere que nas comunidades primitivas, a educação era uma tarefa que competia a toda a comunidade, e não a alguns especialistas, e atendia a todos os indivíduos, por não haver a divisão social do trabalho; também não existia divisão da educação que favorecesse determinados grupos sociais. O desenvolvimento da sociedade capitalista e, com ela, o surgimento de classes sociais, da lógica de exploração do homem pelo homem, da divisão social do trabalho impactaram profundamente a humanidade, onde a educação foi “privatizada”, isto é, organizada para atender a reprodução da sociedade de modo a privilegiar os interesses das classes dominantes (TONET, 2011).

Com a divisão social do trabalho, houve a divisão no âmbito da própria educação, reproduzindo o papel social de classe na sociedade capitalista. Hiro (2011), ao analisar a educação no capitalismo no Brasil, afirma que, enquanto a educação para a burguesia teve como objetivo formar a elite econômica e política brasileira, representando uma educação mais aprofundada e de melhor qualidade, para o proletariado a educação servia para formar uma força-de-trabalho responsável pela produção do capital, como formação básica, o suficiente para garantir a continuidade do trabalho. Tal concepção ainda se mostra presente na realidade atual e é reproduzida pela Política Nacional de Juventude.

A educação, enquanto elemento de desenvolvimento humano, de construção de conhecimentos, e tomada de consciência, na sociedade do capital, foi resumida a simples “qualificação para o mundo do trabalho”, ou seja, em elemento para atender as determinações do capital. As juventudes, sob essa perspectiva, considerada enquanto simples etapa do desenvolvimento humano, foi, historicamente, reconhecida como “momento de preparação” e, por isso, considerada como um período de vida em que necessita ser qualificada para o exercício laboral.

São estas raízes históricas que atravessam o desenvolvimento da Política Nacional de Juventude e auxiliam na construção social de uma dimensão fetichizada no âmbito da educação para as juventudes. A lógica da divisão social do trabalho, que se reflete na divisão da educação, é percebida no recorte da Política Nacional de Juventude, que concentra as ações para as juventudes pobres, por meio a lógica do controle e do desenvolvimento de políticas de

educação precárias que dificilmente possibilitam o pensar crítico, objetivando a preparação do jovem pobre para atividades laborais em um mundo do trabalho cada vez mais precarizado.

Segundo Oliveira (2006), a regulação das políticas educativas no Brasil tem desvelado um projeto de organização e controle da educação, o que tem reduzido a democratização da educação à massificação do ensino, sendo ainda portador de uma lógica ambivalente, que ao mesmo tempo em que forma a força de trabalho exigida pelo capital, nos padrões atuais de qualificação, disciplina a pobreza crescente, condenando-a a uma vida com poucas possibilidades de futuro. Como refere Mészáros (2005):

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos cento e cinquenta anos, serviu – no seu todo – o propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também o de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhum tipo de alternativa à gestão da sociedade ou na forma “internacionalizada” (i.e. aceite pelos indivíduos “educados” devidamente) ou num ambiente de dominação estrutural hierárquica e de subordinação reforçada implacavelmente (MÉSZÁROS, 2005, p. 10).

É nesse sentido que a política de educação vem sendo desenvolvida na órbita das políticas voltadas para as juventudes. A educação, no âmbito dos programas e projetos voltados para as juventudes, está sempre atrelada à lógica de “qualificação profissional”, atendendo ao princípio liberal da educação como “preparação para o mercado de trabalho”. Este movimento fica evidente ao analisar os programas e projetos de educação voltado para as juventudes: dos 14 programas e projetos mapeados vinculados à Política Nacional de Juventude, 11 fazem alusão do uso da educação para a capacitação para o mundo do trabalho.

Tal forma de pensar a educação, subordinada aos interesses do grande capital, desconexa o seu princípio básico de desenvolvimento humano, se distanciando de uma educação que, segundo Freire (1959):

[...] possibilite ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o coloque em diálogo constante com o outro. Que o predisponha a constantes revisões. À análise crítica de seus achados. A uma certa rebeldia no sentido mais humano da expressão. (FREIRE, 1959, p. 33)

A redução da educação como forma de preparação para o mercado de trabalho, somado à uma política pública precarizada, reflexo do ideário neoliberal presente no âmbito da política pública, se mostra distante de horizontes emancipatórios e convenientemente funcional à reprodução dos interesses das classes dominantes, uma vez que, como refere Mészáros (2005, p.45): “uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades

é produzir tanta conformidade ou ‘consenso’ quanto for capaz, a partir e através dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados”. E é por meio destes princípios que vem se desenhando, por via das políticas públicas, o direito à educação das juventudes brasileiras, grande parte de seus programas e projetos. O investimento na educação para as juventudes se mostra uma ação fundamental, porém indica-se a necessidade de ampliar processos educativos que possibilitem o pensar crítico, na perspectiva da formação política e cultural, para além da preparação para o mercado de trabalho, especialmente diante da conjuntura atual.

4.3.2 O feixe das políticas de trabalho e juventudes

Vinculada à política de educação, na maioria de suas ações, encontra-se a política de trabalho, uma vez que trabalho e educação são duas preocupações visíveis nas conferências nacionais de juventude e, de certa forma, absorvidas pelas Políticas Públicas Estatais. Como afirma Gonzalez (2009), a saída da escola e a entrada no mundo do trabalho são dois processos que caracterizam socialmente a juventude como ciclo de vida. A inserção no mundo do trabalho se apresenta como um dos principais focos na atual Política Nacional de Juventudes, existindo atualmente 11 projetos cujos objetivos trazem a preparação do jovem para o mercado de trabalho, todos buscando incidir, de certa forma, na “qualificação profissional”. Assim como a questão da educação a preparação para o mundo do trabalho mostra-se como uma das prioridades da Política Nacional de Juventude, desde a sua formulação com a primeira versão do ProJovem em 2005. Isso se dá, especialmente, pela construção social que é reservada ao jovem, como sujeito que necessita ser capacitado para o “mundo adulto”, isso significa, na maioria das vezes, ser “preparado” para o mercado de trabalho.

A discussão a respeito do mundo do trabalho para as juventudes tem centralidade, uma vez que a juventude se manifesta, também, como um momento de construção de possibilidades de autonomias, as quais, em uma sociedade capitalista, são conquistadas em grande parte por meio da venda da sua força de trabalho. Como refere Pochmann (2011), o trabalho encontra-se vinculado ao desenvolvimento humano, especialmente na sua forma ontológica, que representa a capacidade do homem de transformar a natureza e a si mesmo, porém, o trabalho na sua forma histórica, tem sido mais visado como uma condição de financiamento da sobrevivência humana, muitas vezes, desassociado ao desenvolvimento

humano. Diante deste contexto, a maioria das políticas de trabalho voltadas para as juventudes se justificam em função de uma possível baixa qualificação profissional de toda a população, mas especialmente dos jovens, sendo necessário ampliar tal qualificação por via de diversos cursos e atividades, possibilitando o ingresso no mundo do trabalho.

Dessa forma, as ações relacionadas ao mundo do trabalho para as juventudes se calcam no discurso de que a qualificação profissional é fator decisivo para evitar o desemprego juvenil. Porém, ao analisar o contexto do mundo do trabalho em seu atual estágio, é necessário considerar a questão estrutural que transcende a falta de qualificação profissional, em função da escassez de postos de trabalho, acelerada pela lógica da acumulação flexível, como debatido no segundo capítulo. A questão central da relação entre juventudes e inserção do mundo do trabalho não ocorre somente em virtude da pouca ou baixa qualificação profissional, mas pelos poucos precarizados e flexíveis postos existentes no mercado de trabalho. Assim, os postos de trabalho são flexibilizados e precarizados na perspectiva da ampliação do acúmulo de capital, ampliando a exploração da mão-de-obra.

Gonzalez (2009) destaca que:

[...] aprimorar habilidades dos jovens provavelmente ainda não lhes garantirá um espaço muito maior no mercado de trabalho e, mesmo que o fizesse, seria tão somente à custa do aumento do desemprego entre trabalhadores adultos, já que isso tenderia simplesmente a aumentar a concorrência entre trabalhadores por um conjunto limitado de oportunidade de emprego. (GONZALEZ, 2009, p. 121)

O ideário, fortemente presente nas políticas públicas voltadas para as juventudes, que defende a tese de que “a falta de qualificação profissional é fator decisivo para a empregabilidade” mostra-se como mais um dos fetiches reproduzidos pela dinâmica desta política, que oculta o caráter estrutural referente ao desemprego e à precarização do trabalho, isto é, oculta as relações de exploração entre as classes sociais, e ao mesmo tempo, objetiva apaziguar esta luta de classes, com a concepção que a qualificação irá garantir um trabalho com bons rendimentos. Tal concepção é absorvida e reproduzida pelas juventudes, como pode ser observado na análise das conferências debatidas acima. Por meio deste mecanismo ideológico, há um processo de culpabilização da pobreza por sua baixa escolaridade e capacitação, e oculta a estrutura social geradora de desigualdades.

A concepção presente nas políticas de trabalho para as juventudes, que carregam a premissa de que a qualificação profissional é o único aspecto para assegurar postos de trabalho, se inscrevem em uma pauta neodesenvolvimentista. Dessa forma, educação e qualificação para o trabalho se unem com o fim de construir na sociedade brasileira um

“capital social”, visando auxiliar no avanço do país, sendo esta a ideologia pregada na constituição de muitas das políticas públicas para as juventudes no Brasil. Conforme Castro (2014), a ideia de capital social contida nas políticas neodesenvolvimentistas dissemina um novo ideário para o trabalho, para a educação e para a própria individualidade, que oculta os limites estruturais existentes na conjuntura do mundo do trabalho e das relações capitalistas. Mais uma vez, o caráter fetichizado se apresenta nas políticas de educação e nas políticas de trabalho para as juventudes, ocultando a luta de classes e toda a dinâmica produtora de valor e desigualdades, calcada na noção de sucesso individual ou da nação, pela via da capacitação profissional.

O ideário neodesenvolvimentista alimenta a concepção de que o desenvolvimento do país, e dos jovens, se dará pela captação das juventudes para o mercado de trabalho, sendo que o atual contexto das políticas de juventude se organizam, institucionalmente, para corroborar com tal concepção, em detrimento de diversas políticas públicas de caráter universal, mantendo a estrutura de um estado neoliberal. Como refere Hiro (2011), uma transformação da estrutura social não poderá ser alcançada por meio dos próprios organismos estatais, uma vez que estes organismos estão inseridos no contexto e organizados pelo Estado burguês e buscam camuflar as contradições existentes no sistema e, em essência, fará a sua defesa.

Nesse sentido, e ao lado da ideia de “capital social” surge, nas políticas voltadas para as juventudes, a presença do conceito de empreendedorismo relacionado às tais políticas, como revela os objetivos do ProJovem Trabalhador:

Desenvolvimento de cursos de qualificação profissional, com as seguintes ênfases: inclusão digital; valores humanos, ética e cidadania; educação ambiental, higiene pessoal, promoção da qualidade de vida; noções de direitos trabalhistas, formação de cooperativas, prevenção de acidentes de trabalho e empreendedorismo (BRASIL, PROJOVEM TRABALHADOR, 2011)

A citação acima revela, além de uma tendência bastante adultocêntrica que prescreve um “padrão de comportamento” para as juventudes no que se refere a valores humanos, ética, higiene pessoal, entre outros; também alude a questão do empreendedorismo como meio de geração de renda. A noção de empreendedorismo, presente nesta política, está associada a um debate internacional, uma vez que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, no Projeto Regional de Educação para a América Latina e Caribe – PRELAC, aprovado em novembro de 2002 em Havana, tem como pilar a noção de “aprender a empreender”, compreendida como uma alternativa para o desemprego.

Nesse sentido, a concepção de empreendedorismo aparece como uma inserção via “formas alternativas” geradoras de renda, e por si só demonstra um “desvio” do emprego formal, semeando a ideia de autonomia das atividades produtivas para as juventudes. “Ser patrão de si mesmo” mostra-se como um *slogan* bastante difundido e atraente, que se vincula a esta concepção. Costa (2011), ao analisar o empreendedorismo para as juventudes, afirma:

[...] o emprego vai gradualmente deixando de ser a única forma de ingresso no mundo do trabalho. Esse quadro exige que os jovens adquiram uma nova maneira de ver, entender, sentir, agir e interagir diante do mundo do trabalho [...]. O empreendedorismo, no interior desse quadro, emerge como o desenvolvimento de uma atitude básica proativa e construtiva diante da vida como um todo e, de modo particular, diante do trabalho. (COSTA, 2011, p.243)

O mesmo ideário defendido por Costa (2011) está presente na concepção de empreendedorismo nas Políticas de Trabalho para as Juventudes, sendo que tal perspectiva empreendedora se alimenta da concepção que relaciona o empreendedorismo com uma solução ao desemprego juvenil, pois os jovens necessitam ser capacitados para essa tarefa, exigindo “novas habilidades” para o desenvolvimento da ação empreendedora.

O empreendedorismo constitui mais um dos aspectos ideológicos que acarreta na ampliação do individualismo – enquanto elemento fundamental para a manutenção do modo de produção capitalista –, uma vez que parte da falsa ideia de que é possível, por meio de ações individuais, resolver o problema do desemprego juvenil. Conforme Coan (2012), a individualização das iniciativas empreendedoras consiste em jogar para o indivíduo a tarefa de sua autorrealização, visto que se trata de uma ideologia que serve para legitimar a ordem vigente, e não tem poder explicativo da realidade, sendo útil para conformar os sujeitos perante as contradições do mundo do trabalho. Mais uma vez, o empreendedorismo surge como um fetiche, no âmbito das políticas de juventudes, que busca ocultar a raiz produtora do desemprego e precarização no mundo do trabalho.

Nesse sentido, Mészáros (2012) refere que a solução para problemas que surgiam no mundo social a partir de conflitos coletivos, materialmente enraizados, e confrontações de classes cada vez mais acirradas é, normalmente, vislumbrada em termos de remédios individualistas educacionais, constituindo uma metafísica idealista associada aos métodos de manipulação positivista. É nesse sentido que a concepção de empreendedorismo se manifesta nas políticas públicas voltadas para as juventudes, enquanto um “remédio educacional”, uma vez que as juventudes precisam ser “educadas” para serem empreendedoras, mas que oculta

as raízes da Questão Social, jogando sobre o indivíduo toda a responsabilidade de seu sucesso ou fracasso como “jovem empresário”.

A lógica do empreendedorismo presente nas políticas públicas voltadas para as juventudes acarreta na ampliação de valores capitalistas, pela lógica do individualismo e da concorrência, na perspectiva da sedução na ideia de que, pela via da exploração da força de trabalho alheia, esses sujeitos possam alcançar o sucesso. Dessa forma, a noção de empreendedorismo constitui uma forma de acomodação das juventudes a um mercado precarizado e flexível, sem direitos trabalhistas, típico do modelo toyotista, gerando uma gama de subempregos que tendem a gerar frustrações nas juventudes – as quais são responsabilizadas pelos possíveis fracassos de seus empreendimentos – e acirrar o individualismo, favorecendo unicamente a manutenção da propriedade privada e da subjugação de classes sociais.

Diante disso, aponta-se para a necessidade de pensar, para além de uma política de formação profissional e/ou formação profissional empreendedora, ações que possam ampliar a oferta de mercado de trabalho, bem como buscar o desenvolvimento de normas legais que possibilitem o enfrentamento, a precarização e a flexibilização contratual existente na oferta de trabalho para as juventudes. O que significa pensar na contramão do desenvolvimento de uma acumulação flexível, sendo um grande desafio em meio às múltiplas contradições existentes no âmbito do direito ao trabalho decente para as juventudes, o que se mostra uma tarefa extremamente difícil diante do contexto atual que busca o desmantelamento de direitos historicamente conquistados no âmbito do trabalho⁷⁵.

Evidentemente, tais ações não solucionarão a problemática presente no contexto do desemprego juvenil e precarização no mundo do trabalho, em função do caráter estrutural presente neste meio, que é produzido e reproduzido pela produção do valor no modo de produção capitalista, porém, tais estratégias poderão, de forma um pouco mais efetiva, impactar no contexto de violações de direitos no que se relaciona ao mundo do trabalho, dentro dos limites existentes no âmbito da sociedade capitalista.

Apesar de haver esforços na criação de agendas para o trabalho decente para as juventudes, estas pautas ainda não são materializadas nos programas e projetos voltados para a juventude, isto é, o direito a um trabalho digno que possa ampliar perspectivas de proteção de direitos trabalhistas, bem como o enfrentamento a toda a lógica de precarização e

⁷⁵ Refere-se, mais uma vez, a possível aprovação da PL 4330 como exemplo deste contexto.

flexibilização do trabalho juvenil, não estão presentes no campo das políticas de trabalho para este segmento social.

Conforme Rosenfield e Pauli (2012), no debate a respeito do Trabalho Decente, é preciso elencar elementos que tornem o trabalho decente visível, e, assim, integrar a agenda dos diferentes organismos internacionais que lutam por maior justiça, equidade e proteção no mundo do trabalho. Desse modo, somente ações de qualificação profissional não possibilitam a garantia ao trabalho, faz-se necessário o desenvolvimento de políticas afirmativas na perspectiva da proteção de direitos, em meio a um contexto de precarização e flexibilização das relações de trabalho.

4.3.3 O feixe das políticas de segurança pública e juventudes

Além das ações no âmbito da educação e do trabalho, outro aspecto que aparece como uma das ações prioritárias da Política Nacional de Juventude, diz respeito à Segurança Pública. Esta foi uma das demandas das juventudes nas duas conferências, onde foi ressaltada a necessidade do desenvolvimento de ações para o enfrentamento da mortalidade juvenil, especialmente a mortalidade da juventude negra.

Com relação à política de segurança pública, observa-se, a partir de 2013, uma ampliação de projetos voltados para as juventudes, especialmente em função do desenvolvimento do Plano Juventude Viva. Como referido anteriormente, o presente plano se caracteriza como um conjunto de ações, no âmbito das políticas públicas, para o enfrentamento as altas taxas de mortalidade juvenil, especialmente de jovens negros do sexo masculino, como demonstrado do capítulo três desta. O plano busca desenvolver uma série de ações no âmbito da política de educação, esporte, cultura, saúde, segurança pública, trabalho e direitos humanos, na perspectiva de articular uma rede de proteção, tendo como foco a redução das violências e o enfrentamento ao racismo e ao preconceito geracional. As políticas e programas do Plano são direcionados à juventude, com especial atenção aos jovens negros de 15 a 29 anos, em sua maioria com baixa escolaridade, moradores dos bairros com maiores índices de homicídios, tendo prioridade os jovens em situação de exposição à violência, como aqueles que se encontram ameaçados de morte, em situação de violência doméstica, cumprindo medidas socioeducativas, egressos do sistema penitenciário e usuários de *crack* e outras drogas (PLANO JUVENTUDE VIVA, 2013).

O citado plano tem início em janeiro de 2013, priorizando os estados com mais altos índices de homicídio que afetam especialmente jovens negros, sendo que, nos estados, cada município deverá selecionar, com base nos dados do IBGE e DATASUS, os bairros com maior vulnerabilidade social e incidência de homicídios. Os bairros selecionados são priorizados na implantação de equipamentos e serviços voltados prioritariamente aos jovens (PLANO JUVENTUDE VIVA, 2013).

As ações no campo da segurança pública para as juventudes tiveram início especialmente no ano de 2007, com o desenvolvimento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, que se destina a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas (PRONASCI, 2007).

No âmbito deste programa, há dois projetos com foco nas juventudes: o PROTEJO, que busca desenvolver uma formação para jovens com vistas à promoção da cidadania, direitos humanos, qualificação profissional e inclusão social, para a prevenção da violência, da criminalidade e do envolvimento com drogas; e o Mulheres da Paz, que busca capacitar as mulheres atuantes na comunidade para que se tornem, institucionalmente, mediadoras sociais, a fim de construir e fortalecer redes de prevenção à violência doméstica e o enfrentamento às violências que compõem a realidade local e que envolvam jovens e mulheres (PRONASCI, 2007).

Dessa forma, tanto o Plano Juventude Viva quanto o PRONASCI concentram o maior número de projetos no âmbito da segurança pública, sendo esta busca articulada com ações culturais, esportivas, de saúde, educativas e de qualificação profissional. Considera-se que as ações relativas à segurança pública, voltadas para as juventudes, transcendem, em sua formulação, a concepção de repressão ao crime e a violência, uma vez que envolvem ações articuladas com a cultura, do esporte, da educação, entre outros.

Nesse sentido tais ações concentram-se, especialmente, na perspectiva da prevenção às manifestações das violências. Porém, tais ações são focadas na pobreza e nas juventudes em situação de vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo em que tal foco na juventude pobre busca responder aos dados de realidade, conforme apresentado no capítulo 3, que indica esses sujeitos como os mais expostos à violência letal; demonstra uma característica da Política Nacional de Juventude, em seu atual momento, que possui a localização de suas ações nas juventudes pobres (aspecto que será debatido posteriormente).

No que tange aos programas e projetos voltados para as juventudes, relacionados com a Política de Segurança Pública, observa-se que tais ações constituem uma preocupação do Estado Brasileiro, especialmente no que se refere às juventudes pobres. Tal focalização se relaciona com a percepção quanto à “potencialidade” em relação aos crimes que esses sujeitos podem vir a cometer, e revela a tendência (in)visibilizante das juventudes presentes nas políticas públicas voltadas para este segmento social, que se relaciona à tendência da identificação de jovens, especialmente pobres, com transgressão, ocultando as potencialidades presentes nas juventudes.

Com relação ao processo de (in)visibilidade no que toca à segurança pública, a pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CESeC, na cidade do Rio de Janeiro, revela que os jovens são os sujeitos que mais despertam suspeita policial (FERREIRA; FONTOURA; AQUINO; CAMPOS, 2009). Assim, evidencia-se que o processo de (in)visibilidade, debatido anteriormente, ao identificar a juventude pobre como os sujeitos mais propensos ao crime, está presente no desenvolvimento e execução das políticas voltadas para as juventudes. Tal perspectiva (in)visibilizante pode impactar a construção social do medo de jovens com relação aos agentes de segurança, uma vez que tal processo de (in)visibilidade pode acarretar em posturas violadoras de direitos, por meio de ações violentas e truculentas, que distanciam a perspectiva de proteção que a política de segurança pública deveria trazer. É o que revelam os dados da pesquisa citada acima, que identificou que enquanto 49% das pessoas de 50 a 65 anos têm algum medo da polícia, entre os jovens de 15 a 19 anos a proporção sobe para 68% (FERREIRA; FONTOURA; AQUINO; CAMPOS, 2009).

Tal conjuntura aponta que, tanto a formulação quanto a execução de políticas, no âmbito da segurança pública, deve estar calcada na lógica da materialização de direitos humanos, na perspectiva do rompimento com a lógica da (in)viabilidade das juventudes, a fim de realizar um enfrentamento com a lógica da (des)proteção social tão presente, especialmente, junto às juventudes pobres. Conforme Scherer (2013):

[...] especialmente no que tange à segurança pública, ocorre um processo de (des)proteção social no momento em que o Estado busca a proteção da comunidade através de ações repressivas que provocam um processo de afastamento entre Estado e comunidade neste âmbito; e o tráfico busca fomentar na concepção dos indivíduos a figura de proteção social, utilizando estratégias de aproximação com a comunidade; tal processo, porém, mostra-se como ilusório, uma vez que tais medidas, tidas como protetivas, ocultam processos perversos de violação de Direitos Humanos. Com isso, os sujeitos encontram-se (des)protegidos, em um contexto

onde estão expostos às mais diversas formas de violência. (SCHERER, 2013, p. 106)

A repressão violadora de direitos possui um efeito nefasto junto às juventudes, ampliando processos de violação de direitos, catalisando violências e alimentando a lógica do poder paralelo⁷⁶. Nesse sentido, o equipamento e a qualificação dos agentes de segurança pública são aspectos fundamentais, que estão incorporados em muitos dos projetos, tanto no âmbito do Programa Juventude Viva, quanto nas ações do PRONASCI. Porém, aponta-se para a necessidade de continuidade e ampliação de tais ações, na perspectiva de comungar direitos humanos com segurança pública, compreendidos enquanto dimensões inseparáveis.

Mesmo reconhecendo o avanço, no âmbito da segurança pública, ao somar esforços na perspectiva da prevenção da violência, no desenvolvimento de ações articuladas com as demais políticas públicas, no que se refere à educação, ao trabalho, ao esporte, a cultura, entre outros, compreende-se, como destacado acima, as ações na esfera da educação e do trabalho como limitadas à “preparação” das juventudes para atividades laborais. Ou seja, o enfrentamento à violência juvenil, em grande parte dos programas e projetos, de fundo, se calca na educação na perspectiva da qualificação profissional que possui diversos limites. O enfrentamento às violências, e a todo o contexto de (des)proteção social para as juventudes, podem ser realizados a partir de uma articulação com uma rede de proteção social para as juventudes em diversos âmbitos, na perspectiva da garantia de direitos humanos de forma indivisível.

A proteção social para as juventudes, quando reduzida à lógica de preparação para o mundo do trabalho, por meio de um contexto precário de políticas públicas, não materializará o princípio concretizador do direito à segurança. De qualquer forma, pensar a segurança pública, não unicamente como sinônimo de repressão e controle ao crime, constitui um avanço, porém, como destacado, para que este avanço possa realmente se consolidar é fundamental a qualificação e a ampliação de tais políticas, na perspectiva do enfrentamento à precarização no âmbito de todas as políticas públicas.

Não é novidade que o sucesso no enfrentamento da violência e da criminalidade está atrelado a políticas sociais com efeito preventivo [...] O objetivo aqui, mais do que manter os jovens ocupados, é afastá-los das ruas e preencher seu tempo ocioso, deve ser o de lhes dar uma formação completa e integral, oportunidades tanto de trabalho como de lazer, e aumentar o seu leque de possibilidades de socialização, de inserção

⁷⁶ Quanto ao debate da lacuna entre política de segurança pública e juventudes em situação de vulnerabilidade social, ver debate em SCHERER. Giovane Antonio. *Serviço social e arte: juventudes e direitos humanos em cena*. São Paulo: Cortez, 2013.

na vida social e de crescimento pessoal. (FERREIRA; FONTOURA; AQUINO; CAMPOS, 2009, p. 210).

Sendo assim, pensar a política de segurança pública dissociada das demais políticas públicas constitui uma forma de fragmentação de direitos, sendo fundamental a articulação de políticas afirmativas para as juventudes, na perspectiva da universalidade, que possam realmente afirmar a dignidade da pessoa humana. Ações que evocam a necessidade de simplesmente afastar os jovens das ruas e preencher seu tempo ocioso, mostram-se um reforço a perspectivas (in)visibilizantes para as juventudes.

4.3.4 O feixe das políticas de igualdade racial e juventudes

Da mesma forma que há uma ampliação de projetos na área da segurança pública para as juventudes com o Plano Juventude Viva, o mesmo ocorre com políticas na perspectiva da Igualdade Racial. Os projetos voltados para as juventudes negras passam a ser ampliados a partir de 2013, especialmente em função dos altos índices de violência para este segmento. Os projetos geralmente têm o foco na prevenção da violência e saúde da população negra. Contudo, atualmente, no âmbito da atual Política Nacional de Juventude, não se encontra nenhuma ação específica para as juventudes que tenha como objetivo a valorização da cultura afro-brasileira, sendo esta uma dimensão importante no enfrentamento ao preconceito racial.

Conforme Ferreira (2002), a realidade vem se desenhando em meio a pensamentos simplistas na busca de certezas, desenvolvendo horror à ambivalência, determinando uma busca obsessiva pela classificação e pela ordem, sendo um terreno fértil para o desenvolvimento de estereótipos negativos acerca da população negra, posto que a valorização da identidade negra é uma das condições importantes para a reversão do preconceito racial. Evidentemente, a luta pelo enfrentamento ao preconceito racial não se resume à valorização da cultura negra, mas considera-se este um dos elementos que deve ser observado na construção de políticas públicas que trabalhem na perspectiva da igualdade racial.

Apesar dos avanços em reconhecer a importância da realização de ações na perspectiva da garantia dos direitos étnicos raciais, ainda são tímidas as ações nesse sentido no Estado Brasileiro, frente à gigantesca desigualdade entre brancos e negros que se reapresenta em diversos âmbitos. Como demonstrado no capítulo 3, as juventudes negras constituem um dos segmentos sociais mais vulnerabilizados pela dinâmica do capital em seu

atual estágio, sendo fortemente marcados pela construção histórica da sociedade brasileira que impactam na desigualdade seja de renda, de acesso ao mercado de trabalho, de acesso à educação, entre outros.

As juventudes negras, além do direito à vida, necessitam de um conjunto articulado de políticas que possam materializar a igualdade de oportunidade e defesa da sua dignidade, como refere a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial e determina como dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, sendo reconhecida a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, a Política Nacional de Juventude, apesar dos avanços, fruto de constantes lutas de movimentos sociais, ao reconhecer a necessidade de pensar ações para o combate à mortalidade da juventude negra, necessita considerar um conjunto de desigualdades que esta população vivencia, seja no âmbito do trabalho, do acesso à renda, as dificuldades de manter-se nos processos de escolarização, sendo necessário o desenvolvimento de ações que possam materializar o direito à segurança de forma ampliada.

4.3.5 O feixe das políticas de cultura e esporte para as juventudes

As ações na esfera da Política de Esporte e Cultura também possuem destaque nas políticas públicas de juventudes, na maioria das vezes articuladas a política de educação e segurança pública, reconhecendo as escassas possibilidades culturais e esportivas para as juventudes, especialmente em território de maior vulnerabilidade social. Esporte e cultura também representam demandas visíveis nas duas Conferências Nacionais de Juventude, sendo essas demandas incorporadas no âmbito da Política Nacional de Juventude. O reconhecimento da importância de tais ações mostra-se de extrema relevância, uma vez que o direito à cultura e ao esporte constituem elementos citados nos documentos internacionais e no recente Estatuto da Juventude, sendo direitos ao desenvolvimento integral das juventudes.

Apesar da eminente importância do desenvolvimento de ações, tanto no âmbito do esporte, como da cultura, observa-se, muitas vezes, que tais políticas podem carregar consigo a perspectiva de ocupação do “tempo ocioso das juventudes”, o que indica uma concepção ligada a processos de (in)visibilidade, como destacado anteriormente. Tal ideário fica evidente ao analisar o Programa Segundo Tempo que apresenta em suas diretrizes a seguinte informação: “Os núcleos de esporte educacional *visam ocupar o tempo ocioso dos*

beneficiados e oferecem, no contraturno escolar, atividades esportivas [...]” (BRASIL, 2011). No site do Ministério do Esporte, encontra-se a seguinte informação sobre o programa: “Trata-se de uma forma *de evitar que fiquem nas ruas*, ao mesmo tempo em que se formam verdadeiros cidadãos” (BRASIL, 2015).

Assim, muitas ações no campo da cultura e do esporte carregam consigo a perspectiva histórica das políticas para as juventudes que partem do pressuposto de que especialmente as juventudes pobres pertencem às “classes perigosas” e necessitam ter seu tempo preenchido para evitar o envolvimento com atividades ilícitas. Desse modo, Spósito (2005) refere que muitas ações voltadas para as juventudes configuram uma forma de gestão institucional do tempo livre e ocioso dos jovens pobres, considerados uma ameaça para a ordem pública, sendo que tais ações transformam as juventudes de “vítimas” em “réus”, pois a inatividade forçada seria necessariamente a antessala da violência e do crime.

O direito ao esporte constitui uma forma fundamental de garantir o direito à saúde das juventudes, bem como podem possibilitar um meio de sociabilidade. Segundo Poirier (2011), o esporte auxilia no fortalecimento do organismo de maneira geral, melhorando aspectos psicológicos, físicos e sociais, ensinam a trabalhar em equipe e a conviver com as diferenças. Dessa forma, reduzi-lo a mero entretenimento, como forma de ocupação do tempo livre dos jovens pobres, esvazia de sentido estas duas dimensões e não possibilita a materialização desses direitos.

Do mesmo modo, tal concepção de “ocupação de tempo livre dos jovens” também se apresenta de forma muito presente nas políticas culturais, se distanciando da noção de direitos no que se refere à cultura. Nesse sentido, o direito à cultura pressupõe a perspectiva da formação integral, sendo que esse direito possibilita o acesso do jovem ao conjunto simbólico e material das atividades humanas (CHAUÍ, 1996). Para Gramsci (2002), cultura é organização, disciplina do próprio interior, a apreensão da personalidade, a realização de uma maior consciência a partir da qual se pode compreender o valor histórico que tem a sua função na vida, os seus direitos e deveres. Desse modo, o direito à cultura, não resumido como meio de acesso a uma indústria cultural⁷⁷, mas sim como forma de acesso a atividades humanas de construção de conhecimentos, pode possibilitar novas formas de construção de conhecimentos. A simplificação da cultura e do esporte como meio de entretenimento para

⁷⁷ Indústria Cultural é a forma pela qual a produção artística e cultural é organizada no contexto das relações de produção, lançada no mercado e consumida, dessa forma, ela ocupa um lugar de lazer na vida do trabalhador, sem que para isso ele necessite o desenvolvimento do pensamento crítico (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

“tirar as juventudes pobres das ruas”, além de constituir uma perspectiva (in)visibilizante, retira todo o potencial crítico contido nessas manifestações humanas.

4.3.6 O feixe das políticas de saúde e juventudes

A Política de Saúde para as juventudes se destaca com três projetos de cunho nacional, não exclusivamente para as juventudes, mas cujos objetivos têm foco nos jovens. Destes projetos, dois possuem relação com a segurança pública e com a igualdade racial, destacando articulações importantes na medida em que compreende o elevado número de homicídios como um problema de saúde pública.

Pensar a saúde como uma política universal, enquanto um direito de acesso de todos, constitui um elemento fundamental, porém, remete ao reconhecimento da necessidade de ampliação de serviços que possam atender as demandas das juventudes, visto que o atendimento de segmentos específicos representa uma importante estratégia no campo da materialização dos princípios do Sistema Único de Saúde – SUS. Nesse âmbito, aponta-se para a importância da criação da “Saúde das Juventudes”, com ações específicas para este segmento social no que se refere a sua faixa etária de 15 a 29 anos, a fim de fomentar ações, de maneira intersetorial, para atendimento das juventudes em suas várias demandas por saúde.

Embora exista, desde 1999, o debate acerca de uma agenda nacional de atenção à saúde do adolescente e jovem, ainda não há a criação de uma política nacional relativa à saúde das juventudes. Observa-se que os esforços citados na formulação da referida política não estão de acordo com a legislação brasileira atual, que amplia a faixa etária das juventudes até os 29 anos, uma vez que os documentos da proposta de agendas para juventudes indicam a idade de 24 anos como idade limite para o desenvolvimento de ações. Na maioria das vezes, os programas e projetos se resumem a ações que possuem os adolescentes como público-alvo, sendo que, em muitos documentos no âmbito da política de saúde o termo “jovem” é utilizado como um simples sinônimo do termo “adolescente”, demonstrando distanciamento desta política pública com o debate dos direitos das juventudes, afirmados no Estatuto da Juventude. Isso significa afirmar que há uma centralização no debate em torno da temática adolescência, não abrangendo o segmento juvenil após os 18 anos de idade.

Segundo Paiva, Ribeiro, Silva et al (2009), tomando por base os dados de internação de jovens, fornecidos pelo Ministério da Saúde, as principais complicações de saúde

vivenciadas pelas juventudes são relacionadas à gravidez e parto puerpério, lesões e envenenamentos⁷⁸, transtornos mentais, doenças do aparelho digestivo, dentre outras.

Além das altas taxas de mortalidade juvenil, as juventudes possuem uma série de demandas para a política de saúde que necessitam ser observadas, pela garantia do direito à saúde, no que se refere à promoção, prevenção e vigilância em saúde para esse segmento social.

Tais demandas por saúde são observadas nas Conferências Nacionais de Juventude, onde os jovens solicitam especial atenção para os direitos sexuais e reprodutivos, especialmente relativo ao alto índice mortalidade juvenil materna, bem como apontam a necessidade de uma maior participação na Política de Saúde e afirmam o seu posicionamento quanto à proteção contra o conjunto de precarizações e desmantelamentos desta política pública cotidianamente. Nesse sentido, Bravo (2009), ao contextualizar o processo histórico de construção da saúde no Brasil, refere:

A proposta de Política de Saúde construída na década de 1980 tem sido desconstruída. A Saúde fica vinculada ao mercado, enfatizando-se as parcerias com a sociedade civil, responsabilizando a mesma para assumir os custos da crise [...]. Com relação ao Sistema Único de Saúde (SUS), apesar das declarações oficiais de adesão ao mesmo, verificou-se o descumprimento dos dispositivos constitucionais e legais e uma omissão do governo federal na regulamentação e fiscalização das ações de saúde em geral (BRAVO, 2009.p. 14).

O desmantelamento da Política de Saúde, vivenciada nas últimas décadas, atinge não só as juventudes, mas toda a população brasileira, visto que as demandas das juventudes para a qualificação desta política pública não vêm sendo materializadas na órbita do Estado, seja pela ausência de uma política específica para as juventudes, seja pela crescente precarização da própria política, que, pela via neoliberal, reduz a luta histórica por este direito a uma mercadoria, minimizando o papel do Estado no princípio universal da garantia deste direito. A universalidade da política de saúde é um construto histórico de diversas lutas que não ficaram no passado, mas de lutas pulsantes na realidade presente, necessárias para assegurar o direito à vida de todos os segmentos sociais.

⁷⁸ Ressalta-se que, segundo o Mapa da Violência de 2014, os jovens constituem o segmento social que mais se suicida no Brasil, sendo que o suicídio é considerado um problema de saúde pública.

4.3.7 O feixe das políticas de assistência social e juventudes

A mesma tendência que aparece na Política de Saúde, no que se refere à ausência de ações específicas para juventudes após os 18 anos, ocorre também na Política de Assistência Social, que atualmente conta com três ações com foco nas juventudes: o ProJovem adolescente, específico para jovens de 15 aos 18 anos; o Benefício Variável Jovem, não sendo uma ação desenvolvida pela política, mas a ampliação de R\$ 38,00 por jovem de 16 e 17 anos, até o limite de 2 jovens, do benefício para Bolsa Família para as famílias beneficiárias; e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. O PRONATEC visa ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, não sendo um programa específico para as juventudes, mas tendo as juventudes, a partir dos 16 anos, como um dos públicos prioritários.

Os programas e projetos voltados para as juventudes, no âmbito desta política pública, se resumem à complementação de programas de transferência de renda e à qualificação profissional para adolescentes. Considerando as juventudes como um dos segmentos populacionais mais afetados pela dinâmica da pobreza, conforme debatido no capítulo 3, observa-se uma lacuna no campo desta política no momento em que não se encontra nenhum projeto específico voltado para as juventudes após os 18 anos. Na esfera desta política, as ações ou ainda não são totalmente voltadas para jovens adolescentes, sendo que as juventudes encontram-se diluídas em suas particularidades em propostas voltadas para os demais segmentos da população. Tal constatação também é observada por Jaccoud, Hadjad e Rochet (2009), ao analisar a Política Nacional de Assistência Social no que se refere às ações voltadas para as juventudes

Devem ser destacadas as ações desenvolvidas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), bem como o programa Benefício de Prestação Continuada (BPC). Todas estas iniciativas se debruçam sobre vulnerabilidades específicas. Contudo, permanecem relativamente pouco atentas tanto à questão da diversidade que marca este público como a especificidade deste momento do ciclo de vida. (JACCOUD; HADJAD; ROCHET, 2009, p.171)

Diante disso, observam-se lacunas no desenvolvimento da Política Nacional de Assistência Social, no que diz respeito a ações que possam considerar as particularidades deste segmento juvenil. São diversas as demandas das juventudes que ora ocultas, diluídas em ações dirigidas para as famílias ou para mulheres, ora completamente invisibilizadas por tal

política. Em relação a esta invisibilidade, a ausência de projetos e programas específicos de caráter nacional, voltados aos jovens em processo de saída de acolhimento institucional por maioria, mostra-se um exemplo emblemático. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente refira, em seu Artigo 33, que a medida de acolhimento institucional deva ter um caráter temporário e excepcional, não são raras as situações de crianças e adolescentes que permanecem em instituições, por diversas razões, até os seus 18 anos. Ao completar a maioria, o jovem acolhido institucionalmente deve ser desligado do abrigo em que se encontra, devendo, portanto, iniciar uma vida independente, tendo um histórico de diversas violações de direitos.

No cerne desta concepção está ancorada a ideia de que o sujeito, ao completar a sua maioria legal, possui plenas capacidades de exercício da sua autonomia, isto é, ao deixarem a adolescência não necessitam mais de proteção. Porém, o jovem, ao sair do acolhimento institucional, enfrenta um contexto marcado pela ausência de direitos, seja pela ausência de moradia, trabalho, educação, entre outros. Diante desse contexto, observa-se que não há nenhuma política de caráter nacional⁷⁹ que possa articular ações para a garantia de direitos de jovens saídos do acolhimento institucional por maioria.

Apointa-se para a necessidade de desenvolver ações específicas para as juventudes, no âmbito desta política, a fim de perceber as particularidades deste segmento social em todos os níveis de complexidade⁸⁰. Para garantir as seguranças, como prevê a Política Nacional de Assistência Social, é indispensável compreender o momento de vida e as particularidades das juventudes que acessam este serviço, somente ações no âmbito da “qualificação profissional” para os adolescentes não garantem o direito à assistência social.

Apesar de a Constituição Federal, por meio da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 65, aprovada em 2010, que inseriu o termo “jovem” no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais, apontar que as juventudes necessitam de proteção por parte do Estado, tal segmento ainda mostra-se carente de proteção na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, conforme pode ser observado no seu artigo 2º:

⁷⁹ Apesar da existência, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, do Serviço em Acolhimento em Repúblicas voltado para pessoas maiores de 18 anos, mas não exclusivamente jovens, em situação de abandono, vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustento. Tal serviço constitui uma ação bastante pontual, ficando a cargo do gestor municipal a sua implantação, o que gera uma escassez de vagas na realidade nacional, sendo inexistente em muitas regiões do Brasil.

⁸⁰ Refere-se aos seguintes níveis de complexidade no âmbito da Política de Assistência Social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, que se subdivide em Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (BRASIL, LOAS, 1993).

Nesse sentido, aponta-se como um desafio para a atual Política Nacional de Assistência Social o necessário reconhecimento das juventudes como segmento social que necessita de proteção. Tal desafio se inscreve em uma conjuntura maior, uma vez que não basta somente o reconhecimento de proteção para jovens por parte desta política pública, mas o fortalecimento da Assistência Social como uma política inscrita no âmbito da Seguridade Social, na perspectiva do rompimento com a lógica do favor, do clientelismo, do mandonismo, da desprofissionalização como elementos enraizados na cultura desta política (DEGENSZAJN et al, 2011). No enfrentamento às diversas manifestações da (in)segurança que as juventudes vivenciam em seu cotidiano, a Política de Assistência Social pode ter um papel fundamental, na medida em que o direito das juventudes à Assistência Social passa a ser pensado em todos os níveis de complexidade, e articulado com as demais políticas públicas.

4.3.8 O feixe das políticas de meio ambiente e desenvolvimento agrário

As Políticas de Meio Ambiente podem ser percebidas através do Programa Juventude e Meio Ambiente, que visa estimular o debate e a ação socioambiental das juventudes brasileiras, por meio da articulação institucional, compreendendo a importância do protagonismo juvenil em ações ambientais. Neste programa é possível perceber a perspectiva que compreende o jovem como um “vir a ser” responsável pelo amanhã, traduzindo a concepção romântica das juventudes, conforme debatido no capítulo 3 da presente tese.

O debate das questões ambientais é essencial, diante da lógica predadora do modo de produção capitalista, porém não pode ser feito descolado de uma perspectiva crítica, que possa perceber a questão ambiental para além de ações individuais. Conforme Pinto e Zacarias (2010), o capitalismo contemporâneo vem induzindo uma série de contradições que destroem o trabalho, a natureza e a possibilidade de reprodução da humanidade, resultado de uma crise estrutural do capital, que se configura como uma crise considerada orgânica, endêmica e permanente, na qual o sistema se encontra com seus próprios limites intrínsecos.

Nesse sentido, a educação ambiental não pode se furtar de debater a dinâmica predatória que é reproduzida pelo modo de produção capitalista, em seu atual estágio. Como abordado no capítulo 2, a insegurança ambiental não está desassociada com as demais manifestações da (in)segurança presentes na realidade contemporânea, tendo como elemento catalisador as relações de produção e reprodução do capital. Então, incidir somente no âmbito individual com relação às questões ambientais, é como compreender a realidade somente levando em consideração a ponta de um grande *iceberg*, isto é, seria como incidir na realidade somente no âmbito de um de seus fragmentos. Desse modo, a educação ambiental é fundamental, porém, torna-se necessário realizá-la de modo crítico, despertando o saber a respeito de compreensões totalizantes da realidade social.

Além do Programa Juventude e Meio Ambiente, outra ação que se vincula à Política de Meio Ambiente, ao lado da Política de Educação e Trabalho, é o ProJovem Campo - Saberes da Terra, um projeto que visa elevar a escolaridade e proporcionar qualificação profissional para agricultores(as) e familiares, buscando estimular o desenvolvimento sustentável, com recorte agroecológico e enfoque territorial. O ProJovem Campo - Saberes da Terra constitui uma ação voltada para a juventude rural, tendo como perspectiva a permanência do jovem vinculado ao campo. Dessa forma, esta modalidade do ProJovem segue os mesmos moldes das demais modalidades, ou seja, com foco na educação para “qualificação profissional”, porém adaptada às particularidades do campo.

Com o mesmo propósito de manter os jovens no campo, vinculado à Política de Desenvolvimento Agrário, menciona-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF jovem, que busca oferecer baixas taxas de juros de financiamentos rurais a jovens agricultores e familiares, entre 16 e 29 anos, que cursaram ou estejam cursando o último ano em centros de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio. Tais programas também buscam dar respostas das demandas das juventudes referidas nas duas conferências, no que se refere às demandas das juventudes do campo para acesso à terra.

Nesse sentido, percebe-se um avanço ao considerar as juventudes como um segmento social que necessita ser contemplado pelo PRONAF, porém, há que se questionar o acesso à terra somente pela via do crédito. Evidencia-se que a lógica da propriedade privada se apoia no crédito, que, independente da sua taxa de juros, representa um capital que rende lucros para a instituição que o financia, como refere Iamamoto (2007), o caráter alienado da relação

do capital alcança seu ápice no capital que rende juros, que representa a mera propriedade do capital como meio de apropriar-se do trabalho alheio presente e futuro.

Na realidade brasileira, a concentração da propriedade da terra está profundamente enraizada na formação histórica do país, sendo que tais raízes remontam à natureza da colônia e das leis coloniais, as quais introduziram graves distorções na distribuição das terras e, a partir da segunda metade do século XIX, no funcionamento do mercado fundiário (BUAINAIN; PIRES, 2004). Nesse sentido, a Política Nacional de Juventude, por meio do PRONAF Jovem, pretende impactar o contexto de desigualdade social no campo pela via do crédito, distanciando-se de qualquer luta pelo acesso à terra através de formas mais igualitárias, como pela realização da reforma agrária. Tal aspecto demonstra a opção de um Estado, que, sob o caráter neodesenvolvimentista, prioriza a ampliação do capital, ao buscar impactar de forma mais efetiva a desigualdade quanto ao acesso à terra na realidade brasileira.

Evidentemente, a realização da reforma agrária não irá solucionar a desigualdade social no campo, em função dos fatores estruturais presentes na lógica da reprodução da pobreza, assentada na própria dinâmica da propriedade privada, porém, a reforma agrária, tende a contribuir para o enfrentamento a esta desigualdade, que possui profundas raízes históricas na construção social brasileira. Assim, conforme Buainain e Pires (2004), a reforma agrária tem sido utilizada como ferramenta motivada pela inquietação com relação às crescentes tensões suscitadas pela concentração da posse de terras em mãos de, relativamente, poucos proprietários, numa economia onde a mão de obra é abundante.

Apesar dos programas e projetos voltados para as juventudes do campo, também, responderem as demandas presentes nas Conferências Nacionais de Juventude, não observa-se nenhum programa relacionado à Política Nacional de Juventude que trate especificamente das particularidades dos jovens em relação ao acesso à terra de comunidades tradicionais e quilombolas. Tal aspecto constitui uma lacuna no âmbito desta política, uma vez que, como debatido anteriormente, as juventudes quilombolas ou remanescentes de comunidades tradicionais são um segmento social que historicamente tiveram o seu direito à terra negado, catalisando uma desigualdade social com agudizadas raízes históricas.

Sendo assim, as ações voltadas para os jovens do campo concentram-se em ações relacionadas à qualificação profissional e acesso à terra pela via do crédito, tendo ambos os projetos o intuito de possibilitar ao jovem permanecer no campo. É importante considerar não somente a perspectiva de manter o jovem no campo, mas propiciar que esse jovem tenha acesso a uma rede de serviços que possibilitem acesso aos seus direitos.

Historicamente, a população rural vem enfrentando uma conjuntura de dificuldade de acesso a serviços públicos de qualidade, que possam realmente garantir direitos. A Política Nacional de Juventude, para cumprir os seus princípios de possibilitar a materialização dos direitos de todos os jovens brasileiros, necessita desenvolver ações relevantes no enfrentamento a todo o contexto de vulnerabilidade vivenciada pelo jovem no campo, a fim de tencionar o desenvolvimento de uma rede de proteção para esses jovens, o que constitui um grande desafio em um país de dimensões continentais como o Brasil, em um contexto de políticas focalizadas por meio de concepções neodesenvolvimentistas. Pensar ações voltadas para as particularidades das juventudes rurais é fundamental em um contexto de poucas políticas públicas para este recorte, a maioria das ações é voltada à juventude urbana, sendo que somente duas são destinadas exclusivamente à juventude rural.

4.3.9 O feixe dos direitos humanos nas políticas de juventudes

Todas as ações pensadas nas diversas políticas públicas para as juventudes possuem relação com os Direitos Humanos, visto que buscam materializar direitos das juventudes, como refere Piovesan (2004).

A efetiva proteção dos direitos humanos demanda não apenas políticas universalistas, mas também específicas, endereçadas a grupos socialmente vulneráveis, enquanto vítimas preferenciais da exclusão. Isto é, a implementação dos direitos humanos requer a universalidade e a indivisibilidade desses direitos, acrescidas do valor da diversidade (PIOVESAN, 2004, p.31).

Dessa forma, pensar a garantia de direitos para as juventudes demanda comungar uma política universal, sem esquecer das particularidades deste segmento social, tanto no que se refere à questão etária, como no que diz respeito à raça, classe social, gênero, dentre outros elementos que compõem a diversidade deste segmento social. Nesse sentido, é imprescindível o desenvolvimento de ações que possam transversalizar diversas políticas públicas, articulando-as, possibilitando a garantia de direitos de forma universal e indivisível. É com esta proposta que se configura o Programa Estação da Juventude, que se configura como uma ação transversal, buscando articular todas as políticas públicas na perspectiva da indivisibilidade de direitos. Vinculado diretamente à Secretaria Nacional de Juventude, o projeto visa disponibilizar informações, orientações e atividades para que os jovens possam acessar programas, serviços e ações que assegurem e contribuam para a garantia de seus

direitos, representando um ponto de articulação das diversas políticas e ações úteis às juventudes no território (PROGRAMA ESTAÇÃO DA JUVENTUDE, 2013). A articulação de tais políticas, na perspectiva intersetorial, é essencial para a materialização dos direitos das juventudes, sendo necessária a sua ampliação e fortalecimento.

Evidentemente, tal programa, assim como os demais no âmbito da Política Nacional de Juventude, carrega consigo as perspectivas presentes no cerne das políticas voltadas para as juventudes, sendo a focalização na pobreza e a oferta de serviço de qualificação profissional. Entretanto, pensar em ações que possam articular serviços na perspectiva da garantia de direitos das juventudes se torna fundamental em um contexto de fragmentações de ações, contudo, é igualmente essencial o fortalecimento e ampliação destas ações, a fim de possibilitar a efetiva garantia de direitos.

4.3.10 O fetiche das juventudes como instrumento de desenvolvimento social: a (des)proteção social como reflexo do sociometabolismo do capital

Diante de todos esses feixes de políticas públicas, é possível perceber como vem se constituindo o atual holograma da Política Nacional de Juventude, que, muitas vezes reproduz fetiches, ocultando dimensões estruturais presentes na realidade, seja por suas lacunas, seja pela sua focalização na perspectiva de qualificação profissional para os jovens pobres. Dessa forma, torna-se visível como a política pública voltada a este segmento social vem buscando fazer o enfrentamento da conjuntura de (in)segurança voltada para as juventudes.

Nesse sentido, é possível observar que dos 32 programas e projetos mapeados em território nacional, 21 são destinados para jovens em situação de risco e vulnerabilidade social e 8 trabalham na perspectiva da transferência de renda ou repasse de alguma bolsa ou benefício para os jovens (APÊNDICE G). Tal contexto indica, com já apontado anteriormente, a tendência da atual Política Nacional de Juventude em centrar suas ações para as juventudes em situação de vulnerabilidade social. Este dado destaca a realidade das juventudes brasileiras, que, como apontado no capítulo 3, vivenciam mais intensamente as sequelas da questão social, especialmente a pobreza. Ao mesmo tempo, a concentração de ações para as juventudes em situação de vulnerabilidade social indica uma focalização nas juventudes pobres. Esta questão demonstra que há um caráter de classe nas políticas de juventudes (GONZALEZ, 2009), pois, na maioria das vezes, buscam preparar o jovem pobre para o mercado de trabalho, com ações de qualificação profissional e ampliação do processo

educacional, focado na qualificação profissional. Mesmo as ações destinadas à prevenção da violência, em sua maioria, trazem a concepção da educação e preparação para o mundo do trabalho.

A focalização de políticas públicas para as juventudes pobres, acompanhadas de programas de transferência de renda, constitui mais um reflexo da política neodesenvolvimentista que vem impactando as políticas públicas brasileiras. Evidentemente, o acesso à renda para os jovens pobres significa um importante benefício, em um contexto com poucas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho. Porém, as exigências de suas contrapartidas podem constituir novos modelos que, se não estiverem submetidos à crítica, são potencialmente disseminadores de novas formas de dominação, obscurecidas pelo discurso da inserção social e da cidadania (SPÓSITO, 2005). Sendo assim, a Política Nacional de Juventude já nasce em um contexto de ampliação de políticas de cunho neodesenvolvimentista e, evidentemente, seus programas e projetos reproduzem esta lógica que concentra nos jovens pobres suas principais ações. Diante desse contexto, mostra-se fundamental o questionamento:

Os programas, por serem focalizados, atingem um segmento de jovens que vive em territórios destituídos de serviços básicos, predominando uma quase absoluta ausência do Poder Público. Espera-se que essa população retorne à escola pública para concluir seus estudos (sabemos que não são poucas as dificuldades inscritas nessa meta), que participe, quase de modo diário, de atividades educativas em alguma sede de associação local e, além disso, promova o desenvolvimento do seu bairro, quando o Estado e outras instituições não o fizerem. Porque esse conjunto de exigências e tais expectativas se dirigem apenas aos jovens pobres? Por que jovens de classe média e de elite, alguns alunos de escolas técnicas federais ou de universidades públicas, usufruindo serviços gratuitos mantidos pelos impostos, não estão também submetidos a qualquer contrapartida comunitária, sabendo-se que teriam facilidades para essa ação, diante de seu capital cultural e social? (SPÓSITO, 2005, p. 165).

Dessa forma, evidencia-se que as políticas públicas não configuram ações neutras, mas reproduzem discursos ideológicos presentes na conjuntura social da sociedade capitalista, e se materializam de forma contraditória no âmbito da reprodução do capital e garantia de direitos. A atual configuração das políticas públicas para as juventudes se concentra na “administração e controle” da juventude pobre, por meio de políticas que se centram na educação e no trabalho, na perspectiva da capacitação juvenil para atividades laborais. A inserção no mercado de trabalho, quando se torna possível, é geralmente por meio de contratos flexíveis, trabalhos precarizados, com baixas remunerações, que acarretam uma inserção produtiva de forma precária.

De um lado políticas públicas que trabalham na perspectiva na inserção juvenil em um contexto de precarização de relações de trabalho, que quando conseguem ser inseridos, percebem uma conjuntura de trabalhos por tempo determinado, subcontratos com poucos direitos trabalhistas, enfim, uma conjuntura de precarização que invade toda a sua vida em diversas dimensões. Por outro lado, um crescente mercado informal-ilegal, vinculado ao narcotráfico, se torna extremamente atraente em um contexto onde o fetiche da mercadoria se amplia, escalando milhões de jovens para as suas atividades extremamente lucrativas e violentas. Entretanto, no momento em que as ações no âmbito desta política pública reproduzem a relação juventude pobre – qualificação profissional – redução da violência, acaba por acarretar a ampliação da compreensão simplista e fragmentada de que a (in)segurança é, unicamente, produto da falta de qualificação profissional e produtora de violências.

Nesse sentido, as políticas destinadas às juventudes, assim como as demais políticas públicas, possuem um teor normativo, pois prescrevem ou enfatizam normas, significados ou conteúdos simbólicos que incidem sobre expectativas de disseminação de condutas juvenis consideradas adequadas para um determinado tempo e espaço (SPÓSITO, 2005). As tendências na compreensão das juventudes também são visíveis na formulação das políticas públicas, como pode ser observado em alguns documentos vinculados à Política Nacional de Juventude:

O que o Projovem Adolescente dá ao jovem é a oportunidade de vivenciar e de participar desse processo coletivo, onde ele, o jovem, **dará de si para alcançar um bem comum**, que repercute positivamente na vida de todos, da sua, do coletivo e do território. É óbvio que, neste processo, existem várias e importantes aquisições individuais, que os jovens levarão para a sua vida e **o ajudarão a enfrentar o mundo**. Entre elas, espera-se, a descoberta íntima, com base na experiência vivida, do potencial realizador da organização e da ação coletiva, ou, em palavras bem simples, que **“a união faz a força”**. Pensando-se em grandes escalas, em gerações de jovens passando pelo Projovem Adolescente, trata-se de fomentar a **formação de “capital social”** nos territórios de maior vulnerabilidade, **contribuindo para um movimento de inclusão social das comunidades que os constituem**. [...] Neste sentido, é possível perceber os coletivos juvenis como vetores da **transformação social**. (PROJOVEM ADOLESCENTE, 2007 - grifamos)

O trecho citado acima demonstra a construção social da concepção romântica da juventude, que parte do pressuposto de que o jovem poderá ser um “agente transformador” da sua realidade, a partir da capacitação dada por meio do programa, contribuindo para a “inclusão social” das comunidades. A tônica da afirmação está associada à ideia de que as desigualdades são resultado da falta de “capital social”, sendo que as ações neste âmbito

poderão transformar a realidade por meio da ação das juventudes. Tal compreensão mostra-se fragmentada, uma vez que oculta a real produção das desigualdades sociais, sendo as relações de produção presentes no modo de produção capitalista, além de fortalecer a culpabilização dos sujeitos, no momento em que colocam sobre eles a responsabilidade de serem os únicos agentes de transformação da realidade e de desenvolvimento social.

Dessa forma, tal concepção, além de fortalecer a visão idealizada das juventudes, acaba por responsabilizar os sujeitos por sua situação de (in)segurança.

A atual Política Nacional de Juventude apresenta-se como um importante e recente avanço na busca pela materialização do direito à segurança, porém, tal política, reproduz o discurso neodesenvolvimentista, na medida em que possui como foco principal a pobreza e o investimento em capacitação profissional, ou seja, de preparação de “capital social para a transformação social”, sem levar em consideração os processos estruturais de exclusão do mundo do trabalho e de ampliação de processos de (in)segurança.

Assim, como lembra Sampaio Jr (2012), o neodesenvolvimentismo constitui um esforço para dar uma nova roupagem à velha teoria da modernização, como solução para os graves problemas das populações que vivem no elo fraco do sistema capitalista mundial. Nesse sentido, observa-se que as ações pensadas no âmbito da Política Nacional de Juventude tornam-se o reflexo de um Estado Neodesenvolvimentista, pois nasce no momento histórico em que se amplia esta perspectiva estatal, utilizando-a como estratégia de fomento e fortalecimento ao mercado, cumprindo o pressuposto neoliberal de colocar a estabilidade econômica como meta suprema das ações do Estado.

Este caráter se evidencia na análise das políticas voltadas para as juventudes, onde é possível perceber que grande parte das ações busca fazer o enfrentamento à conjuntura de (in)segurança pela via da “inclusão” de jovens ao “livre mercado”. Através da capacitação profissional ou de programas de transferência de renda, tais ações são focalizadas no “jovem pobre”, reconfigurando ações de “controle da pobreza juvenil”, com vistas a “melhorar a qualidade de vida de toda a população”. Tal perspectiva neodesenvolvimentista, por configurar um modelo híbrido dentro de uma estrutura neoliberal, que comunga algumas concepções do desenvolvimentismo e do neoliberalismo, acarreta ações pontuais, fragmentadas e sem considerar elementos universais em seu desenvolvimento, além disso, não avança na qualificação de tais políticas, resultando em um processo de precarização das ações voltadas para a garantia de direitos.

Dessa maneira, a execução das ações e propostas, voltadas para a garantia dos direitos das juventudes, pode reproduzir nova roupagem à velha concepção de controle das “classes perigosas”, sendo a figura do “jovem pobre” o foco de tais ações, na perspectiva de controle a “futuros criminosos” por meio da educação para o trabalho, na tentativa de inserir este jovem no precário mundo do trabalho e educá-lo, em uma visão messiânica para “salvar sua comunidade”. Tal debate não possibilita a reflexão dos limites conjunturais existentes nesta realidade, nem avança para o debate do necessário fortalecimento do investimento estatal em ações transversais às juventudes e aos outros segmentos sociais, como: ampliação da saúde pública, qualificação nos serviços de assistência social, ampliação de bases legais para o enfrentamento à precarização do mundo do trabalho, entre outras questões. O debate da qualificação de todas as políticas públicas, de forma universal, atendendo as particularidades das juventudes, muitas vezes fica “no escuro”, isto é, invisibilizado pela focalização na pobreza presente nas políticas de juventudes. Tal afirmação que se evidencia nas demandas das juventudes por políticas públicas nas Conferências, no que se refere à universalidade de políticas públicas, especialmente na saúde, ou qualificação do acesso à moradia para todos os jovens, não são materializadas em ações concretas no âmbito da Política Nacional de Juventude, uma vez que tal política é focalizada na pobreza, tendo como finalidade última a qualificação do jovem para o mercado de trabalho.

Assim, o discurso neodesenvolvimentista encontra-se fortemente presente nas políticas públicas, movimentando o fetiche das juventudes como instrumento do desenvolvimento. No momento em que as políticas públicas fazem o enfrentamento às manifestações da (in)segurança vivenciadas pelas juventudes, por meio de ações voltadas para a preparação do mercado de trabalho das “juventudes pobres”, tem-se como premissa o discurso fetichizado de que a (in)segurança é produzida pela falta de “desenvolvimento”, sendo necessário o investimento na qualificação destes sujeitos. Tal concepção ocasiona processos de culpabilização dos sujeitos pela falta de segurança, responsabilizando os mesmos pela (in)segurança vivenciada. Além deste aspecto, no que tange à responsabilização destes sujeitos, tal concepção centra-se em uma perspectiva de desenvolvimento direcionada aos meios de produção na lógica do capital, isto é, o desenvolvimento econômico como fator propulsor do desenvolvimento social. Evidencia-se, mais uma vez, uma dimensão fetichizada no âmbito destas políticas, uma vez que o desenvolvimento das forças produtivas no capital não acarreta o desenvolvimento social, pelo contrário, tende a acarretar a ampliação das relações de exploração na sociedade capitalista.

Nesse mesmo sentido, tal discurso ideológico mostra-se como a abnegação das raízes estruturais presentes na realidade, sem levar em consideração que a (in)segurança é produzida pela dinâmica do capital em seu atual estágio.

Não é possível haver o enfrentamento da (in)segurança através da preparação ao mercado de trabalho, seja pela via da qualificação profissional ou pela lógica do ensino regular com o único foco em “preparar para os sujeitos para o mercado”, pois estas duas estratégias fortalecem a dinâmica do capital, aumentando a concorrência e tendo como resultado final maior precarização das relações de trabalho e ampliação da (in)segurança. Nessas condições, a construção da Política Nacional de Juventude comunga lutas históricas pela ampliação dos direitos das juventudes, porém, também reflete concepções e ideologias que compõem a “imagem social” das juventudes na sociedade brasileira. A concepção romântica das juventudes, a construção social de “jovens perigosos”, a lógica da diabolização e (in)visibilidade e demais tendências podem ser observadas na análise das ações voltadas para as juventudes.

Por intermédio de processos de reprodução de ideologias que fortalecem a (in)visibilidade das juventudes – refletidas pelas próprias políticas públicas –, pela execução e formulação de políticas que se materializam de maneira focalizada, seletiva e precarizada, se estabelece um movimento contínuo e contraditório de (des)proteção social. Tais formas de proteção, que carregam em seu cerne a perspectiva da desproteção, devido à seletividade e à pontualidade de ações, resultam no fortalecimento de uma imagem social das juventudes vinculada as “classes perigosas”.

Este movimento se dá de forma dialética, enquanto processo essencialmente contraditório e em permanente transformação (KONDER, 1985). Um movimento contínuo de (des)proteção social que origina processos simultâneos de inclusão e exclusão, uma vez que as ações pensadas no âmbito da Política Nacional de Juventude, assim como nas demais políticas públicas, impactam de forma significativa aqueles que recebem suas ações. Sem dúvida, o repasse financeiro, seja por meio de programas de transferência de renda ou contrapartidas em projetos e programas, garante acesso a bens de consumo e possibilita uma autonomia relativa das juventudes em alguns aspectos, assim como os projetos de educação e preparação para o mundo do trabalho podem contribuir, até certo ponto, na inserção produtiva juvenil; ou seja, podem possibilitar processos de aparente “inclusão”.

Porém, especialmente com o advento de ideários neoliberais e neodesenvolvimentistas, tais políticas se materializam de forma fragmentada, focalizada e

precarizada, com interesse centrado no fortalecimento de bases econômicas, e não na dignidade da pessoa humana.

Sendo assim, a política pública pensada para “inclusão” se configura ao mesmo tempo como mecanismos de “exclusão”, na medida em que constitui ações precarizadas, não possibilitando a garantia de direitos sociais, mas ocasionando, em grande parte, a reprodução de concepções ideológicas que refletem uma moratória social que coloca responsabilidades coletivas sobre o indivíduo. Em outras palavras, desenvolvem um mecanismo que oculta as bases estruturais de reprodução de desigualdade, revertendo para o indivíduo a responsabilidade única de “desenvolvimento social”. Esta reprodução contribui para um processo de moralização da questão social, como referido por Barroco (2001), caracterizando-se pela valorização da subjetividade e moralidade individualizante, em torno da singularidade do “eu” que se opõe à sociabilidade, sendo o enfrentamento a “problemas” isolados, tratados a partir dos indivíduos tomados isoladamente e responsabilizados pela sua continuidade.

Nesse sentido, a *dialética da (des)proteção social*, a qual acarreta uma inclusão perversa, se revela como uma construção ideológica, produto da sociabilidade capitalista sob a perspectiva neodesenvolvimentista, que exclui ao incluir de forma precarizada e focalizada, reproduzindo a concepção de que o sujeito é o único responsável pela situação de (in)segurança que vivencia. Dessa forma, o combate à conjuntura de (in)segurança se dá por via do enfrentamento às “classes perigosas”, pois que, para estes sujeitos, são destinadas ações fragmentadas e precarizadas, que não possibilitam a garantia de direitos e reproduzem a transmutação do direito como uma benesse.

Tal movimento dinâmico de (des)proteção social é fruto de uma sociedade capitalista que possui seus limites no âmbito da emancipação política, isto é, na afirmação da não existência de uma real inclusão na sociedade capitalista, pois a exclusão é elemento central e vital para este modo de produção, necessária para a sua reprodução. Nesse sentido, a inclusão/exclusão são concepções fetichizadas, existentes na aparência fenomênica, que carregam em seu interior a perspectiva da (des)proteção social.

Como refere Costa (2008), a exclusão social como conceito explicativo subentende a possibilidade de inclusão social no capitalismo, compreendendo que as desigualdades são produzidas socialmente pelas relações capitalistas de produção, reconhecendo a impropriedade conceitual e política em se falar em exclusão social e em todos os seus termos derivados. Dessa forma, a “inclusão social”, anunciada e proclamada pelos defensores do neodesenvolvimentismo, constitui uma ilusão necessária para a manutenção do *status quo*,

desfocando os olhares para dimensões estruturais existentes no âmbito da sociedade capitalista.

A inclusão social, assim como sua antítese, a exclusão social, mostra-se como uma ideia fetichizada, reproduzida pela função ideológica da política social no modo de produção capitalista. A “inclusão” sempre representa um processo de “exclusão”, em um movimento dialético e necessário para o fortalecimento da impossibilidade de questionamento de novas formas de sociabilidades, constituindo um importante mecanismo para reprodução do poder dominante. Conforme Martins (2002), não estamos em face de um dualismo, pois a sociedade que inclui e integra, cria formas desumanas de participação, de exclusão. Para Toyoda (2010):

[...] por meio dos mecanismos sutis de exercício do poder, o capital elabora e difunde a ideia da cidadania, da igualdade e da felicidade como substratos do consumo. Dá-se assim a passagem da afirmação da liberdade do sujeito como ser em si, para uma cultura social na qual o indivíduo e o objeto oferecido pelo mercado assumem contornos mais difusos. O sujeito, despersonalizado como indivíduo e cidadão, passa a ser definido a partir de uma estrutura normativa e discursiva, cujos sentidos são determinados pelo capital e pela rede de poder por ele disseminada no interior da sociedade (TOYODA, 2010, p. 01).

Assim, a inclusão/exclusão são faces de uma mesma moeda, produto de uma sociedade capitalista gerada por meio de um contínuo movimento dialético no interior das políticas públicas, geradoras de (des)proteção social. Tal movimento, no âmbito das políticas públicas, é corroborado por concepções teóricas pós-modernas que ocultam a dimensão estrutural de reprodução da (in)segurança, como debatido no primeiro capítulo. Esta dialética da (des)proteção social se amplia no momento em que o Estado, em sua materialização neodesenvolvimentista, centra suas ações de forma fragmentada e precarizada em um determinado segmento social – os pobres –, tendo como objetivo central o aquecimento da economia.

É nesse sentido que se afirma que a (in)segurança aparece de diversas formas, em muitos contextos, expressando-se por meio dos múltiplos fragmentos que ocultam a sua raiz comum: a relação estrutural de produção e reprodução de valor na sociabilidade capitalista. Tal forma de ocultação mostra-se de extrema importância para a manutenção da ordem burguesa, bem como para ampliar o fetiche presente nas políticas públicas para juventudes, no que diz respeito à crença das juventudes como instrumento de desenvolvimento. As juventudes, nesse contexto, como demonstrado no terceiro capítulo, vêm especialmente sofrendo as refrações da relação estrutural de produção e reprodução de valor na sociabilidade capitalista, e demandando proteção social.

Dessa forma, como destacado nas linhas acima, as Políticas Sociais, devido ao sociometabolismo do capital, sob sua feição neodesenvolvimentista, acarretam um processo contínuo de (des)proteção social que, dialeticamente, movimenta o fetiche das juventudes como instrumento de desenvolvimento social.

Por meio deste processo se constitui o sistema de (des)proteção social, em sua relação com as juventudes na sociabilidade capitalista contemporânea, guiado, especialmente, pelo fetiche das juventudes como chave de desenvolvimento social, que reduzem diversas demandas por proteção a simples qualificação profissional para o mundo do trabalho: o mercado ganha centralidade subsumindo a lógica dos direitos humanos, e ampliando a (in)segurança vivenciada pelas juventudes.

Apesar do reconhecimento das impossibilidades da real inclusão social, por meio das políticas públicas, mesmo levando em consideração o movimento da dialética da (des)proteção social e seus reflexos para a Política Nacional de Juventude, é fundamental não se esquecer do caráter contraditório presente no contexto da Política Nacional de Juventude, no que diz respeito ao avanço na construção de ações que buscam, de alguma forma, impactar a realidade social juvenil. A política nacional, em seu atual momento, é, também, um constructo de lutas coletivas e demandas das juventudes que, apesar de servir à manutenção do modo de produção capitalista, carrega, ao mesmo tempo, possibilidades de ampliação de processos de consciência de classe.

Para Pereira (2009), o caráter positivo da política social, em razão de seus destinatários, os demandantes de atendimento a necessidades sociais, não é automático, pois seu intento de prevalecer tem que enfrentar forças poderosas, porém é inegável a existência de possibilidades de produzir o atendimento às necessidades humanas.

A Política Nacional de Juventude, assim como toda política pública, atende a interesses contrários, mas possui a possibilidade de se constituir como ferramenta de lutas, para ampliação de direitos em direção à universalidade, auxiliando no enfraquecimento de lógicas que se voltam para reprodução de moralizações no campo das respostas dadas pela via da política pública.

Nesse sentido, apesar de compreender os limites da política social no âmbito da sociedade capitalista, aponta-se para a possibilidade de ampliação, mesmo no sentido da política social, de práticas pedagógicas que permitam o rompimento do senso comum, com

relação à dominação, e contribuam para edificação do bom senso⁸¹, nas possibilidades de construção de movimentos contra-hegemônicos⁸² (LUIZ, 2008) na própria política pública.

Para que tal movimento possa ocorrer, é necessário o enfrentamento de concepções que ora desmantelam direitos vinculados a ideologias neoliberais, ora fortalecem perspectivas de políticas focalizadas, jogando sobre os indivíduos a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico do país a serviço dos interesses da classe dominante. A luta por políticas públicas universais e que possibilitem mecanismos mais ampliados de garantia de direitos, constitui uma bandeira de luta de grande relevância na garantia dos direitos das juventudes. A busca pelo fortalecimento da concepção de “juventudes como sujeitos de direitos” ainda é uma questão pertinente, apesar dos avanços no âmbito das políticas públicas na última década, pois, como afirma Novaes (2011):

[...] o “campo das políticas públicas de juventude” produz novas representações sobre a juventude e tem provocado a incorporação da questão juvenil em diferentes pautas da sociedade civil organizada em programas setoriais de governo. No entanto [...] o “campo das políticas públicas de juventude” é pouco estruturado, suas fronteiras são porosas e sua configuração é marcada por interseções com outras pautas públicas, por sobreposição de identidades mobilizadoras e, ainda, pela convivência com outras representações sociais que são (re)produzidas nos governos e na sociedade, mantendo vivas ambiguidades e ambivalências sobre o que fazer com os jovens e o que esperar da “juventude”. Embora, hoje, mercado e meios de comunicação tenham assimilado a importância de proteger as crianças, estão longe de incorporar a ideia de “jovens como sujeitos de direitos” (NOVAES, 2011, p. 355).

Diante desse contexto, podem ser observados diversos desafios para a Política Nacional de Juventude, sendo essencial a ampliação e a consolidação de ações no sentido da intersetorialidade das políticas públicas, uma vez que não é possível pensar na garantia do direito à segurança sem articular educação, saúde, trabalho entre todas as políticas. A garantia do direito à segurança não pode ser resumida a determinadas ações pontuais no plano de apenas uma política pública, pois este conceito já carrega consigo a necessidade de articulação em diversos setores.

Então, para que esta articulação possa ocorrer de forma efetiva, é necessário romper com a fragmentação das políticas públicas, visto que, assim como debatido no segundo capítulo, a lógica da fragmentação está presente em diversas instâncias da sociedade, também

⁸¹ A concepção Gramsciana diz respeito à possibilidade crítica de reflexão a própria realidade que o sujeito vivencia.

⁸² Para Chauí (1996), uma das ideias mais instigantes no conceito de contra-hegemonia é a de oposição, de resistência; e nesta luta entre a hegemonia e a contra-hegemonia, é necessário pensar em ações reais que possibilitem a construção de uma cultura crítica na sociedade.

materializada na formulação de políticas públicas, resultando na fragilização do direito à segurança. Desse modo, o desenvolvimento de políticas afirmativas, que possam materializar o conjunto de direitos das juventudes em uma ordem prática, é fundamental.

No que se refere de modo específico à Política Nacional de Juventude, esta fragmentação exige processos de enfrentamento para fazer valer os próprios princípios da Política Nacional de Juventude, bem como para concretizar a formulação legal da política no que tange ao Sistema Nacional de Juventude-SINAJU. Então, é imprescindível a real materialização de um Sistema Nacional de Políticas Públicas para as juventudes, uma vez que o SINAJU, apesar de estar presente no atual Estatuto da Juventude, ainda não foi regulamentado, e a proposta ainda necessita ser adensada e pactuada por entes federais, estaduais e municipais. A definição de metas, prazos, orçamentos, compromissos, propostas e ações ainda se encontra em fase embrionária, sem data específica para a sua realização, o que representa um fator complicador na perspectiva dos direitos à segurança das juventudes.

A ampliação dos direitos das juventudes, na lógica do enfrentamento à conjuntura de (in)segurança vivenciada por estes segmentos sociais, deve se dar na defesa da universalidade e indivisibilidade de direitos, o que constitui um grande desafio, pois contraria a ideologia neodesenvolvimentista, que visa articular suas ações em políticas fragmentadas e compensatórias. A ampliação no investimento público em todas as políticas sociais, no fomento de ações intersetoriais, tendo como foco o enfrentamento à (in)segurança juvenil, não pelo viés da focalização na pobreza, mas pela via da universalidade de serviços públicos na direção da proteção social, constitui princípio fundamental à garantia do direito à segurança para as juventudes, sendo uma importante bandeira de lutas para todos aqueles que trabalham na perspectiva da materialização de direitos para este segmento social.

Sendo assim, garantir o direito à segurança significa concretizar atividades no sentido do fortalecimento de ações universalizantes e indizíveis, em uma lógica intersetorial, tendo como foco não o “desenvolvimento econômico”, nem a “formação de capital social”, mas centrado na dignidade da pessoa humana, compreendendo as particulares necessidades das juventudes, na garantia dos direitos humanos.

Dessa forma, para materializar o direito à segurança das juventudes é necessário romper com concepções centradas na focalização de políticas sociais, bem como com premissas que partem dos pressupostos de que o investimento em “capacitação profissional” irá gerar automaticamente processos que garantam a segurança das juventudes. É fundamental a busca pelo rompimento, na área da política, de ideologias que compreendam as juventudes

por meio de fragmentos que geram a reprodução de visões românticas, (in)visibilizantes, adultocêntricas ou que relacionem as juventudes a um simples “modelo de beleza”.

Tais visões das juventudes são reproduzidas tanto na formulação das políticas públicas para as juventudes, como na sua própria execução, uma vez que a materialização de muitas ações na esfera desta política podem reproduzir concepções ligadas à moralização e à criminalização da questão social, constituindo uma violação de direitos.

Nesse sentido, representa um importante desafio, na formulação e materialização das políticas sociais, o rompimento com lógicas fragmentadas na compreensão das juventudes, na busca de considerar a análise pelo viés da pluralidade na construção de tais políticas, sem anular as singularidades, compreendendo diversos elementos estruturais que incidem sobre este segmento social.

Reconhecer os direitos das juventudes constitui um passo fundamental para a garantia de direitos dos jovens brasileiros. Contudo, a luta no momento histórico atual se concentra no rompimento com perspectivas fragmentadas na análise das juventudes e políticas públicas, na direção do enfrentamento dos fetiches, alimentados pelo sociometabolismo do capital sob sua feição neodesenvolvimentista, que reduz a proteção social das juventudes à preparação profissional como instrumento de desenvolvimento social. Apesar das contradições presentes na sociedade capitalista, a perspectiva de enfrentamento as manifestações da (in)segurança vivenciada pelas juventudes pode ser realizada pela via da universalização de políticas públicas, na formação de um sistema de proteção social amplo e articulado. Enfim, compreender os limites das políticas sociais no contexto da sociedade capitalista, analisando as raízes da (in)segurança, sem distanciar o horizonte de luta pela ampliação de direitos das juventudes: eis um grande desafio!

5 CONCLUSÃO – ROMPENDO COM O CALEIDOSCÓPIO

A (in)segurança aparece de diversas formas, em muitos contextos, expressa-se por meio dos múltiplos fragmentos que ocultam a sua raiz comum: a relação estrutural de produção e reprodução de valor na sociabilidade capitalista. Esta afirmação é o ponto de partida dos argumentos da presente tese, uma vez que por meio da forma fragmentada de compreender o real se ocultam as relações de exploração que estão na base da produção e reprodução de (in)segurança na sociabilidade capitalista. Dessa forma, compreende-se que o modo de produção capitalista é gerador de violência estrutural, sendo esta a raiz da (in)segurança que aparece na realidade de diversas formas, com múltiplas manifestações. As manifestações da (in)segurança são marcas da atual conjuntura e atingem a todos os sujeitos, seja pela via da construção social do medo, como estratégias para venda de produtos que visam corroborar com uma ilusão “segurança”, na defesa da propriedade privada, ou pela dinâmica das relações de violências que são ampliadas em um contexto de barbárie, sob a égide do capital.

Por meio do modo de produção capitalista são reproduzidos diversos fetiches, compreendidos como elementos fundamentais para a reprodução ideológica deste sistema, que aparecem na realidade de múltiplas formas, com o intuito de ocultar toda a lógica da exploração presente na realidade. Diante desse contexto, a metáfora do caleidoscópio surge como um meio de explicar este movimento fragmentado de compreensão da realidade, uma vez que assim como este aparelho óptico produz uma ilusão a partir de diversos fragmentos em movimento, as teorias ou análises da realidade, que desconsideram uma dimensão estrutural em suas interpretações do real, poderão levar a determinadas ilusões que não condizem com a realidade, potencializando uma dimensão fetichizada do real.

“Romper com o caleidoscópio” constitui uma linguagem metafórica, um convite a rescindir com o pensamento fragmentado e fetichizado que nega a totalidade, ou seja, o movimento de rompimento com o caleidoscópio significa não considerar os fenômenos por meio da sua aparência, e sim aprofundar o olhar, considerando a sua totalidade, na perspectiva do rompimento com uma visão fragmentada da realidade, analisando a dinâmica do capital na produção de (in)segurança. Tal movimento torna-se fundamental na compreensão das manifestações da (in)segurança enquanto reflexos da dinâmica das relações produzidas e reproduzidas no modo de produção capitalista, que possuem dimensões estruturais que não podem ser abortadas em análises na perspectiva da totalidade.

A (in)segurança se mostra uma constante na história da humanidade, estando presente desde os primórdios, porém, com as transformações na órbita do capital, os processos de (in)segurança ganham novas roupagens, pois o modo de produção capitalista constitui um terreno sócio-histórico na catalisação de processos de violências de diversas ordens. Esta dinâmica que impacta a todos os sujeitos no seio da sociedade capitalista representa um movimento constante de violações de direitos.

Nesse sentido, a segurança configura um direito humano, sendo resultado de lutas históricas na perspectiva da proteção social, uma vez que o direito à segurança não se resume à defesa da propriedade privada, mas se presta como um constructo histórico na ótica dos direitos humanos. Pensar em segurança, na atual conjuntura, indica o necessário atendimento de diversas demandas localizadas na área da saúde, educação, assistência social, dentre outros.

A garantia do direito à segurança pode ser materializada, dentro dos limites da sociedade capitalista, pela visão ampliada da segurança humana, que congrega a garantia de todos os direitos sociais, e não apenas sua fragmentação, ou seja, a segurança pode ser alcançada por meio da efetivação dos Direitos Humanos em uma perspectiva universal e indivisível.

Diante desse contexto, a própria formulação do direito à segurança se realiza por meio de intensas contradições, pois em uma sociedade capitalista a construção dos direitos encontra os limites da emancipação política, tornando inviável a emancipação humana dentro desta forma de sociabilidade, porém, mesmo compreendendo tais limites, a luta pela sua efetivação se torna fundamental em meio a ampliação da barbárie do capital.

O convite quanto ao “rompimento com o caleidoscópio” invoca a compreensão de tais contradições, bem como para o enfrentamento aos diversos fetiches presentes tanto na análise simplificada e fragmentada das manifestações da (in)segurança para as juventudes, como também visíveis no âmbito das Políticas Públicas.

Tal desafio, que demonstra a necessidade de enfrentar os fetiches na realidade contemporânea, são de extrema importância para o Serviço Social, visto que, como lembra Iamamoto (2001), o trabalho profissional do Assistente Social tem também efeitos na sociedade como um profissional que “incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que por sua vez tem efeitos reais intervindo na vida dos sujeitos” (IAMAMOTO, 2001, p. 68).

Há de se considerar que os Assistentes Sociais trabalham no cotidiano profissional com as múltiplas manifestações da (in)segurança, bem como com as juventudes em diversas políticas públicas, muitas vezes sem reconhecer este segmento social, e sem ter ciência dos direitos conquistados recentemente, por meio de diversas lutas, pelos jovens brasileiros.

Assim, é imperativo que a categoria de Assistentes Sociais possa reconhecer as juventudes como sujeitos de direitos, a fim de possibilitar intervenções profissionais distantes da concepção que reproduz o discurso presente na sociedade sobre juventudes, e que, especialmente, possam participar com a luta coletiva pela ampliação dos direitos das juventudes, na perspectiva dos direitos humanos, em direção a sua universalidade, dando materialidade ao Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Segundo Teixeira e Braz (2009), a partir das contradições de classes que determinam a profissão, os Assistentes Sociais podem escolher caminhos, construir estratégias político-profissionais e definir os rumos da atuação e, com isso, projetar ações que demarquem claramente os compromissos (ético-políticos) profissionais. Isso significa afirmar que tal Projeto Ético-Político é a expressão das contradições que particularizam a profissão, e que seus princípios e valores colidem com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital.

Mostra-se fundamental que a categoria de Assistentes Sociais esteja engajada na luta pelo reconhecimento do direito à segurança para as juventudes, em uma conjuntura tão adversa para os jovens, como demonstrado nesta tese: de um lado um contexto de ampliação das expressões da questão social que impacta diretamente as juventudes, de outro, respostas no âmbito das Políticas Públicas de forma precarizada, fragmentada, distantes da perspectiva de universalidade de direitos.

A parca produção teórica da área sobre a temática juventudes mostra-se como um indício da necessidade de ampliação deste debate na categoria profissional, seja ele dentro dos conjuntos de representação profissional, seja na própria produção do conhecimento, que visa contribuir com o adensamento do debate na área, com a fundamentação das intervenções profissionais e, especialmente, na perspectiva de qualificação das políticas públicas.

Nesse sentido, aponta-se para a importância de os temas juventudes, (in)segurança e políticas públicas comporem a agenda de pesquisa do Serviço Social, uma vez que esta profissão constituiu, nos últimos anos, uma área de produção de conhecimentos que incorpora matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura com o conservadorismo

profissional, capazes de propiciar a crítica radical das relações econômicas e sociais vigentes, por meio da teoria social crítica (NETTO, 2009).

Observa-se a necessidade de um aprofundamento no que diz respeito à temática juventudes, principalmente, devido ao crescimento de debates acerca desta temática vinculada à teoria pós-moderna, que se distancia de uma totalidade social. Assim, o Serviço Social pode contribuir de maneira significativa com o desvendar o contexto de exploração presente na realidade vivenciada pelas juventudes de múltiplas formas. Ampliar a gama de estudos a respeito dos modos e condições de vida das juventudes no capitalismo, no atual momento histórico, bem como a respeito da formulação e execução de políticas públicas são elementos centrais que necessitam de mais aprofundamentos teóricos a partir de uma visão crítica.

Tal movimento, no âmbito da produção do Serviço Social, é essencial, uma vez que: *todos segmentos sociais são impactados pelas manifestações da (in)segurança produzidas pela relação estrutural de produção e reprodução de valor na sociabilidade capitalista, sendo que especialmente as juventudes vêm sofrendo as refrações deste movimento.* Diante dessa conjuntura marcada pela produção de (in)segurança, violações e garantias de direitos, as juventudes constituem um dos segmentos sociais mais atingidos pelos processos de (in)segurança no contexto atual, o que se confirma pela análise dos dados apresentados neste estudo. Desemprego, inserção precária no mundo do trabalho, mortalidade, inserção no sistema prisional, pobreza, falta de acesso a políticas públicas são apenas alguns dos reflexos da dinâmica de (in)segurança que atinge as juventudes na contemporaneidade.

Nesse contexto, este segmento social, muitas vezes é compreendido por meio de fragmentos fetichizados que ocultam suas potencialidades e diversidades, sendo percebidas por tendências que acarretam processos de reificação, isto é, que transformam as juventudes em um “produto da moda”. Ao mesmo tempo, as juventudes, especialmente as juventudes pobres e mais expostas às manifestações da (in)segurança, também passam a ser percebidas por processos de (in)visibilidade, o que contribui para a construção de uma imagem da juventude unicamente ligada à transgressão e à inconsequência.

Muito próxima à tendência (in)visibilizante das juventudes, encontra-se a tendência adultocêntrica, presente inclusive em ações voltadas para a “garantia de direitos” das juventudes, que busca compreender este segmento social como sujeitos que necessitam de repressão e tutela, não levando em consideração seus desejos e opiniões, tendo os sujeitos como incapazes de coordenar sua própria trajetória.

A concepção romântica das juventudes também se mostra uma tendência presente na compreensão das juventudes, que caracteriza-as como uma fase incompleta da vida, mas que é responsável pelo futuro e pela “transformação social”, como um período que necessita de investimento, como uma “fase decisiva” muito presente, também, nas ações de “protagonismo” juvenil. Tal tendência acarreta a responsabilização individual como sendo o único elemento para o sucesso pessoal e desenvolvimento social, ocultando as bases estruturais que existem na realidade deste segmento, bem como ofuscando o processo social vivenciado por eles para além de uma “fase de passagem”.

Sendo assim, compreender as juventudes exige desocultar a forma com que este segmento vem se conformando na contemporaneidade, exigindo a sua compreensão para além de construções sociais calcadas em lógicas (in)visibilizantes, românticas, adultocêntricas ou como produtos da moda. Compreender as juventudes no tempo presente, demanda considerá-las como um segmento heterogêneo e plural, que possuem diversas demandas e se caracterizam como um processo de desenvolvimento intenso da autonomia do sujeito; que pode ser determinado pela possibilidade de venda da sua força de trabalho, constituição de novas relações afetivas e familiares, desenvolvimento de processos identitários, dentre outros fatores. Tal processo deve ser percebido não apenas como uma “passagem” ou como uma “preparação para algo”, mas como um momento singular vivenciado pelos sujeitos.

Do mesmo modo, é essencial compreender este segmento social em suas múltiplas manifestações, e perceber que a realidade social demonstra que não existe somente um “tipo” de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo. Nesse sentido, o emprego do termo “juventudes” serve para demarcar esta pluralidade, na percepção de que a juventude rural é diferente da juventude urbana, assim como a juventude de classe média tem particularidades diferentes da juventude de periferia; um jovem de 15 anos tem, de modo geral, um contexto de vida diferente do de um jovem de 29 anos.

Tal movimento, ao considerar as juventudes um segmento social não homogêneo, não nega a perspectiva da luta de classes, isto é, ao mesmo tempo em que se consideram as particularidades das juventudes, sob os múltiplos aspectos que incidem em sua trajetória, também compreende-se que estas se inserem em lutas de classes, sofrendo, enquanto classe social, os impactos do movimento da produção de valor na sociabilidade capitalista.

Dessa forma, captar a totalidade, as particularidades e singularidades no contexto juvenil são fundamentais para a compreensão da realidade das juventudes, evitando as armadilhas presentes em muitas análises que consideram somente a pluralidade, abordando

dimensões estruturais, ou concentram suas interpretações somente em dimensões estruturais, anulando a vida pulsante e as contradições existentes dentro de uma mesma classe social. Assim, compreende-se que tão perigoso quanto fragmentar o real é homogeneizar essa realidade, sendo ambas as alternativas contrárias à análise do real pela via do método dialético-crítico.

Ao analisar a conjuntura das juventudes, foi possível perceber como esses sujeitos vêm *demandando proteção social*, diante do contexto de (in)segurança que vivenciam, sendo pelas manifestações populares de junho de 2013, sendo pelas demandas nas duas Conferências Nacionais de Juventude, ou por meio de outras formas de manifestação. As manifestações de junho de 2013, em que as juventudes, em especial o precariado, tiveram um papel central, demonstram, ao mesmo tempo, um esgotamento dos padrões neodesenvolvimentistas na realidade brasileira, indicando um movimento que encoberta a luta de classe, e um potencial de mobilização do coletivo.

Nas Conferências Nacionais de Juventude, ocorridas em 2008 e 2011, observa-se, por meio da análise dos documentos provenientes deste processo, que as juventudes apontam para a ampliação da perspectiva do direito às seguranças, com a necessária universalização de direitos, na perspectiva de articulações de ações que atendam as demandas específicas dentro da heterogeneidade das diversas juventudes (juventudes negras, LGBT's, mulheres, juventudes rurais, entre outros), sem perder de vista ações que garantam a proteção social especificamente para as juventudes como segmento social com particularidades específicas. Apesar do caráter universal na perspectiva das políticas públicas que são anunciadas pelos jovens nessas conferências, suas demandas se concentram especialmente em torno do trabalho e educação, o que está associado com a construção social da categoria juventudes, compreendido como um processo de “preparação para a vida adulta”, o que pressupõe preparação para o mercado de trabalho. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para as juventudes absorvem esta demanda, com vistas a garantir legitimidade junto a este segmento social, por meio de ações focalizadas e precarizadas, dentro dos limites de um Estado neodesenvolvimentista.

Mesmo diante desta realidade, é importante considerar que o Brasil tem avançado de forma significativa nos últimos dez anos quanto à ampliação dos direitos das juventudes, acompanhando uma tendência mundial para além do recorte adolescência. A análise dos documentos internacionais, dos quais o Brasil é signatário, indicam um percurso na construção do reconhecimento do jovem enquanto sujeito de direitos, sendo materializado

tanto por meio da criação da Organização Iberoamericana de Juventude, como uma instituição para assessorar e fiscalizar países na perspectiva do direito juvenil, como por meio de diversos acordos e tratados internacionais que indicam para os países a necessidade de implantação de políticas para as juventudes. Nesse sentido, a construção de uma Política Nacional para as Juventudes está associada a todo um contexto internacional, que debate a questão juvenil desde 1965, por meio da Organização das Nações Unidas, e amplia o debate internacional do necessário reconhecimento dos direitos das juventudes.

A criação e ampliação da Política Nacional de Juventude, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de bases legais, quanto da institucionalização (no que se refere à criação dos Conselhos de Juventude e da Secretaria Nacional de Juventude, por exemplo), e da ampliação de Programas e Projetos para as Juventudes constitui um grande avanço, pois reconhece as particularidades deste segmento social fortemente impactado pelas manifestações da (in)segurança em seu atual contexto.

A Política Nacional de Juventude, apesar do avanço na questão dos direitos das juventudes, é marcada por grandes desafios quanto a sua articulação intersetorial e interministerial, sendo requisitos fundamentais para o desenvolvimento de ações na perspectiva da garantia de direitos de um segmento tão plural como as juventudes. Além deste aspecto, a análise do desenvolvimento da Política Nacional de Juventude serve para compreender como vem sendo constituída a (des)proteção social das juventudes, em meio a ampliação das manifestações da (in)segurança.

O mapeamento das ações relacionadas à Política Nacional de Juventude, realizado neste estudo, indica a existência de 32 programas e projetos vinculados ao governo federal voltados para as juventudes no Brasil, sendo que grande parte possui ações voltadas especialmente para a educação e o trabalho, no sentido da qualificação dos jovens para o mercado. A análise dos dados indica uma clara presença do discurso neodesenvolvimentista nas políticas públicas voltadas para as juventudes, caracterizado, especialmente, pela focalização na pobreza.

Dessa forma, a maioria dos programas e projetos voltados para as juventudes ora concentram suas ações na *qualificação profissional*, ora desenvolvem ações na perspectiva de *preencher seu tempo ocioso* das juventudes pobres, reforçando perspectivas (in)visibilizantes. Esta concentração é percebida em diversas áreas, mas, especialmente, nas políticas de trabalho, educação e segurança pública, sendo por meio dessas três políticas públicas, onde se dirigem as principais ações para as juventudes no Brasil.

A concentração de ações na juventude pobre, por meio da Política Nacional de Juventude, acarreta o desmantelamento da lógica universal de direitos e reproduz a concepção de controle das “classes perigosas”, sendo a figura do “jovem pobre” o foco de tais ações; a perspectiva de controle a “futuros criminosos” por meio da educação e do trabalho, na tentativa de inserir este jovem no precário mundo do trabalho e educá-lo, em uma visão romântica de desenvolvimento.

Nesse sentido, os jovens pobres são responsabilizados pela conjuntura de (in)segurança vivenciada, sendo a qualificação profissional colocada como alternativa para o enfrentamento a tal conjuntura, jogando para tais jovens a única responsabilidade por seu sucesso ou insucesso pessoal e da própria sociedade brasileira, ocultando o contexto de precarização do mundo do trabalho em suas dimensões estruturais.

Sendo assim, a resposta das políticas públicas para a conjuntura de (in)segurança se resume a uma *promessa civilizatória perversa*, calcada em um constructo ideológico fetichizado que refere que, por meio do acesso ao emprego, as manifestações da (in)segurança serão enfrentadas, apoiado na ideia de que a falta de qualificação profissional é fator decisivo para a empregabilidade. Tal discurso presente nas políticas públicas referem que as ações voltadas para as juventudes devem se articular na perspectiva da educação formação de “capital social”, que visa auxiliar no avanço do país, ocultando, assim, as relações de exploração entre as classes sociais, e ao mesmo tempo, objetivando, por meio desta construção social, apaziguar a luta de classes, com a concepção de que a qualificação irá garantir um trabalho “decente”.

Ao lado da perspectiva da qualificação profissional, no discurso presente nas políticas públicas para as juventudes, surge a lógica empreendedora como solução ao desemprego juvenil, sendo que essa concepção acarreta a ampliação do individualismo, partindo da falsa ideia de que é possível, por meio de ações individuais, resolver o problema do desemprego e da precarização no mundo do trabalho para as juventudes.

Assim, o cerne de produção e reprodução das manifestações da (in)segurança fica oculto pelo fetiche presente nesses discursos, que atribui à juventude pobre e sem qualificação profissional o rótulo de “agentes da violência”. Então, por meio da qualificação profissional destes sujeitos (sendo via para a venda da força de trabalho ou para ações empreendedoras) toda a sociedade irá se desenvolver e as manifestações da (in)segurança serão enfrentadas.

A lógica predatória do modo de produção capitalista, enquanto elemento que produz e reproduz as múltiplas manifestações da (in)segurança, incluindo a precarização no mundo do trabalho, é ocultado pelo discurso presente em tais políticas públicas, que reproduz tal promessa civilizatória perversa no momento em que amplia ilusões irreais, referindo que a qualificação profissional irá gerar acesso ao mercado de trabalho para os jovens pobres e toda a sociedade se desenvolverá com segurança, na medida em que estes sujeitos estiverem inseridos em atividades laborais.

Esta face perversa, presente no discurso das políticas públicas para as juventudes, enquadra-se como uma pauta neodesenvolvimentista que reproduz a ideia das juventudes como estratégia para o desenvolvimento, isto é, como o segmento social responsável pela construção de uma “sociedade desenvolvida”. Esta concepção fetichizada oculta as dimensões estruturais, presentes nos limites do desenvolvimento no âmbito da sociedade Brasileira, ao colocar sob um único segmento social a responsabilidade por “desenvolver a nação”, materializando uma tendência romântica na análise do contexto juvenil, associada a perspectivas (in)visibilizantes.

Dessa forma, as ações para o enfrentamento às manifestações da (in)segurança é realizada, na maior parte das vezes, por intermédio de ações focalizadas na pobreza, centradas na qualificação profissional, distanciadas de concepções universais na perspectiva da proteção social destes sujeitos. É diante destes achados que se afirma: *as Políticas Sociais, devido ao sociometabolismo do capital sob sua feição neodesenvolvimentista, acarretam um processo contínuo de (des)proteção social, que dialeticamente movimenta o fetiche das juventudes como instrumento de desenvolvimento social.*

Diante desta realidade, a (des)proteção social para as juventudes no Brasil, o direito à segurança se reduz a simples qualificação profissional da pobreza, se sustentando no fetiche que responsabiliza as juventudes pobres pelo desenvolvimento. Tal forma fetichizada de compreensão do real oculta lacunas no âmbito desta política, especialmente quando se trata de demandas das juventudes por uma política pública de caráter universal e de qualidade, uma vez que tais respostas são realizadas de forma focalizada e precarizada, desmantelando perspectivas universalizantes e mantendo a estrutura de um Estado Neoliberal.

A articulação de uma rede de proteção ampla e articulada, que possa envolver as diversas políticas públicas por meio da intersetorialidade, na perspectiva da proteção social, não constitui elemento presente nas ações voltadas para as juventudes no Brasil, uma vez que a centralidade de ações focalizadas na qualificação profissional de jovens pobres esvazia as

possibilidades de desenvolvimento de políticas afirmativas, na perspectiva dos direitos humanos. Estes processos que fragilizam a perspectiva universalizante e reproduzem concepções que acarretam a moralização da questão social ocasionam processos contínuos de (des)proteção social, resultado de um movimento fetichizado da dialética da inclusão perversa.

Tal processo ocorre quando a política social, em sua feição neodesenvolvimentista, busca desenvolver a “proteção social” de forma precarizada e focalizada, reproduzindo a concepção de que o sujeito é o único responsável pela situação de (in)segurança que vivencia, acarretando a ausência de proteção, por meio de ações intituladas como protetivas. Em outros termos, por meio de ações fragmentadas que reproduzem a construção social das juventudes a partir do processo de (in)visibilidade que proteção e desproteção se materializam por meio de um processo dialético e perverso de (des)proteção social.

Diante desta conjuntura, é imprescindível a luta coletiva em torno da universalização de direitos, sendo uma importante pauta no enfrentamento da conjuntura de (in)segurança, uma vez que o direito à segurança poderá se materializar no momento em que houver a garantia dos demais direitos sociais, no desenvolvimento de políticas afirmativas, onde possam ser materializados os direitos das juventudes, em consonância com a luta coletiva por direitos humanos no atual contexto, compreendendo as especificidades deste segmento social, sem negar a universalidade no âmbito da garantia de direitos.

A construção da Política Nacional de Juventude constitui um importante avanço no que toca aos direitos das juventudes, porém, aponta-se para a necessidade de sua análise crítica e avaliação constante, uma vez que a compreensão fetichizada mostra-se uma constante e deve ser enfrentada pela via no pensamento crítico, tanto no que diz respeito à análise de juventudes, das políticas públicas e da (in)segurança. Desvendar o movimento contínuo do real é um grande desafio, que deve ser enfrentado por todos aqueles que pretendem desocultar os fetiches traçados em uma sociabilidade regida pelo capital.

A construção do presente estudo buscou revelar o contexto de (des)proteção social das juventudes em tempos ampliados de (in)segurança, no intuito de contribuir para o rompimento dos fetiches percebidos no tempo presente, porém há um longo caminho a ser percorrido no que tange à luta pelos direitos das juventudes, uma vez que a Política Nacional de Juventude, lançada há dez anos, têm muito a avançar na real efetivação dos direitos humanos. Mesmo compreendendo os limites no âmbito da emancipação política no contexto da sociedade capitalista, a luta pela garantia de direitos das juventudes brasileiras ainda tem

um longo caminho, essencial para que o sangue dos jovens, que representa a forma mais trágica de uma conjuntura de (in)segurança e que é cotidianamente derramado e (in)visibilizado, possa ser convertido em proteção social.

Diante da barbárie produzida e reproduzida pela dinâmica do capital, a naturalização das violações de direitos humanos pode ser combatida por meio do pensamento crítico, no rompimento com a visão caleidoscópica da realidade, sendo um movimento fundamental, a fim de que não seja reproduzida a constante (in)visibilidade que vivenciam as juventudes, e que acarreta a ampliação da (des)proteção social para este segmento social. O horizonte de luta por outro projeto societário deve ser elemento fundamental, na busca pela efetivação da real segurança para as juventudes, e para todos os segmentos sociais que sofrem diante da perversa lógica do capital. As palavras finais ficam a cargo de *Bertold Brecht*, pois refletem uma súplica fundamental diante das múltiplas manifestações da (in)segurança na atualidade:

Nós vos pedimos com insistência: Nunca digam - Isso é natural! Diante dos acontecimentos de cada dia, Numa época em que corre o sangue Em que o arbitrário tem força de lei, Em que a humanidade se desumaniza Não digam nunca: Isso é natural A fim de que nada passe por imutável.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, maio/jun./jul./ago.,1997, n. 6, set./out./nov./dez.,1997. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/juventude-e-contemporaneidade>. Acesso em: abr. 2014.

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

ADORNO, Sérgio; LAMIN, Cristiane. Medo, violência e insegurança. In: LIMA, Sérgio; PAULA, Liana de. **Segurança pública e violência**: o estado está cumprindo o seu papel? São Paulo: Contexto, 2006.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,1985.

AGUINSKY, Beatriz. **Eticidades discursivas do serviço social no campo jurídico**: gestos de leitura do cotidiano no claro-escuro da legalidade moral. Tese. Doutorado em Serviço Social. PUCRS. Porto Alegre/RS, 2003.

_____; FERNANDES, Idilia; TEJADAS, Silvia. Entre a garantia de direitos e o reforço à subalternização: concepções e práticas ainda em disputa sobre o público-alvo da política de assistência social. In: MENDES, Jussara; PRATES, Jane; AGUINSKY, Beatriz. **O Sistema Único de Assistência Social**: entre a fundamentação e o desafio da implementação. Porto Alegre: EDIPUCRS,2009.

_____; PRATES, Jane. Direitos humanos e questão social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 01-04, jan./jul. 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/9316/6436>. Acesso em: mar. 2014.

_____; CAPITÃO, Lúcia. Violence and socio-education: an ethical inquiry based on the contributions of restorative justice. **Revista Katálysis**, Florianópolis/SC, v. 11, n. 2, jun./dez. 2008.

ALBORNOZ, Suzana. **Violência e não violência**. Santa Cruz do Sul/RS: Ed. UNISC, 2000.

ALMEIDA, Lucio Flávio. Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 689-710, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/05.pdf>.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru/SP: Práxis, 2014.

_____. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho: a questão social no século XXI. **Revista Virtual Textos &Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 235-248, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/15882/10735>. Acesso em: mar. 2014.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaio de sociologia do trabalho. Bauru/SP: Práxis, 2013.

_____. Juventude e nova precariedade salarial no Brasil: elementos da condição proletária no século XXI. In: ALVES, Giovanni; ESTANQUE, Elisio (Orgs.). **Trabalho, juventude e precariedade**: Brasil e Portugal. Bauru/SP: Práxis, 2012.

_____; ESTANQUE, Elisio (Orgs.). **Trabalho, juventude e precariedade**: Brasil e Portugal. Bauru/SP: Práxis, 2012.

ANDRADE, Eliane Ribeiro; NETO, Miguel Farah. Juventudes e trajetórias escolares: conquistando o direito à educação. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane; ESTEVES, Luiz Carlos (Orgs.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

AQUINO, Luseni. Introdução. In: CASTRO, Jorge Abraão; AQUINO, Luseni Maria; ANDRADE, Carla Coelho. **Juventude e política social no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

ASSIS, Rafael Damacedo. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. **Revista CEJ**, Brasília, ano XI, n. 39, p. 74-78, out./dez. 2007. Disponível em: <http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/949/1122>. Acesso em: maio 2014.

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BARBIANI, Rosangela. Mapeando o discurso teórico latino-americano sobre juventude(s): a unidade na diversidade. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/issue/view/92>. Acesso em: nov. 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. 2ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernidade reflexiva. In: BECK, Ulrich; GIDDENS Antony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição, estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo à outra modernidade. 2 ed. São Paulo: Ed. 34, 2011.

BEHRING, Elaine. Fundamentos de política social. In: MOTA, Ana E; BRAVO Maria I et al (Orgs.) **Serviço social e saúde: trabalho e formação profissional**. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm. Acesso em: jan. 2015.

_____. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do estado e perda dos direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BERTASO, João Martins; GAGLIETTI, Mauro; FORMAGINI, Nátalia. Os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. In: ANDRADE, Jair; REDIN, Giuliana. **Múltiplos olhares sobre os direitos humanos**. Passo Fundo/RS: Imed, 2008.

BLANCO, Marcelo; TEIXEIRA, Pedro. **Protestos no Brasil 2013**. São Paulo: Artigo 19, 2014.

BOBBIO, Norberto **A era dos direitos**. 11 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOSCHETTI, Ivanete. A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeus. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 754-803, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/08.pdf>. Acesso em: jan. 2015.

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In: VAINER, Carlos B. et al. (Orgs.). **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram conta do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e relações sociais**. São Paulo: Alameda, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei Nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: mar. 2015.

_____. Secretaria Nacional de Juventude – SNJ. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br>. Acesso em: jul. 2014.

_____. **Emenda Constitucional nº 65**, de 13 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm. Acesso em: jun. 2014.

_____. **Lei Nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: jun. 2014.

_____. Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conjuve/>. Acesso em: jul. 2014.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Marcos da Política Nacional de Juventude**. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/marcos>. Acesso em: jul. 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude – SNJ. **Conferência Nacional de Juventude: propostas finais aprovadas.** Brasília/DF, 2011. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conferencia/resolucoes-finais/propostas-finais>. Acesso em: nov. 2013.

_____. Secretaria Nacional de Juventude – SNJ. **Agenda Juventude Brasil: pesquisa nacional do perfil e opinião dos jovens brasileiros, 2013.** Brasília, nov. 2013. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/noticias/arquivos/pesquisa-atualizada-16-01-2013>. Acesso em: maio 2014.

_____. Secretaria Nacional de Juventude – SNJ. **Balanco Final do Pacto pela Juventude: o Brasil precisa, a juventude quer.** Conselho Nacional de Juventude – CONJUNVE. Brasília/DF, 2008.

_____. Secretaria Nacional de Juventude – SNJ. **Balanco SJN 2011.** Brasília/DF, 2011. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/documentos/balanco-2011-snj>. Acesso em: jun. 2014.

_____. Secretaria Nacional de Juventude – SNJ. **Caderno de Propostas da 1ª Conferência Nacional de Juventude, 2007.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Juventude/caderno_propostas_1_conferencia_juventude.pdf. Acesso em: jul. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Benefício Variável Jovem.** Programa Bolsa Família, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario/beneficio-variavel-jovem>. Acesso em: jul. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pronatec: Brasil sem Miséria.** MDS. Brasília/DF, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Adolescências, juventudes e socioeducativo: concepções e fundamentos.** 1 ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Consolidação do Coletivo – Projovem Adolescente.** 1 ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Manual do Educador: orientações gerais.** Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Projovem Urbano, Brasília, 2008.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Plano nacional de formação para gestores, formadores e educadores: Programa Nacional de Inclusão de Jovens.** Projovem Urbano, 2008.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Projeto Pedagógico Integrado: Projovem Urbano,** 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projovem Campo – saberes da terra**: Projeto Base. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Projovem Trabalhador**: Manual de Execução, Brasília, 2011.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Juventude e Meio Ambiente**. Ministério da Educação, Brasília/DF, 2013

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Juventude Viva em seu Município**. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília/DF, 2013

_____. Superintendência dos Serviços Penitenciários – SUSEPE. **Dados Penitenciários**. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=32. Acesso em: 15 jun. 2012.

_____. **Segunda Conferência Nacional de Juventude**: conquistar direitos e desenvolver o Brasil. Disponível em: <http://m.biblioteca.juventude.gov.br/xmlui/bitstream/handle/11322/301/propostas-finais.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: mar. 2015.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: 2011**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2012.

_____. **Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais-1>. Acesso em: abr. 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/evitb10uf.def>. Acesso em: mar. 2015.

BRAVO, Maria Inês. Política de saúde do Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete da et al (Org.) **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

BRISOLA, Elisa. Estado penal, criminalização da pobreza e serviço social. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154, jan./jun. 2012.

BUAINAIN, Antônio Márcio; PIRES, Daniela. Reflexões sobre reforma agrária e questão social no Brasil. In: I Seminário Internacional Justiça Agrária e Cidadania. São Luís/MA. **Anais...**, jun. 2004. Disponível em: <http://www.abda.com.br/texto/antoniobuainain.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

CARA, Daniel; GAUTO, Maitê. Juventude: percepções e exposição à violência. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane; ESTEVES, Luiz Carlos (Orgs.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília, 2009.

CARDOSO, Adalberto. Juventudes desnorteadas e gerações perdidas: dinâmicas do mercado de trabalho brasileiro. In: ALVES, Giovanni; ESTANQUE, Elisio (Orgs.). **Trabalho, juventude e precariedade**: Brasil e Portugal. Bauru/SP: Práxis, 2012.

CARVALHO, Gildene Soares. Regularização fundiária dos territórios quilombolas: direito à propriedade, titulação e permanência na terra da população negra do estado do Tocantins. **Revista Escritas**, v. 3, p. 103-119, 2011. Disponível em: <http://www.uft.edu.br/revista-escritas/sistema/uploads/regularizac3a7c3a3o-fundic3a1ria-dos-territc3b3rios-quilombolas-direito-a-propriedade-titulac3a7c3a3o-e-permanc3aancia-na-terra-da-populac3a7c3a3o-negra-do-estado-do-tocantins.pdf>. Acesso em: mar. 2015.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/02.pdf>. Acesso em: jan. 2015.

CASTRO, Demian. Sobre o medo líquido de Zygmunt Bauman. **Revista Economia & Tecnologia**, ano 5, v. 18, jul./set. 2009. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/ret/article/viewFile/27140/18067>. Acesso em: jun. 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Direitos humanos e... da Comissão Justiça e Paz**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**, año 1, n. 1, jun. 2008. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

_____. **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Autêntica/Fundação P. Abramo, 2014.

COAN, Marival. Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo. In: IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul - ANPED Sul, **Anais...**, Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2780/214>. Acesso em: mar. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. **Cfessmanifesta**: em defesa da juventude brasileira. Brasília, 3 jan. 2014. Gestão Tempo de Luta e Resistência. Disponível em: www.cfess.com.br/cfessmanifesta. Acesso em: fev. 2014.

CORDEIRO, Denise. **Juventudes nas sombras**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. Usos e abusos da exclusão social como conceito explicativo das novas desigualdades: uma crítica marxista. In: **Congresso Internacional Karl Marx**. Lisboa, 14 a 16 de novembro de 2008. Disponível em: <http://ihc.fcsh.unl.pt/resources/546a467730b53a879366dbcefd8aef18/RicardoCEsarCosta.pdf>. Acesso em: abr. 2013.

COSTA, Antonio Carlos da. Educação para o empreendedorismo: uma visão brasileira. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, n. 1, p.145-165, 1995.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CUGINI, Paolo. Identidade, afetividade e as mudanças relacionais na modernidade líquida na teoria de Zygmunt Bauman. **Revista Diálogos Possíveis**, jan./jun. 2008. Disponível em: www.fsba.edu.br/dialogospossiveis.com.br. Acesso em: jun. 2013.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set./out./nov./dez.2003.

DEGENSZAJN, Raquel Raichelis et al. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas - Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital, **Anais...**, 23 a 26 de agosto de 2011, São Luiz/Maranhão. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MESAS_TEMATICAS/O_SISTEMA_UNICO_DE_ASSISTENCIA_SOCIAL_NO_BRASIL.pdf. Acesso em: mar. 2015.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL – DEPEN. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias-InfoPen. **Sistema Penitenciário do Brasil: dados consolidados**. Brasília. Ministério da Justiça, 2008. Disponível em: <http://www.prsp.mpf.gov.br/prdc/area-de-atuacao/torviolpolsist/RelatorioDEPEN-SistemapenitenciarioBrasil-dadosco.pdf>. Acesso em: maio 2014.

ENGELS, Friedrich. **Prefácio à terceira edição alemã de 1885 de 18 Brumário de Luís Bonaparte**. A revolução antes da revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2008. V.2.

ESTANQUE, Elísio. Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011- 2013). **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.103, p. 53- 80, maio 2014. Disponível em: <http://rccs.revues.org/5540>. Acesso em: dez. 2014.

ESTEVES, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane; ESTEVES, Luiz Carlos (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília, 2009.

FARIAS. Ana Amélia; BARROS Vanessa A. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. **Psicologia & Sociedade**, 23 (3): 536-544, 2011.

FERNANDES, Idilia. O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 6, dez. 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/1032/811>. Acesso em: mar. 2015.

_____. Diversidade, direitos humanos na perspectiva marxiana. In: BELLO, Enzo (Org.). **Direito e marxismo: as novas tendências da América Latina**. Caxias do Sul, 2014.

FERREIRA, Ricardo Franklin. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afrodescendente. **Psicologia & Sociedade**, 14 (1): 69-86; jan./jun.2002. Disponível em: http://www.academia.edu/3719173/O_brasileiro_o_racismo_silencioso_e_a_emancipacao_do_afro_descendente. Acesso em: mar. 2015.

FERREIRA, Helder et al. Juventude e políticas de segurança pública no Brasil. In: CASTRO, Jorge Abraão de; AQUINO, Luseni Maria de; ANDRADE, Carla Coelho (Orgs.). **Juventudes e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORTI, Valéria; MARCONSIN, Cleier; FORTE, Lorena. Direitos humanos e serviço social: debater é preciso. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **Direitos humanos e serviço social: polêmicas, debates e embates**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 14 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GÓIS, João Bosco Hora. A (difícil) produção da intersectorialidade: comentários a partir de ações públicas para a juventude. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 128-141, jan./jun. 2013.

GONÇALVES, Reinaldo. Otimismo mais do que justificado, novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/03.pdf>. Acesso em: jan. 2015.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, Jorge Abraão de; AQUINO, Luseni Maria de; ANDRADE, Carla Coelho (Orgs.). **Juventudes e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 6.

_____. **Para entender o capital**. São Paulo: Loyola, 2013.

GROPPO, Luis Antonio. **Juventude: ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: ArtLine, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Espaços da esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HAYEK, Friedrich August. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HIRO, Cássio Diniz. Uma trincheira chamada educação: o papel da educação no contexto da luta de classes. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 125, p. 69-76, out. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12764/7980>. Acesso em: mar. 2015.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos** – o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HOUTART, François; POLET, François. **O outro Davos**: mundialização de resistências e de lutas. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempos de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo, 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: maio 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** (PNAD)/IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em: maio 2014.

_____. **Síntese de indicadores sociais**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2013/pdf/padrao_vida_pdf. Acesso em: maio 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Juventude levada em conta**: demografia. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Juventude-Levada-em-Conta.pdf>. Acesso em: maio 2014.

_____. **Retrato das desigualdades**. 2 ed. Brasília, set. 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/segundaedicao.pdf>. Acesso em: maio 2014.

_____. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2012.

JACCOUD, Luciana; HADJAD, Patrícia Dario El-Moor; ROCHET, Juliana. A política de assistência social e a juventude: um diálogo sobre a vulnerabilidade social? In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria de; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

JANSEN, Nei. Drogas, imperialismo e lutas de classe. **Revista Urutaguá**, Maringá/PR, n. 12, 2007.

JAY, Meg. **A idade decisiva**: descubra por que a fase dos 20 aos 30 anos vai definir seu futuro e como tirar o melhor proveito dela. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

KAMMER, Marcos. **A dinâmica do trabalho abstrato na sociedade moderna**: uma leitura a partir das barbas de Marx. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

KNAUTH, Daniela Riva; GONÇALVES, Helen. Juventude na era da AIDS: entre o prazer e o risco. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernando (Orgs.). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

KONDER, Leonardo. **O que é dialética?** São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KREIN, José D; PRONI, Marcelo. Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. In: **OIT**: trabalho decente no Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/241>. Acesso em: 28 jun. 2012.

LACERDA, Mirian. “Diabolização” das juventudes: mídia, subjetividade e educação. In: Congresso Internacional de Salud Mental y Derechos Humanos, IX, 2010. **Anais**. Disponível em: http://jornalnasaladeaula.com.br/_common/dados/arquivosbiblio/miriam_lacerda.pdf. Acesso em: nov. 2013.

LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEON, Alessandro Lutfy Ponce. Juventude, juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane; ESTEVES, Luiz Carlos (Orgs.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília, 2009.

LÉPORE, Paulo Eduardo; RAMIDOFF Mário Luiz; ROSSATO, Laciono Alves. **Estatuto da Juventude Comentado - Lei n. 12.852/13**. São Paulo: Saraiva, 2014.

LESSA, Sérgio. A emancipação política e a defesa de direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, jun. 2007.

LIMA JR, Jayme Benvenuto. O caráter expansivo dos direitos humanos na afirmação de sua indivisibilidade e exigibilidade. In: PIOVESAN, Flávia (Org.). **Direitos humanos, globalização econômica e integração regional**: desafios do direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002.

LUIZ, Danuta E. C. Emancipação social: fundamentos à prática social e profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2008.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: VAINER, Carlos B. et al (Orgs.). **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram conta do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: VAINER, Carlos B. et al (Orgs.). **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram conta do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARSHALL, Tony. The evolution of restorative justice in Britain. **European Journal on Criminal Policy Research**, v. 4, n. 4. Heidelberg: Springer, 1996.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINELLI, Maria Lucia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. 2ed. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **Os 18 Brumários de Luis Bonaparte**. São Paulo: Nelson J. Garcia, 2002.

_____. **A questão judaica**. Manuscritos econômicos e filosóficos. 2 ed. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Livro 1, v.1, t.2.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sobre arte e literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MEDEIROS, Maria Bernadette de Moraes. Estado e os direitos humanos: uma visão em perspectiva. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 2, dez. 2003.

MENDES José Manuel; TAVARES, Alexandre Oliveira. Risco, vulnerabilidade social e cidadania. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 93, jun. 2011.

_____; TAVARES, Alexandre; CUNHA, Lucio; FREIRIA, Susana. A vulnerabilidade social aos perigos naturais e tecnológicos em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 93, jun. 2011.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu (Orgs.). **Pesquisa social**. 3 ed. São Paulo: Vozes, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1994.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

NERI, Marcelo. Informalidade. **Ensaio Econômico**, n. 635, dez. 2006. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/677/1224.pdf?jsessionid=8B301C88AE56343F392F323EA4D35701?sequence=2>. Acesso em: 22 jun. 2012.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete da et al (Org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____; BRAZ Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Desigualdade, pobreza e serviço social. **Revista Em Pauta**, n. 19, 2007.

NORONHA, Eduardo G. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, 2006.

NOVAES, Regina. Entre juventudes, governos e sociedade (e nada será como antes...). In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia (Orgs.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2011.

_____. Os jovens de hoje: contexto, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernando (Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Resenha: “A educação para além do capital”, de István Mészáros. **Educ. Soc.**, v. 27, n. 97, Campinas, set./dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000400016. Acesso em: mar. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em: mar. 2014.

_____. **Declaração sobre a promoção entre a juventude dos ideais da paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos**. Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 7 de dezembro de 1965. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crianca-e-Jovem/declaracao-sobre-a-promocao-entre-a-juventude-dos-ideais-de-paz-respeito-mutuo-e-comprensao-entre-os-povos-1965.html>. Acesso em: jun. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Braga Youth Action Plan**. Disponível em: <http://www.un.org/events/youth98/yforum98/bragayap.htm>. Acesso em: jun. 2014.

_____. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 1994**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>. Acesso em: out. 2012.

ORGANIZAÇÃO IBERO-AMERICANA DE JUVENTUDE – OIJ. **Convención Iberoamericana de Derechos de los Jóvenes**. Disponível em: [http://www.unicef.org/lac/CIDJpdf\(3\).pdf](http://www.unicef.org/lac/CIDJpdf(3).pdf). Acesso em: jun. 2014.

_____. **Jóvenes de Iberoamérica y los objetivos de desarrollo del milenio**. Disponível em: http://www.oij.org/file_upload/publicationsItems/document/doc1202814531.pdf. Acesso em: jun. 2014.

_____. **Programa regional de acciones para el desarrollo de la juventud en América Latina - 1995-2000**. Disponível em: http://www.oij.org/es_ES/publicacion/programa-regional-de-acciones-para-el-desarrollo-de-la-juventud-en-america-latina-1995-2000. Acesso em: jun. 2014.

_____. **El futuro ya llegó - 1º Encuesta Iberoamerica de Juventudes, 2013**. Disponível em: http://www.oij.org/file_upload/publicationsItems/document/20130719163951_42.pdf. Acesso em: jun. 2014.

_____. **Ata de Fundação da Organização Ibero-Americana de Juventude**. Disponível em: http://www.oij.org/pt_PT/oij/ata-de-funda-ao. Acesso em: jun. 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **OIT no Brasil: trabalho decente para uma vida digna**. Disponível em: <http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/NETP/Relatorio.OITnoBrasil.pdf>. Acesso em: mar. 2015.

_____. **Panorama Laboral 2011 América Latina y el Caribe**, 2011. Disponível em: <http://www.oit.org.pe/1/wp-content/uploads/2012/01/OIT-PL-2011.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2012.

_____. **Global employment trends for youth 2013: a generation at risk**. International Labour Office, Geneva, 2013. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/dgreports/dcomm/documents/publication/wcms_212725.pdf. Acesso em: maio 2014.

_____. **Trabajo decente y juventud: América Latina**. Oficina Regional para América Latina y el Caribe, Lima, 2007. Disponível em: <http://white.oit.org.pe/tdj/>. Acesso em: abr. 2014.

_____. **Trabajo decente y juventud: América Latina**, 2007. Disponível em: http://white.oit.org.pe/tdj/informes/pdfs/tdj_informe_reg.pdf. Acesso em: 26 jun. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Trabalho decente e juventude: Brasil**. 1 ed. Lima, 2009. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_brasil_252.pdf. Acesso em: maio 2014.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro**. 2 ed. Porto, Portugal: Ambar, 2005.

PEDRALLI, Rosângela; RIZZATTI, Mary Elizabeth Cerutti. Evasão escolar na educação de jovens e adultos: problematizando o fenômeno com enfoque na cultura escrita. **Rev. bras. linguist. apl.**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, jul./set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-63982013000300005&script=sci_arttext. Acesso em: abr. 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Políticas públicas e necessidades humanas com enfoque no gênero. **Sociedade em Debate**, Pelotas, n. 68 12(1): 67-86, jun./2006. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/437/391>. Acesso em: jan. 2015.

_____. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/07.pdf>. Acesso em: jan. 2015.

_____. **Política social: temas e questões**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Estado, sociedade civil e esfera pública. In: CFESS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**, Brasília/DF, 2009.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA, Solange Maria. Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 114-127, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/12990/9619>. Acesso em: jul. 2014.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. Questão habitacional no território: sobre soluções para a acumulação na racionalidade burguesa. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 376-389, ago./dez. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/11956/8644>. Acesso em: mar. 2015.

PEREZ, Carlota. **Revoluciones tecnológicas y capital financiero: la dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza**. Primera edición em español. México: Siglo XXI, 2004.

_____. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf>. Acesso em: mar. 2014.

PETINELLI, Viviane; LINS, Isabella; FARIA, Cláudia. Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação? **Revista Brasileira de Ciências Políticas**, Brasília, n. 7, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522012000100011&script=sci_arttext. Acesso em: fev. 2015.

PINTO, Vicente Paulo dos Santos; ZACARIAS, Rachel. Crise ambiental: adaptar ou transformar? As diferentes concepções de educação ambiental diante deste dilema. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 39-54, set. 2009/fev 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2011/10/Artigo-02-14.2.pdf>. Acesso em: mar. 2015.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos, fundamento, proteção e implementação: perspectivas e desafios contemporâneos**. Curitiba: Juruá, 2008.

POCHMANN, Marcio. Juventude em busca de novos caminhos. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

_____. Prefácio. In: PRIEB, Sérgio. **O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho**. Ijuí/RS: Ed. UNIJUI, 2005.

POGREBINSCHI, Thamy; SANTOS, Fabiano. Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 259-305, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n3/v54n3a02.pdf>. Acesso em: mar. 2015.

POIRIER, Marie-Pierre. **Apresentação**. In: **Esporte e cidadania: guia de orientação para os municípios da Amazônia**, Selo UNICEF, ed. 2009-2012/Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília: UNICEF, 2011.

PORTINARI, Denise; COUTINHO, Fernando. A roupa faz o homem: a moda como questão. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernando (Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PRIEB, Sérgio. **O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho**. Ijuí/RS: Ed. UNIJUI, 2005.

RAMOS, Sílvia; MUSUMECI, Leonarda. Elemento suspeito. Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. In: **Boletim Segurança e Cidadania**, ano 03, n. 08, dez. 2004. Disponível em: <http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/boletim08.pdf>. Acesso em: mar. 2015.

RAMOS, Lauro. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2007. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1756/1/TD_1255.pdf. Acesso em: maio 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública – SSPRS. Departamento de Gestão e Estratégia Operacional. **Homicídios no Rio Grande do Sul em 2011, estudo técnico 04/2011**. Disponível em: http://www.ssp.rs.gov.br/upload/20120319112308estudo_tecnico_n_04_homicidios_no_rs_2011_editado_14.02.12.pdf. Acesso em: 21 jun. 2012.

RIOS, Roger Raup. O direito da antidiscriminação e a tensão entre o direito à diferença e o direito geral de igualdade. **Revista Direitos Fundamentais & Justiça**, ano 6, n. 18, p. 169-177, jan./mar. 2012.

ROSENFELD, Cinara L; PAULI, Jandir. Para além da dicotomia entre trabalho decente e trabalho digno: reconhecimento e direitos humanos. **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, maio/ago. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792012000200009&script=sci_arttext. Acesso em: mar. 2015.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: VAINER, Carlos B. et al (Orgs.). **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram conta do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2014.

SALES, Apolinário Mione. **(In)visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/04.pdf>. Acesso em: jan. 2015.

_____. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimento: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTANA, Adalberto. A globalização do narcotráfico. **Rev. Bras. Polít. Int.** 42 (2): 99-116, 1999.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/02.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 8 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SAVAGE, Jon. **A criação da juventude**: como o conceito teenager revolucionou o século XX. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SCHERER, Giovane. **Serviço social e arte**: juventudes e direitos humanos em cena. São Paulo: Cortez, 2013.

SECCO, Lincoln. **As jornadas de junho**. In: VAINER, Carlos B. et al (Orgs.). **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram conta do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2014.

SILVA, Enid Rocha Andrade; ANDRADE, Carla Coelho A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abraão; AQUINO, Luseni Maria; ANDRADE, Carla Coelho. (Orgs.). **Juventude e política social no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

SILVA, Jailson S; FERNADES, Fernando L; BRAGA, Raquel. Grupos criminosos armados com domínio de território: reflexões sobre a territorialidade do crime. In: JUSTIÇA GLOBAL (Orgs.). **Justiça global**: segurança, milícias e tráfico no Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Böll, 2008.

SILVA, José Fernando S. da. O método em Marx e o estudo da violência estrutural. **Revista Serviço Social e Realidade**, v. 13, n. 2, Franca/SP, 2004.

_____. **Serviço social**: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.

SIMIONATTO, Ivete. A cultura do capitalismo globalizado: novos consensos e novas subalternidades. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréia de Paula (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

SINGER, Paul; POCHAMANN, Marcio. **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SOEIRO, José. Juventude, precariedade, indignação e o novo ciclo de protesto global. In: ALVES, Giovanni; ESTANQUE, Elisio (Orgs.). **Trabalho, juventude e precariedade**: Brasil e Portugal. Bauru: Práxis, 2012.

SOUSA, Rosângela; MATIAS, Hernani Aparecido; BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. Reflexões sobre envelhecimento e trabalho. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.15, n.6, set.2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232010000600021&script=sci_arttext. Acesso em: abr. 2014.

SOUZA, Maria Luiza. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do protagonismo juvenil**. São Paulo: Paulus, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva**: concepções fundantes. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura, Brasília, DF, 2009.

SPÓSITO, Marília Pontes. **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Belo Horizonte: Argymentvm, 2009. 2 v.

_____; CORROCHANO Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a07v17n2.pdf>. Acesso em: ago. 2014.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.103, p. 9-24, 2014. Disponível em <http://rccs.revues.org/5521>. Acesso em: abr. 2015.

SUNKEL, Osvaldo. Globalização, neoliberalismo e a reforma do estado. In: PEREIRA, Luiz C. Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes. **Sociedade e estado em transformação**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. CFESS, Brasília/DF, 2009.

TIBURI, Márcia. Indústria cultural da antipolítica: o caráter manipulador. **Revista Cult.**, ed. 200, 2015. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2015/04/industria-cultural-da-antipolitica-o-carater-manipulador/>. Acesso em: abr. 2015.

TONET, Ivo. **Educação e ontologia marxiana**. HISTEDBR on-line, 04/2011. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>. Acesso em: mar. 2015.

_____. **Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TOYODA, Hisashi. A apologia dos direitos humanos e a razão perversa do capitalismo: do sujeito de direitos à falácia das garantias. **Rev. Direito Econ. Socioambiental**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 333-366, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:AeuA2vB988UJ:www2.pucpr.br/reol/index.php/direitoeconomicobr.> Acesso em: ago. 2014.

TRINDADE, Antônio Augusto Cansado. Apresentação. In: PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 4 ed. São Paulo: Max Limonad, 2000.

TRINDADE, José Damião de Lima. Direitos humanos: para além do capital. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **Direitos humanos e serviço social: polêmicas, debates e embates**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2011.

_____. **Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels: emancipação política e emancipação humana**. São Paulo: Alfa Ômega, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

VAINER, Carlos B. Quando a cidade vai às ruas. In: VAINER, Carlos B. et al (Orgs.). **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram conta do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2014.

VELHO, Gilberto. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernando (Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

VIAGO, Mario Eduardo. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no Brasil**. Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf. Acesso em: maio 2014.

_____. **Mapa da violência 2013: mortes matadas por arma de fogo**. Centro de Estudos Latino-Americanos, 2013. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf. Acesso em: mar. 2014.

WOLKMER, Antônio Carlos. Introdução aos fundamentos de uma teoria geral dos “novos direitos”. In: WOLKMER, A. C.; LEITE, J. R. M. (Orgs.). **Os “novos” direitos no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. In: CFESS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília/DF, 2009.

ŽIŽEK, Slavoj. **Problemas no paraíso**. In: VAINER, Carlos B. et al (Orgs.). **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram conta do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Documentos de acesso exclusivo em meio eletrônico:

Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?Idtxt=37245&janela=1. Acesso em: set. 2013.

Disponível em: <http://ceus.cultura.gov.br/>. Acesso em: 11 set. 2013.

Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultural1>. Acesso em: set. 2013.

Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={34F31E13-7A0D-4DA6-914E-DA24F770EE3A}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemIDDB4D3527BC-648B-4139-BF88-C5980C16ECC8DB&UIPartUID=B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26D>. Acesso em: 14 set 2013.

Disponível em: <http://www.justica.gov.br/portal/ministerio-da-justica/banner-de-destaque/mj-investe-r-12-milhoes-em-capacitacao-de-jovens-e-mulheres.htm>. Acesso em: 16 set. 2013.

Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?ViewID=BA4C659C52D8403D4BEBDB71BD92B08F8723B7D¶ms=itemID=BE4DBADEAD621ED4A0DDA0AFD67DA157AE01AD;&UIPartUID=B2218FAF9D5230D431CDA9E3DE780D3E67DFED>. Acesso em: 16 set. 2013.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1115. Acesso em: set. 2013.

Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/2029-desenvolvimento-regional-territorial-sustentavel-e-economia-solidaria>. Acesso em: 18 set. 2013.

Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/>. Acesso em: 20 set. 2013.

Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundoTempo/projetoPadrao.pdf> acesso em 18 set. 2013.

Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/institucional/secretariaExecutiva/pracaJuventude/sobre.jsp>. Acesso em: 16 set. 2013.

Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/guia/programas-da-secretaria-nacional-de-juventude/programa-estacao-juventude>. Acesso em: 16 set. 2013.

Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/estacao-juventude>. Acesso em: 18 set. 2013.

Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/seguranca/pronasci>. Acesso em: 18 set. 2013.

Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/guia/programas-da-secretaria-nacional-de-juventude/programa-de-inclusao-produtiva-formacao-cidada-e-capacitacao-para-geracao-de-renda-da-juventude-rural>. Acesso em: 18 set. 2013.

Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={3FD1029C-C70B-4394-A81E-A52F2E42E259}&BrowserType=NN&LangID=pt-br¶ms=itemIDDBFA34A8C4DA1F1D4C2BDBECEDDF60C7C0A2ACDB&UIPartUID=B2868BA3CD1C72D4347DBE11DA26F70F4CB26D>. Acesso em: 18 set. 2013.

Disponível em: http://issuu.com/azimutecom/docs/folder_projeto_farol/1. Acesso em: set.13.

APÊNDICE A – Roteiro para análise dos acordos internacionais

ROTEIRO PARA A PESQUISA DOCUMENTAL I

Fontes: Documentos vinculados aos Pactos Internacionais sobre Juventudes

1) Aspectos a serem sistematizados e analisados:

- Vinculação do Documento:
- Encontrado em:
- Consultado em:
- Público-alvo:
- Ações Planejadas:
- Concepções de Juventude presentes no documento:
- Concepções de segurança para juventude presentes no documento:

2) Observações e comentários:

**APÊNDICE B – Roteiro para análise dos programas e projetos voltados para as
juventudes brasileiras**

ROTEIRO PARA A PESQUISA DOCUMENTAL II

Fontes: Documentos vinculados à Política Nacional de Juventude.

1) Aspectos a serem sistematizados e analisados:

- Vinculação do Documento:
- Encontrado em:
- Consultado em:
- Público-alvo:
- Objetivos:
- Ministério a que se vincula:
- Política Pública que se evidencia nas ações:
- Ações Planejadas:
- Concepções de Juventude presentes no documento:
- Concepções de segurança para juventude presentes no documento:

2) Observações e comentários:

APÊNDICE C – Prioridades apontadas a partir das Propostas Finais da 1ª Conferência Nacional de Juventude 2007

	TEMA	PROPOSTA
1	Jovens Negros	Reconhecimento e aplicação, pelo poder público, transformando em políticas públicas de juventude as resoluções do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE), priorizando as mesmas como diretrizes étnico/raciais de/para/com as juventudes .
2	Educação básica – elevação da escolaridade	Destinar parte da verba da educação no ensino básico para o modelo integral e pedagógico do CIEP's (Centros Integrados de Educação Pública).
3	Fortalecimento institucional	Aprovação pelo Congresso Nacional do marco legal da juventude: regime de urgência da PEC n.º 138-B/2003, Plano Nacional de Juventude e Estatuto dos Direitos da Juventude PL 27/2007
4	Meio Ambiente	Criar uma política nacional de juventude e meio ambiente que inclua o “Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente”, institucionalizado em PPA (Plano Plurianual), com a participação dos jovens nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, bem como da Agenda 21 da Juventude que fortaleça os movimentos juvenis no enfrentamento da grave crise ambiental global e planetária, com a construção de sociedades sustentáveis.
5	Esporte	Ampliar e qualificar os programas e projetos de esporte , em todas as esferas públicas, enquanto políticas de Estado, tais como os programas: Esporte e Lazer da Cidade, Bolsa Atleta e Segundo Tempo com núcleos nas escolas, universidades e comunidades, democratizando o acesso ao esporte e ao lazer a jovens, articulados com outros programas existentes.
6	Juventude do campo	Garantir o acesso à terra ao jovem e à jovem rural, na faixa etária de 16 a 32 anos, independente do estado civil, por meio da reforma agrária, priorizando este segmento nas metas do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, atendendo a sua diversidade de identidades sociais, e, em especial aos remanescentes de trabalho escravo. É fundamental a revisão dos índices de produtividade e o estabelecimento do limite da propriedade para 35 módulos fiscais.
7	Trabalho	Reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem redução de salários, conforme campanha nacional unificada promovida pelas centrais sindicais.
8	Educação Superior	Defendemos que a ampliação do investimento em educação é fator imprescindível para construirmos uma educação de qualidade para todos e todas e que consiga contribuir para o desenvolvimento do País. Para tanto, defendemos o investimento de 10% do PIB em educação. Para atingir este percentual reivindicamos o fim da desvinculação das receitas da união (DRU) e a derrubada dos vetos ao PNE (Plano Nacional de Educação). Reivindicamos que 14% dos recursos destinado às universidades federais seja destinado exclusivamente à assistência estudantil por meio da criação de uma rubrica específica. Defendemos também a ampliação dos recursos em assistência estudantil para estudantes do PROUNI e para estudantes de baixa renda de universidades privadas. Garantir a transparência e democracia na aplicação dos recursos.
9	Cultura	Criação, em todos os municípios, de espaços culturais públicos , descentralizados, com gestão compartilhada e financiamento direto do estado, que atendam às especificidades dos jovens e que tenham programação permanente e de qualidade. Os espaços, sejam eles construções novas, desapropriações de imóveis desocupados ou organizações da sociedade civil já estabelecidas, devem ter condições de

		abrigar as mais diversas manifestações artísticas e culturais, possibilitando o aprendizado, a fruição e a apresentação da produção cultural da juventude. Reconhecer e incentivar o hip hop como manifestação cultural e artística.
10	Política e Participação	Criar o Sistema Nacional de Juventude , composto por Órgãos de Juventude (Secretarias/coordenadorias e outros) nas três esferas do Governo, com dotação orçamentária específica; Conselhos de Juventude eleitos democraticamente, com caráter deliberativo, com a garantia de recursos financeiros, físicos e humanos; Fundos Nacional, estaduais e municipais de Juventude, com acompanhamento e controle social, ficando condicionado o repasse de verbas federais de programas de projetos de juventude à adesão dos estados e municípios a esse Sistema.
11	Jovens mulheres	Implementar políticas públicas de promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das jovens mulheres, garantindo mecanismos que evitem mortes maternas, aplicando a lei de planejamento familiar, garantindo o acesso a métodos contraceptivos e a legalização do aborto.
12	Segurança	Contra a redução da maioria penal , pela aplicação efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.
13	Política e participação	Garantir uma ampla reforma política que, além do financiamento público de campanha, assegure a participação massiva da Juventude nos partidos políticos, com garantia de cota mínima de 15% para jovens de 18 a 29 anos nas coligações, com respeito ao recorte étnico-racial e garantindo a paridade de gênero; Mudança na faixa-etária da elegibilidade garantindo como idade mínima de 18 anos para vereador, prefeito, deputados estaduais, distritais e federais e 27 anos para senador, governador e presidente da República.
14	Outros temas	Fim da obrigatoriedade do serviço militar , e criação de programas alternativos de serviços sociais não obrigatórios.
15	Fortalecimento institucional	Criar o Sistema Nacional de Políticas Públicas de Juventude que confira status de Ministério à Secretaria Nacional de Juventude , exigindo que a adesão de estados e municípios seja condicionada à existência de órgão gestor específico e respectivo conselho de juventude. A partir de dezembro de 2009, os recursos do Fundo Nacional de Juventude, do ProJovem e demais programas de juventude, apenas continuarão a ser repassados aos estados e municípios que aderirem ao Sistema.
16	Povos e comunidades tradicionais	Assegurar os direitos dos povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ciganos, comunidades de terreiros, pescadores artesanais, caiçaras, faxinalenses, pomeranos, pantaneiros, quebradeiras de coco babaçu, caboclos, mestiços, agroextrativistas, seringueiros, fundos de pasto, dentre outros que buscam ser reconhecidos), em especial da juventude, preservando suas culturas, línguas e costumes, combatendo todas as práticas exploratórias e discriminatórias quanto a seus territórios, integrantes, saberes, práticas culturais e religiosas tradicionais
17	Cultura	Estabelecimento de políticas públicas culturais permanentes direcionadas à juventude , tendo ética, estética e economia como pilares, em gestão compartilhada com a sociedade civil, a exemplo dos Pontos de Cultura, que possibilitem o acesso a recursos de maneira desburocratizada, levando em consideração a diversidade cultural de cada região e o diálogo intergeracional. Criação de um mecanismo específico de apoio e incentivo financeiro aos jovens (bolsas) para formação e capacitação como artistas, animadores e agentes culturais multiplicadores.
18	Cidadania GLBT	Incentivar e garantir a SENASP/MJ a incluir em todas as esferas dos cursos de formação dos operadores/as de segurança pública e privada em nível nacional, estadual e municipal no atendimento e abordagem e no aprendizado ao respeito à livre orientação afetivo-sexual e de identidade de gênero com ampliação do DECRADI – Delegacia de Crimes

		Raciais e Intolerância.
19	Jovens com deficiência	Ratificação imediata da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU como emenda constitucional
20	Jovem do Campo	Garantia de políticas públicas integradas que promovam a geração de trabalho e renda para o jovem e a jovem do campo , com participação da juventude na sua elaboração e gestão. Assegurando o acesso a terra, à capacitação e ao desenvolvimento de tecnologia sustentável apropriada à agricultura familiar e camponesa voltada para a mudança de matriz tecnológica. Transformar o Pronaf Jovem em uma linha de crédito para produção agrícola e não agrícola.
21	Segurança	Assegurar, no âmbito das Políticas Públicas de Segurança, prioridade às ações de prevenção, promoção da cidadania e controle social , reforçando a prática do policiamento comunitário, priorizando áreas com altas taxas de violência, promovendo a melhoria da infraestrutura local, adequadas condições de trabalho policial, remuneração digna e a formação nas áreas de Direitos Humanos e Mediação de Conflitos, conforme as diretrizes apontadas pelo PRONASCI.
22	Cultura	Estabelecimento de cotas de exibição e programação de 50% para a produção cultural Brasileira , sendo 15% produção independente e 20% produção regional em todos os meios de comunicação (TV aberta e paga, rádios e cinemas). Valorização dos artistas locais garantindo a preferência nas apresentações e prioridade no pagamento. Entender os cineclubes como espaços privilegiados de democratização do áudio visual.

Fonte: 1º Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, SNJ, 2008. Adaptação de SCHERER, 2014.

APÊNDICE D – Prioridades apontadas a partir das Propostas Finais da 2ª Conferência Nacional de Juventude 2011

EIXO	PROPOSTA
EIXO 1 DESENVOLVIMENTO INTEGRAL	PROPOSTA 1: Consolidar as políticas de educação inclusiva. Ampliação e qualificação da oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos. Garantir a assistência estudantil e a acessibilidade no transporte público gratuito, promovendo, assim, a formação para a vida e para a cidadania dos jovens.
	PROPOSTA 2: Ampliar e interiorizar a oferta de vagas públicas no ensino público superior , as vagas ofertadas sejam majoritariamente públicas, incluindo políticas de ações afirmativas,
	PROPOSTA 3: Ampliar e interiorizar os cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes , criando escolas e democratizando o Sistema S, por meio de vagas gratuitas.
	PROPOSTA 4: Construir e implementar um plano nacional de promoção do trabalho decente para a juventude , com indicadores e metas, tendo como base a Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude.
	PROPOSTA 5: Fortalecer programas como Cultura Viva/Pontos de Cultura , do Ministério da Cultura, como forma de política permanente de investimentos destinados a iniciativas de grupos e movimentos culturais juvenis e populares. Sendo assim, todos os profissionais da área cultural devem ser reconhecidos e regulamentados pelo Estado, tendo garantia ao trabalho decente, sendo assegurados todos os direitos trabalhistas, extinguindo-se a precarização do trabalho, garantindo-se também a criação de cursos de capacitação e formação nas demais áreas da cultura e das artes.
	PROPOSTA 6: Criar e implementar o Plano Nacional de Comunicação e Juventude, que deve contemplar a criação e a ampliação dos Centros de Comunicação Popular, Telecentros, pontos de acesso público e o fomento à produção de mídias alternativas.
	PROPOSTA 7: Criar um programa de assistência estudantil obrigatório a todas as universidades brasileiras que atendam aos programas de inclusão (com criação de rubrica própria para assegurar esta assistência).
EIXO 2 DIREITO AO TERRITÓRIO	PROPOSTA 1: Garantir o direito à moradia digna aos jovens , levando em conta programas habitacionais existentes, incentivo fiscal e oferecimento de linha de crédito facilitada, com cotas destinadas aos jovens para aquisição da moradia própria, sem comprovação de renda e com subsídio governamental, especialmente para as jovens mães.
	PROPOSTA 2: Criação de uma política pública de fomento específica para a juventude da agricultura familiar, camponesa, assalariada rural, para os povos e comunidades tradicionais.
	PROPOSTA 3: Garantir o passe livre no transporte coletivo urbano, rural intermunicipal e interestadual para as juventudes e os estudantes, por meio da criação de lei.
	PROPOSTA 4: Fortalecer a política nacional de juventude e meio ambiente e criar o programa nacional de juventude e meio ambiente.
	PROPOSTA 5: Mapeamento, reconhecimento, delimitação, demarcação, homologação, titulação e desintração das terras e territórios , dos povos e das comunidades tradicionais , visando à criação de políticas públicas e de programas que possibilitem a permanência dos jovens nas comunidades.
	PROPOSTA 6: Assegurar o direito a uma educação contextualizada, que garanta o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais; efetive a educação do campo, pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis e modalidades de ensino; com a possibilidade de criar, ampliar e efetivar cursos em instituições públicas e sociais para a formação dos jovens em relação ao meio ambiente, com foco nas práticas sustentáveis adequadas para cada região.

<p>EIXO 3 DIREITO À EXPERIMENTAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA</p>	<p>PROPOSTA 1: Garantir a não privatização e o fortalecimento do SUS integralmente nas demandas da Juventude (de 15 a 29 anos). Garantir espaço permanente para a juventude nos conselhos nacional, estadual e municipais de saúde.</p> <p>PROPOSTA 2: Ampliação, diversificação, criação e interiorização, em todas as esferas públicas (federal, estadual, distrital e municipal), dos programas Bolsa Atleta, Segundo Tempo, Mais Educação/MEC e PELC (Programa de esporte e lazer na cidade) e criação, ampliação e conservação de equipamentos esportivos em todo o país.</p> <p>PROPOSTA 3: Implementar programas que destinem no orçamento das esferas federal, estaduais e municipais, verbas para a construção e implementação de centros que atendam a juventude, sendo estes espaços de convivência e de desenvolvimento de atividades esportivas, recreativas, culturais e socioeducativas, no campo e na cidade.</p> <p>PROPOSTA 4: Criar instâncias institucionalizadas na Área Técnica de Saúde de Adolescentes e Jovens e no Comitê Técnico de Saúde da População Negra, bem como em secretarias estaduais e municipais de saúde, que promovam o debate acerca da saúde da juventude negra.</p>
<p>EIXO 04 DIREITO À DIVERSIDADE E À VIDA SEGURA</p>	<p>PROPOSTA 1: Fomentar ações de reinserção socioafetiva dos jovens do sistema socioeducativo e do sistema prisional na família e na sociedade, ampliando programas de elevação da escolaridade, capacitação profissional, inserção e reinserção no mercado de trabalho e/ou medidas alternativas para a geração de emprego e renda, bem como incentivar a inclusão da modalidade de justiça restaurativa na lei processual penal como procedimento padrão.</p> <p>PROPOSTA 2: Implementar uma política transversal para os jovens com deficiência, garantindo educação inclusiva, atendimento em saúde/reabilitação, qualificação para entrada no mercado de trabalho e geração de renda, entre outras iniciativas.</p> <p>PROPOSTA 3: Implementar, imediatamente, e fiscalizar, o Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra, efetivando a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo.</p> <p>PROPOSTA 4: Implementar o Plano Nacional de Saúde Integral da População LGBT, que supere as vulnerabilidades da população de 15 a 29 anos em todos os aspectos de saúde, com principal preocupação para as especificidades de gênero, orientação sexual e identidade de gênero cor/raça, dos povos tradicionais e população de rua, considerando os graves impactos na saúde mental dos adolescentes e jovens LGBT que sofrem as diversas formas de violência, em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero, garantindo a criminalização da homofobia.</p> <p>PROPOSTA 5: Descriminalizar e legalizar o aborto, situando-o como um grave problema de saúde pública; garantir o atendimento humanizado às mulheres jovens em situação de abortamento e a efetivação do serviço público de aborto legal em todas as unidades da Federação; promover os direitos sexuais e reprodutivos da juventude.</p> <p>PROPOSTA 6: Respeitar a Diversidade Religiosa, criando e efetivando um Plano Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.</p>
<p>EIXO 5 DIREITO À PARTICIPAÇÃO</p>	<p>PROPOSTA 1: Incorporar o máximo de movimentos e entidades que tenham suas ações nacionalmente voltadas para a juventude no Conselho Nacional de Juventude</p>

	<p>PROPOSTA 2: Os conselhos de Juventude no Brasil devem se constituir considerando as seguintes características/atribuições: (a) Representar a Juventude no sentido de promover melhorias, qualidade de vida e acesso a ações e projetos diversificados;(b) Com caráter deliberativo e fiscalizador, com cotas de 3/5 de jovens; (c) Com entidades que atuem no segmento de juventude; (d) Com obrigatoriedade de inserção juvenil; (e) Com alternância de sociedade civil e poder público na presidência; (f) Com garantia de espaço de participação nos conselhos de juventude para os estudantes, LGBT, mulheres, negros, pessoas com deficiência, entidade de bairro, trabalhadores, jovens do campo e de comunidades indígenas, quilombolas, de terreiros e povos tradicionais, entre diversos outros segmentos juvenis; (g) Com sede própria; (h) Acompanhados de Fóruns Municipais e/ou Territoriais e demais organizações de suporte/apoio ao conselho; (i) Subdivididos por conselhos regionais, de acordo com o porte do município, cujos membros da sociedade civil sejam eleitos em fóruns, assembleias e outros coletivos específicos de juventude, e não indicados, salvo quando não houver um fórum específico de juventude; (j) Com dotação orçamentária específica prevista em LDO/LOA e no PPA; (k) Com prazo de mandato definido por lei, e, onde ainda não houver conselhos, que seja fomentada e incentivada a sua criação; (l) Com $\frac{3}{4}$ de participação da sociedade civil.</p> <p>PROPOSTA 3: Garantir a aprovação do sistema nacional de financiamento de juventude no estatuto da juventude e de um fundo nacional de juventude, com receita direta do Tesouro Nacional; além de garantir que os demais entes federativos criem seus respectivos fundos para ações voltadas às políticas públicas de juventude, destinando uma receita específica, de acordo com a realidade de cada ente, garantindo que o gerenciamento e a fiscalização destes recursos sejam feitas pelos conselhos de juventude.</p>
--	--

Fonte: 2º Conferência Nacional de Juventudes: Propostas Finais Aprovadas (SNJ), 2012. Adaptação SCHERER, 2014.

**APÊNDICE E – Síntese dos principais documentos internacionais que fazem alusão às
juventudes como sujeitos de direitos**

Documento	Ano	Instituição responsável pela elaboração	Resolução
Declaração sobre a Promoção entre a Juventude dos Ideais da Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os povos.	1965	Organização das Nações Unidas (ONU)	Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 7 de dezembro de 1965, o documento dirige um clamor aos governos, às organizações não governamentais e aos movimentos de jovens para que reconheçam princípios para a proteção da juventude, compreendida no documento como sujeitos que estão convocados a dirigir os destinos da humanidade. Tal declaração possui seis princípios sendo eles, tendo em cada um deles a afirmação da necessidade de educar as juventudes para o espírito de paz, da justiça, da liberdade, o respeito e a compreensão mútuos, estando associado com os princípios das Nações Unidas. Segundo o documento “A nova geração deve adquirir consciência das responsabilidades que terá que assumir em um mundo que deverá dirigir deve estar confiante em um futuro venturoso para a humanidade”. (ONU, 1965).
Resolução nº 50/1981 da Assembleia Geral das Nações Unidas	1981	Organização das Nações Unidas (ONU)	A resolução institui o Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), convocando a necessidade de adoção de uma política nacional para a juventude dos Estados Membros, reconhecendo e o potencial dos jovens e a importância desse segmento nos projetos de desenvolvimento de qualquer país. Essa resolução destaca a responsabilização dos estados-membros de desenvolver ações na perspectiva da garantia de direitos das juventudes.
Documento de Instituição do Programa Regional de Acciones para el Desarrollo de la Juventud en América Latina 1995-2000	1994	Organização das Nações Unidas (ONU)	Realizado na VII Conferência Ibero-americana de Ministros de Juventude, em Montevidéu, e mais tarde aprovado pela IV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada na Colômbia, sendo que os dois eventos ocorreram em 1994. O presente documento apresenta proposta para o enfrentamento do desemprego juvenil na América Latina.
Declaração de Lisboa	1998	Organização das Nações Unidas (ONU)	Resultado da I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens o documento onde os países comprometeram-se a apoiar o intercâmbio bilateral, sub-regional, regional e internacional das melhores práticas nacionais para subsidiar a elaboração, execução e avaliação das políticas de juventude.
Plano de Ação Braga	1998	Organização das Nações Unidas (ONU)	Documento elaborado no Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, constitui um dos principais pontos de convergência de grandes mobilizações e articulações dos principais movimentos de juventude, e delimita ações para a formulação de políticas para as juventudes. O documento refere que “As políticas de juventude devem ser concebidas em um estatuto legal e apoiadas por estruturas legislativas e recursos

			suficientes. Nós encorajamos todos os governos a estabelecer e/ou fortalecer as instituições da juventude ponto focal dentro da estrutura governamental. As políticas de juventude devem ser formuladas através de um processo exaustivo de consulta entre o governo e as plataformas nacionais de ONGs de juventude”. (PLANO DE AÇÃO BRAGA, 1998)
Convención Iberoamericana de Derechos de los Jóvenes	2005	Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ)/ Organização das Nações Unidas (ONU)	Tratado internacional que reconhece o jovem como sujeito de direito, com diversos artigos que reconhecem um conjunto de direitos como direito à paz, à igualdade de gênero, à vida, entre outros.
Jovens de Ibero-América e os Objetivos de Desenvolvimento Del Milênio	2007	Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ)	Documento que apresenta as estratégias mais relevantes para a juventude e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) , no contexto latino-americano, para que os órgãos responsáveis pelos jovens passem a considerar as políticas públicas de juventude que possam se relacionar com tais objetivos. Os objetivos do Milênio instituídos pela ONU são: 1) Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2) Atingir o ensino básico universal; 3) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde materna; 6) Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7) Garantir a sustentabilidade ambiental; 8) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.
Declaração de Bali	2012	Organização das Nações Unidas (ONU)	Formulada no Fórum Global da Juventude, realizada em Bali em 2012, o documento reúne as preocupações e demandas impulsionadas pelas organizações e movimentos juvenis de todo o mundo. A Declaração de Bali, pelo seu conjunto histórico de recomendações, tem sido um importante instrumento de intervenção política das organizações juvenis nos processos de participação por conter proposições estruturais que transcendem os temas tradicionalmente vinculados às juventudes (SJN, 2014). Em suas recomendações expressa a necessidade de uma educação universal de qualidade a toda a população, assegurar transparência à prestação de contas das ações desenvolvidas pelo Estado e entidades envolvidas com as ações para as juventudes. Ações no âmbito da saúde de jovens, proteção ao trabalho digno e participação das juventudes no desenvolvimento das políticas públicas. Desenvolvimento de ações com foco especial em: lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queere intersexuais (LGBTQI), homens que fazem sexo com homens (HSH), usuários/as de drogas, refugiados/as, populações rurais, jovens fora da escola, profissionais do

			sexo, indígenas, populações afrodescendentes, migrantes, jovens em situações de conflito com a Lei e em situações de emergência humanitária, empoderamento das mulheres jovens e adolescentes, pessoas com deficiência, jovens que vivem com HIV.
Agenda de Desenvolvimento para Além de 2015	2013	Organização das Nações Unidas (ONU)	Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio acabam em 31 de dezembro de 2015, o que aponta para a necessidade de desenvolvimento de novas agendas mundiais. Com a perspectiva de pensar essa nova agenda pós-2015, é que foi formulada a Agenda de Desenvolvimento para Além de 2015, tendo como referência os debates realizados no Encontro de Jovens sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 , realizado em Bali, na Indonésia, reunindo cem jovens, representantes de 26 países diferentes, para discussões sobre os interesses das juventudes. O resultado final do Encontro de Jovens sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 afirma a participação ativada juventude e reforça o papel dos jovens como principais atores interessados na agenda que será estabelecida para além de 2015 (SNJ, 2014). O documento integra as demandas das juventudes que foram expressas na Declaração de Bali.
Consenso de Montevideu: Avanços para o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento	2013	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe ¹ (Cepal)	Segundo a SNJ (2014), o documento coloca as demandas e os direitos das juventudes como prioridade e parte central dos debates sobre novos modelos de desenvolvimento dos países, trazendo algumas resoluções que reconhecem as realidades, desafios e principais expectativas das juventudes da América Latina e do Caribe. O Consenso de Montevideu insta aos Estados dedicar maiores investimentos em juventude , garantindo a crianças, adolescentes e jovens as oportunidades para ter uma vida livre de pobreza e de violências e sem nenhum tipo de discriminação , sendo que os trabalhos realizados durante a I Conferência Regional da América Latina e Caribe sobre População e Desenvolvimento desempenharam papel importante na revisão do Programa de Ação de Cairo e na definição das prioridades de implementação para além de 2014.

Fonte: Scherer (2014).

APÊNDICE F - Síntese dos principais marcos históricos na composição da Política Nacional de Juventude

Ano	Marco Histórico
2004	Realização da Conferência Nacional de Juventude pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados. Criação do Grupo Interministerial ligado à Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR). Encaminhamento de projeto de lei (PL) propondo a criação do Estatuto de Direitos da Juventude (PL no 4.529/2007); e v) encaminhamento de PL versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL no 4.530/2004).
2005	Criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), e o Conselho Nacional de Juventude(CONJUVE). Lançamento do Programa Nacional de Jovens (PROJOVEM) que constitui o maior programa nacional para as juventudes do Brasil, que pretendia contemplar jovens de 15 a 29 anos que não tinham ensino fundamental, estavam fora da escola e do mercado de trabalho.
2007	Lançamento do ProJovem Integrado, que buscava integrar seis programas já existentes para os jovens no Brasil, sendo o ProJovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Escola de Fábrica, Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã. A unificação do presente programa criou o a) ProJovem Urbano – serviço socioeducativo voltado para jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental e que sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ; b) ProJovem Trabalhador - jovens com idade entre 18 e 29 anos que já concluíram o ensino fundamental, em situação de desemprego, e que são membros de famílias com renda mensal per capita de até um salário mínimo; c) ProJovem Adolescente - destina-se aos jovens de 15 a 17 anos que são pertencentes a famílias em condição de extrema pobreza e beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF); egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto; em cumprimento ou egressos de medida de proteção; egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); ou egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual; e d) ProJovem Campo – Saberes da Terra - destina-se aos jovens com idade entre 18 e 29 anos, que vivem nas áreas rurais e que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental.
2008	Realização da Primeira Conferência Nacional de Juventude e elaboração do 1º Pacto pela Juventude.
2010	Aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 65, conhecida como PEC da Juventude, foi aprovada em julho de 2010. A Emenda inseriu o termo “jovem” no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, assegurando ao segmento direitos que já foram garantidos constitucionalmente às crianças, adolescentes, idosos, indígenas e mulheres. Nesse mesmo ano, o Brasil passa a integrar a OIJ e assume a sua vice-presidência.
2011	Realização da 2º Conferência Nacional de Juventude.
2013	Aprovação do Estatuto da Juventude - Lei nº 12.852/13, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Lançamento do Programa Juventude Viva.
2014	Entra em vigor o Estatuto da Juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

Fonte: Scherer (2014).

APÊNDICE G – Sistematização dos programas e projetos voltados à garantia da segurança para as juventudes no ano de 2014

Plano/Programa	Projeto	Público-Alvo	Objetivo	Ações	Bolsa ou repasse financeiro	Política Pública
PROJOVEM	1. Projovem Adolescente	Jovens de 15 a 17 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e jovens vinculados ou egressos de programas e serviços da proteção social especial.	Complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária; criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.	Desenvolvimento de ações socioeducativas ocorridas por meio de ciclos anuais, onde no primeiro ciclo é trabalhada a “convivência social”, traduzida em ações que facilitam o entrosamento e o engajamento dos jovens e no segundo ciclo a “participação cidadã” e do “mundo do trabalho”, voltado à ação coletiva no espaço público e à formação para o mundo do trabalho.	É concedido um benefício à família no valor de R\$ 30,00 mensais por jovem, até a quantidade máxima de dois jovens.	Assistência Social e Educação
	1. Projovem Urbano	Jovens de 18 a 29 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o Ensino Fundamental com renda mensal per capita de até meio salário mínimo.	Elevar a escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de curso.	Realização de um curso abordando as seguintes temáticas: juventude e cultura, juventude e cidade, juventude e trabalho, juventude e comunicação, juventude e tecnologia e juventude e cidadania.	Repasse de R\$ 100,00 (cem reais), que será pago durante 20 meses de duração do projeto, condicionado à frequência e à entrega dos trabalhos escolares.	Educação e Trabalho
	1. Projovem Campo – Saberes da Terra	Jovens de 18 a 29 anos, residentes no campo, que saibam ler e escrever e que não tenham concluído o ensino fundamental.	Elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, integrando a qualificação social e a formação profissional.	Educação de jovens com metodologias desenvolvidas para o campo, com atividades pedagógicas desenvolvidas no espaço de unidade escolar e atividades pedagógicas planejadas pelos educadores e desenvolvidas junto a comunidades rurais.	Repasse de R\$ 100,00 pagos durante 12 meses.	Educação, Trabalho e Meio Ambiente

	2. Projovem Trabalhador	Jovens de 18 a 29 anos, em situação de desemprego; membros de famílias com renda mensal per capita de até um salário mínimo; cursando ou terem concluído o ensino fundamental ou médio.	Preparar o jovem para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção.	Desenvolvimento de cursos de qualificação profissional, com as seguintes ênfases: inclusão digital; valores humanos, ética e cidadania; educação ambiental, higiene pessoal, promoção da qualidade de vida; noções de direitos trabalhistas, formação de cooperativas, prevenção de acidentes de trabalho e empreendedorismo.	Auxílio financeiro ao jovem participante do projeto, no valor de até R\$ 600,00 (seiscentos reais), distribuídos em até 6 (seis) parcelas de R\$ 100,00 (cem reais).	Trabalho
3. PRONATEC	Acesso a partir dos 16 anos.	Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, aumentando as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.	Desenvolvimento de cursos de educação profissional e tecnológica.	----- -----	Educação e Assistência Social	
4. Benefício Variável Jovem – Bolsa Família	Jovens de 16 e 17 anos, cujas famílias são beneficiárias do PBF.	Auxiliar na manutenção das famílias que tenham jovens adolescentes em seu núcleo familiar	Acréscimo no benefício do Bolsa Família para famílias com jovens adolescentes.	Acréscimo no benefício do Bolsa Família de R\$ 38,00 por jovem, até o limite de 2 jovens	Assistência Social	
5. Programa Juventude e Meio Ambiente	Jovens de 15 a 29 anos.	Contribuir para fortalecer pessoas, organizações e movimentos de juventude do país com foco na educação ambiental e juventude, com especial atuação junto aos Coletivos Jovens.	Estimular, ampliar e potencializar o debate e a ação socioambiental das juventudes brasileiras, por articulação institucional (ONG's, fundações e órgãos governamentais) na formação e desenvolvimento de coletivos de jovens capacitados para serem multiplicadores de ações ambientais.	----- -----	Meio Ambiente e Educação	

6. PRONAF JOVEM	Jovens agricultores familiares, entre 16 e 29anos, que cursaram ou estejam cursando o último ano em centros de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio.	Fortalecimento das atividades produtivas geradoras de renda das unidades familiares de produção, com linhas de financiamento rural adequadas à sua realidade.	Atendimento de projetos de crédito de investimento propostos pelo jovem agricultor familiar, oferecendo as mais baixas taxas de juros de financiamentos rurais, variando de 0,5% a 4,5% ao ano.	----- -----	Trabalho e Desenvolvimento Agrário
7. Programa Universidade para Todos – PROUNI	Jovens e população em geral com renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio para bolsas integrais e para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa. Somente poderão participar estudantes de escolas públicas ou bolsistas em escolas privadas que obtiverem pontuação mínima de 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.	Ampliar a oferta de ensino superior à população de baixa renda.	Bolsas de estudos (íntegrais e parciais - 50%) para graduação em universidades privadas.	----- -----	Educação
PLANO JUVENTUDE VIVA	8. Núcleo de Prevenção de violências e promoção de saúde. (NPVPS).	Jovens (15- 29 anos) e comunidades beneficiadas pelos projetos desenvolvidos pelos NPVPS	Qualificar as ações de vigilância e prevenção de violências e acidentes e vigilância e prevenção de lesões e mortes.	----- --	Saúde, Segurança Pública e Igualdade Racial

9. ACADEMIAS DE SAÚDE	Jovens (15-29 anos) e <u>demais segmentos</u> da população.	Promover a saúde constituída a partir da implantação de polos com infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal qualificado.	Promoção de atividades de segurança alimentar e nutricional e de educação alimentar; práticas artísticas (teatro, música, pintura e artesanato) e organização do planejamento das ações do Programa em conjunto com a equipe de APS e usuários. As atividades são desenvolvidas por profissionais de saúde da atenção primária em saúde, especialmente dos Núcleos de Saúde da Família (NASF), podendo ser agregados profissionais de outras áreas do setor público.	----- -----	Saúde
10. PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA	Jovens (15-29 anos) de <u>demais segmentos</u> da população quilombola e povos tradicionais de matriz africana.	Garantir os direitos territoriais das comunidades quilombolas, bem como o seu acesso às demais políticas públicas voltadas à efetivação dos direitos desses grupos. Promover espaço de discussão e de apropriação dos direitos à saúde quilombola e defesa do SUS, envolvendo gestores e lideranças jovens quilombolas e de povos tradicionais de matriz africana.	A ação é configurada em formato de seminário, cuja temática central será o Enfrentamento à Violência contra a Juventude Quilombola e povos tradicionais de matrizes africanas.	----- -----	Saúde e Igualdade Racial
11. USINAS CULTURAIS	Jovens dos 151 municípios brasileiros com maior número de homicídios	Realizar investimentos em infraestrutura e programação cultural em áreas de alta vulnerabilidade social, visando especialmente o exercício dos direitos; a promoção dos valores da cidadania e da diversidade cultural; e o desenvolvimento local e regional.	Desenvolvimento de oficina de informação sobre elaboração de projetos, elaboração de projetos de qualidade voltados para a juventude dos bairros com alto índice de homicídios para gestores dos municípios.	-----	Cultura e Segurança Pública

12. PRAÇAS DO ESPORTE E DA CULTURA	Jovens e comunidades onde serão construídas 359 praças no país inteiro.	Promover programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital.	Desenvolvimento de um espaço físico e apoio a programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital	----- ---	Cultura, Segurança Pública e Esporte
13. CULTURA VIVA: PONTOS DE CULTURA	Mestres da cultura popular, jovens , idosos e portadores de deficiência, moradores das localidades com grande importância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental.	Promoção da cultura por meio de estímulo às iniciativas culturais da sociedade civil já existentes, por meio da consecução de convênios celebrados após a realização de chamada pública.	Desenvolvimento de convênios celebrados após a realização de chamada pública, com prioridade para os convênios com governos estaduais e municipais, para fomento e conformação de redes de pontos de cultura em seus territórios.	----- --	Cultura
14. BRASIL PLURAL: PRÊMIO HIP HOP	Jovens e demais segmentos sociais.	Reconhecer, promover e difundir e a Cultura Hip Hop.	Concurso público que irá premiar iniciativas de fortalecimento das expressões culturais do Movimento Hip Hop, contribuindo para sua continuidade e para o fomento de artistas, grupos e comunidades praticantes dos diferentes elementos do gênero no Brasil, com recorte para a questão do enfrentamento à violência contra a juventude negra no país.	----- -----	Cultura

	15. PROTEJO (também se articula com o PRONASCI)	Jovens, de 15 a 24 anos, que estejam inseridos em pelo menos uma das seguintes situações: vulneráveis à violência doméstica e/ou urbana; em situação de morador de rua; vítimas de criminalidade ou com familiar nesta condição; em cumprimento de medidas socioeducativas ou de penas alternativas ou egressos do sistema prisional ou de medidas socioeducativas.	Desenvolver percursos formativos para a promoção da cidadania, direitos humanos, qualificação profissional e inclusão social, para a prevenção da violência, da criminalidade e do envolvimento com drogas.	Formação de jovens que é realizada por intermédio de um Percurso Social Formativo que inclui temas como: formação cidadã e sociojurídica, violências, resolução não violenta de conflitos, ampliação do letramento, educação ambiental e sustentabilidade, sexualidade, autoestima, informática e tecnologia, prevenção à drogadição, introdução ao mundo do trabalho, além de atividades culturais e esportivas.	Bolsa auxílio de R\$100,00 durante a realização do programa.	Segurança Pública, Educação e Trabalho
	16. MULHERES DA PAZ (articulado com o PRONASCI)	Mulheres com mais de 18 anos de idade, com renda familiar de até dois salários; (foco indireto na juventude).	Capacitar as mulheres atuantes na comunidade para que se constituam, institucionalmente, como mediadoras sociais a fim de fortalecer as práticas políticas e socioculturais desenvolvidas pelas e para as mesmas, a partir do empoderamento feminino, possam construir e fortalecer redes de prevenção da violência doméstica e enfrentamento às violências que compõem a realidade local e que envolvam jovens e mulheres.	Desenvolvimento de capacitação de mulheres em temas como: gênero e direitos da mulher, direitos humanos e cidadania, violências, fatores de risco e protetivos e prevenção a drogadição, para agirem como multiplicadoras do Programa, tendo como incumbência prevenir a violência juvenil e o envolvimento dos jovens com as drogas, bem como a violência de gênero.	Benefício repassado para as mulheres.	Segurança Pública

17. PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR – PROEMI	Adolescentes de 15 a 17 anos, jovens e adultos estudantes do Ensino Médio.	Induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio, compreendendo que as ações propostas inicialmente vão sendo incorporadas ao currículo das escolas, ampliando o tempo na escola e a diversidade de práticas pedagógicas, atendendo às necessidades e expectativas dos alunos do ensino médio.	O programa busca estabelecer ações conjuntas entre os entes federados, que propiciem novas organizações curriculares para o ensino médio, compatíveis com as perspectivas da sociedade moderna e com os anseios dos jovens e adultos.	----- ---	Educação
18. PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	Jovens e Estudantes em geral que estão em situação de risco, vulnerabilidade social e sem assistência, em defasagem série/idade; em séries finais da 2ª fase do ensino fundamental (8º e/ou 9º anos), nas quais há um alto índice de abandono; de séries onde são detectados índices de desistência.	Formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino por meio a acompanhamento pedagógico em diversas áreas.	Realização de um acompanhamento pedagógico em diversas disciplinas, bem como, temas como direitos humanos, meio ambiente, esporte e lazer, dentre outros	----- --	Educação
19. PROJETO ESPORTE E LAZER DA CIDADE	Toda a população, em especial jovens de 15 a 24 anos em contextos de violência nos territórios de paz.	Ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social.	As ações que integram o Programa têm como focos centrais a formação de agentes e gestores (municipais, estaduais, de Instituições de Ensino Superior, públicas e entidades privadas sem fins lucrativos), para ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas.	----- ---	Esporte e segurança pública

20. PROGRAMA SEGUNDO TEMPO	Crianças, adolescentes e jovens expostos a riscos sociais.	Democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, de forma a promover o desenvolvimento integral como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles em áreas de vulnerabilidade social.	Atividades esportivas no contraturno escolar para os beneficiados, em espaços físicos específicos às atividades esportivas a serem desenvolvidas, podendo ser no ambiente da escola ou espaços comunitários (públicos ou privados).	----- -----	Esporte e Educação
21. PINTANDO A LIBERDADE (também se articula com o PRONASCI)	Jovens e demais pessoas em conflito com a Lei.	O programa busca promover a ressocialização de internos do Sistema Penitenciário por meio da fabricação de materiais esportivos dentro do sistema prisional, tendo como foco a profissionalização.	Desenvolver atividades de ressocialização por meio de materiais esportivos que são distribuídos em penitenciárias estaduais e de segurança máxima (federais), além de contemplar estudantes de escolas da rede pública. Os detentos reduzem um dia da pena para cada três dias trabalhados e recebem salário de acordo com a produção.	----- -----	Esporte e Segurança Pública
22. PRAÇA DA JUVENTUDE	Comunidades situadas em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e de lazer (não específico para a juventude).	Democratizar o acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer ampliando a oportunidade do desenvolvimento de práticas esportivas, atividades recreativas, educativas, culturais e sociais como instrumentos de inclusão social e de promoção da saúde;	Construção de espaços urbanos implantados em diferentes localidades do Brasil, constituídos por complexos poliesportivos – ginásio coberto, pistas de atletismo e skate, teatro de arena, centro de terceira idade e administração – implantados em comunidades urbanas onde faltam equipamentos públicos de esporte e lazer.	----- -----	Esporte

23. ESTAÇÃO DA JUVENTUDE	Jovens de 15 a 29 anos – sobretudo aqueles que vivem em áreas de vulnerabilidades sociais.	Disponibilizar informações, orientações e atividades para que os jovens possam acessar programas, serviços e ações que garantam seus direitos e contribuam para o desenvolvimento de seus percursos de inclusão, autonomia e participação social; implantar no território um modo de atendimento à juventude, um ponto de articulação das diversas políticas e ações úteis aos jovens e de formação de redes de apoio e emancipação dos jovens.	Implantação de um modo de atendimento à juventude, representando um ponto de articulação das diversas políticas e ações úteis aos jovens e de formação de redes de apoio para os jovens, na perceptiva de disponibilizar informações, orientações e atividades para que os jovens possam acessar programas, serviços e ações que garantam seus direitos e contribuam para o desenvolvimento de seus percursos de inclusão, autonomia e participação social; implantar no território um modo de atendimento à juventude, um ponto de articulação das diversas políticas e ações úteis aos jovens e de formação de redes de apoio e emancipação dos jovens disponibilizar informações, orientações e atividades para que os jovens possam acessar programas, serviços e ações que garantam seus direitos.	----- -----	Direitos Humanos - Política Intersetorial
24. CAMPANHA JUVENTUDE VIVA	Sociedade em geral.	Sensibilizar a sociedade por meio de diversos meios de comunicação, a respeito do problema da violência contra a juventude, especialmente a negra.	Chamadas publicitárias em rádio, televisão, sites da internet e publicação impressa, buscando alertar para o problema da violência contra a juventude, especialmente a negra.	----- -	Segurança Pública, Igualdade Racial
25. REDE JUVENTUDE VIVA	Atores da sociedade civil e do poder público, envolvidos com a temática do Plano Juventude Viva.	Estabelecer o diálogo e a aproximação de diferentes atores envolvidos com a promoção de direitos e enfrentamento à violência contra a juventude negra, em torno de ações propostas no âmbito do	Busca criar uma plataforma de diálogo, interação e mobilização entre os diferentes atores que atuam na promoção de direitos da juventude, igualdade racial e enfrentamento à violência contra a juventude negra. Essa	----- -----	Segurança Pública, Igualdade Racial

			Plano Juventude Viva.	rede reúne informações sobre as ações propostas no âmbito do Plano Juventude Viva, divulga editais, oportunidades, eventos e promove debates sobre os temas referentes ao Plano, podendo ser organizados pela SNJ, seus membros, entidades e organizações.		
	26. PROJETO SOLDADO CIDADÃO	Jovens brasileiros, incorporados às Forças Armadas.	Possibilitar a inserção de jovens no mercado de trabalho logo após o término do serviço militar.	Desenvolvimento de uma formação complementar que permite ao jovem ingressar no mercado de trabalho após deixar o serviço militar.	----- -----	Educação e Trabalho
	29. Programa de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação para Geração de Renda da Juventude Rural	Jovens que vivem em áreas rurais	Estimular a geração de renda de jovens no campo.	Formação Cidadã e Agroecológica com Capacitação em Tecnologias sociais e de Produção para Geração de renda para as juventudes, possibilitando a geração de renda para jovens no campo.	----- -----	Educação e trabalho.
PRONASCI	30. PROJETO RESERVISTA-CIDADÃO	Jovens recém-licenciados do serviço militar obrigatório	Articular jovens e adolescentes para sua inclusão e participação em ações de promoção da cidadania.	Identificação destes jovens que vivem em ambientes conflagrados pela violência e criminalidade, para qualificá-los em temas como direitos humanos, cidadania e ética. Eles serão capacitados por assistentes sociais e pedagogos durante oito meses e, após este período, serão multiplicadores em suas comunidades.	Cada jovem receberá bolsa de R\$ 100 por mês durante um ano.	Segurança Pública

	31. FORMAÇÃO DO APENADO	Jovens em conflito com a Lei	Qualificar jovens apenados para educação continuada e acesso ao mercado de trabalho.	Alfabetização de jovens presos que não tiveram a oportunidade de escolarização ou abandonaram a escola precocemente. Busca preparar os detentos para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) à formação universitária por meio do ProUni ou Universidade Aberta.	----- ---	Educação, Trabalho e Segurança Pública
	32. PROJETO FAROL	Jovens entre 15 e 24, em especial jovens negros, em situação de vulnerabilidade social, em conflito com a lei ou egressos do sistema prisional.	Oferecer oportunidades de reintegração de jovens negros por meio da implementação de projetos educativos profissionalizantes.	Seleção de projetos elaborados por Estados e Municípios de abrangência do PRONASCI, que visem ações afirmativas para jovens em situação de vulnerabilidade social em conflito com a lei ou egressos do sistema prisional.	-----	Segurança Pública e Igualdade Racial

Fonte: Adaptado por Scherer (2015)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S322c Scherer, Giovane Antonio
O caleidoscópio da (in)segurança: os reflexos da dialética da
(des)proteção social nas juventudes. / Giovane Antonio Scherer. –
Porto Alegre, 2015.

257 f.: il.

Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

ORIENTAÇÃO: PROFA. DRA. BEATRIZ GERSHENSON

1. Serviço social – proteção social - juventude. 2. Políticas
públicas – segurança - Brasil. I. Gershenson, Beatriz. II. Título.